

Nádia Dolores Fernandes Biavati
Cláudio Márcio do Carmo
Natália Elvira Sperandio
(Organizadores)

LINGUAGEM E DECOLONIALIDADE

apontamentos para uma crítica da cultura



Todos os direitos desta edição reservados à Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia sem a autorização escrita da Editora. Os infratores estão sujeitos às penas da lei. A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

PARECER E REVISÃO POR PARES
Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos
para avaliação e revisados por pares.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo – SP)
Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

B579l Biavati, Nádía Dolores Fernandes; Carmo, Cláudio Márcio do;
Sperandio, Natália Elvira (org.).
Linguagem e decolonialidade: apontamentos para uma crítica da cultura
Organizadores: Nádía Dolores Fernandes Biavati, Cláudio Márcio do Carmo e
Natália Elvira Sperandio.
1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2026; figs.; quadros.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-217-1120-9

1. Análise do Discurso. 2. Linguística.
I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise do Discurso. 401.41
2. Linguística. 410

Nádia Dolores Fernandes Biavati
Cláudio Márcio do Carmo
Natália Elvira Sperandio
(Organizadores)

LINGUAGEM E DECOLONIALIDADE

apontamentos para uma crítica da cultura

“Se o falante usa, existe na língua”
Antônio Luiz Assunção

Copyright © 2026 - Dos organizadores representantes dos colaboradores
Coordenação Editorial: Pontes Editores
Editoração: Eckel Wayne
Revisão: Vera Bonilha
Capa: Gatil Comunicação e Marketing

Conselho Editorial:

Angela B. Kleiman
(Unicamp – Campinas)
Clarissa Menezes Jordão
(UFPR – Curitiba)
Edleise Mendes
(UFBA – Salvador)
Eliana Merlin Deganutti de Barros
(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)
Eni Puccinelli Orlandi
(Unicamp – Campinas)
Gláís Sales Cordeiro
(Université de Genève - Suisse)
José Carlos Paes de Almeida Filho
(UnB – Brasília)
Rogério Tilio
(UFRJ – Rio de Janeiro)
Suzete Silva
(UEL – Londrina)
Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva
(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteado, 1038 - Jd. Chapadão
Campinas - SP - 13070-118
Fone 19 3252.6011
ponteseditores@ponteseditores.com.br
www.ponteseditores.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: OLHAR HOJE A PESQUISA DECOLONIAL PARA A POSTERIDADE	9
Nádia Dolores Fernandes Biavati	
Cláudio Márcio do Carmo	
Natália Elvira Sperandio	
“NÃO É CISMA, É SEMIÓTICA”	19
Nádia Dolores Fernandes Biavati	
Cláudio Márcio do Carmo	
Natália Elvira Sperandio	
CAMINHAR CAMINHANDO COM A ANÁLISE DO DISCURSO	27
Ivan Vasconcelos Figueiredo	
COLONIALIDADES, DECOLONIALIDADE E DISCURSO: DESAFIOS DO (SE)(RE)FAZER: PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO ANTROPOFÁGICA	43
Cláudio Márcio do Carmo	
POR UMA LINGUÍSTICA POPULAR DO BRASIL - DESACELERAR E CONFLUIR NO ANTROPOCENO	65
Nayhara J. A. Pereira Thiers Vieira	
<i>FEDERAÇÃO E MONARQUIA NO MANIFESTO REPUBLICANO DE 1870</i>	81
Eduardo Guimarães	
DOS SENTIDOS DECOLONIAIS: UM PROCESSAMENTO COGNITIVO DISCURSIVO DE UMA MEMÓRIA SILENCIADA	97
Antônio Luiz Assunção	
QUEM É COMUNISTA NO BRASIL DO SÉCULO XXI? COGNIÇÃO E POLÍTICA	109
Aurelina Ariadne Domingues Almeida	

UMA ANÁLISE COGNITIVA/DISCURSIVA DAS METÁFORAS UTILIZADAS
NA REPRESENTAÇÃO DO NEGACIONISMO..... 129
Natália Elvira Sperandio

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS E ENSINO
DE LÍNGUAS: NARRATIVAS DE AGENTES SOB UMA PERSPECTIVA
DECOLONIAL 145
Hiago Higor de Lima
Laura Silveira Botelho
Denise Barros Weiss

O CASAMENTO COMO PEDRA ANGULAR DA SOCIEDADE: A
PERSISTÊNCIA DE DISCURSOS TRADICIONAIS SOBRE GÊNERO EM
LIVRO DE 2024 E NOS ALMANAQUES DOS ANOS 1950 167
Lívia da Silva Leite
Natália Elvira Sperandio
Cláudio Márcio do Carmo

DECOLONIZANDO A MEMÓRIA: A INFLUÊNCIA DA PÓS-MEMÓRIA
NA (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE HOMOSSEXUAL NEGRA
NA OBRA *GUARDEI NO ARMÁRIO* DE SAMUEL GOMES 185
Guilherme do Nascimento Cunha
Eliana da Conceição Tolentino

ARTE CONTEMPORÂNEA EM PROCESSO DE DECOLONIZAÇÃO? 205
Kátia Hallak Lombardi

A MANIFESTAÇÃO DO MACHISMO PRESENTE NOS ENUNCIADOS DO
PERSONAGEM HOMEM NA OBRA *UM COPO DE CÓLERA* (1992), DE
RADUAN NASSAR..... 221
Rian da Silva
José Antônio Oliveira de Resende

AS PROFLANAÇÕES DE MIA COUTO: POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS DE
SUBLIMAÇÃO EM *TERRA SONÂMBULA* 235
Cristiano Otaviano
Mike Tavares da Costa

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES 251

APRESENTAÇÃO:
OLHAR HOJE A PESQUISA DECOLONIAL
PARA A POSTERIDADE

Nádia Dolores Fernandes Biavati
Cláudio Márcio do Carmo
Natália Elvira Sperandio

A presente publicação é resultado da VI Jornada de Estudos do Discurso, evento promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei (Promel), que aconteceu no período de 05 a 07 de novembro de 2024 e contou com a participação de vários nomes nacionais e internacionais, em que fomos agraciados com estudos, por vezes embrionários, por vezes amadurecidos, acerca do olhar para uma abordagem brasileira de estudos, ainda que em muito ainda estejamos amasiados a teorias de outros países.

A publicação, condizente com o evento, busca promover reflexões acerca das produções de sentido em discursos decoloniais, ou no domínio da decolonização. Em cena, possibilidades de ver e rever discussões sobre dizeres decoloniais, questionando em que medida esses dizeres (sobre a desigualdade, sobre o capitalismo em seu estágio atual, sobre a intolerância, sobre as relações desiguais de poder, dentre outros) movimentam a sociedade.

A nossa posição, construída nos estudos e nos encontros realizados no evento, coaduna com Acosta (2019, p. 153), observando a importância da reexistência para as matizes pós-coloniais, contracoloniais e decoloniais. Particularmente nos interessa o

que, para a autora, desenha o olhar decolonial ancorado com lutas constituídas que “promovem a fala e a escuta, mesmo em um sistema desenhado para o seu apagamento”. As formas de ser, de resistir e de (re)existir precisam abraçar não só as peculiaridades do sul global, mas também reivindicar a diversidade e a pluralidade dessas lutas, com abertura para formas de agir que denunciam a elite do atraso e a escravização que por vezes sonda estruturalmente as práticas atuais, com a objetificação do corpo, as demandas da extrema-direita e os poderes conquistados com (e contra) os pobres que avizinham as nossas vidas, instituindo, reproduzindo e produzindo fontes de significado que ainda povoam a parte de cá global.

Com isso em vista, trazemos, no âmbito da publicação, as dimensões do diálogo entre diferentes teorias, em que é valorizado, portanto, o entrelaçamento dos estudos discursivos, cognitivos, semânticos, enunciativos, textuais e literários, com um ponto comum: análise em reflexão, seja pelos mecanismos decoloniais, seja sobre os marcadores sociais que são importantes para os processos discursivos, como práticas, modos de ser, desejos, performances e atitudes para as quais nem sempre atentamos em suas marcas de interseccionalidade. Desse modo, as proposições pretendidas avançam para realizar um investimento de análise sobre a articulação entre o funcionamento do discurso e a historicidade de sua emergência face às questões de cá do Equador, além de incentivar o estudo sobre a constituição dos efeitos de sentido segundo o viés decolonial, que atravessa as formas da língua.

O PROMEL/PPG - Letras: Teoria Literária e Crítica da Cultura, da Universidade Federal de São João del-Rei/MG - Brasil, ainda na égide da discussão sobre a necessidade de fazer avançar o pensamento crítico, tem orientado os estudos para as questões decoloniais, tema bastante discutido no evento ora mencionado. Na relação com a matriz do poder, como mostra Mignolo (2010,

p. XXVII), as abordagens decoloniais precisam se constituir como “opções analíticas e práticas que confrontam e [se] desvinculam da matriz [...] colonial de poder”, contudo, especialmente no sentido de não manterem qualquer tipo de subserviência.

Mas o que significa ter uma atitude decolonial? Para nós, significa que podemos beber das águas do conhecimento africano, indígena, asiático, estadunidense, europeu, sobre os diversos temas a respeito dos grupos minorizados e relações de poder, mas precisamos avançar em perspectiva disso: alcançar o conhecimento em busca do próprio olhar para si, para a compreensão social das questões que nos tomam e nos incomodam, como os grupos minorizados ainda em muito prejudicados no país, os conflitos entre as classes, as práticas de violência variadas, a má distribuição de renda, as desigualdades, sociais e ambientais, a necessidade do aprimoramento das práticas de letramento escolar, a busca da educação como um todo, voltada para a superação dos problemas brasileiros.

Isso é o que chamamos de discussão em causa própria propensa para o pensamento coletivo, o que para nós significa não a eugenia, não necessariamente desprezar o conhecimento de outras regiões do globo terrestre, mas torná-lo fonte de reflexão para resolver o que é NOSSO, em atitude primordial que é a de observar como os discursos sobre Linguagem(ns), Linguística e Literatura se enviesam, podem naturalizar olhares, acobertar relações desiguais de poder, relações que precisamos atacar diante do tradicional olhar colonial, aquele que reivindica o autoral, autóctone. Sendo assim, cabe tratar os diferentes temas para tomarmos o que nos cabe.

Essa tarefa de tomarmos os discursos com a parte brasileira que nos cabe nos coloca a postos para o giro decolonial, para tomar consciência e nos apropriarmos das nossas potencialidades, reconhecendo e apontando caminhos para superar as nossas limitações, sejam elas em nossas formações, em

nossas leituras ou ainda em nossas práticas profissionais. Os capítulos ora ensejados apontam o artefato da linguagem como um universo a ser explorado para o qual estamos prontos. Tomamos parte desse universo sem vendas para compreendermos a opacidade da linguagem em gêneros variados, dentre eles os gêneros literários. Nesse viés, optamos por escolher capítulos cujo escopo avança para além da tradição interdisciplinar e até mesmo indisciplinar de questionar os aportes aos quais muitas vezes nos filiamos durante a vida, mas não para criticarmos, tampouco para nos submetermos.

Para problematizar texto e eventos (da língua e da estrutura social), apresentamos textos que desvendam, denunciam, reivindicam, destacam olhares para os quais precisamos atentar no processo de análise, especialmente porque sabemos como as vias interseccionais precisam ser problematizadas. Assim sendo, colocamos à mostra discussões sobre raça/etnia, sexo, profissão, território, educação, e buscamos somar esforços a outros trabalhos como o de Liberali *et al.* (2024).

No percurso da presente obra, apresentamos, primeiramente, o capítulo CAMINHAR CAMINHANDO COM A ANÁLISE DO DISCURSO, de Ivan Vasconcelos Figueiredo (UFSJ), que descreve bem o percurso decolonial, indicando pontos de uma análise discursiva com uma atitude/perspectiva decolonial, que empreende esforços voltados para “a convivência com o diverso, de modo a expor as estruturas que sustentam o capitalismo e o sistema-mundo ocidental/colonial, os quais condicionam e são condicionados pelos discursos; bem como mostrar as ontologias e epistemologias que nos moldam, orientam e nos guiam”.

O professor Cláudio Márcio do Carmo (Promel/Delac/UFSJ/CNPq) aposta suas reflexões no texto COLONIALIDADES, DECOLONIALIDADE E DISCURSO: DESAFIOS DO (SE)(RE) FAZER: PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO ANTROPOFÁGICA. Para ele, se faz necessário estabelecer o conjunto de

relações sinalizado pela atitude decolonial em consonância com os propósitos da Análise Crítica do Discurso. Em muito, investe nos olhares da pesquisa que se assemelham em seus propósitos na parte sul do Equador, como “a resistência e a desconstrução de padrões, conceitos e perspectivas, que foram impostos pelos colonizadores aos colonizados, criticando o sistema capitalista e a própria ideia de modernidade, como propulsores das desigualdades socioculturais, com seus diferentes matizes”. Em oposição ao parasitismo da colonialidade, acredita que a anticolonialidade deve ser vista como conduta, como “contrapoder, que seja mais que contra-hegemônica, mas anti-hegemônica”, legitimado por epistemologias que representem as posições em resposta aos problemas do sul global.

O texto, POR UMA LINGUÍSTICA POPULAR DO BRASIL: DESACELERAR E CONFLUIR NO ANTROPOCENO, de Nayhara J. A. Pereira Thiers Vieira (UNIFAL/UFSCAR), apresenta algumas reflexões acerca da contracolonialidade evocando alguns desafios e incômodos com o aporte da Linguística Popular, teoria linguística cara ao pensamento contracolonial, concentrando-se na Guerra de Denominações. Seu pensamento conflui para os modos de vida contracoloniais, evocando especialmente o pensamento quilombola e indígena, “a cosmovisão politeísta, a ancestralidade e a cosmologia, ou seja, a variedade de mundos e formas de associações a partir das quais essa corrente é desenvolvida, e que ao mesmo tempo reafirma”.

FEDERAÇÃO E MONARQUIA NO MANIFESTO REPUBLICANO DE 1870, de Eduardo Guimarães (Unicamp – Unemat – CNPq), apresenta o *Manifesto Republicano* de 1870, publicado pelo Jornal *A República*, do Partido Republicano. Destacando a seção *A Federação*, que faz referência ao sistema federativo, estuda a reescrituração e a sustentação argumentativa, ressaltando a produção de sentidos contrária ao *império* e a favor da *federação* e assim da *república*, em olhar que aponta para a busca do universo

pós-colonial. O sentido de unidade, na análise do autor, toma como conclusão que o regime federativo termina “onde começa a escravidão”. Aponta o significado dos “que vivem no país que continuam não sendo parte do *povo*, que continuam excluídos da cidadania”. Assim sendo, no texto em questão, o sentido de *unidade*, como conclusão do regime federativo (republicano), termina onde começa a *escravidão*.

O texto DOS SENTIDOS DECOLONIAIS: UM PROCESSAMENTO COGNITIVO DISCURSIVO DE UMA MEMÓRIA SILENCIADA, de Antônio Luiz Assunção (Delac/Promel/UFSJ), faz uma retomada histórica “para pensar os sentidos decoloniais que organizam nossa política e que, por isso, organiza nosso modo de pensar e olhar o outro”. Relaciona o pensamento da Linguística Cognitiva com o olhar discursivo e constrói pontes entre uma abordagem e outra, debruça-se em memórias sobre um “eu” constituído de colonialidades silenciadas e enrustidas, revelando o quanto somos tomados pelos sentidos não transparentes que estruturam nossas vivências.

O capítulo QUEM É COMUNISTA NO BRASIL DO SÉCULO XXI? COGNIÇÃO E POLÍTICA, de Aurelina Ariadne Domingues Almeida (UFBA), responde a pergunta do título, com resultados de um estudo sobre a conceptualização-categorização de *comunista*. Com base nos estudos históricos e na Semântica Cognitiva, alcança elementos que subsidiam entender como pessoas de ideologias políticas diversas e até antagônicas podem ser inseridas na categoria COMUNISTA. Para a autora, os conhecimentos são recrutados, enviesando modelos cognitivos idealizados de COMUNISTA e esses modelos são acionados, em diferentes momentos da história do Brasil, seja como elogio seja como xingamento, conforme ocorre nos últimos tempos, e ocorreu na década de 1960.

O texto UMA ANÁLISE COGNITIVA/DISCURSIVA DAS METÁFORAS UTILIZADAS NA REPRESENTAÇÃO DO NEGACIO-

NISMO, de Natália Elvira Sperandio (UFSJ), expõe a forma pela qual o termo negacionismo povoa o cotidiano atual brasileiro. Para a autora, é importante atentar para como as metáforas projetam realidades. Ressalta o conceito de nicho metafórico, que “possibilitou verificar a possibilidade do entrelaçamento entre o cognitivo e o discursivo, pois os nichos encontrados, em um discurso considerado autêntico, como a charge, conduziram a teia conceptual do termo negacionismo”. Destacamos a discussão sobre termos dessa natureza para compreendermos os mecanismos da polarização política, e como eles refletem e constituem o linguístico na realidade contemporânea.

Os autores de INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS E ENSINO DE LÍNGUAS: NARRATIVAS DE AGENTES SOB UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL, Hiago Higor de Lima (UFJF), Laura Silveira Botelho (PROMEL/UFSJ/UFJF) e Denise Barros Weiss (UFJF) enfatizam a importância do ensino de Português como Língua Estrangeira (PLE) como prática coerente com a decolonialidade. Advogam que a teoria decolonial “propõe a cooperação solidária e horizontal, o fortalecimento de saberes e línguas locais e a construção de redes de conhecimento que respeitem a diversidade epistemológica”, estratégia importante ao processo de internalização das universidades, questão em destaque no capítulo.

As autoras de O CASAMENTO COMO PEDRA ANGULAR DA SOCIEDADE: A PERSISTÊNCIA DE DISCURSOS TRADICIONAIS SOBRE GÊNERO EM LIVRO DE 2024 E NOS ALMANAQUES DOS ANOS 1950, Livia da Silva Leite e Natália Elvira Sperandio, da UFSJ, avançam para a discussão de livro de autoajuda, uma tendência das práticas do mundo atual. Em seu trabalho, apontam metáforas no livro *Desarrombe-se: um caminho para relacionamentos saudáveis*, de Jefferson F. dos Santos, lançado no Instagram, em 2024, de sua esposa (@aloanaferreira) e digital influencer Luana F. dos Santos, a qual também narrou o livro. Especialmente neste

capítulo, tomam como foco a temática sobre relacionamentos e papéis de gênero, à luz da Linguística Cognitiva e das Teorias Críticas da cultura. Em uma postura interseccional, denuncia que, à semelhança dos almanaques femininos de 1955, a construção da identidade feminina no livro se dá em uma dinâmica amorosa e o papel masculino ainda dita posturas, práticas de submissão, em metáforas que apontam a decisão do homem, inclusive, sobre o futuro da mulher.

O capítulo DECOLONIZANDO A MEMÓRIA: A INFLUÊNCIA DA PÓS-MEMÓRIA NA (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE HOMOSSEXUAL NEGRA NA OBRA *GUARDEI NO ARMÁRIO* DE SAMUEL GOMES, de Guilherme do Nascimento Cunha e Eliana da Conceição Tolentino, ambos da UFSJ, não só aponta para “memórias individuais, mas também contribui para um movimento mais amplo de decolonização, promovendo a visibilidade de vozes marginalizadas”. Os autores alcançam uma análise que enfatiza os mecanismos que são parte do olhar decolonial, ou seja, de resistência e de destaque à memória coletiva e à “identidade interseccional na luta contra a opressão”.

O capítulo ARTE CONTEMPORÂNEA EM PROCESSO DE DECOLONIZAÇÃO?, de Kátia Hallak Lombardi (UFSJ), retrata a mudança significativa no sistema da arte, com o fortalecimento das poéticas decoloniais, especialmente porque ocorre uma transformação significativa no sistema da arte, marcada pelo fortalecimento de poéticas decoloniais impulsionadas por coletividades a serem compreendidas a partir de como se percebem e percebem o mundo: “Artistas afrodescendentes, indígenas e LGBTQIA+ têm conquistado maior visibilidade, trazendo à cena suas próprias experiências e modos de expressão”. A autora cita várias circunstâncias da presença pós-colonial na arte e aborda esse pensamento fronteiriço como um “reposicionamento epistêmico e político, que recupera vozes e espaços historicamente negados”.

Em A MANIFESTAÇÃO DO MACHISMO PRESENTE NOS ENUNCIADOS DO PERSONAGEM HOMEM NA OBRA *UM COPO DE CÓLERA* (1992), DE RADUAN NASSAR, Rian da Silva e José Antônio Oliveira de Resende, identificaram como o discurso literário aponta a forma que o narrador, em atitudes ditas machistas, “escolhe as perspectivas em que a história é contada e, inclusive, relata-nos o que a mulher enuncia. Assim, ele é o responsável pela construção e gestão do(s) sentido(s) da história.”.

O capítulo AS PROFLANAÇÕES DE MIA COUTO : POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS DE SUBLIMAÇÃO EM *TERRA SONÂMBULA*, de Cristiano Otaviano (UFSJ) e Mike Tavares da Costa (UFSJ), destaca estratégias literárias em *Terra Sonâmbula*, de Mia Couto. Parte da hipótese de que as personagens profanam para defender restos de sanidade, produzindo uma pseudo-leveza diante da tragédia, um pseudo-flanar. Querem proflanar. Investe na análise da “utilização da técnica do *mise en abyme* como forma de penetrar a tragédia da guerra e ao mesmo tempo sublimá-la”. Além disso, evoca “a apropriação das histórias de terceiros por Muidinga e Tuahir e, depois, por Virgínia e Farida, em paralelo com as reflexões de Giorgio Agamben sobre profanação e de Walter Benjamin sobre o flâneur”.

A forma agregadora do PROMEL/UFSJ nos proporciona que participemos do desenvolvimento decolonial que, utiliza, conforme Prah (2019), o conhecimento em suas trajetórias, com expressões variadas, sejam elas temáticas, epistemologicamente distintas (ou em diálogo), pois o conhecimento que se apresenta para essa metade do século, acreditamos, é o que implica “questionamento intelectual histórico, além de narrativas interseccionais, referências simples e cruzadas” (Prah, 2019, p. 187). Nossa contribuição epistemológica entende os limites de cada tradição a que nos filiamos, quando nos formamos e nos tornamos “fazedores de análises”. Desse modo, para além da ancoragem, da nossa fundação que constitui nossos saberes, precisamos fincar ideias de modo a

compreendermos as matrizes coloniais do poder (Mignolo, 2003, 2010), para, então, podermos usar o conhecimento, desmistificando sempre o nosso olhar. Somos sempre tomados pelas citações, pelo tempo do universo, pela memória e pelas memórias após as leituras. Com isso, resta-nos embarcar nas nossas práticas a partir dessa viagem da leitura.

Referências

ACOSTA, Maria Del Pilar Tobar. Crítica Insurgente e o discurso do lado de cá: por uma ACD desde e para a América Latina. In: RESENDE, Viviane de Melo. (org.). *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p 145-170.

LIBERALI, Fernanda Coelho *et al.* (org.). *Diálogos insurgentes: perspectivas decoloniais em transformação*. Campinas, SP : Pontes Editores, 2024.

MIGNOLO, Walter. *Histórias Globais/Projetos Locais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. *Desobediência Epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Del Signo, 2010.

PRAH, Kwesi Kwaa. *Decolonizando as Ciências Humanas na África pela soberania Intelectual*. In: RESENDE, Viviane de Melo. (org.). *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 171-200.

“NÃO É CISMA, É SEMIÓTICA”

Nádia Dolores Fernandes Biavati
Cláudio Márcio do Carmo
Natália Elvira Sperandio

Há professores. Há professores pesquisadores. Há professores-pesquisadores- poetas. Antônio Luiz Assunção pertence a esse último grupo. Toninho nos dava aulas reflexivas, assíduas, participativas, esperadas como a água de chuva que vem, remove resíduos e hidrata nossos pensamentos, nos instiga. Como pesquisador, o professor nos brindava com boas falas que nem sempre se tornavam escrita. Se tudo assim fosse, teria chance de ser internacionalmente reconhecido, trazendo lances de maestria com suas ideias em seus textos.

Tecemos aqui metáforas que dão ao nosso leitor a sensação de ser sempre alunos, é o que éramos, ao conviver com o Toninho como professor. Mesmo quando nos doutoramos, nos submetemos a concursos e nos tornamos colegas aqui na UFSJ, continuamos, muitas vezes, a dialogar com o conhecimento aprendendo com os alunos, aproveitando a oportunidade que a vida nos trouxe de nos tornar interlocutores cotidianos do professor, pois nosso amigo nos proporcionava aquelas lições de mestre ali, sim, em cada encontro nos corredores da universidade e não só lendo seus textos ou assistindo às suas aulas. Trazia sempre um livro, ideias sobre pesquisa, tinha uma visão de mundo decolonial, sem assim nomeá-la.

Cada palestra do Toninho, nos eventos, salpicava nossos pensamentos de dúvidas que até então trazíamos como certezas, e isso também se refletia quando ouvíamos suas falas e comentários nos eventos da graduação e da pós, no mestrado em Letras que o professor ajudou a criar, chamando-o carinhosamente de PROMEL.

Assumimos aqui, vozes individualizadas. Na internação, Natália e eu (Nádia) visitamos o Toninho, despido dos livros, preocupado com a própria melhora, mas pensando perto e longe, no texto do memorial que ficara inacabado. Era o nosso amigo que estava ali naquele ambiente que nada combinava com o ambiente acadêmico.

“Não é cisma, é semiótica”: esses dizeres do Prof. Toninho, em leito de hospital, ainda que trazidos nesse contexto, retratam quase que de forma poética, ainda que sombria, as impressões e expressões preocupadas dos enfermeiros ao lhe fazerem exames. Também a tristeza daquilo nos provocou com suas palavras, mas aproveitamos aquela oportunidade muito felizes, e agradecemos à Profa. Eliana, sua esposa, por isso, torcendo para que não fosse a última oportunidade de ouvi-lo. Nossa tristeza se aprofundou ao ver vida se esvaindo diante de tantas ideias e tantos sonhos. Foram dizeres que trouxeram reflexões sobre sentido e humanidade.

Voltando anos no calendário, traçamos com alegria um percurso que remonta aos anos 1990, sobre como Cláudio e eu, Nádia, quando conhecemos e tecemos redes e conexões com o prof. Toninho. Ele gostava de nomear a mim como a primeira orientanda de Iniciação Científica dele, pois aquele momento coincidia com as primeiras pesquisas aprovadas na nossa universidade, ainda recém federalizada e de pequeno porte. No início, o Toninho, em 1994, era professor das antigas disciplinas generalistas que compunham a matriz curricular do curso de Letras, Linguística I, II, III e IV. As teorias estruturalistas da linguagem em muito nos provocavam, com o pensamento e as determinações do viés saus-

suriano. O corte saussuriano era explicado por ele com maestria e suas reflexões se misturavam com o que se pesquisava sobre o Português Brasileiro, desde o olhar à *Problemas de Linguística Descritiva*, de Joaquim Mattoso Câmara Jr., *Para uma nova gramática do português*, de Mário Alberto Perini, os então recentes estudos gerativistas naquele momento (do mestrado dele) com o Prof. Milton do Nascimento, na UFMG, o diálogo com outras abordagens.

Para adiante daquele movimento ainda estruturalista da disciplina, Toninho nos trazia para além, em olhar ao pós-estruturalismo, as dúvidas e a certeza do quão provocativa é a virada linguística, com conhecimento avançado sobre as línguas e com algo a mais, o que nos provocava a procurar na Biblioteca, pois éramos preparados com sabedoria por ele e por todos os professores do curso de Letras.

Sempre esperávamos as aulas do Toninho como quem espera o chuveiro na época de estiagem, elas eram um capítulo à parte, com os desafios de interpretação dos usos linguísticos em várias línguas e sua forma de organização na repercussão com os sentidos, o diálogo das teorias com os estudos culturais, realizava o processo de desmistificar crenças que trazíamos de gramática tradicional infalível e o que ela indicava quando confrontada à materialidade do uso real da linguagem.

Terminávamos os semestres pensando que faríamos mais disciplinas com aquele professor novo/ ou novo professor, sempre atento às abordagens, o que elas significavam e o modo como a linguagem alcança as dinâmicas do desenvolvimento humano e se dissemina a partir das relações de poder.

A humanidade era um ponto alto do Toninho, era sempre atento à presença/ausência/participação dos alunos, conversava sobre sua experiência na Educação Básica ainda recente naquele momento, com algo a mais relevante: analisava e comentava o

sistema de educação excludente, e como isso refletia no modo como os fatos linguísticos eram tratados nas aulas de Português da Educação Básica. Com ele, aprendemos a usar e ensinar o que a língua nos dava na ordem do dia, trazendo efeitos de sentido de reportagens, cartas dos Leitores da *Veja*, falas dos políticos, manchetes, charges, tirinhas, propagandas e um interesse sempre presente na pesquisa do professor durante e após o seu doutorado, o discurso político.

E essa humanidade já se refletia à luz daquele professor que se preocupava com os alunos trabalhadores, quando comprava uma impressora matricial e fazia cópias para todos como forma de contribuir com a formação daqueles que, vindos da escola pública, com poucos recursos. Eu, Cláudio, nunca me esqueci o quanto isso foi importante na minha vida, pois à época, escolhia entre comprar o xerox ou comprar um lanchinho para aguardar a ida para casa e verdadeiramente me alimentar. Épocas duras que valeram a pena. Era um gesto que para muitos poderia ter um sentido fugidio ou pouco relevante, mas não é o gesto em si que semantiza o acontecimento, mas o que está para além dele. Isso também me recorda sua generosidade me ajudar quando eu fazia iniciação científica com a profa. Márcia Barreto e me emprestava livros, sugeria outras leituras etc. Assim como jamais esqueceria que foi das mãos dele que recebi o formulário para inscrição no processo seletivo do mestrado da UFMG no final de 1999, pois eu ainda não tinha impressora. Recebi aquelas folhas para preencher à mão cheio de sonhos e segui em frente, acompanhado por nosso grande mestre e amigo. Mandeï ainda pelo método antigo, indo à agência dos correios e aguardando ansiosamente por todo o processo até que, por fim, deu certo. Alegria por todos os lados mais do que a preocupação com as adversidades que viriam.

Nas aulas, para além de inteligente, ele trazia reflexão sobre as malcomportadas palavras, que ora e outra se mostravam em evidências de classificação amplamente contestável, ele atentava

para os sentidos nas nuances da língua, como por exemplo, quando os nomes, analisados indicavam, pelo contexto, a partir do registro em maiúsculo ou minúsculo, o movimento dos sentidos. Traçava, para além da Nomenclatura Gramatical Brasileira, um histórico dos usos preconceituosos e as abordagens que desmistificavam o Português com marcas de Brasileiro, pensando sempre no caráter agregador que possibilitava visualizar o jogo das palavras dos sujeitos em seus usos. Sempre, desafiando a sistematização e a certeza temerária das gramáticas em seus compêndios de visão tradicional, do suposto “bom uso”, atribuído no julgamento social. Ele nos mostrou múltiplas possibilidades de enxergar as gramáticas e múltiplas visões de gramática ainda na então recém-leitura lançada de *Por que (não) ensinar Gramática na escola*, de Sírio Possenti. O termo (G) gramática(s), então, já era para nós pluralizado.

O brilho nos olhos ao falar do conteúdo de *Introdução à Linguística* de John Lyons era inspirador. Suas reflexões sobre atividades com línguas desconhecidas ou apenas “inventadas” para estudos em fonética/fonologia, morfologia e sintaxe eram instigantes. Eu, Cláudio, adorava gramática tradicional e demorei a me adaptar à Linguística. Era fiel defensor dela e apelidado de papa-gramática, pois era só o que eu conhecia a partir da escola pública básica. Eu acreditava que esse era o único caminho até um mundo novo me ser apresentado por ele. Nunca me esqueci do exercício quebra-cabeça sobre o tojolabal, uma língua Maia falada em Chiapas, México. Parávamos sempre rindo nos corredores e, virava e mexia, lembrávamos em gargalhada disso tudo.

Mostrava nas disciplinas sua capacidade imensa como leitor, caminhava dos estudos gerativos à análise discursiva e, nos últimos anos, atinha-se ao que estava preferindo, os estudos cognitivos. Como leitor, sabia o quão interessante era observar as várias visões sobre as abordagens, sempre estava com as leituras em dia.

Movimentou o curso também em disciplinas como Metodologia e prática de Ensino nos anos 1990, disciplina voltada para nós que éramos professores em formação. Leu conosco *Portos de Passagem*, livro do João Wanderley Geraldi, provocador e inaugural para a metodologia e Prática de Ensino de Língua Portuguesa. Paralelamente à faceta de professor, sempre estava na universidade, indicando o que ler, um livro que comprou, conversando conosco sobre o que caracterizava ser um bom professor, algo que segue como água, a chuva, que não pode escassear, e precisa “ser hidratado” com conhecimento.

Sobre a escrita desse professor, apresentamos aqui a razão de chamá-lo também de professor-pesquisador-poeta: avisamos que, entre nós, é difícil escrever da forma como ele escrevia, pois Toninho escrevia com aquela característica francesa de escrever, meio poética, indutiva, com raciocínio que nos prende com argumentos firmes, mas sem apressados julgamentos, com notas de teorias que carregam comparações as quais não pensamos corriqueiramente, mas com aspectos que conversam entre si.

Esse era o nosso mestre Toninho. Lembro-me, como se fosse hoje, da sua alegria em nos ensinar. Foi por meio dele que eu (Natália) conheci a Linguística Cognitiva, um ato de coragem, como ele mesmo dizia. Uma menina, que havia acabado de sair da graduação, sem ter tido sequer uma aula de cognição, escolhe falar sobre metáfora. Empreitada que assumimos juntos durante meu mestrado. Suas orientações iam além da teoria. Sempre atento, na escuta, nos deixando livres para criarmos nossas próprias trajetórias.

Como tive a oportunidade de dizer a ele, naquele quarto de hospital, em nossa última conversa, como sou grata. Grata pelas aulas na graduação, grata pelas orientações na iniciação científica e no mestrado, grata por ter me acompanhado, mesmo de longe, no doutorado e grata por ter sido, mesmo que por pouco tempo, sua colega de trabalho. Tenho a convicção de que seus ensinamentos

mudaram as vidas de muitas pessoas. Sua forma de nos ensinar, de termos um pensamento crítico, de nos posicionarmos perante nossas escolhas teóricas. Hoje nos despedimos não apenas de um professor, de um gestor, mas de um amigo. Como digo, pisar na UFSJ, sem sua presença física, está difícil. Sua despedida foi inesperada, violenta, sem explicação. Sua voz silenciada e com ela muitos dizeres que estavam por vir. O que nos resta agora, como ex-orientandos, é manter o seu legado, a sua história que se une a nossa, em nossas pesquisas, em nossas didáticas.

Nesse norte, apresentamos um texto no presente livro que se tornou capítulo a partir da fala dele, quase que na pressa, nos finalmentes de um tempo fugidio que não percebíamos que se esgotava. É um texto cunhado originalmente para o evento que provoca a presente publicação, produto do evento *VI Jornada de Estudos do Discurso: um olhar para os sentidos decoloniais*, realizada em 05, 06 e 07 de novembro de 2024. Para ele, o próprio texto nunca estava bom, era realmente um professor-pesquisador-poeta que lutava com as palavras. Mas vencia, embora não tivesse clareza disso. Assim, seu texto, avisamos, foi terminado poucos dias antes da internação repentina do professor. Este, por sua vez, foi feito após o desfecho que nenhum de nós desejava, em reconhecimento e, sobretudo, como uma homenagem em nome de todos que tiveram a grata oportunidade de conviver com esse ser humano ímpar que nos deixou, porém, se imortaliza em cada um que ele tocou com seu conhecimento, com sua generosidade e com seu jeito sempre alegre e motivador de ser.

CAMINHAR CAMINHANDO COM A ANÁLISE DO DISCURSO¹

Ivan Vasconcelos Figueiredo (UFSJ)

Neste ensaio, refletimos sobre as possibilidades de dar caminho, em *Análise do Discurso* (AD), para a Decolonialidade. Argumentamos que, antes da adoção de modelos, teorias e grade de análise importadas em AD, devemos assumir, de antemão, uma postura disposta a “aprender a desaprender” sobre a história de si, sobre a própria constituição de si mesmo e de nossa comunidade. Ao focarmos na relação, conhecemos o abismo e os rastros devastados pela herança colonial, ao mesmo tempo em que abrimos nossa imaginação para traçar o “múltiplo da partilha de mundos unidos pela própria separação” (Glissant, 2021, local. 179). De modo correlato, assumimos que o todo-mundo ou “caos-mundo²”, nas palavras do autor, se estabelece em uma teia do acontecimento relacional, em que seres vivos e não vivos, palavra e paisagem estão entrelaçados. Isso implica, portanto, uma postura investigativa de “ser sendo³”, ou seja, o caminho se faz caminhando, nos termos de Édouard Glissant ([1990] 2021), sem desconsiderar as condições estruturais e estruturantes que

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

2 Como explica Walter (2011, p. 8), “O caos-mundo glissantiano é o mundo real: um mundo em processo onde a imaginação suplementa a razão, o opaco encanta o claro, o errante ilumina o sedentário, o ser humano se redescobre no mundo dos animais e das plantas; um mundo, enfim, onde o amor e o respeito vencem qualquer tipo de agressão e violência”.

3 O conceito tem uma referência ao “dar caminho”, base da sabedoria do Candomblé, explica Glissant (2021).

condicionam os sentidos emergidos. Assim, na figura metafórica do “mar sem margens”, temos um convite para a possibilidade de imaginarmos modos diferentes do que fizemos até aqui, exercitando o “pensar pelo arquipélago”, ou seja, “realizar o diverso, fazer coexistir a interdependência e a diferença e, com isso, abrir-se ao fluxo de imprevisibilidades desse encontro de corpos e paisagens” (Glissant; Obrist, 2023, local. 41).

O percurso decolonial deve considerar, assim, a convivência com o diverso, de modo a expor as estruturas que sustentam o capitalismo e o sistema-mundo ocidental/colonial, os quais condicionam e são condicionados pelos discursos; bem como mostrar as ontologias e epistemologias que nos moldam, orientam e nos guiam.

Do ponto de vista da AD, a sua relação com outras disciplinas e campos de saberes é essencial para a composição de “uma metodologia que seja apropriada aos procedimentos de uma análise integrada” (Mari, 2002, p. 22). O reconhecimento das limitações teóricas e metodológicas da AD estabelece que as pesquisas devem atuar na “região fronteiriça”. “[...] É importante assinalar que não existe, no território dos fenômenos linguageiros, nenhuma metodologia ‘*prête-à-porter*’, que reúna condições necessárias e suficientes para dar conta de todas as questões de linguagem” (Mari, 2002, p. 22). Conforme o autor (2002, p. 22), “intercâmbios conceituais, trocas de experiências de análise devem ser ressaltados, quando se colocam em jogo os objetivos mencionados”.

A partir dessa abertura, as pesquisas em AD podem beneficiar-se de cosmovisões e perspectivas ame-afro-diaspóricas de pensamento e de experiências, sem convertê-las em objetos de estudo exóticos. Esse “giro decolonial” implica em pesquisar com consciência de suas condições sócio-históricas, culturais, políticas, econômicas, bem como os marcadores sociais interseccionais introyetados: raça, gênero, classe, sexualidade, território, peso, idade,

deficiência, idade, dentre outros. Dito de outra forma, significa pensar e desenvolver uma perspectiva analítica e propositiva decolonial, reconhecendo sua capacidade e autonomia para tal, nas e a partir das bordas e margens (Mignolo, 2020; Torrico, 2022). Como decorrência, refuta-se a adoção imediata e sem reflexão de metodologias prontas e importadas do Norte Epistemológico, em formato de grades de análise universais, sem a devida consideração das complexidades, lutas para construção de outros modos distintos de viver, de poder, de saber.

Para debatermos sobre as problemáticas que envolvem o discurso e a realidade social latino-americana, temos que considerar que o processo de colonialidade, iniciado com as colonizações no século XV, é inconcluso e permanece em vigência na contemporaneidade (Quijano, 1992). A colonialidade determinou a “colonização do imaginário dos dominados⁴”, conforme o autor (1992, p. 12), cuja opressão simbólica reprimiu e reprime os pensamentos e conhecimentos das populações. Em uma revisão conceitual, o autor (2007, p. 93) explica que o poder capitalista implementou um padrão global por meio da “imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial como pedra angular desse padrão de poder e opera em cada um dos planos, esferas e dimensões, materiais e subjetivas, da existência diária e em escala social”⁵.

Contudo, esses processos não são uniformes; pelo contrário, são mais complexos do que os dispositivos inicialmente identificados como heranças coloniais: raça, capital e razão. Lugones (2020) assinala que o conceito de “colonialidade do poder” de Quijano (1992, 2007) percebe a intersecção de raça e gênero em termos estruturais amplos, reduzindo a uma questão

4 No original: “*colonización del imaginario de los dominados*”.

5 No original: “[...] *la imposición de una clasificación racial/ étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder, y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia cotidiana y a escala social*”.

ideológica e biológica: o gênero como organização do sexo, em termos de recursos e produtos. Contudo, gênero e sexualidade são construções sociais e discursivas e suas relações interseccionais com outros marcadores sociais, como raça e classe, culminam em relações assimétricas de poder, precariedades e subalternidades.

Em linhas gerais, os sujeitos e grupos sub-humanizados e subalternizados sofrem com a Matriz Colonial de Poder, a qual constitui o sistema-mundo ocidental/colonial. A colonialidade do poder, base da Matriz, está atravessada e atravessa outras colonialidade: do ser, do saber, do ver, do fazer, do pensar, do ouvir (Mignolo, 2014).

Em uma primeira camada, a colonialidade do poder estabelece um exercício dos domínios do poder visando ao controle da economia, da natureza e território, das classes sociais, da nação. Como base do capitalismo, também impõe e reduz as existências à exploração econômica dos corpos por meio de classificação étnico/racial, a fim de produzir identidades sociais historicamente novas, como índios, negros e mestiços. Com isso, os povos tiveram negadas suas identidades históricas e as novas identidades raciais, coloniais e negativas retiraram seus lugares da produção cultural humana. Tais identidades nacionais foram fundamentais para a centralização do poder e para a construção das instituições modernas, da qual a Universidade faz parte. Ademais, a estrutura do poder colonial se desenvolveu a partir de um poder central, exércitos nacionais, direito nacional, política nacional, burocracia estatal, escolas uniformizadas, idioma nacional, religião nacional. Assim, mecanismos e instituições operaram na consolidação do sistema-mundo ocidental/colonial, uniformizando comportamentos, valores, moral e ética. Ao controlarem os aparelhos ideológicos, as classes dominantes passaram a poder moldar a forma como as pessoas compreendem o mundo que os atravessa (Rocha; Magalhães; Oliveira, 2020).

Em uma segunda camada, a colonialidade do ser estabeleceu controle do gênero, das afetividades, da sexualidade, bem como uma classificação social por raça, etnia, capacidade e idade, sendo os corpos reduzidos também por uma divisão social do trabalho. Atrélada a esse processo, incide a colonialidade do saber, com o controle dos conhecimentos, saberes, espiritualidades e crenças, em prol do Eurocentrismo e suas categorias de ver e representar o mundo: universalismo, dualismo e verdade. Nesse âmbito, o modelo de Universidade herdado implicou na convocação, para si, do estatuto de guardião da verdade. Para tanto, operou o poder por meio do apagamento de saberes, conhecimentos, crenças e fazeres milenares de povos colonizados e escravizados.

Em consonância, em sua estruturação como instituição, a Universidade passou também a definir o que é ciência, baseada no domínio da razão em detrimento de outras linguagens, afetos, bem como na transformação, em objeto, do Outro, a natureza e seres não humanos. Para tal empreitada, a colonialidade do saber passou a controlar os corpos que puderam ou não ingressar em espaços acadêmicos, via meritocracia - face do capitalismo que aplica a individualidade em concorrência - definindo e restringindo os sujeitos e grupos autorizados a poder dizer na produção de conhecimento. Em sua dinâmica de (auto)validação, também se estabeleceram naturalizações sobre o processo dos sujeitos e perspectivas de ciência dotadas de credibilidade, portanto, alçadas aos efeitos de veracidade e à dinâmica de replicabilidade. Por fim, o ato de pensar e produzir saberes passou a sofrer os condicionamentos de gêneros textuais/acadêmicos a fim de gerar o efeito de veracidade, cujas amarras se estabeleceram como padrões universais de objetividade, neutralidade e capacidade do método ser verificável e replicável.

Assim, as práticas da colonialidade constituíram (e constituem) o sistema-mundo ocidental/colonial. Como consequência,

criou e manteve uma divisão internacional do trabalho, marcada por centro e periferia, permitindo a exploração e acumulação do capital. De modo correlato, estabeleceu hierarquias raciais/étnicas, gênero/sexo, espiritual/religiosa, estética, epistêmica e linguística (Mignolo, 2017).

Na terceira camada, atentamos, com base nas críticas dos feminismos negros (Gonzales, 1984), que essa Matriz Colonial de Poder (MCP) deve considerar que o conceito de “classe” é demasiadamente genérico para tratar das complexidades identitárias da denominada classe trabalhadora ou média. Ademais, existem assimetrias e desigualdades dentro da estrutura colonial de poder, em que os marcadores sociais interseccionais de gênero, sexualidade e raça, por exemplo, carregam consigo mais precarizações introjetadas do que em outros grupos dentro dos subalternizados.

Como a AD pretende investigar fenômenos que extrapolam o “meramente linguístico” (Mari, 2002), a Decolonialidade dá caminho para se analisar as estruturas de poder que subalternizam os sujeitos e suas heranças coloniais, assim como para se perceber que sempre existiram e permanecem práticas de (re) existência, mesmo que o sistema-mundo ocidental/colonial pretenda silenciá-las e/ou apagá-las.

Evidentemente, não há como retornar/retomar uma ancestralidade, de modo a constituir um saber/fazer acadêmico/científico sem as interferências das heranças coloniais. Como atenta Moyo (2020, local. 841, tradução nossa), “jamais poderemos ser verdadeiramente nós mesmos [...]”⁶, pois somos atravessados e constituídos pelo sistema-mundo ocidental/colonial. Cabe a nós, investigadores do Sul Epistemológico, partirmos de alguns passos para desconstrução das amarras universalizantes e reducionistas. A mudança de postura acadêmica começa no exercício de um “pensamento liminar” (Mignolo, 2020).

6 No original: “*We can never truly be ourselves [...]*”.

A MCP atravessa a colonialidade do saber, da qual a Universidade faz parte. Logo, fomos e somos constituídos⁷ por modos de pensar e fazer científicos ocidentais/coloniais, o que implica a impossibilidade de um retorno a um suposto ponto de origem ancestral. Assim, o foco das problematizações decoloniais não está na invalidação ou mera refutação das contribuições das vertentes anglo-saxãs e/ou francesas na constituição da AD, mas justamente em apontar os limites de sua utilidade evidenciados pela revelação da diferença colonial, observando que os intercâmbios de saberes entre norte e sul globais foram e são assimétricos, marcados por relações de poder e hierarquia.

Um exemplo está na aplicação, sem as devidas problematizações, de uma investigação e análise centrada nos efeitos de sentidos dados a partir de um enunciador, bem como no *logos* (ou elemento verbal). Conforme Berlo (1984), a concepção utilitária e vertical da comunicação tem como antecedente a Retórica aristotélica, a qual coloca a persuasão no centro, o que implica em um olhar científico que prioriza investigar a capacidade do orador de se fazer credível e que seus dizeres sejam compreendidos como verdadeiros. A problemática, ao se seguir nessa mirada, é o reconhecimento tácito de um esquema instrumental de interação, marcado por um emissor, mensagem e receptor, o qual subjaz uma hierarquia de poder dada entre enunciador e receptor quando tais parceiros de troca linguageira deveriam ser admitidos como coenunciadores em processos (assimétricos) de negociação de sentidos e práticas.

Torrico (2022) explica que, em termos históricos e sociais, uma das práticas do processo colonial foi estabelecer uma aliança entre in-comunicação e desumanização, subjugando o Outro,

7 Cabe atentarmos, com base nas ideias de Mignolo (2020), que a adoção e constituição da, por exemplo, Análise Crítica do Discurso e da Análise de Discurso de tendência francesa como projetos globais ocorre não apenas por uma hegemonia exterior que se impõe ao Sul Epistemológico, mas também aos processos colonialistas internos. Tais projetos globais, entretanto, encontram seus limites justamente nas histórias locais.

que passou a ser demonizado. Quando se tem grupos e pessoas subalternizadas, a estrutura de poder sequer permite e autoriza os sujeitos a assumirem um papel de coenunciadores dialógicos. Ademais, assinalamos que os poderes não possuem efeitos uniformes, mas são assimetricamente distribuídos, determinado hierarquias, opressões, marginalizações, subalternizações, dentre outros.

Portanto, a busca por uma verdade tende a apagar as estruturas complexas de poder e suas implicações para os modos de viver, de saber, de ser e de fazer. Ou seja, não contribui para a libertação, mas para a manutenção do sistema-mundo ocidental/colonial que coloca pesquisadores como observadores distantes, supostamente objetivos e neutros do “objeto” de pesquisa, focalizando na racionalidade em detrimento a outras formas de linguagem e subjetividades. Assim, há um apagamento e interdição dos corpos, subjetividades e vozes de grupos historicamente subalternizados.

Com base em Mignolo (2020), entendemos que a produção de conhecimento e teorias não movidas pela vontade abstrata de dizer a verdade, mas também por preocupações éticas e políticas, as quais estão vinculadas com as estruturas de poder e de dominação. Logo, a libertação envolve o reconhecimento dos subalternizados e luta para a erradicação das estruturas de poder que mantém a hegemonia e a subalternidade. Nas palavras Catherine Walsh (2005, p. 23-24), o desafio da decolonialidade

[...] implica partir da desumanização – do sentido de não existência presente na colonialidade (de poder, de saber e de ser) – para considerar as lutas de povos historicamente subalternizados para existir na vida cotidiana, mas também suas lutas para construir diferentes modos de viver, de poder, de saber e de ser⁸.

8 No original: “[...] implica partir de la deshumanización – del sentido de no-existencia presente en la colonialidad (del poder, del saber y del ser) – para considerar las luchas de los pueblos históricamente subalternizados por existir en la vida cotidiana, pero también sus luchas de construir modos de vivir, y de poder, saber y ser distintos”.

Antes da aplicação de modelos teóricos em AD, precisamos adotar algumas premissas para o fazer científico, tais como: o estabelecimento de questões orientadoras; o mapeamento dos temas e campos sociais que perpassam o tema de investigação; a análise da relacionalidade dos temas que atravessam e são atravessados pelos discursos; a mudança de angulação sobre a temática, focalizando as práticas e saberes de (re)existência dos grupos e pessoas subalternizadas, cujas lutas e memórias foram e são sistematicamente apagadas e silenciadas. Da ótica decolonial, incide ainda a necessidade de romper com as hierarquias de poder-saber/saber-poder científicos, considerando saberes e fazeres não acadêmicos e canônicos nas discussões e análises.

Um primeiro passo na relação entre Decolonialidade e AD ocorre, por exemplo, nos (des)encontros entre conceito-chave (discurso, poder, ideologia, hegemonia), de modo a (con)testar as fronteiras e limites das proposições do Norte Epistemológico com as leituras e formas de pensar do Sul Epistemológico.

Tomemos como breve ilustração do “pensar pelo arquipélago” em torno do (bio)poder foucaultiano⁹. Ao adotarmos as noções do poder (que se disputa no e pelo discurso) e de biopoder para Foucault¹⁰ (2002, 2008, 2010) como forma de anátomo-política do corpo e de biopolítica da população, temos uma ênfase em dispositivos disciplinares que visam a extração da força produtiva do corpo humano, via controle do espaço e tempo, cuja atuação ocorre dentro de instituições. Em concomitância, a biopolítica atém-se à regulação das massas, via saberes e práticas, cujos exemplos utilizados pelo autor recaem sobre as ações para gestão de taxas de natalidade, fluxos de migração, dentre outros. Em síntese, o autor focaliza nas violências estruturais

9 As noções foucaultianas de discurso e poder balizaram os desenvolvimentos de distintas correntes em Análise do Discurso, tais como as vertentes francesa e anglo-saxã.

10 O autor – apesar de focalizar na forma como o mundo se impõe ao sujeito – também aborda sobre a existência de margens de manobra individuais, mas não desenvolve, em sua perspectiva, a questão de possibilidade libertária diante das estruturas de poder.

(dadas nas instituições sociais) e nas disciplinares (que imputa regras e regulamentos).

Observamos que, nestes dois conceitos (poder e biopoder), possuem efeito universais, concebidos dentro de uma filosofia da linguagem que não considera ainda as relações interseccionais de poder e de gênero, raça, classe, sexualidade, dentre outros marcadores sociais. De forma correlata, não se evidencia que as estruturas de poder ocidentais/coloniais direcionam as precariedades e as subalternidades a determinados grupos, os quais são fadados a uma vida precarizada, uma vez que a premissa foucaultiana entende que o sujeito é filiado a um discurso pronto, da ordem das leis, cujo poder advém das próprias instituições. Por seu turno, Mbembe (2018) pontua que a noção de poder deve considerar a existência de um Racismo de Estado que visa a instauração de políticas de morte. Na Necropolítica, o poder também dita quem vive e quem deve morrer. O Estado, segundo o autor, define limites entre direitos, violência e morte, estabelecendo corpos “matáveis” definidos pela raça por meio da definição de um grupo como inimigo.

A nosso ver, diante dos vestígios das estruturas de poder no e pelo discurso, precisamos demonstrar ainda a existência da interligação entre os sistemas de poder: racismo, sexismo, capitalismo e nacionalismo. Patrícia Hill Collins (2022) explica que os domínios de poder estão entrelaçados e podem ser percebidos em quatro tipos: interpessoal (marcado pela violência visível), estrutural (invisível, delimitado na e a partir as instituições sociais, ocasionando, por exemplo, insegurança alimentar e analfabetismo), disciplinar (invisível, regramentos que são aplicados diferentemente conforme marcadores sociais) e cultural (invisível, o qual determina a representação da violência). Logo, ao se pretender investigar, por exemplo, a representação da violência, deve-se considerar a sua relação com os outros domínios de poder. “As relações estruturais de poder organizam a maneira

como instituições sociais centrais de qualquer sociedade – como emprego, habitação, educação, saúde, religião, prisões e forças armadas – endossam, promovem, ignoram ou opõem-se à violência” (Collins, 2024, local. 371).

Além disso, com base em Collins (2022), ressaltamos que as ideias paradigmáticas da interseccionalidade são fundamentais para o percurso de pesquisa, de modo a considerar construtos centrais: relacionalidade, poder, desigualdade social, contexto social, complexidade e justiça social. Em síntese, temos premissas orientadoras que ultrapassam a conceitualização originária da perspectiva foucaultiana, assumindo que a violência e o poder são interseccionais, marcados em uma complexa teia de (inter) relações de mútuos condicionamentos entre raça, classe, gênero e sistemas de poder. A intersecção “produz desigualdades sociais complexas e interdependentes de raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade, etnia, capacidade e idade. (3) A localização social de indivíduos e grupos na intersecção das relações de poder determina suas experiências e perspectivas no mundo social” (Collins, 2022, local. 1026).

Se optássemos por realizar um desvelamento discursivo das relações de poder apenas na ótica foucaultiana, esse caminhar nos levaria a uma desconsideração dos poderes assimétricos e desigualdades sociais como práticas interseccionais distribuídas a determinados grupos e pessoas conforme marcadores sociais. Com isso, tenderíamos a pensar as relações e análises de modo simplificado, o que tende a contribuir para a desumanização de pessoas e grupos marginalizados/subalternizados, cujas experiências, vivências e identificações ficam a reboque dos marcadores sociais coloniais e não evidenciam suas (re)existências apesar das heranças coloniais.

A pesquisa de Marina Leão (2024), ao analisar as poesias do Slam das Minas, demonstra como esses (des)encontros conceituais se desenvolvem na abordagem sobre subalternizações.

Diante do Slam, a autora depara-se com as zonas movediças e limitações conceituais dos conceitos de poder, ideologia e hegemonia norteadores da Análise Crítica do Discurso (ACD) faircloughniana. Para tanto, estabelece uma reflexão, revisão e expansão de perspectivas a partir e por meio da decolonialidade e feminismos negros. Tal forma de pensar e fazer científico promove, como decorrência, uma desestabilização das categorias de análise padrões da ACD, momento em que a autora propõe outras chaves de leitura diante das especificidades do fenômeno investigado.

Assim, cada pesquisa que pretenda caminhar caminhando em AD requer um desenvolvimento de suas próprias trilhas e lentes para a realidade a ser retratada, considerando que as heranças coloniais permanecem, são estruturais e estruturantes, perpassam os saberes e fazeres cotidianos das práticas, para além das instituições e seus poderes. Os sentidos do texto e do discurso, em suas materialidades, permitem acessar e perceber vestígios dessas complexas tessituras que envolvem a subalternização, aspectos que não podem ser desconsiderados caso se pretenda atuar em prol da libertação. Devemos lembrar que o sistema-mundo ocidental/colonial estrutura(ou-se) por meio de aparatos institucionais, mas também pela imposição de religião nacional, língua nacional, apagamento das diferenças culturais em prol de um ideal de cultura nacional. Apesar de padrões e normas, dentro do hegemônico existem ações anti e contra-hegemônicas, as quais são invisibilizadas e/ou silenciadas.

O pensamento liminar pode ser uma trilha para o rompimento com a razão instrumental pós-Iluminismo, em que a “gnose liminar” possibilita ultrapassar a subalternidade, estabelecendo-se como ponte para a construção de formas subalternas de pensar (Mignolo, 2020). Implica, com isso, a constituição de outros sujeitos epistemológicos que pensem a partir das e sobre as fronteiras. Afinal, as problemáticas do Sul Epistemológico são

mais diversas e complexas do que as perspectivas desenvolvidas no contexto do Norte Epistemológico.

Em consonância com as ideias de Torrico (2022) sobre a decolonização da Comunicação, consideramos que a decolonização da AD envolve libertações conceituais e das práticas acadêmicas; em concomitância, implica a adoção da perspectiva interacional dialógica, democratizante e reumanizadora. Para Mignolo (2014, s.p.), “a decolonialidade são os processos de busca de se estar no mundo e fazer nesse estar, desobedecendo àquilo que a retórica da modernidade e do desenvolvimento quer que sejamos e façamos”.

Em alinhamento com essa mirada, Ramón Grosfoguel e Joaze Bernardino-Costa (2016) explicam que a decolonialidade não é um projeto acadêmico que visa um universalismo abstrato, o qual, como consequência traria a obrigação de citar autores e conceitos-chave. “Caso isso ocorresse, estaríamos nos deparando com um novo colonialismo intelectual não mais da Europa, mas da América Latina” (Grosfoguel; Bernardino-Costa, 2016, p. 20).

Uma avenida para o desafio decolonial em AD pode estar na forma de seleção das temáticas atreladas à subalternidade e sua angulação, com foco nas lutas e experiências de (re)existência; ao mesmo tempo, abandonando o papel social de observador neutro e distante da realidade que considera as pessoas e os problemas sociais como “objetos” de pesquisa.

Collins (2024, local. 439) ilustra como a problemática das “intersecções letais¹¹” pode ser abordada. Como propõe a autora, “inverto o roteiro padrão de começar com ideias e ações das elites e estudar como o povo responde”. Com isso, há um deslocamento da ênfase nos marcadores sociais, os quais tendem a limitar e reduzir as identificações e experiências às representações colo-

11 Segundo Collins (2024), as intersecções dos sistemas de poder direcionam a introjeção de desigualdades de raça e de gênero. O conceito de “intersecções letais” refere-se a espaços de dominação política nos quais a morte ou a sua ameaça é evidente.

niais, e suas faces de opressão e violência para uma investigação sobre as formas de enfrentamento às violências interseccionais, os modos de (re)existência.

Portanto, percebe-se o deslocamento para além dos discursos hegemônicos e seus efeitos de verdade, atentando para as negociações de sentido e zonas não hegemônicas do discurso e suas materialidades, incluindo, nesse escopo, subjetividades, afetos, afetações, enfim, outras formas de tentar bem-viver. Nas palavras de autora (2024, local. 154), “não podemos mudar as realidades de violência para nossa conveniência, mas podemos alterar as histórias que contamos para explicar tais realidades. Mudar as histórias que contamos sobre a violência permite que características ocultas se tornem visíveis”. Sendo assim, concordamos com a premissa investigativa de Moraes (2023, p. 295), em que a exploração de imagens de sofrimento não pode se estabelecer como denúncia de desumanização, uma vez que, “a repetição das mesmas pode, ela mesma, provocar esta desumanização. Isso porque não se publicizam as formas de criatividade e autonomia vitais e existentes mesmo entre os minorizados socialmente”.

Como nos inspiram as conversas entre Glissant e Obrist (2023), precisamos ir além dos sistemas de pensamento normativamente estruturados e estarmos abertos às incertezas do desconhecido. Para tanto, algumas reflexões são necessárias sobre o nosso modo de ser, estar e agir no mundo: por que não podemos discutir e romper com o modelo herdado e replicado de fazer ciência? Por que não nos é autorizado produzir conhecimentos fora da razão instrumental? Por que não podemos assumir nossos lugares de seres pensantes do Sul Epistemológico, libertários e autônomos, capazes de construir outras bases de saberes em AD? Apesar de interdisciplinar em suas zonas movediças, por que a AD não pode dialogar com cosmovisões fora dos conhecimentos gerados em áreas acadêmicas disciplinares? Por que, diante dos privilégios que possuímos no interior do sistema-mundo ociden-

tal/colonial, não lutamos contra as hierarquias acadêmicas na produção de conhecimentos, pensando na e a partir das bordas, com os sujeitos e grupos subalternizados?

Caminhar caminhando em Análise do Discurso pode nos mostrar que existem vidas que lutam, cotidianamente, para serem vividas, mesmo diante do maquinário do sistema-mundo ocidental/colonial. O processo de pensar pelo arquipélago pode se instaurar mais adequadamente quando considera as necessidades das comunidades como ponto de partida. O primeiro passo nessa jornada começa ao deixar de lado o papel social de observador neutro, para ser e viver como participante subjetivo, a fim de dialogar com as comunidades e não falar por e sobre elas.

Referências

- BERLO, D. *El proceso de la comunicación*. Buenos Aires: El Ateneo, 1984.
- COLLINS, P. H. *Bem mais que ideias*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022. E-book.
- COLLINS, P. H. *Intersecções letais*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2024. E-book.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M.. *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2002
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber* (v. 1). São Paulo: Edições Graal, 2010.
- GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, p. 223-244, 1984. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/10316>. Acesso em: 5 fev. 2025.
- GLISSANT, É. *Poética da Relação*. São Paulo: Bazar do Tempo, 2021. E-book.
- GLISSANT, É.; OBRIST, H. U. *Conversas do arquipélago*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2023. E-book.
- GROSGOUEL, R.; BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*, v 31, n 1, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/wKkj6xkzPZHGcFCf8K4BqCr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 fev. 2025.

- LEÃO, M. A. P. *Slam das Minas: uma análise das metáforas de (re)existência sobre mulheres pretas e periféricas brasileiras*. 2024. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2024.
- LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: Hollanda, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- MARI, H. Apresentação. In: Mari, Hugo. et al. (org.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges Editora, 2002.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MIGNOLO, W. O controle dos corpos e dos saberes. Entrevista com Walter Mignolo. *Revista IHU*, São Leopoldo, jul. 2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/533148-o-controle-dos-corpos-e-dos-saberes-entrevista-com-walter-mignolo> Acesso em: 28 maio 2025.
- MIGNOLO, W. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. *RBCS*. v. 32, n. 94, junho/2017.
- MIGNOLO, W. *Histórias locais / projetos globais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.
- MORAES, F. Negros na piscina: as imagens de felicidade e insurgência como estratégias decoloniais. *Chasqui*. Revista Latinoamericana de Comunicación, n. 152, p. 295-309, abr./ jul. 2023.
- MOYO, L. *The Decolonial Turn in Media Studies in Africa and the Global South*. Palgrave Macmillan Cham, 2020. E-book.
- QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/ racionalidad. *Perú Indígena*. Lima: Instituto Indigenista Peruano, v. 13, n. 29, 1992. p. 11-20.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: Castro-Gómez, S.; Grosfoguel, R. (Eds.). *El giro decolonial*. Bogotá: Siglo del Hombre, p. 93-126, 2007.
- ROCHA, P. H. B.; MAGALHÃES, J. L. Q.; OLIVEIRA, P. M. P. (org.). *Decolonialidade a partir do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.
- TORRICO VILLANUEVA, E. R (2022). Comunicación (re)humanizadora: Ruta decolonial. Quito: Ediciones Ciespal. Disponível em: <https://ediciones.ciespal.org/index.php/ediciones/catalog/view/40/42/301-2>.
- WALSH, C. Introducción - (Re) pensamiento crítico y (de) colonialidad. In: Walsh, C. *Pensamiento crítico y matriz (de)colonial*. Quito: Ediciones Abya-yala, p. 13-35, 2005.
- WALTER, R. Édouard Glissant: In Memoriam. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABECAN, 11, 2011, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UFBA, 2011. Disponível em: <https://anaisabecan2011.ufba.br/Arquivos/Walter-Roland.pdf>. Acesso em: 28 maio 2025.

COLONIALIDADES, DECOLONIALIDADE E DISCURSO: DESAFIOS DO (SE)(RE)FAZER: PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO ANTROPOFÁGICA

Cláudio Márcio do Carmo (Promel/Delac/UFSJ/CNPq)

1. Introdução

Este texto, sob a forma de um ensaio, pretende conectar ideias, as quais se iniciaram na forma de questionamentos e insatisfações, que encontraram ecos ao longo de minha formação desde a graduação, mas que se fortaleceram especialmente nas últimas décadas.

Isso se deu claramente com a leitura de vários pensadores, termo que uso para não validar nem alimentar as diversas “caixinhas” sob as quais nos colocamos, ou nos colocam, seja por formação, seja pelo tipo de trabalho que desenvolvemos.

Nesse sentido, o que propomos, de maneira geral, é re-visitar temáticas caras a várias sociedades, destacando-se os colonialismos e a colonialidade como fontes de desigualdades, de injustiças e também de manutenção de tensões que se acirram na medida em que se travestem de novas roupagens, mas não são verdadeiramente superadas.

Com isso em mente, pretendemos fazer uma releitura da Análise Crítica do Discurso (ACD) via antropofagia e demonstrar uma possibilidade de reinterpretá-la de uma maneira que talvez pudesse ser chamada de brasileira e decolonial, somando-se

a esforços outros como os contidos especialmente em Shi-Xu (2005), Pardo (2010, 2011), Resende (2019), Macedo (2021, 2023), Duarte-Alves (2022), Barros e Resende (2023), Macedo (2023), Morais (2024), Hudley, Mallinson e Bucholtz (2024), Faria, Souza e Bevilacqua (2026), dentre outros.

Para consecução de nossa proposta, o texto encontra-se dividido em duas seções, quais sejam: *Uma pequena incursão em torno do colonialismo e da colonialidade para início de conversa e Alguns apontamentos sobre o decolonial e a Análise Crítica do Discurso*, às quais se seguem as referências e as considerações finais.

2. Uma pequena incursão em torno do colonialismo e da colonialidade para início de conversa

Um primeiro contato com a ideia de colonialidade nos leva a um fenômeno social que a precede, que é o colonialismo em si. Este é tanto um período específico da história de que não podemos nos orgulhar, como um resultado da invasão e de um processo de expansão territorial vilipendiador, descaracterizador e opressor, que se ancora nas chamadas “grandes navegações”, nas “grandes conquistas”, assim como na “expansão territorial” e se mantém por meio de um discurso que tenta opacizar todo o problema sob o encapsulamento da expressão “descoberta de novos continentes”, como se eles não existissem antes com toda a sua população e pujança sociocultural, religiosa, linguística e humana.

Isso quer dizer que todo esse processo é um fenômeno relevante para a ACD, tendo em vista que o colonialismo se assenta sobre um sistema de dominação e opressão de determinados povos e países sobre outros que foram chamados de colônias. Aqui, nascem as relações de poder entre povos colonizadores considerados superiores e povos colonizados considerados inferiores.

É nesse sistema opressor e dessa maneira que os povos ibéricos colonizadores da chamada América Latina – e no nosso caso, de forma bem específica, os portugueses – transformaram o Brasil em colônia. Todavia, não sem luta, pois, como diz Foucault (1988, p. 105), o poder é ambivalente e disperso, porque “onde há poder, há resistência”. O que passou a ser chamado Brasil e seu povo acabou sendo dominado e explorado, e o controle da colônia se instaurou sob o crivo da violência e da opressão, subjugando, conquistando, enriquecendo e tornando “cativo” grande contingente de pessoas – tanto povos originários, os grandes e verdadeiros ancestrais brasileiros, donos da terra com uma rica, diversa e antiga história e cultura, quanto posteriormente africanos – uma prática abusiva que criou mão de obra escravizada e brutalmente tratada para exploração. É desse modo também que se instaura uma perspectiva eurocêntrica que, calcada nessa exploração, gerou o acúmulo de capital/riqueza dos países europeus em todos os sentidos.

Nesse momento, instaurou-se um modelo específico de colonização no território brasileiro, que não se restringiu apenas à exploração do trabalho e das riquezas em termos da matéria-prima, mas produziu a dominação humana, social, linguística, religiosa, cultural e epistêmica. Isso deu origem a um sistema classificatório, que criou cidadãos de primeira e de segunda classes, que até hoje ainda é verificado, embora diferentes grupos sempre o discutam e o confrontem na ânsia de derrubá-lo.

O controle das consideradas colônias ocorria na forma de subjugação, em que os colonizadores monitoravam os saberes e as práticas dos colonizados, impingindo a eles seus próprios saberes, costumes e práticas, advindos de seu continente de origem, num claro processo de opressão, dominação, exclusão e desvalorização da cultura de origem e da cultura local, de sua religiosidade, de seus saberes, de suas línguas e de suas formas de ser, sentir, agir, comportar, vestir (ou não) etc., o que fora

ampliado aos povos africanos quando raptados, escravizados e tornados mão de obra no Brasil.

A colonialidade é, portanto, um marco definidor das desigualdades, das injustiças e da opressão, representando uma estrutura que é sustentada num padrão específico garantidor de poder ao colonizador, que permanece enraizado, movimentando-se em nossa sociedade de maneira camaleônica, mesmo após o fim das relações coloniais. Por isso, como esclarece Ballestrin (2013), a colonialidade pode ser entendida como uma consequência do colonialismo, não se confundindo com ele enquanto sistema de dominação em si.

Isso significa, em outros termos, que a colonialidade é a perpetuação do pensamento colonial, isto é, sua continuidade enquanto matriz do agir, do pensar e do ser que ainda regem as relações de poder e dominação em várias sociedades. No que tange especialmente à questão geográfica, Maia e Farias (2020, p. 577) nos esclarecem que “a América Latina como um todo, apesar das diferenças de correlações de forças e de dinâmicas sociais entre os países, passou por um processo de desenvolvimento capitalista bastante semelhante, a partir de uma estrutural relação de dependência”.

Contudo, é do pensamento questionador que visa se opor ao colonialismo e à colonialidade que nascem os termos “colonialidade do poder”, “colonialidade do saber” e “colonialidade do ser”, assim como as chamadas abordagens decoloniais das quais falaremos adiante, para, posteriormente, produzirmos uma avaliação da Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough (Fairclough, 1989; 1992; Chouliaraki; Fairclough, 1999) enquanto proposta, com fulcro no contexto brasileiro e, especialmente, na posição/conduita do analista, via *antropofagia* (ver, por exemplo, Bitarães Netto, 2004).

Quijano (2005) é o proponente do que ele chama de “colonialidade do poder”. Essa forma de colonialidade estaria rela-

cionada com a globalização, entendida como mola propulsora de constituição da América e do capitalismo eurocentrado, que se assenta no padrão de poder instituído num processo classificatório que se dá por meio, especialmente, da noção de raça. Em termos gerais, a globalização ficou entendida como “um processo de integração global, definindo-se como a expansão, em escala internacional, da informação, das transações econômicas e de determinados valores políticos e morais” (Silva; Silva, 2010, p. 169).

Como esclarece Quijano (2005), na chamada América Latina, foi exatamente na ideia de raça (em termos de superiores e inferiores) que as relações de dominação europeia foram legitimadas. O padrão homem, branco e (por extensão para análise de fenômenos contemporâneos de raízes antigas) heterossexual era considerado superior devido à pressuposição de possuir uma estrutura biológica e racial supostamente diferenciada que lhe garantia superioridade.

Quijano (2005) observa, então, que a ideia de raça se tornou instrumento e mecanismo eficaz de dominação que se mostra permanente, repercutindo nas relações socioculturais *lato sensu*, especialmente as étnico-raciais, políticas e econômicas, assim como nas ligadas a gênero, sexualidade, classe e territorialidade, no ambiente e na própria produção de conhecimento (ver também as leituras críticas africanas contidas em Oyewùmí, 2025).

Tudo isso quer dizer que a “colonialidade do poder” submete os dominados/colonizados a uma situação de inferioridade, frente à pretensa superioridade dos dominadores/colonizadores. Se tomarmos, por exemplo, as perspectivas de Gobineau ([1853]1937) e Tylor ([1871]2009), veremos pensamentos claros em torno do evolucionismo e do eurocentrismo, como base da colonialidade do poder no processo dicotômico de classificação entre humanos e não humanos, civilizados e primitivos/selvagens, de maneira claramente hierárquica. Ou seja, estabelece-se uma distinção entre bom e ruim, ou entre melhor e pior, imposta

pelos colonizadores aos povos colonizados, numa produção de conhecimento e de ciência que parte do próprio ponto de vista do colonizador, que não reconhece as diversas outras formas de produzir e divulgar conhecimentos e saberes, com suas diferentes matrizes, como no caso a do negro africano e a do indígena que foram vitimados por uma história única fruto do olhar desse colonizador.

Inclusive, de forma ampla, troca-se as cosmovisões e cosmopercepções africana e indígena calcadas numa perspectiva sustentável e integrativa entre o indivíduo, a deidade e a natureza em prol do bem comum e alicerçada numa conduta solidária e colaborativa, por uma visão capitalista cujas bases estão assentadas na competição, na propriedade privada, nos meios de produção, na busca por lucro e acúmulo de capital, impulsionados por um sistema de economia de mercado que resulta na divisão da sociedade em classes sociais e em última instância na desigualdade.

Por isso, como mostra Lugones (2014), a “colonialidade do poder” é o sustentáculo do pensamento colonial e a base sobre a qual se erigem a “colonialidade do saber” e a “colonialidade do ser”. E aqui trazemos as mazelas por elas perpetuadas, como o preconceito, o racismo, o sexismo, o machismo e outras diversas formas de discriminação e fobias.

Para Lander (2005), por exemplo, a “colonialidade do saber” é um derivado da “colonialidade do poder” por advir do desenvolvimento de um padrão de produção de conhecimento global, considerado hegemônico, superior e que foi naturalizado com o apoio das próprias instituições que legitimam uma forma de conhecimento em detrimento de outras, gerando também o que se tem chamado hodiernamente de epistemicídio. A “colonialidade do saber” nega, invisibiliza, apaga e destitui o conhecimento produzido pelos povos e países que foram colonizados, marginalizando-os e enfraquecendo-os, partindo do princípio de

que tudo que venha deles seja inferior e sem valor. Tal pensamento, conforme dito anteriormente, nasce da própria proposição da existência de raças, sendo que os colonizadores se consideraram por muito tempo superiores racional e intelectualmente, sendo também particularmente significativa a sua desracialização nesse processo.

Por outro lado e interligada às anteriores, Maldonado-Torres (2022) propõe o termo “colonialidade do ser”, partindo das visões de mundo que não podem ser abarcadas por questões de poder. De acordo com o autor, a “colonialidade do ser” ataca diretamente a humanidade do outro, sua subjetividade, tendo os corpos como ponto de referência, e, por isso, é um fenômeno diretamente afetado pela corporeidade (ver Streva, 2016 e Oyewùmí, 2025). Nas palavras do autor,

[...] saber (sujeito, objeto e método); ser (tempo, espaço e subjetividade); poder (estrutura, cultura e sujeito). Comum às três dimensões é a subjetividade. O que quer que um sujeito seja, ele é constituído e sustentado pela sua localização no tempo e espaço, sua posição na estrutura de poder e na cultura, e nos modos como se posiciona em relação à produção do saber (Maldonado-Torres, 2022, p. 49).

A colonialidade é, acima de tudo, o ponto a partir do qual ocorreu a diferenciação dos povos e pessoas no que tange ao gênero, à classe social, à raça e à sexualidade, pontos usados não só para diferenciação, mas para inferiorização desses grupos, de maneira a legitimar e fortalecer a dominação e favorecer a exploração. É por esse motivo que a “colonialidade do ser” pode criar um espaço de esquecimento, o qual pode promover que muitos valores, identidades e costumes desapareçam, seja pela inferiorização em si, seja pela perda identitária que gera a desvalorização e a sensação de não pertencimento à sociedade que muitos grupos sentem e

cujos movimentos sociais tentam mudar, buscando a visibilização, o vozeamento e a escuta, por meio da (re)democratização, da politização, da participação ativa e das lutas sociais, das políticas públicas de enfrentamento às desigualdades e às injustiças, e dos Direitos Humanos.

Talvez, essa seja uma das maiores fontes de violência em todos os sentidos ao subjugar os diferentes grupos que compõem a sociedade, porque é uma violência que oprime, castra, desvozeia, emudece, apaga, invisibiliza, desidentitariza e desumaniza, tornando a subalternização um processo quase natural que gera vulnerabilização e que precisa sempre ser questionado, problematizado e derrubado. Esse processo cria o ambiente ideal para a perpetuação do que Minayo (1994, p. 8) chama de violência estrutural,

aquela que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem [à exclusão social], à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade [e direitos fundamentais], tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte.

Aqui, entram o epistemicídio, as muitas fobias (apofobia, negrofobia, lgbtfobia, gordofobia, xenofobia etc.) advindas do preconceito, da discriminação e da falta de reconhecimento do outro como um igual, assim como a “necropolítica” e o “necropoder” de que nos fala Achille Mbembe (2016), quando um grupo se acha no direito de gerir a vida do outro, dizendo quem tem ou não importância, quem merece e quem não merece viver.

3. Alguns apontamentos sobre o decolonial e a Análise Crítica do Discurso

Diante do que já foi exposto, por decolonialidade, entende-se uma forma de pensamento ou proposta de enfrentamento da colonialidade, o que requer também, nas palavras de Mignolo (2011, p. XXVII), abordagens decoloniais, as quais se constituem em “opções analíticas e práticas que confrontam e [se] desvinculam da matriz [...] colonial de poder”. Estas, por sua vez, têm como grande inspiração as discussões desenvolvidas no grupo “nomeado de Modernidade/Colonialidade em 2002, pelo antropólogo colombiano Arturo Escobar, [que] passou a discutir os eixos que sustentam as relações de poder contemporâneas” (Martins, 2023, p. 178).

A decolonialidade sinaliza, sobretudo, a resistência e a desconstrução de padrões, conceitos e perspectivas, que foram impostos pelos colonizadores aos colonizados, criticando o sistema capitalista e a própria ideia de modernidade, como propulsores das desigualdades socioculturais, com seus diferentes matizes. Constitui, também, uma crítica à chamada modernidade e ao capitalismo como sistema que mantém as desigualdades, que longe de se mostrarem estanques em sua base, por vezes, mesclam-se e perpassam os grupos na convergência do que os afeta tanto na individualidade quanto na coletividade, como nos mostram as abordagens interseccionais nos entrecruzamentos entre raça, gênero, classe, dentre outros (ver, por exemplo, Gonzalez, 2018; Crenshaw, 1991, 2000; Rios; Perez; Ricoldi, 2019; Santos; Santos, 2022).

O pensamento decolonial se coloca como uma alternativa para vozeamento, visibilização e mobilização aos subalternizados, vulnerabilizados e oprimidos, que, durante muito tempo, foram invisibilizados e silenciados, mas agora, sobretudo, reivindicam conscientemente seu espaço na sociedade e

escuta. É considerado um projeto político, cultural, econômico e de libertação social, que visa dar respeito e autonomia não só aos indivíduos, mas também aos grupos e movimentos sociais, como o feminista, o negro, o ecológico, o indígena, o LGBTQIA+ etc., especialmente porque a “colonialidade do ser” toma como referência o padrão europeu do que é ser homem, branco, burguês, heterossexual, racional e, à sua maneira, civilizado. Por isso, Maldonado-Torres (2020) chama atenção para os impactos da experiência da colonização na linguagem que nos perpassa. Isso porque os povos subalternizados são submetidos ao serem vistos como inferiores, sendo-lhes negadas e vilipendiadas suas intelectualidade, racionalidade, capacidade, agentividade e identidade.

As “colonialidades do poder, do saber e do ser” se manifestam discursivamente no que chamamos aqui de “colonialidade do fazer”, que impacta na agentividade em si e tem como principais empecilhos a imobilização e as diferentes possibilidades de “recolonização” pela imposição de pontos de vista que se querem decoloniais, mas, ao se imporem, tornarem-se uma outra forma de colonizar. Ao tolhermos processos emancipatórios ou insurgentes, a capacidade de ação ou agência dos indivíduos, outras formas de produção de conhecimento e outras maneiras de ser e vivenciar a si e os outros, podemos manter a colonização em moldes próximos, ou sob nova roupagem, reconstruindo hegemonias, promovendo a homogeneidade danosa e silenciando formas alternativas de saber, ser, crer, viver, vivenciar e realizar. É aqui que percebemos a armadilha do contrapoder, da contra-colonialidade e da contra-hegemonia e a necessidade de construção de pensamentos alternativos ao poder como uma nova matriz, que contemple a todos, isto é, que alce a anti-hegemonia como um clamor do espaço, do tempo, do ser, do crer, do viver e do fazer democráticos, os quais garantam bem-estar social, equidade e justiça para todos.

Diante das características digitais da contemporaneidade, o que se vislumbra como uma abordagem decolonial brasileira, a nosso ver, seria uma “abordagem antropofágica”. Como explica o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) (2019, p. 256):

Antropofagia, cujo título remete diretamente ao conceito fundamental do modernismo de Oswald. Trata-se de um modelo poético para o intelectual ou artista brasileiro se relacionar com a tradição europeia através da canibalização de referências estrangeiras, que, apropriadas e digeridas, resultariam numa produção híbrida, própria, antropofágica. A raiz tupinambá encontra-se no mito dos indígenas do século 16, que devoraram seus inimigos para adquirir suas virtudes e força.

Se o colonialismo se fundou no parasitismo, na opressão e na violência de modo geral, a decolonialidade não deveria significar uma negação completa que gere o puro descarte do conhecimento produzido, especialmente de tudo que há de positivo nele, sem uma crítica profunda a essa produção. Todo conhecimento, acima de tudo, é da humanidade; por isso e por vezes, ganha o *status* de um conhecimento universal. Deglutir estaria na exata medida da seleção do que existe e coaduna com os pensamentos decoloniais, a fim de produzir uma abordagem alternativa produtora de uma nova episteme que não seja castradora, excludente, preconceituosa e opressora, mas que seja inclusiva e dê lugar a vozes outras, a vozes alternativas, a vozes historicamente subalternizadas, silenciadas, emudecidas e vilipendiadas em suas múltiplas formas de pensar, sentir, agir e realizar. Se isso não entra em conflito com esses princípios básicos anti-hegemônicos, negar conhecimentos produtivos, mesmo que produzidos geograficamente no que se nomeia eurocêntrico, é fazer o mesmo, assumindo e fazendo o mesmo

que os colonizadores sem, com isso, poder ser considerado uma verdade superior. Isso vai na direção do que Freire (1987, p. 38) diz na passagem que tem se tornado clichê, mas que indica bem o que estamos dizendo: “Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”. É ser recolonizado por sua própria forma de pensamento ou ser recolonizado por ideias opressoras, excludentes e que se fundam na falta de reconhecimento de que a produção do saber é diversa, múltipla, plural e pode ser feita de diferentes maneiras.

A Análise Crítica do Discurso (ACD), tal qual proposta pelo linguista britânico Norman Fairclough, assume uma perspectiva da linguagem como prática social, com fins emancipatórios e intervencionistas nas relações assimétricas de poder, combatendo especialmente desigualdades e injustiças sociais. Inicia-se com foco na relação entre linguagem, ideologia e poder (Fairclough, 1989), passando pela teoria social do discurso (Fairclough, 1992) como suas formas basilares, promotoras do modelo tridimensional em que a linguagem é analisada como práticas, nomeadamente textual, discursiva e social. Não obstante essa proposição, no modelo seguinte, a tridimensionalidade do discurso é revista, partindo-se do princípio de que o discurso é um momento da prática social, não a prática social como um todo (Chouliaraki; Fairclough, 1999).

Adentrar detalhadamente nas diferentes versões da teoria nos obrigaria a fugir do escopo e da proposta aqui apresentada. Por isso, vamos partir de um aspecto relevante que pode conectar a ACD à perspectiva decolonial nos moldes aqui apresentados. A ACD, ao assumir-se como síntese movente de outras teorias (Chouliaraki; Fairclough, 1999) e contrária a qualquer tipo de injustiça, às desigualdades sociais e às estruturas de poder castradoras, mostra-se como uma perspectiva capaz de ser descentrada de qualquer matriz, inclusive aponta para um descentramento de sua própria raiz eurocêntrica, embora tenha vínculos epistemológicos claros com esse saber ao partir dele mesmo.

O que parece difícil é, enquanto resistência, escapar do seu sentido primário para produzir transformação. Mas não é impossível. Como afirmou Wodak (2004, p. 236):

Para a ACD, a linguagem não é poderosa em si mesma – ela adquire poder pelo uso que os agentes que detêm poder fazem dela. Isso explica por que a LC com frequência adota a perspectiva dos que sofrem e analisa criticamente a linguagem daqueles que estão no poder, que são responsáveis pela existência de desigualdades e que também dispõem dos meios e oportunidades para melhorar as condições gerais.

Do ponto de vista procedimental, Chouliaraki e Fairclough (1999) indicam os seguintes passos: a. centralizar-se em um problema social que tenha um aspecto semiótico, no caso em tela a diversidade social que permeia as relações internacionais; b. identificar os obstáculos, a fim de abordá-los mediante a análise: § da rede das práticas em que estão localizados, § da relação de semiose que mantém com outros elementos da prática particular de que se trata e § do discurso: § análise estrutural – a ordem do discurso, § análise interacional, § análise interdiscursiva e § análise linguística e semiótica; c. identificar as possíveis maneiras de superar os obstáculos; e d. refletir criticamente sobre a análise.

A perspectiva decolonial está voltada para o descentramento orientacional do pensamento e, dentro da pesquisa, do pensamento europeu a partir do qual ela tem sido maiormente orientada, como já pontuava Moita Lopes (2006), quando requeria as chamadas vozes do sul como uma outra forma de norteamiento do pensar que descentralizasse e pudesse reconduzir as pesquisas de formas outras. Seria o que Dussel (1995, 2005) nos explica sobre o *ego cogito* prevalente, no sentido de ser supostamente detentor do conhecimento e da razão, enquanto um resquício do homem europeu iluminista dos séculos XV a XVIII, que forjou a negação

do *status* de humanidade de outros povos que não seguissem a matriz europeia de produção de conhecimento, assim como proposto por Tylor ([1871]2009).

Em “d” acima, está um momento importante de reflexão que pode levar a uma mudança de pensamento, porque coloca o pesquisador, analista crítico do discurso, diante de si para a crítica a si e à sua análise. Análise esta que já deveria ter feito uma avaliação criteriosa de um problema social que tenha um aspecto semiótico e de sua conjuntura. Sua vocação contrária às desigualdades e injustiças sociais leva (ou pelos menos deveria levar) a ACD e aquele que a faz a assumir uma postura decolonial, uma vez que a colonialidade é uma das matrizes da desigualdade social, cultural, religiosa, racial, econômica e epistêmica. Por isso, é fonte para construções diferenciadas, como a Abordagem Cultural do Discurso de Shi-xu (2005) ou a Análise do Discurso como Crítica Social de Herzog (2018).

Como nos propõe Mignolo (2003, p. 6):

o pensamento e a ação descoloniais focam na enunciação, se engajando na desobediência epistêmica e se desvinculando da matriz colonial para possibilitar opções descoloniais – uma visão da vida e da sociedade que requer sujeitos descoloniais, conhecimentos descoloniais e instituições descoloniais.

É importante destacarmos que algo semelhante já fora feito no Movimento Antropofágico, como pontuou Bitarães Netto (2004, p. 11):

É incontestável que a Antropofagia, tanto como designação específica do programa modernista de Oswald de Andrade [década de 1920] quanto como indicação genérica de seus desdobramentos e releituras, ocupa lugar de destaque na história intelectual brasileira do século XX.

Como destacou Oswald de Andrade ([1928]1976) no Manifesto Antropofágico, a antropofagia é o que nos une social, econômica e filosoficamente como a única lei do mundo, no que ele chamou de lei mascarada dos individualismos e coletivismos, destacando as religiões e especialmente os tratados de paz.

E nesse sentido, não apenas do século XX, como se recontextualizada, a antropofagia pode e deve ocupar lugar central na construção de um pensamento decolonial brasileiro, que faz da deglutição uma necessidade, da antropofagia um processo e do decolonial, nesses moldes, uma alternativa mestiça, insurgente, de resistência e transgressivamente brasileira de produzir a si mesma, em todas as suas dimensões: identitária, epistêmica, social, religiosa, linguística, cultural etc.

Bitarães Netto (2004) alerta e adverte que a potência metafórica da antropofagia contribui para abordar dimensões que ele considera fundamentais na cultura brasileira, mas que isso não é livre de conflitos em termos do grau de validade e capacidade de sobrevivência de seus postulados. O que advogamos aqui é que a validação ou a sobrevivência de um postulado é dependente da própria matriz que o valida. Nessa perspectiva, erigir novos parâmetros já é em si desafiador, transgressor e constituidor de novas formas de agir, pensar, sentir, crer, viver, ser, fazer e realizar nas diferentes dimensões da vida ordinária, incluindo a da episteme que tem orientado as pesquisas durante séculos.

Como já dito, talvez, um dos grandes desafios esteja, conforme já aventado, na possibilidade da recolonização que crie outros centrismos e outras matrizes de poder que subjuguem e oprimam, como um perigo ao bem-estar social, à equidade, à inclusão e ao equilíbrio das sociedades em todos os sentidos. Embora seja um enorme desafio, precisamos mais que apenas teorias, mas também de uma atitude decolonial, uma postura que leve à anticolonialidade como conduta, como contrapoder, que seja mais que contra-hegemônica, mas anti-hegemônica. E essa conduta

pode prover epistemes alternativas, como novas epistemes que se mostram produtoras à criação de uma cultura que faça do outro não apenas um outro como simples diferença, mas que faça dele um parceiro detentor de saberes outros na sua diversidade, por isso diferente daquele promulgado, desenvolvido e considerado único e legítimo.

4. Considerações finais

O texto que ora apresentamos como um ensaio caminha sob a égide da proposta de Moita Lopes (2006) quando afirma que epistemologias do sul precisavam ser consideradas para a construção de novos saberes; e essa proposta aponta para um processo antropofágico capaz de implantar saberes diferentes, integrando-os como saberes que não são daqui ou de lá, mas saberes que pertencem à humanidade. E produzir, por exemplo, uma análise crítica do discurso antropofágico, em que não seria uma mudança de rótulo em si que indicaria uma outra forma de fazer ACD, mas a percepção de uma outra postura frente aos problemas teóricos, epistemológicos, metodológicos, sociais e culturais. Tais problemas mudam conforme as sociedades, exigindo uma nova conduta do pesquisador frente à teoria e à releitura crítica tanto contra-colonial quanto decolonial, que mostre nossa contribuição e coloque o pesquisador brasileiro como protagonista desse outro fazer, desse outro pensar e desse outro realizar, ao deglutir e, sobretudo, propor uma episteme que valorize nossa constituição mestiça e criativa.

Assim como a recolonização se mostra um problema, é na conduta do pesquisador que vislumbramos a possibilidade de uma mudança em favor das novas epistemes como as grandes propulsores da produção do conhecimento neste novo século. Libertar-nos de uma episteme castradora, opressora e excludente é, acima de tudo, primordial para o novo fôlego que o pensamento decolonial

veio trazer, assim como o interseccional, embora este último não tenha sido trabalhado neste texto (ver, por exemplo, Figueiredo; Macedo; Rieger, 2022; Santos; Santos, 2022). E trazer também, no bojo das discussões, visões teóricas, perspectivas, filosofias e cosmovisões outras, que foram silenciadas como a africana e a indígena (ver, por exemplo, Munduruku, 2009; Sobola; Osoba; 2014; Krenak, 2022; Bispo, 2023; Oyewùmì, 2025).

Se como Bakhtin (2004, p. 66) postulava que “cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. [Porque] A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais”, nosso olhar, por meio da mesma palavra, traz para si a deglutição e a transgressão como resistência. E em nível macro das relações de poder em que o discurso se faz presente para a reprodução, destacamos também sua capacidade motriz para a transformação e a mudança de maneira a romper com a estagnação e o *status quo* da episteme vigente como única e legítima.

Precisamos deglutir no sentido mais produtivo da palavra, mas sendo antropofágicos no sentido mais transgressivo que nossa natureza mestiça e criativa pode nos oferecer e, assim, demonstrar nossa capacidade de ser e de nos (re)fazer em perspectiva decolonial e, quiçá, anticolonial. Isso requer de nós protagonismo e a capacidade de nos reinventarmos no presente como prospecto para um futuro em que ocupemos o lugar de onde nunca devíamos ter sido tirados ou saído, sem centrismos e certezas, mas com a produtiva dúvida de que a própria ciência se vale na produção de seu caráter epistemológico.

Precisamos, também, avançar na busca de uma possível “universalidade” do conhecimento a partir do redesenho de antigas e novas geografias humanas, de novas matrizes de produção de conhecimentos e saberes, com suas diferentes formas de pensamento, de ciências várias, significando uma desescravização dos

interesses geopolíticos, que se assentam sob o capitalismo, sob o neoliberalismo e as “colonialidades do poder, do saber e do ser” e que causam, como fim último, a violência estrutural. E, então, fortalecer nossa identidade, para produzirmos conhecimento como forma de (re)construir a sociedade sob nosso ponto de vista, com nossos referenciais ou pelo menos com nosso próprio viés ou olhar.

Precisamos, ainda, transcender, sob o risco de estagnação e manutenção do *status quo*, avançando para uma conduta anti-colonial. E caso nos furtemos de outras possibilidades, podemos ser abalroados por uma nova colonialidade, a “colonialidade do realizar”, pois esta tem como um de seus principais empecilhos a “colonialidade do fazer”, a incapacidade de fazer ou pelo menos tentar fazer diferente pela aceitação tácita e acrítica das fórmulas e dos rótulos ou de uma postura rígida e engessada que não nos permita ver nossas próprias limitações e escolhas pessoais criticamente também.

Contudo, tem a seu favor a capacidade que nasce da subversão, da transgressão, da insurgência, insubordinação e do caráter mutável do *status quo* a partir da linguagem, numa dimensão de engajamento e politização, a partir do discurso que tanto pode reproduzir formas de pensamento como contestá-las com outras perspectivas, que reconstruam o mundo social. E, assim, a partir de uma visão emancipatória, insurgente e contra-hegemônica, poder construir uma visão equitativa da distribuição dos bens (materiais e simbólicos) numa perspectiva anti-hegemônica e anticolonial, pautada em níveis avançados de sociabilidade e humanidade, como promotores de bem-estar e justiça social.

Referências

- ANDRADE, O. O manifesto antropófago (1928). In: TELES, G. M. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro*: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cdrom/oandrade/oandrade.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2025.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política – RBCP*, v. 2, p. 89-117, 2013.
- BARROS, S. M.; RESENDE, V. M. (org.). *Coloniality in Discourse Studies*: a radical critique. New York: Routledge, 2023.
- Bispo, A. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.
- BITARÃES NETTO, A. *Antropofagia oswaldiana*: um receituário estético e científico. São Paulo: Annablume, 2004.
- CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, Califórnia, n. 6, p. 1.241-1.299, 1991.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, vol. 10, n. 1, p. 171-188, 2000.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, F. *Discourse in late modernity*: rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- DUARTE-ALVES, Andreia. *Colonialidade e desastres*: uma análise crítica latino-americana do discurso gerencialista em corporações extrativistas. 2022. 238f. Tese (Doutorado) — Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2022.
- DUSSEL, E. *Filosofia da libertação*: crítica à ideologia da exclusão. São Paulo: Paulus, 1995.
- DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 24-32.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. London: Longman, 1989.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.

FARIA, M. A. ; SOUZA, L. P.; BEVILACQUA, P. D. História, caminho e horizonte: a Análise do Discurso Crítica Latino-americana como referencial de pesquisa e para pesquisar. *Bakhtiniana - Revista de Estudos do Discurso*, 21 (2): e70474p, abril/jun. 2026.

FIGUEIREDO, D. C.; MACEDO, B. L.; RIEGER, G. P. Estudos críticos do discurso, interseccionalidades e mudanças sociais. *Ilha do Desterro*, v. 75, p. 9-13, 2022.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOBINEAU, J. A. *Ensayo sobre la desigualdad de las razas humanas*. Barcelona: Editorial Apolo, [1853]1937.

GONZALEZ, L. *Primavera para rosas negras*. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

HERZOG, B. *Discourse analysis as social critique: discursive and non-discursive realities in critical social research*. London: Palgrave Macmillan, 2018.

HUDLEY, A. H. C.; MALLINSON, C.; BUCHOLTZ, M. (Ed.). *Decolonizing Linguistics*. USA: Oxford University Press, 2024.

KRENAK, A. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, E. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 8-23.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.

MACEDO, L. B. Enegrecendo os estudos críticos discursivos: contribuições epistemológicas afroperspectivistas para o campo da análise crítica do discurso no Brasil. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 1, p. 1-14, 2021.

MACEDO, L. B. Notas em negrito: contribuições das epistemes afroperspectivistas contra os ruídos coloniais na produção de saberes no campo dos Estudos Críticos do Discurso. *Discurso y Sociedad*, v. 17, n. 4, pp. 652-676, 2023.

MAIA, F. J. F.; FARIAS, M. H. V. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial através da colonização da América. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 21, n. 3, p. 577-596, jul./set. 2020.

MALDONADO-TORRES, N. *Sobre a colonialidade do ser: contribuições para o desenvolvimento de um conceito*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.

MARTINS, A. L. R. Tempo, Espaço e Subjetividades: A Emergência do Conceito de Colonialidade do Ser. *Revista de teoria da história*, v. 26, p. 177-183, 2023.

- MBEMBE, A. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.
- MIGNOLO, W. *Histórias Globais/Projetos Locais*: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- MIGNOLO, W. *The darker side of western modernity: global futures, decolonial options*. Durham, NC: Duke University Press, 2011.
- MINAYO, M. C. S. A Violência Social sob a perspectiva da Saúde Pública. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. 7-18, 1994.
- MOITA LOPES, L. P. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 85-107.
- MORAIS, ANIELLE. Tendências em Análise de Discurso Crítica na América Latina. *Revista do GEL*, v. 21, p. 296-320, 2025.
- MUNDURUKU, Daniel. Educação Indígena: do corpo, da mente e do espírito. *Múltiplas Leituras*, v. 2, n. 1, p. 21-29, jan./jun. 2009.
- MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND – MASP. *Tarsila Popular*. Organização Editorial e Curadoria Adriano Pedrosa e Fernando Oliva. Textos Adriano Pedrosa et al. São Paulo: MASP, 2019.
- OYEWŪMÍ, O. (Org.). *Estudos africanos de gênero*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes; Itaú Cultural/Fundação Tide Setubal, 2025.
- PARDO, M. L. Latin-American discourse studies: state of the art and new perspectives. *Journal of Multicultural Discourses*, v. 5, n. 3, p. 183-192, 2010.
- PARDO, M. L. *Teoría y Metodología de la Investigación Lingüística*: método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos. Buenos Aires: Tersites, 2011.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107-130.
- RESENDE, V. M. *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. Campinas (SP): Pontes, 2019.
- RIOS, F.; PEREZ, O.; RICOLDI, A. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. *Lutas Sociais*, [S. l.], v. 22, n. 40, p. 36–51, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/46648>. Acesso em: 30 out.. 2025.
- SANTOS, G.; SANTOS, D. S. Epistemologias de reexistência: um diálogo teórico-metodológico entre interseccionalidade e aquilombagem crítica. *Revista Brasileira de Educação*, v. 27, p. e270028, p. 1-15, 2022.

SHI-XU. *A Cultural Approach to Discourse*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2010.

SOBOLA, E.; OSOBA, S. Introduction to discourse analysis. Ed. ADEDUN, E.; SEKYI-BAIDOO, J. *English studies in focus: readings in language and literature*. Winneba, Gana: Faculty of Languages, University of Education, 2014. p. 200-219.

STREVA, J. M. Colonialidade do ser e corporalidade: o racismo brasileiro por uma lente descolonial. *Antropolítica: revista contemporânea de antropologia*, v. 1, n. 40, p. 20-53, 2016.

TYLOR, E. A ciência da cultura (1871). In: CASTRO, C. (org.). *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Fraser*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009. p. 67-99.

WODAK, R. Do que trata a ACD – Um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, n. esp., p. 223-243, 2004.

POR UMA LINGUÍSTICA POPULAR DO BRASIL - DESACELERAR E CONFLUIR NO ANTROPOCENO

Nayhara J. A. Pereira Thiers Vieira

1. Introdução

Na ocasião da VI Jornada de Estudos do Discurso: um olhar para os sentidos decoloniais, fui convidada a compor a mesa intitulada *Há uma via para a Análise do Discurso Francesa a partir da contracolonialidade e do perspectivismo?* Uma atividade que parte de um questionamento dessa relevância sempre convoca quem está participando a ir além de tentar respondê-lo. A tarefa mais desafiadora é a de aceitar o convite, aceitando também o papel de se colocar no lugar de alguém de quem se espera uma contribuição significativa em torno do debate que ele suscita.

Confesso que, mesmo desenvolvendo uma pesquisa de doutorado na qual a contracolonialidade e o pensamento do mestre quilombola Antônio Bispo dos Santos é preocupação central, me senti extremamente desafiada. Não dispunha de ferramentas para responder à questão. Poderia apenas, a partir da interlocução com meu tema de pesquisa, acrescentar elementos para problematizá-la e refletir a partir dela.

Assumi então a tarefa, não como alguém capaz de resolvê-la, mas como uma pesquisadora que, muito convenientemente, adota o papel de idiota, aquele que olha o dedo, enquanto o sábio aponta o céu. Esse personagem de um provérbio chinês, lembrado

por Michel Pêcheux em *Papel da memória* para se referir à questão da interpretação em Análise de Discurso (Pêcheux, 1999, p. 54), é, mais tarde, também retomado pela química e filósofa da ciência, Isabelle Stengers, no sentido deleuziano, como “aquele que desacelera os outros” (Stengers, 2018, p. 444). Frente à questão apresentada no título da mesa, é nesse papel que me coloco, em consonância com Pêcheux, ao dirigir meu olhar para “[...] os procedimentos de montagem e as construções antes que sobre as significações” (Pêcheux, 1999, p. 55), num gesto de desaceleração, como aponta Stengers, e que retomarei mais adiante.

No âmbito geral do tema proposto para discussão é possível afirmar que, resguardadas as especificidades, tanto a contracolonialidade quanto o perspectivismo ameríndio¹ nos impõem, como cientistas da linguagem, alguns desafios e incômodos filosóficos importantes. Não apenas pelo viés da Análise de Discurso, mas em diversas frentes dos estudos da linguagem, essas proposições podem nos demandar uma busca por alternativas e possibilidades teóricas que podem vir a sugerir outras vias.

Proponho-me assim a refletir sobre o que foi aventado, em uma linguagem próxima à que desenvolvi durante minha fala, direcionando o foco desta discussão sobre o que tenho observado e problematizado em meu trabalho em torno da obra de Antônio Bispo dos Santos. Buscarei desenvolver este texto problematizando a Linguística Popular, teoria linguística que mobilizo em minha pesquisa, e a Guerra de Denominações, aspecto linguístico caro ao pensamento contracolonial, forjado no interior dos modos de existência quilombola.

A Linguística Popular é um campo de estudos recente no âmbito das ciências da linguagem desenvolvidas no Brasil. Ela tem como objetivo primeiro evidenciar como sujeitos não-linguistas,

1 Não tratarei aqui do perspectivismo ameríndio, tema bastante profícuo para os estudos da linguagem, que pode ser conferido, dentre outras referências, em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/F5BtW5NF3KVT4NRnfM93pSs>; <https://ea.fflch.usp.br/conceito/perspectivismo-amerindio>

por meio de determinadas práticas linguísticas, podem intervir na sociedade. À luz de uma abordagem integracionista ou anti-eliminativa, que prevê que “[...] os saberes dos não linguistas, [são] saberes legítimos e reconhecíveis como tais.” (Paveau, 2020b, p. 38), tenho me dedicado a defender que Antônio Bispo dos Santos é, nesse sentido, também um linguista. Sua prática linguística, no entanto, é revestida de uma concepção de mundo muito característica, que prevê modos específicos de relações, mais planas e respeitosas, entre os seres humanos e não-humanos de seu território. É a partir dessa cosmovisão que ele produz suas obras orais e escritas.

Esse ponto fundamental do seu trabalho extrapola, em última instância, os moldes e categorizações já colocados pela Linguística Popular. É justamente a questão dos modos de existência, da cosmologia ou cosmovisão peculiar, que tem me provocado e possibilitado elaborar reflexões no sentido de contribuir para o empreendimento de uma Linguística Popular do Brasil, trabalho desenvolvido também no âmbito do Laboratório de Estudos Epistemológicos e Discursividades Multimodais - LEEDIM², da Universidade Federal de São Carlos, do qual faço parte.

Essa breve introdução, e essa última colocação, em especial, me permitem justificar o título deste capítulo e apresentar os elementos que vão se relacionar ao tema da mesa conduzindo minhas reflexões: uma Linguística Popular do Brasil, como uma possível via; a confluência, palavra cara a Santos e sua concepção de contracolonialidade, impulsionadora de um compartilhamento que nos faz render e não diminuir (Santos, 2023a, p. 14-15); a desaceleração, movimento que me alinha a uma idiotice conveniente para problematizar as construções antes de as significações; e o Antropoceno, acontecimento e condição de produção fundamental, sem o qual a problemática da pluralidade cosmológica não

2 <https://www.youtube.com/@LEEDiMUFSCar>; <https://www.instagram.com/leedim.ufscar/>

seria tão viável e acessível. Essa época geológica vai atravessar o tempo todo o meu trabalho, como um aspecto interdiscursivo, se fazendo presente sem no entanto se manifestar explicitamente, como exporei melhor a seguir.

Na próxima seção deste texto, apresentarei como a problemática do Antropoceno e sua intensa discussão me levou a questionar o nosso campo, possibilitando reflexões e despertando questões essenciais para o desenvolvimento do meu trabalho. Em seguida, ainda nessa mesma parte, buscarei alinhar a pertinência desses questionamentos àquilo que Antônio Bispo dos Santos (2023a; 2023b) nos apresenta pelo viés da contracolonialidade, impondo que se olhe para eles. Por fim, na última parte deste capítulo, articularei essas discussões, apontando e ponderando alguns aspectos que devem ser considerados na busca por outras vias ou outros começos.

2. Há algo de mais importante, é preciso olhar para o dedo

Pensar o Antropoceno teve papel fundamental na constituição das discussões que empreendo atualmente no âmbito da Linguística Popular. Inicialmente, meu projeto se voltava muito mais para questões linguísticas em torno dessa época, tanto em relação à sua constituição, quanto para seu fundamental enfrentamento. A virada de foco para a contracolonialidade e a Guerra de Denominações não estava prevista, surgiu no decorrer do percurso, mas de modo algum se afasta completamente da minha proposta inicial.

O Antropoceno pode ser definido, de maneira bem sucinta, como a época geológica marcada pela intensa e abusiva atuação de parte da espécie humana no planeta e da qual temos herdado tantas catástrofes climáticas. Para pensar as minhas questões de pesquisa, eu parti de demandas e críticas que cientistas não-

-linguistas, que desenvolvem trabalhos a partir de problemas que essa época traz à luz, elaboram sobre a linguagem, e que ainda ecoam nas minhas reflexões. Para ilustrar o modo como o Antropoceno vem tocar minhas preocupações, exporei duas dessas provocações, nas palavras da antropóloga estadunidense, Ana Lowenhaupt Tsing, e da filósofa brasileira, Juliana Fausto.

Anna Tsing nos convoca a compor com outras áreas para responder aos terrores causados pelas ações humanas que tanto modificam a terra, a água e a atmosfera do planeta. Essa tarefa, segundo ela, “[...] precisa de todo tipo de participantes, desde anciãos indígenas até artistas, cientistas sociais e cientistas naturais, tanto do Norte quanto do Sul global” (Tsing, 2021, p. 177).

Em uma elaboração mais pontual, voltada a questões linguísticas, Juliana Fausto nos direciona a seguinte crítica:

A entrada de agências não-humanas no povo de Gaia põe uma questão complicada, qual seja, a dos discursos desses povos. Como ouvir/compreender vozes não-humanas, nós que passamos tanto tempo convencidos que elas sequer existiam (ou que, se existiam, eram desprovidas de sentido, de mundo, já que esse era um só)? Como compor politicamente com elas? Poderíamos apelar para a ciência e mais uma de suas invenções infernais, mas talvez esse não seja um bom caminho, pois foram justamente razão e Ciência quem ativamente procuraram privar os não-humanos de discurso (Fausto, 2013, p. 174).

Esses recortes expressam dois efeitos importantes que eu atribuo ao Antropoceno. O primeiro se refere ao efeito de extração dos limites epistemológicos, presente nas palavras de Tsing, em uma convocação de diferentes saberes na busca pela solução do problema, ou, como propõe Donna Haraway (2023), por formas de ficar com ele. O segundo está relacionado à exposição

do engodo que foi a modernidade, pela explícita crítica à razão e à Ciência, pela via da cisão entre natureza e cultura, que recai com peso central sobre as ciências da linguagem, no recorte do artigo da Juliana Fausto.

Nesse sentido, tanto a composição interdisciplinar e pluri-epistêmica quanto a crítica à modernidade, não só por esses trechos, mas por uma gama enorme de discussões e objetos técnicos produzidos pelo mundo³, nos convidam a voltar os olhos para o nosso campo. Onde e como se localizam as Ciências da Linguagem no escopo de discussões sobre o Antropoceno? A resposta é que elas estão muito à margem, adentrando tardiamente o tema. Esse direcionamento de foco me conduziu a evidenciar o fato de que tanto a Linguística quanto a Análise de Discurso são disciplinas modernas e antropocêntricas. Elas se posicionam do lado da cultura e da sociedade, trabalham pela via da cisão e, no limite da discussão, podem, se não formos cuidadosos e cuidadosas, não dar conta de absorver efeitos outros.

Meu ponto, que é compreender a proposta linguística, a Guerra de Denominações, no interior da contracolonialidade, esbarra exatamente nessa cisão, demandando um desvio pela composição com outras áreas e formas de saber, assim como orienta Ana Tsing.

No pensamento de Antônio Bispo dos Santos, o contracolonialismo, elemento norteador de suas discussões, é descrito de formas diversas. Como quilombola, ele privilegiava a oralidade e é pelo movimento da palavra que tenho tentado apreender suas

3 O Antropoceno tem ganhado destaque em diferentes áreas. Ele figura tanto como tema de exposição (<https://museudoamanha.org.br/exposicoes/775/do-cosmos-a-nos>) e enredo de escola de samba (<https://museudoamanha.org.br/exposicoes/775/do-cosmos-a-nos>) quanto como em produções acadêmicas. “Do início dos anos 2000 até 2020, a quantidade de publicações relacionadas ao Antropoceno tem aumentado exponencialmente. Essas publicações não se restringem aos campos da ciência do sistema Terra (CST) ou da geologia, sendo que uma parcela muito significativa delas já advém do campo das ciências humanas (Alcântara et al., 2021).” (Lowande, 2023, p. 2)

reflexões linguísticas. Uma das formas de descrição, cara às minhas discussões, dá-se pela marcação da relação que a contracolônia estabelece com modos de vida ou cosmovisões específicas, como fica evidente, por exemplo, em:

O contracolonialismo é simples: é você querer me colonizar e eu não aceitar que você me colonize, é eu me defender. O contracolonialismo é um modo de vida diferente do colonialismo (Santos, 2023a, p. 58).

Ou ainda quando diz que o “Contracolonialismo hoje é uma corrente. É quilombola. É indígena. É uma corrente politeísta.” (Barbosa Neto; Silva; Lowande, 2023, p. 12).

Nesse sentido, é pertinente acrescentar também a definição de quilombo que, nas palavras de Ana Mumbuca, é

[...] um conjunto de vidas em defesas contínuas sustentadas em compromissos do compartilhar ancestral e cosmológico. Quilombo é a força das rebeldias contrárias a todas as ordens opressoras. Não pedimos nem pediremos libertação. Pois fomos e somos construtores das nossas próprias liberdades (Mumbuca, 2022, p. 81).

Essas definições colocam em destaque os modos de vida, quilombola e indígena, a cosmovisão politeísta, a ancestralidade e a cosmologia, ou seja, a variedade de mundos e formas de associações a partir das quais essa corrente é desenvolvida, e que ao mesmo tempo reafirma.

Isso ajuda a exemplificar um daqueles incômodos que eu mencionei anteriormente. A Linguística Popular, postulado que tem balizado meu trabalho com a Guerra de Denominações, ainda não dispõe de uma discussão teórica que possa embasar mais profundamente a interpretação desse pensamento quilombola.

A linguística feita a partir dele prescinde da especificidade dos modos de existência do qual emerge, e que vai se caracterizar como seu aspecto mais elementar, incrível e entusiasmante. Uma ciência demasiadamente antropocêntrica, portanto, pode não oferecer todas as ferramentas necessárias para sua compreensão⁴.

A Guerra de Denominações é explicada por Santos da seguinte forma:

Em outros escritos em que traduzi os saberes ancestrais de nossa geração avó da oralidade para a escrita, trouxemos algumas denominações que as pessoas na academia chamam de conceitos. A partir daí, seguimos na prática das denominações dos modos e das falas, para contrariar o colonialismo. É o que chamamos de guerra das denominações: o jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las (Santos, 2023a, p. 13).

Esse jogo poderia ser visto de maneira simplista se não considerássemos que ele se vale, de forma fundamental, de modos de existência bastante peculiares.

Ao pensar as questões trazidas pela Guerra de Denominações, eu não posso incorrer no erro, sobre o qual nos alerta Abdias do Nascimento, de não considerar a cosmologia de onde essa teoria parte. Ao falar sobre estudos a respeito da influência africana no português, ele destaca que

Mesmo se concedendo a melhor das intenções aos estudiosos brancos, a verdade é que lhes falta algo que está além da pura qualificação técnica: falo da

4 Destaco aqui, como exceção inspiradora, que não resolve o impasse, mas flerta com a questão, o artigo de Marie-Anne Paveau (2020), intitulado “A Linguística fora de si mesma: em direção a uma pós-linguística”, que prevê reflexões importantes sobre o binarismo *científico* e *popular* no interior das discussões em Linguística e Linguística Popular.

impossibilidade que têm demonstrado em entender e aceitar as línguas africanas como parte de um todo íntegro, isto é, parte de um contexto cultural muito mais amplo do que a expressão da língua (Nascimento, 1980, p. 113).

Ou seja, no meu caso, não poderia ignorar que as reflexões de Bispo dos Santos partem de modos de existência específicos, porque esses modos se refletem na linguagem e na forma com que ele elabora e alimenta a Guerra de Denominações.

Nesse sentido, percebi que nenhuma das práticas linguísticas (Paveau, 2020b, p. 34-40) elencadas para a análise de proposições linguísticas realizadas por não-linguistas, no interior da Linguística Popular, dão conta da contracolonialidade sem ferir o alerta de Nascimento em *O Quilombismo*. Isso tem me feito pensar na elaboração de possibilidades complementares, como uma prática ou subprática contracolonial, que balize análises cujas formações cosmopolíticas sejam múltiplas e principalmente não-antropocêntricas, como as quilombolas e as indígenas, para nos determos ao proposto para a mesa.

Ponderar alternativas não-antropocêntricas significa pensar justamente *em* e *com* modos de vida que nunca foram modernos (Latour, 1994), que nunca adotaram a cisão natureza-cultura como preceito de suas existências. Isso me possibilita situar meu trabalho em um quadro mais amplo e adequado, considerando que, para essas comunidades, as concepções de língua e linguagem, por exemplo, podem ser diversas.

Esse relato nos fornece o exemplo de como a contracolonialidade requer que nos detenhamos frente à teoria para também analisar sua adequação em relação ao quadro filosófico trabalhado. Essa detenção, uma desaceleração em si mesma, sugere que é preciso desacelerar ainda mais, pontuando, com maior profundidade e responsabilidade, as diferenças que se instalam quando nos

dispomos a investigar a linguagem a partir de perspectivas tão diferentes. É possível compreender a Guerra de Denominações, proposta no interior da contracolonialidade e dos modos de existência quilombola, pelas vias da Linguística Popular ou da Análise de Discurso, sem levar em conta os mundos e modos pelos quais essas disciplinas se constituem?

Considerando o estatuto antropocêntrico das ciências da linguagem e a constituição predominantemente europeia da Análise de Discurso, podemos, na busca por validação, sermos conduzidos a encaixar nossos trabalhos em um arcabouço incompleto, privando-os da potência criativa e mesmo epistemologicamente reparadora que podem suscitar. Essas disciplinas são exatamente aquelas por meio das quais buscamos as ferramentas para compreendermos discursos e sentidos em materialidades variadas, que, nem sempre, como no caso sob o qual venho me debruçando, se constituem ou se alinham a partir de um ponto de vista europeu e antropocêntrico. Isso impõe, pelo menos, a necessidade de reflexão sobre vias alternativas, de composições que possam situar, promover e validar nossas análises a partir de uma perspectiva que nos permita acessar, em um grau mais elevado, os sentidos derivados de associações específicas e locais, acolhendo nossas questões com a complexidade que exigem.

Nesse cenário, sempre se pode usar o argumento de que o nosso campo, a Análise de Discurso, como um campo de interpretação, já prevê que cada analista acesse as ferramentas que melhor vão lhe atender na compreensão daquilo que adota como questão. Ocorre, no entanto, que o problema pode ser justamente o rol de ferramentas de que dispomos, ou que nos é oferecido como legitimado. Pode não ser suficiente pensar em vias alternativas, complementares, utilizando apenas as ferramentas oferecidas pelos detentores dos pedágios que temos que pagar em nosso percurso como pesquisadoras e pesquisadores. No limite dessa

discussão, nos deparamos com o problema da validação: nossos trabalhos precisam passar por uma diversidade de avaliações, e mesmo a interpretação acaba não sendo tão livre assim.

Diante disso, é fundamental percebermos que nossas questões de pesquisa podem trazer problemas que as teorias de alhures não resolverão. Eis o momento de olhar para o dedo e buscar vias. Se não nos detivermos, corremos o risco de apenas encaixar, submetendo-nos à falta de criatividade e compromisso com esses sentidos e discursos outros.

3. Apontamentos finais

Espero, com essas observações, ter conseguido trazer elementos ilustrativos para refletirmos a respeito das limitações e das necessidades de construção de outros caminhos. Precisamos estar atentas e atentos para o fato de que moldar nossas questões, para fazê-las caber em um quadro pronto, pode impor barreiras, reduzindo determinados sentidos e impossibilitando sua emersão com a potência e complexidade que lhe são devidos. A proposta da mesa nos abre a brecha para pensarmos o nosso campo, retomando novamente Michel Pêcheux, também como um “ritual com falhas” (Pêcheux, 2009, p. 269-281), para o qual outras vias podem ser bem-vindas.

Assim, é possível identificar, pela falha do ritual, a partir do exemplo da contracolonialidade, a necessidade de agregarmos discussões, acadêmicas e não acadêmicas, por meio da composição a que nos convoca Ana Tsing. As elaborações e possibilidades de sentido que emergem da Guerra de Denominações me solicitam dialogar, o tempo todo, com outras áreas e formas de saber, como a filosofia, a antropologia e os saberes quilombolas. Sem esse movimento, sinto que estaria incorrendo no erro evidenciado por Abdias do Nascimento e realizando um trabalho superficial, o de uma pesquisadora branca que olha para o outro e suas formulações

como meros objetos. Mais do que isso, é preciso honrar o trabalho da grandeza daquele realizado por Antônio Bispo dos Santos.

O empreendimento de uma Linguística Popular Brasileira, da forma como o tenho pensado, inspirada pelo pensamento desse mestre quilombola, não segue o roteiro de uma disciplina, não se filia lealmente a nenhuma vertente, mas se abre a confluências e composições que se mostram necessárias e pertinentes para sua elaboração, o que, muitas vezes, demanda também gestos de ruptura e resistência.

Em um trabalho intitulado “A Proposição Cosmopolítica”, Isabelle Stengers, retoma o Idiota, personagem teórico de Deleuze, pelo enunciado: “Quando o sábio aponta o céu, o idiota olha o dedo”. Nesse texto, ela demonstra a importância desse personagem no movimento de desaceleração das coisas, no interior da discussão e da proposição cosmopolítica⁵. Eu aciono essa figura, via Stengers, para explicar o posicionamento estranho no qual me coloquei no início deste capítulo.

[...] o idiota de Deleuze [...] é aquele que sempre desacelera os outros, aquele que resiste à maneira como a situação é apresentada, cujas urgências mobilizam o pensamento ou a ação. E resiste não porque a apresentação seja falsa, não porque as urgências sejam mentirosas, mas porque ‘há algo de mais importante’. Que não lhe perguntemos o quê. O idiota não responderá, ele não discutirá. O idiota faz presença, ou, como diria Whitehead, ele coloca um interstício. Não se trata de interrogá-lo: ‘o que é mais importante?’. ‘Ele não sabe’. Mas sua eficácia não está em desfazer os fundamentos dos saberes, em criar uma noite onde todos os gatos são pardos. Nós

5 “Em outras palavras, essa proposição [...] se propõe a acompanhar aqueles e aquelas que já realizaram o ‘movimento político’ associado à ecologia política, e que aprenderam a rir não das teorias, claro, mas da autoridade a elas associada” (Stengers, 2018, p. 443).

sabemos, existem saberes, mas o idiota pede que não nos precipitemos, que não nos sintamos autorizados a nos pensar detentores do significado daquilo que sabemos (Stengers, 2018, p. 444).

O meu texto foi permeado pelos movimentos de desaceleração e de confluência anunciados no meu título. Perceber que há algo de mais importante e investir em sua investigação, especialmente em tempos de Chat GPT e de cobrança por produtividade, é um movimento de desaceleração difícil. Olhar para o dedo é assumir uma postura complicada, mas essencial, é criar, ainda de acordo com Stengers “[...] a ocasião de uma sensibilidade um pouco diferente no que concerne aos problemas e situações que nos mobilizam” (Stengers, 2018, p. 443).

Confluenciar é importante porque a gente percebe que não é possível, pelo menos por enquanto, romper abruptamente com o já instaurado e sair seguindo outro rumo. Em minha exposição, tentei abordar alternativas, mas não pude deixar de dialogar com intelectuais estrangeiras e estrangeiros o tempo todo. Não é possível ignorar seus trabalhos e nem todas e todos merecem que o façamos.

A confluência é umas das palavras que Nêgo Bispo diz semear e estou de pleno acordo quando ele afirma que

Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente - a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia (Santos, 2023a, p. 15).

Podemos debater as necessárias vias, produzindo diversidade teórica e resistência, confluindo com Antônio Bispo dos Santos, Juliana Fausto, Eduardo Viveiros de Castro, Abdias do Nascimento, Marie-Anne Paveau, Ana Tsing, Bruno Latour e Michel Pêcheux.

É muito significativo percebermos que existem pesquisadoras e pesquisadores aliados, que nos impulsionam a investir em perspectivas não hegemônicas. É este o desdobramento, creio, ao qual é necessário nos dedicarmos: desacelerar e confluir para trabalhar e retrabalhar noções capazes de nos fazer compreender os nossos próprios movimentos e suas práticas languageiras e linguísticas. A gente pode confluenciar mas não pode deixar de ser a gente.

Desacelerar e se abrir a confluências, retomar questões que se travestem de resolvidas a cada passo do trabalho e reformulá-las a partir de interlocuções diversas podem inaugurar vias surpreendentemente profícuas, que nos levem a um desenvolvimento teórico e metodológico original e mais apropriado. Como também nos ensina mestre Nego Bispo, precisamos, além de confluir, transfluir, transbordar, sair e retornar. Nosso movimento não deve ser linear, sendo circular ele rende mais. “começo - meio - começo” (Santos, 2023a, p. 102).

Referências

BARBOSA NETO, E. Rodrigues; SILVA, N. Neves da; LOWANDE, W. F. Figueiredo. Entrevista “Estamos no começo do replantio das palavras”: uma conversa com Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo). *PerCursos*, Florianópolis, v. 24, p. e0601, 2023. DOI: 10.5965/19847246242023e0601. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/24544>. Acesso em: 3 jun. 2024.

CASTRO, E. V. Os Pronomes Cosmológicos e o Perspectivismo Ameríndio. 1996. Disponível em <https://www.scielo.br/j/mana/a/F5BtW5NF3KVT4NRnfM93pSs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 ago. 2025.

FAUSTO, J. Terranos e poetas: “o povo de Gaia” como “povo que falta”. *Revista Landa*, v. 2, n° 1, 165-181, 2013. Disponível em: <https://revistalanda.ufsc.br/PDFs/vol2n1/Juliana%20Fausto%20Terranos%20e%20poetas.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2023.

HARAWAY, D. J. *Ficar com o problema: fazer parentes no Chtuluceno*. Tradução: Ana Luiza Braga. São Paulo: n-1 edições, 2023.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 1994.

LOWANDE, W. F. Antropoceno, ciências humanas e historiografia. Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v.30, 2023, p. 1-21. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/trHN9TTXWx9zXQm8QXZPGcx/?format=pdf&lang=pt>

MACIEL, Lucas da Costa. Perspectivismo ameríndio. In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2019. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/conceito/perspectivismo-amerindio>. ISSN: 2676-038X (online)

MUMBUCA, A. Ser Quilombo. In: SANTOS, A. B.; MAIA, Joviano (Coord.). *Quatro Cantos*, São Paulo - SP, n-1 Edições/Roça de quilombo, 2022.

NASCIMENTO, A. *O Quilombismo*: documentos de uma militância pan-africana. Petrópolis-RJ: Vozes, 1980.

PAVEAU, M-A. A Linguística fora de si mesma: em direção a uma pós-linguística. In: BARONAS, R. L.; CONTI, T. B.; LOURENÇO, J. [Org.]. *Linguística folk*: uma introdução. Araraquara, SP: Letraria, 2020a.

PAVEAU, M-A. Novas proposições sobre a Linguística Popular: metadiscursos militantes e crianças-linguistas, In: BARONAS, R. L.; COX, M. I. P. [Org.]. *Linguística Popular/Folk Linguistics*: práticas, proposições e polêmicas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020b.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, P. [et al.]. *Papel da memória*. tradução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 49-57.

PÊCHEUX, M. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. - 4ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009

SANTOS, A. B. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023a

SANTOS, A. B. *Colonização, Quilombos*: modos e significações. Brasília: UnB, 2023b.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, Brasil, n. 69, p. 442-464, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i69p442-464. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rieb/article/view/145663>.. Acesso em: 29 jul. 2025.

TSING, A. L. O Antropoceno mais que humano. ILHA Revista de Antropologia. v. 23, n. 1, p. 176-191, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2021.e75732>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/75732>. Acesso em 25 jan. 2023.

FEDERAÇÃO E MONARQUIA NO MANIFESTO REPUBLICANO DE 1870

Eduardo Guimarães (Unicamp – Unemat – CNPq)

Nosso objetivo neste texto é analisar aspectos do *Manifesto Republicano* de 1870, publicado pelo Jornal *A República*, do Partido Republicano. O texto em questão sustenta posições que, segundo o partido, mostram a necessidade de, por uma decisão congressual, transformar o Brasil em uma república. O centro da posição da proposta se faz pela defesa do caráter federativo da república. Nesta medida este texto traz uma reflexão contra o sistema imperial de governo que é caracterizado como um sistema não democrático, em virtude da autoridade atribuída ao imperador pelo poder moderador de que é investido pela constituição e por não ser possível atribuir responsabilidade ao imperador em virtude de seus atos.

Vou me deter aqui, particularmente, na seção *A Federação* que faz uma reflexão sobre o sistema federativo.

Para isso vou analisar, como centro da reflexão, dois recortes¹ do texto: 1) as reescrituras² de *federação* correlacionadas às reescrituras de *império*; 2) o primeiro parágrafo do texto, para nele analisar elementos da relação sujeito predicado que ali se estabelecem. O texto apresenta, de um lado, uma série constituída por reescrituras de *federação*, e de outro uma série de

1 No sentido que este termo tem inicialmente em Orlandi, E (1984, p.14), na formulação de Guimarães (2018, p.76 e 2011, p.58).

2 Reescrituração tal como considerado por Guimarães (2002, 2018).

reescriturações de *império*. Elas se dão no decorrer do texto num movimento paralelo, na medida em que se vai opondo o sentido de *Federação* ao sentido de *Império*.

A reescrituração é um procedimento de análise que definimos como a relação entre elementos de um texto em que um termo retoma um outro, o rediz. Um elemento Y de um texto retoma um outro elemento X do texto, neste caso Y reescreve X. Como disse em Guimarães (2018, p. 85): “este modo de relação enunciativa leva a interpretar uma forma como diferente de si”. O elemento que reescreve atribui (predica) sentido ao reescriturado. A reescrituração pode se dar por repetição, substituição, elipse, expansão e condensação, e ao se dar por um destes modos, estes procedimentos produzem sinonímia, especificação, desenvolvimento, globalização ou totalização e definição.

1. Reescrituras de *federação* e *império*: argumentação³

Vamos observar agora um conjunto de reescrituras no texto que de um lado reescrevem *federação* e de outro *império*, significando uma oposição entre ambos. Só para colocar a questão apresento abaixo dois recortes (R1 e R2), um relativo à centralização do funcionamento do *império* e seus problemas e um segundo relativo ao caráter de autonomia produzido, segundo o texto, pela *federação*, pela *república*. Começamos pelo recorte relativo ao modo de consideração dos problemas do *império*.

(R1) “A centralização, tal qual existe, representa o despotismo, dá força ao poder pessoal que avassala, estraga e corrompe os caracteres, perverte e anarquiza os espíritos, comprime a liberdade, constribe o cidadão, subordina o direito de todos ao

3 Argumentação tal como tratada na tradição aberta por Ducrot (1973), mais especificamente na formulação de Guimarães (2018).

arbítrio de um só poder, nulifica de fato a soberania nacional, mata o estímulo do progresso local, suga a riqueza peculiar das províncias, constituindo-as satélites obrigados do grande astro da Corte – centro absorvente e compressor que tudo corrompe e tudo concentra em si – na ordem moral e política, como na ordem econômica e administrativa.”

(R2) “A autonomia das províncias é, pois, para nós, mais do que um interesse imposto pela solidariedade dos direitos e das relações provinciais, é um princípio cardeal e solene que inscrevemos na nossa bandeira.

O regime da federação baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-se à categoria de estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos no nosso programa, como sendo o único capaz de manter a comunhão da família brasileira.

Se carecêssemos de uma fórmula para assinalar perante a consciência nacional os efeitos de um e outro regime, nós a resumiríamos assim – Centralização – Desmembramento . Descentralização – Unidade.”

As séries de reescrituras que vamos analisar vão no quadro que segue logo abaixo. Na coluna da esquerda estão as reescrituras de *federação* e as reescrituras de *império* estão na coluna da direita. Indicamos os parágrafos em que se dão para mostrar o paralelismo em oposição que assim se constitui.

Reescrituração de Federação

- 1.º § o princípio federativo
- 2.º § grande princípio
- 7.º § a ideia democrática
- O princípio federativo
- 9.º § a autonomia das províncias
- 10.º a reação democrática
- 12.º § a ideia da federação
- 13.º § o elemento democrático
- 18.º § autonomia das províncias
- 19.º § o regime da federação
- 20.º § descentralização –Unidade

Reescrituração de Império

- 2.º § regime centralizador
- 4.º § o princípio centralizador e despótico
- 5.º § a monarquia
- 8.º a esfera da centralização
- 11.º a monarquia
- 14.º § centralização
- 15.º § interesse monárquico
- 20.º § Centralização-desmembramento

As resscriturações de *império* se fazem por palavras como *centralização* ou expressões que contêm *centralização*. Por outro lado, há reescriturações por *monarquia*, e gostaríamos de ressaltar a reescrituração por *princípio centralizador e despótico* no quarto parágrafo desta seção do artigo e que está no R2 acima apresentado. Constitui-se assim uma significação negativa para *monarquia*.

Contrariamente a isso *federação* é reescriturada por *princípio federativo*, *grande princípio*, *reação democrática*, *elemento democrático*, *autonomia das províncias*, etc. Constitui-se assim uma significação positiva.

Cada uma das séries pode ser parafraseada como segue:

- *Federação*, dadas as reescriturações, então *descentralização*, que traz unidade;

- *Império*, dadas as reescriturações, então *centralização*, que leva ao desmembramento.

Considerando a constituição argumentativa como não exclusiva de certos operadores de argumentação, ou ainda, que

a argumentação não se dá exclusivamente por certos modos de articulação, podemos considerar que estas reescrituras, no seu paralelismo, colocam *federação* e *monarquia* numa oposição argumentativa cujas conclusões opostas estão no 20º parágrafo. Estas séries apresentam, como síntese conclusiva de *federação*, *descentralização – unidade*, e, por outro lado, como síntese conclusiva de *monarquia*, *centralização – desmembramento*. Cada uma destas sínteses é conclusão da série relativa. De um lado, a *federação* (a conclusão é *descentralização – unidade*). De outro lado tem-se a conclusão da série relativa a *monarquia* (a conclusão é *centralização-desmembramento*).

As duas séries não só sustentam duas conclusões opostas, mas também constituem a força de uma oposição e distância entre as duas conclusões significadas por *unidade* (no caso do sentido de *federação*) e por *desmembramento* (no caso do sentido de *império*)

2. Designação de *Federação* e *Monarquia*

Nas duas séries de reescritura acima consideradas, o modo de articulação das formações nominais⁴ é diferente em uma e outra das séries. São feitas por expressões nominais a partir de um nome geral e uma especificação. Há três casos em que o termo geral coloca algo particular e assim a nominalização permite paráfrases específicas interessantes para nossa análise:

1) *Autonomia das províncias* pode ser parafraseado por *as províncias são autônomas*; 2) *O regime da federação*, que aparece no 19º. parágrafo pode ser parafraseado por *a federação é um regime*; 3) na série relativa às reescrituras de *império* encontramos no segundo parágrafo, *regime centralizador*, que faz significar *império é um regime centralizador*.

4 No sentido que formação nominal tem para Dias (2018).

Assim tanto o nome *federação* como *império* são predicados por regime. E *federação* é predicado por *autonomia* em *autonomia das províncias* (as províncias são autônomas) e *monarquia* é predicado por *centralização*. Isto nos permite considerar o seguinte Domínio Semântico de Determinação (DSD) que relaciona a designação⁵ das duas séries, tal como no DSD-1 abaixo:

$$\begin{array}{c} \text{regime} \dashv \text{Federação} \vdash \text{autonomia} \\ \hline \text{regime} \dashv \text{monarquia} \vdash \text{centralização} \end{array}$$

Obs.: que se lê: regime e autonomia determinam *federação*; regime e centralização determinam *monarquia*. E *federação* e *monarquia* estão em antonímia.

Outro aspecto a considerar é que em cada série, o sentido de suas formulações tem a ver com a relação destas mesmas formulações. Na relação entre as duas séries funciona um elemento de oposição para todo o conjunto de uma série ou de outra. De um lado se tem *Federação*: autonomia das províncias, reação democrática, elemento democrático, regime da federação; de outro lado se tem *Monarquia*: regime centralizador, esfera da centralização, princípio centralizador e despótico, interesse monárquico

3. Designação e argumentação

Nas duas seções anteriores observamos inicialmente como as reescriturações produzidas no texto constituem duas séries de reescrituração que se opõem argumentativamente. Por outro lado, observamos na seção anterior que estas reescriturações levam a um DSD que mostra que as designações de *federação* e *monarquia* se opõem antonimicamente.

5 Tal como considerada Guimarães (2002, 2018, por exemplo)

Na semântica da enunciação consideramos a designação como o sentido de uma formação nominal que dá sentido ao real e a assim torna possível se referir às coisas, ao real. Assim a designação não é, do modo como a considero sinônimo de referência. Ao contrário, é a designação que torna possível referir.

Quanto à argumentação, nós a consideramos como a sustentação do alocutor, o lugar social do dizer, para uma conclusão. Não se trata, então, de considerar a tentativa de convencer alguém. Trata-se da sustentação que se produz de uma conclusão. Ou seja, “o sentido da argumentação não é a busca da persuasão ou do convencimento é o da sustentação de uma posição sobre algo que a enunciação significa. Nesta medida podemos considerá-la como constituída politicamente e devemos analisar seu funcionamento especificamente político, no sentido que damos a esse termo” (Guimarães, 2018, p.108).

Deste modo a própria construção das designações significa como elemento na constituição da sustentação argumentativa. As reescrituras, ao se apresentarem em séries em oposição, constituem duas designações opostas e significam, pela oposição da série e pela constituição da oposição das designações, um movimento de sustentação na direção de *Unidade* (relativa ao sentido de federação) e centralização-desmembramento (relativa ao sentido de *monarquia*). E esta oposição significa a sustentação da conclusão é preciso substituir a monarquia pela *república* (*federação*) para garantir a unidade do Brasil.

Passo agora a um outro recorte, constituído pelos dois primeiros parágrafos do texto, para analisar particularmente a relação de predicação no primeiro enunciado, que apresenta um argumento muito particular, que sustenta o que está no segundo parágrafo. Trata-se do seguinte recorte:

(R3) “No Brasil, antes ainda da ideia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo. A topografia do

nosso território, as zonas diversas em que ele se divide, os climas vários e as produções diferentes, as cordilheiras, e as águas estavam indicando a necessidade de modelar a administração e o governo local acompanhando e respeitando as próprias divisões criadas pela natureza física e impostas pela imensa superfície do nosso território.

Foi a necessidade que demonstrou, desde a origem, a eficácia do grande princípio que embalde a força compressora do regime centralizador tem procurado contrafazer e destruir.”

Uma primeira observação a fazer: podemos parafrasear a relação entre os enunciados do primeiro parágrafo com o segundo como segue:

No Brasil, antes ainda da ideia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo. A topografia do nosso território, as zonas diversas em que ele se divide, os climas vários e as produções diferentes, as cordilheiras, e as águas estavam indicando a necessidade de modelar a administração e o governo local acompanhando e respeitando as próprias divisões criadas pela natureza física e impostas pela imensa superfície do nosso território.

Portanto foi a necessidade que demonstrou, desde a origem, a eficácia do grande princípio que embalde a força compressora do regime centralizador tem procurado contrafazer e destruir.

Antes de considerar a relação de argumentação que a paráfrase sugere, observemos o primeiro parágrafo.

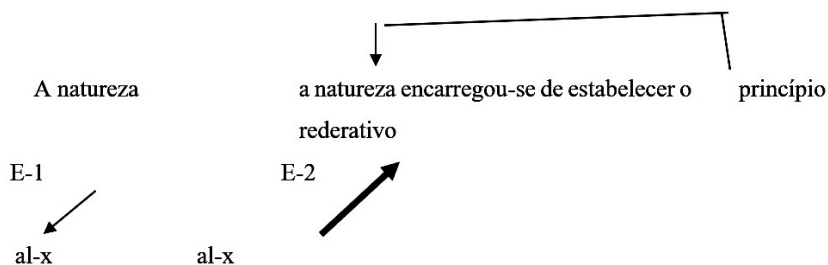
O seu primeiro enunciado significa, fundamentalmente, numa paráfrase, *a natureza encarregou-se de estabelecer o princípio federativo*. Observemos, por outro lado, que o segundo enunciado tem uma reescrituração enumerativa de *a natureza*, do primeiro enunciado. Esta reescrituração por expansão está em *A topografia*

do nosso território, as zonas diversas em que ele se divide, os climas vários e as produções diferentes, as cordilheiras, e as águas estavam indicando a necessidade de modelar a administração e o governo local acompanhando e respeitando as próprias divisões criadas pela natureza física e impostas pela imensa superfície do nosso território.

Ou seja, o segundo enunciado traz, como reescrituração, uma descrição de *a natureza do Brasil*, e o enunciado como um todo significa uma explicitação por reescrituração do que se diz no sujeito (a natureza) do primeiro enunciado.

Isto nos leva a considerar que o primeiro enunciado, junto com sua reescrituração descritiva, sustenta o que se diz no terceiro enunciado e que podemos parafrasar por: *foi a necessidade que demonstrou a eficácia do grande princípio*, onde o *grande princípio* reescritura *princípio federativo*

Atenhamo-nos agora à relação de predicação que se constitui neste primeiro enunciado. Pela nossa posição sobre a relação de predicação, consideramos que a enunciação de um enunciado predicativo apresenta dois movimentos, o da enunciação prévia do sujeito e o da enunciação da conexão entre sujeito e predicado com a predicação se estabelecendo. A enunciação prévia do sujeito é de um enunciador-1 (E-1) que menciona o alocutor, e a enunciação da relação de predicação sujeito-predicado é do alocutor (al) que apresenta o segundo enunciador (Enunciador-2 - E2). Tal como representa o diagrama abaixo:



A enunciação, por E-1, de *a natureza* pode ser parafraseada por *há a natureza*. E o enunciador alude (indicado pela seta simples) ao alocutor-x desta enunciação como aquele que disse antes o sujeito do enunciado. A enunciação de E2 é apresentada (indicada pela seta mais espessa) pelo alocutor da enunciação e enuncia a conexão predicado – sujeito. Coloca-se assim *a natureza* como a razão a ser considerada, por sua existência enunciada na enunciação prévia do sujeito. E *a natureza encarregou-se de estabelecer o princípio federativo* sustenta como conclusão o que está no terceiro enunciado e que podemos parafrasear por *foi a necessidade das condições da natureza, que demonstrou a eficácia do grande princípio*. E estas condições estão explicitadas pelo segundo enunciado do texto.

O que se observa é como a enunciação por E-1 de *há a natureza* traz algo que dá ao argumento um sentido de irretorquível, e isso é parte do sentido da sustentação da conclusão, no segundo parágrafo (terceiro enunciado), pelo que se diz no primeiro enunciado do texto.

Por outro lado, há que se observar que o segundo enunciado do parágrafo tem como sujeito uma reescrituração enunciativa que forma com o predicado deste enunciado um segundo argumento. São dois argumentos no parágrafo articulados por coordenação aditiva. Assim, são dois argumentos que sustentam a conclusão que se apresenta no segundo parágrafo. O sujeito desta conclusão é um *que* que reescreve necessidade e assim a conclusão é a *necessidade demonstrou a eficácia do grande princípio* (reescrituração de *princípio federativo*.) Assim o sentido de *natureza*, sujeito do primeiro argumento, acaba por estar significado em *necessidade* da conclusão (a *necessidade* reescreve *natureza*). Ou seja, “a natureza” (necessidades postas por ela) demonstrou a eficácia do grande princípio. E estas necessidades são a reescrituração de natureza pelo sujeito do segundo parágrafo, tal como dissemos.

Assim o sentido de *natureza*, sujeito do primeiro argumento, *acaba por estar significado* em necessidade da conclusão, ou seja, “a natureza (necessidades postas por ela) demonstrou a eficácia do *grande princípio*.”

4 .A ausência de participação na luta contra a escravidão

Tomando estes dois recortes, acima analisados, o das séries opostas de reescrituras, e a argumentação do início do texto que se sustenta no sentido de natureza, poderíamos considerar que o texto do Manifesto Republicano do Partido Republicano seria um documento que sustenta uma mudança fundamental, a passagem de império para república, como mais uma proposta na direção da descolonização do Brasil, relativamente a Portugal. No entanto há que se considerar nesta sustentação da república, que o texto do Partido Republicano não inclui nenhuma referência à questão da luta pela abolição da escravidão no Brasil naquele momento. Não há no texto sequer uma menção aos escravizados pelo sistema de produção escravocrata.

Ao se referir ao povo, no sentido abaixo, podemos considerar que *o povo* é a instância constitutiva do poder político na consideração do manifesto. Vejamos alguns recortes retirados de outra parte do texto em análise.

(R-4). “Não reconhecendo nós outra soberania mais de que a soberania do povo, para ela apelamos. Nenhum outro tribunal pode julgar-nos: nenhuma outra autoridade pode interpor-se entre ela e nós.”

Por outro lado, no recorte abaixo está significado o desrespeito à soberania do povo, na constituição do Império.

(R-5). “A infalibilidade do arbítrio pessoal substituiu assim a razão e a vontade coletiva do povo brasileiro.”

Como se vê em R-4, *povo*, que se apresenta na formação nominal *a soberania do povo*, que pode ser parafraseado por *o povo é soberano*, tem *soberania* em oposição ao arbítrio do imperador, significado em R-5.

Por outro lado, há enunciados que também podemos considerar aqui:

(R-6) “os interesses da *pátria* e os direitos do *cidadão* pareceram achar melhor garantia e resguardo.”

Este enunciado nos leva a uma relação no texto entre *povo* e *cidadão* que caracteriza *povo* no DSD-2 abaixo (*cidadão* determina semanticamente *povo*):

Povo ⊢ cidadão

E relativamente a isso há um outro recorte a considerar:

(R-7) “Este sistema posto [do império] é uma utopia, porque é utopia ligar de modo sólido e perdurável dois elementos heterogêneos, dois poderes diversos em sua origem, antinômico e irreconciliáveis - a monarquia hereditária e a soberania nacional, o poder pela graça de Deus, o poder pela vontade, coletiva, livre e soberana de todos os cidadãos [o povo].”

Assim encontramos *cidadão* que se opõe a *monarquia hereditária*, *o poder pela graça de Deus*. E se opõe a isso enquanto *vontade coletiva*, *livre* e *soberana* do *povo* enquanto *cidadãos*. Assim

“O poder pela vontade, coletiva, livre e soberana de todos os cidadãos”, em R-7,

correlato de

“não reconhecendo nós outra soberania mais que a soberania do povo”, em R-4,

podem ser parafraseados por *os cidadãos e o povo são livres e soberanos e têm o poder por essa vontade coletiva*. O que, considerando o DSD-1 acima, significa a soberania do *povo* enquanto vontade coletiva (não centralização).

Nesse ponto, não há como não considerar algo que não é dito no texto em análise e de que falamos há pouco. Se aqui nos perguntássemos, o texto considera os escravos e a escravidão? A resposta seria, e é, o texto nada fala diretamente sobre os escravos e a escravidão e assim deixa significar que os escravos não são cidadãos (não são livres) e não são também parte do povo, da sociedade.

O que interessa considerar, quanto ao Manifesto Republicano, não é se o texto significa ser ou não ser abolicionista, mas que os escravos ficaram significados como não parte do *povo*, não parte da *sociedade*, seja qual for o termo considerado, e que estão, como vimos, no manifesto. Isto nos permite sugerir que a designação de *povo* não é a mesma no documento aqui em análise, o Manifesto Republicano de 1870, e no Manifesto da Conjuração Baiana. Vimos que no Manifesto Republicano as relações atribuem a *povo* os sentidos expressos em *vontade coletiva*, e no nome *livre* opostos ao sentido não expresso de *escravidão*. Podemos assim considerar que o DSD para *povo no Manifesto Republicano* de 1870 seria

DSD-3

vontade coletiva

⊥

Cidadão ⊣ Povo ⊣ livre

Escravo

Ou seja, vontade coletiva, cidadão e livre determinam semanticamente povo que é antônimo de escravo (portanto significa o oposto de vontade coletiva, cidadania e liberdade).

5. Considerações finais

O documento aqui analisado busca uma solução congressual para a constituição da república e apresenta uma argumentação a favor da república, da federação, que se opõe ao que, para o texto,

é o funcionamento do império, de uma monarquia. Importante observar a conclusão final a que se chega: a descentralização, própria da federação, constitui a unidade do país, do povo, ao contrário do desmembramento produzido pela centralização própria da monarquia.

O estudo da designação de federação e monarquia significam na mesma direção do movimento argumentativo, constituindo designações opostas para os dois nomes: o sentido de federação é determinado semanticamente por autonomia e o de monarquia é determinado por centralização. A constituição da designação destes nomes está ligada ao movimento argumentativo do texto. Este movimento, tal como vimos pela análise do enunciado “a natureza encarregou-se de estabelecer o princípio federativo” vai na mesma direção argumentativa acima indicada, com o sentido de natureza funcionando como argumento para a federação.

Quanto à designação de povo, encontramos um aspecto muito significativo. Povo é determinado por livre, por cidadão e por vontade coletiva, e apresenta um aspecto contraditório: a designação de povo está em oposição ao sentido de escravo. E como o Brasil tinha o funcionamento econômico contando com a escravização de negros africanos ou deles descendentes, estamos diante de uma contradição com o sentido de unidade. A unidade não se dá, pois há uma exclusão que vem da monarquia, e que é significada como mantida pelo manifesto a favor da república e da federação.

O sentido de *povo* é predicado por *vontade coletiva*, por *cidadão* e por *livre*, e é, contraditoriamente, oposto ao sentido de *escravo*. *Povo* e *escravidão* estão numa relação de antonímia muito específica.

Na sustentação argumentativa contrária ao *império* e a favor da *federação* e assim da *república*, fica significado que há parte daqueles que vivem no país que continuam não sendo parte

do *povo*, que continuam excluídos da cidadania. Ou seja, no texto em questão, o sentido de *unidade*, como conclusão do regime federativo (republicano), termina onde começa a *escravidão*.

O sentido de *unidade* da *federação* significa em contradição à exclusão dos escravos no sentido de *povo*, tal como apresentado pelo DSD-3.

Referências

- DIAS, L.F. *Enunciação e relações linguísticas*. Campinas: Pontes, 2018.
- DUCROT, O. (1973) “As escalas argumentativas”. In: *Provar e dizer*. São Paulo: Global, 1981.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.
- GUIMARÃES, E. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas: Pontes, 2018.
- GUIMARÃES, E. (2011) *Análise de texto*. Procedimentos, análise, ensino. Campinas: Hucitec, 2012.
- ORLANDI, E. “Segmentar ou recortar”. In *Linguística, questões e controvérsias*, Série estudos no. 10, Faculdades Integradas de Uberaba, Uberaba, 1984.

DOS SENTIDOS DECOLONIAIS: UM PROCESSAMENTO COGNITIVO DISCURSIVO DE UMA MEMÓRIA SILENCIADA

Antônio Luiz Assunção (Delac/Promel/UFSJ)

Gosto sempre de iniciar minha fala pensando nos termos que organizam a temática do evento: um olhar para os sentidos decoloniais. Isso implica pensar necessariamente nos discursos que me atravessam e no modo como percebo o mundo, como apreendendo esse mundo, cujos sentidos estão colonializados, um não dito que se coloca sob as franjas dos sentidos decolonializados. Nesse início, falo os pontos a serem abordados pela mesa, as interfaces entre o discursivo e o cognitivo, pressupondo aquilo que sempre foi negado pelos estudos da linguagem que, por cortes epistemológicos, recortam o objeto linguagem. Nesse recortar refletem o olhar da colonialidade sobre o fazer científico que quer a todo custo imprimir uma racionalidade ocidental sobre as práticas do saber, como um modo de organizar, mas a partir de um lugar que controla não só o que se deve saber, mas também como saber, de que modo acessar o saber.

Sempre me incomodou esse lugar do discursivo sem o cognitivo e do cognitivo sem o discursivo. E essa virada se torna possível quando se pensa o cognitivo sob uma outra ótica que não a da razão ocidental, empírica e demonstrativa. Era preciso pensar o que define a cognição que até final da década de 1970, uma perspectiva iniciada na década de 50, quando se compreendia, e ainda se imagina, a cognição a partir da metáfora do computador.

Isso nos impunha, e nem sempre pensamos nisso – efeito dos discursos que colonizam a ciência – uma razão fria, desconectada do mundo e do corpo. A fundação de uma ciência cognitiva que escapasse à ciência cognitiva clássica, o cognitivismo, penso isso agora e corro o risco da crítica, se seria esse um ato decolonizador na sua origem, por se iniciar a partir de um pensamento fora do centro – Humberto Maturana, nascido em Santiago e Francisco Varela, também nascido em Santiago do Chile.

Varela (2000) se apoia em uma perspectiva da corporificação, em que se considera o papel do corpo nos processos cognitivos, o que implica conceber a cognição humana e a consciência a partir do corpo – um organismo sistêmico e biológico, que experiencia o mundo físico. Trouxe para as discussões da neurociência a fenomenologia de Husserl e de Merleau-Ponty, reposicionando o corpo e suas experiências no espaço da ciência, o que implica situar a cognição, mas também assegurar seu lugar a partir de um corpo que vive em um tempo e espalha por um espaço. Varela vai pensar uma ciência em primeira pessoa, o que implica repensar esse lugar da ciência como um ponto de observação e, mais, pensar uma ciência que situa o papel da experiência, renegada pela racionalidade ocidental. O princípio que organiza o saber a partir de então passa a ser aquele da experiência, compreendendo que o acesso que tenho ao mundo passa pelos dispositivos de interface do meu corpo físico: são os sistemas percepto-motores: a visão, o olfato, o paladar, o tato e a audição.

Humberto Maturana e Varela (2003), por sua vez, concebem o ser humano como um sistema autoconstrutivo, pleno de emoções, envolto por percepções e ilusões. A ideia da autopoiese define os organismos como sistemas fechados, autônomos que se autodefinem e se auto-organizam. Como organismos, possuem uma estrutura e um princípio de organização, mas também se constituem na relação com o meio em que vivem que, por sua vez, depende das respostas que esse organismo vivo dá aos estímulos

provocados. Disso depende, resumidamente, a estabilidade e o equilíbrio na relação entre esse organismo e o meio, compreendendo que os estímulos, vindo de fora, promovem reações internas ao organismo, caracterizando o processo cognitivo. Para Maturana (2014), são as correlações internas a partir das experiências que definem o aprendizado. Maturana compreende o humano como um organismo que se responsabiliza por sua própria organização, isso implica que buscamos nos reorganizar diante dos desequilíbrios e das desestabilidades que se impõem ao nosso organismo. Como aprendemos pelas nossas experiências, isso implica a impossibilidade de garantir que aquilo que percebemos não seja ilusório, nesse impasse o conflito entre a ilusão e a realidade pode levar a viver algo como verdade ou com mentira, o que se definirá apenas na avaliação após a experiência: viver uma experiência é diferente de explicar uma experiência, que se dá pela linguagem. Dar esse lugar à experiência caracteriza um movimento de desestabilização de uma racionalidade que desconsidera nossos estados emocionais e implica necessariamente compreender a cognição em um espaço de diálogo com nosso corpo e com nossas sensações.

Qual a importância dessas colocações para o discursivo? Se compreendo que os processos cognitivos não estão desligados do corpo e que não há como refletir sobre o pensamento fora da corporalidade, necessariamente há que considerar um novo modo de pensar o discursivo, colocando-o em relação com o cognitivo. Disso resulta que o discursivo na sua relação com minhas experiências e, nessa relação, minhas experiências não escapam da ordem discursiva na qual habito. É preciso pensar que os eventos, objetos e entidades que percebo, percebo sob uma determinada orientação e nesse ponto discursivo e cognitivo se integram, não podem se separar. Alva Noë, filósofo da mente, em seu livro *Action in Perception*, publicado em 2004, observa que todo ato de percepção já é uma ação.

Isso me faz lembrar Jacques Fontanille (2012), para quem o sentido é direção e tensão, em seu *Semiótica do Discurso*, ao falar sobre percepção e significação atenta-nos para a relação entre o sensível e o inteligível, observando que a significação se dá na relação entre sensação e percepção. Assim, pode-se falar de um sensível, em que um mundo interior coexiste com um mundo exterior, mas também de um ponto de vista que direcionando nossa atenção constitui a visada, da fronteira que demarca a pertinência do percebido para o processo de significação, a apreensão e, por fim, um sistema de valores que reunindo esses dois mundos constitui a semiose. Compreende-se, assim, o processo de significação com envolvendo a articulação de duas dimensões: aquela do plano de expressão e outra do plano de conteúdo. Refere-se, assim, ao mundo exterior, como plano expressão, espaço de nossas percepções e um mundo interior, para se referir ao plano do conteúdo. Essa articulação que presume uma fronteira entre exterior e interior só se instala quando se atribui uma significação ao que se percebe, na medida em que à percepção, visada de uma cor na face de uma pessoa, por exemplo, pode levar a uma apreensão de um domínio de pertinência, em que essa morfologia intencional aparece associada a vergonha, timidez ou mesmo saúde ou ainda o resultado de férias na praia. Uma posição que o corpo próprio toma diante da presença do objeto que direciona sua atenção

Fontanille acena para o fato de que, ao percebermos algo, sentimos uma presença, que ainda não reconhecemos como pertencente a uma macrossemiótica, temos um sentimento, presenciamos, porque essa presença tem uma quantidade e ocupa um espaço. É necessária essa presença sensível, posto percebida, e essa presença percebida nos faz voltar para ela, devida a intensidade com que ela nos afeta. Esse “voltar-se para” caracteriza uma visada intencional. Meu olhar, meu olfato, meu paladar, minha audição ou meu tato sob a tensão da presença me faz voltar para o objeto percebido, estou no campo do sensível. Meu corpo percebe, experiencia uma presença que me afeta com uma certa intensi-

dade e direciono minha atenção. O inteligível se dá quando essa percepção se submete à pressão de um sistema de valores; posso apreender o sensível pela experienciação de uma intensidade a partir do meu sistema sensorio motor, mas a apreensão só se dá quando situo essa presença sob uma visada intencional, dirigir minha atenção ao objeto, identifico sua materialidade, quantidade e qualidade, identifico uma presença que ocupa um espaço, extensão, e possui uma materialidade, qualidade.

Um barulho que me faz olhar para trás define essa visada intencional pela intensidade do afeto. Em meio a tantos barulhos, é esse barulho que me faz voltar e, a partir dessa visada, me encontro diante do sensível; mas ao perceber essa presença na sua materialidade, alcanço o inteligível que me faz tomar uma atitude: correr, se reconheço um enorme cachorro, ou seguir lenta e tranquilamente o meu caminho, se reconheço um gato, um pássaro ou simplesmente o vento que toca as árvores. Entre o sensível e o inteligível há esse corpo que se posiciona e, ao se posicionar, age. O discursivo caracteriza essa ação que se dá entre a percepção do sensível e um sistema de valores que organiza as diferenças como condição do inteligível: o barulho que me faz voltar já é em si o sensível, mas também o inteligível, na medida em que o sistema de valores organiza a diferença entre diversas intensidades. Essa intensidade que marca a diferença imprime o reconhecimento daquilo que me afeta. O cognitivo está nessa afecção do sensível que me faz experienciar a presença de algo, a minha visada intencional que me fez voltar para essa presença, mas o inteligível me possibilita situar esse objeto em uma macrossemiótica natural dos objetos, do mundo seja ele físico ou sociocultural.

A interface entre o discursivo e o cognitivo está nessa relação dos processos semióticos, elas se interpenetram, porque não há como separar meus modos de percepção e o conhecimento das práticas discursivas que organizam esses saberes. Poderíamos pensar nessa interface entre o discursivo e o cognitivo na pers-

pectiva da macrossemiótica cultural que organiza esses saberes sob a forma da ciência e da disciplina: a interface entre a análise do discurso e a linguística/semântica cognitiva. Sob esse olhar, os estudos propõem a necessidade de uma virada discursiva aos estudos cognitivos e de uma virada cognitiva aos estudos discursivos. Alguns caminhos têm sido propostos, principalmente a partir dos trabalhos de Christopher Hart (2015), cito esse trabalho por ser um dos trabalhos pioneiros na origem das discussões. Diversos trabalhos se seguiram a esses aprofundando e reavaliando a proposta.

Essas proposta têm a validade de colocar em discussão a possibilidade de diálogo de duas disciplinas, mas me parece – a minha crítica, cabem ressalvas – que elas fogem ao problema no procedimento metodológico, na medida em que, ao focar as estruturas textuais, direcionam seu olhar para as expressões metafóricas, identificam o processo cognitivo metafórico que legitimam essas expressões metafóricas, mas – volto a dizer – me parece que o foco descritivo prevalece e não consigo ver, em que pese a identificação das expressões metafóricas e do processo cognitivo que as legitima – o funcionamento discursivo da metáfora. Parece-me que falta a compreensão de que o processo cognitivo deve dar conta do funcionamento discursivo e do processo cognitivo integrados – e não isoladamente nas práticas textuais – na prática discursiva. Isso implica, em hipótese, pensar que a cadeia de expressões metafóricas que se reconhece na materialidade do discurso, sob o regime do processo cognitivo metafórico deve ser capaz de explicar o funcionamento discursivo. Quando penso em cadeia das expressões metafóricas, estou imaginando um conjunto de metáforas que deveriam estar sob o regime de um único processo cognitivo metafórico que legitimaria sob esse regime as diversas expressões metafóricas que estariam presentes na materialidade textual do discurso. Penso que este seria um programa de pesquisa necessário a ser desenvolvido, caso contrário continuaremos a contar as expressões metafóricas em um texto

sem, no entanto, explicar o processo cognitivo metafórico por traz que legitima essas expressões na materialidade do discurso. Nesse sentido, me parece, estaríamos buscando compreender o processo cognitivo que organiza o discurso na materialidade das expressões metafóricas que constitui sua materialidade textual. Parece que é o que ocorre em uma definição de discurso em Foucault, quando ele afirma que o discurso é uma dispersão de enunciados, então, poderia parafrasear, ao propor esse programa que o processo cognitivo-discursivo metafórico seria uma dispersão de metáforas no campo da materialidade textual, tornando necessária a filiação dessas expressões metafóricas a um único lugar de origem o processamento cognitivo metafórico subjacente ao discurso.

Falta-me pensar a questão dos sentidos decoloniais. Parece-me inicialmente necessário pensar esse meu lugar de fala nesse momento como um homem branco, professor universitário, já com uma certa idade e essa qualificação indefinida “uma certa idade” fala do meu percurso e não da imprecisão do tempo que passou. Um homem branco nascido na virada de um país que tentava se construir como um país democrático e, poderia dizer, tentava de certa forma um caminho que poderia levar a um sentido decolonial de Brasil. Sentido que não se realizou e que nem se realiza. Pode parecer estranho, mas falo aqui com um olhar de quem nasceu em uma virada para a ditadura militar, de alguém que viveu 24 anos sob o signo do regime de exceção, que se instaura após a renúncia do governo de Jânio Quadros em 1961, e de um governo que sofre o golpe militar, o governo do vice João Goulart, o governo de Jango. Isso me leva a me perguntar, ironicamente, qual seria esse sentido da decolonialidade que se busca ou que se quer falar no Brasil: somos uma democracia de vices e golpes efetivos ou desejados e não efetivados.

Parece-me arriscado falar desse caminho que me veio a mente da decolonialidade política fracassada sob as barbas de uma burguesia colonizada e colonizadora: os homens brancos, velhos,

filhos do império português e herdeiros das terras brasileiros por capitânias hereditárias e outros subterfúgios como a grilagem de terras – termo usado antes para nos referir ao crime de invadir, ocupar terras públicas, sem autorização legal de ordem competente, ameaçando a biodiversidade. Mas também se associam a esses processos os assassinatos de camponeses e a exploração e a eliminação de indígenas, entre outras práticas. Para não me alongar, retomo o percurso de minha infância e adolescência, por serem anos icônicos de grandes mudanças, falamos dos anos de 1960, inicialmente, da renúncia de Jânio Quadros e da posse de seu vice João Goulart. Quando brinco desses momentos como decolonizadores isso se deve não da intenção de seus agentes, como Jânio Quadros, por exemplo, controverso e conservador, mas de seus atos incomuns para uma burguesia colonizada. Esses atos incomuns levaram à queda da sua popularidade, como por exemplo, sua decisão de condecorar Che Guevara, como uma forma de se aproximar de Cuba para estabelecer relações comerciais. No governo de Jânio Quadros também o Brasil reatou as relações diplomáticas com a União Soviética.

Independentemente da posição ou discussão política do governo, no meu entender dada minha memória, conservador de Jânio Quadros, seu governo marca esse ponto da colonialidade que nos organiza política e socialmente, a partir de uma burguesia dominante que herdamos de tempos coloniais. Jânio Quadros desagrada não pelo conservadorismo, mas por ações que qualificamos de incomuns diante do seu lugar de sustentação política e busca a renúncia e presume nesse ato, segundo alguns estudiosos, um autogolpe que o faria retornar ao governo nos braços do povo e com poderes ilimitados. Primeiro ato de uma colonialidade que se funda na natureza golpista de uma burguesia dominante e colonizada que, no entanto, fecha os olhos diante da cria que acena para Guevara, buscando acertar Cuba e reatar com a União Soviética os laços diplomáticos.

Em um segundo momento, que poderia produzir um sentido decolonial, assume o governo o vice João Goulart sob a pressão de uma campanha liderada por Leonel Brizola. Jango assume num momento de grandes transformações no país e no mundo. Mas o que chama atenção foi a continuidade de uma política das relações internacionais independente dos interesses americanos e mesmo dos soviéticos. Interesses, portanto, que estariam fora daqueles das metrópoles. Seu governo propõe reformas de base como reforma agrária, tributária, financeira, urbana e educacional. Dentre essas reformas, a reforma agrária foi a que mais gerou conflitos e protestos por prever a desapropriação de grandes propriedades rurais. Esse debate político durou até os idos de 1963 quando Jango perdeu o apoio de sua base que se alia aos seus opositores. Compreende-se, como ocorre hoje, que os grandes interesses dos políticos aliados aos latifundiários – palavra que fugiu dos noticiários e dos discursos políticos. Inicia-se uma campanha de desestabilização do governo Jango que mobiliza parte da sociedade civil, os militares e tem em sua base os interesses norte-americanos, cujo governo olhava de viés Goulart, compreendendo como muito voltado para a esquerda. O governo dos EUA financia os movimentos conservadores, deixando o cenário político mais instável ainda.

Faço essa retomada histórica para pensar não os sentidos decoloniais, mas da colonialidade que organizam nossa política e que, por isso, organizam nosso modo de pensar e olhar o outro. Afinal, para se pensar os sentidos decoloniais, torna-se necessário pensar esse lugar de uma burguesia política dominante que vai colocar em ação dois movimentos: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, cuja responsabilidade implica seu envolvimento com o financiamento de candidaturas conservadoras e a mobilização de empresários brasileiros contrários a João Goulart. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais que produz conteúdos contra o governo de Jango e constrói a noção da ameaça comunista que até hoje assombra a classe dominante colonizadora e os pobres

colonizados. Percebe-se assim essa ordem de saber que organiza os discursos que atravessa a sociedade brasileira e produz discursos de acordo com os quais experienciamos o Brasil.

Como se sabe, terminamos sob o regime militar com o golpe de 64. Vivi minha infância sob o signo dos sentidos da colonialidade numa escola que nos colocava em ordem unida, medida por ordem de tamanho e por uma mão esticada até os ombros do colega à frente, que nos fazia rezar antes de entrar em sala de aula. Vivi essa infância e adolescência silenciada pelo Jornal Nacional, acesso único e irrestrito. Em que pese a luta contra a ditadura, havia silêncio sobre o grito dos torturados, silenciados pelo tricampeonato brasileiro da copa de 70 e pelas marchinhas que cantavam “esse é um país que vai pra frente”. Quando se falava, assim como hoje, nos protestos, nas lutas contra a ditadura, falava-se dos baderneiros comunistas, os filmes que assistia mostravam a cavalaria americana invadindo o Oeste, massacrando e violentando os cheyennes sob a bandeira da colonização. Aprendia-se na escola o enunciado interpelativo de Duque de Caxias “os que forem brasileiros que me sigam”, se esse enunciado foi dito ou não, não faz diferença, pois ele ressoou durante muitos anos na memória escolar. Interessa-nos quase nada se houve ou não essa enunciação, mas faz diferença a memória discursiva que movimenta esse dizer que promove o nacionalismo e o ufanismo. E pela metonímia surgiu o aluno “caxias”, designativo daquele aluno que era o “bom” aluno, o menininho branco, de uniforme bem-passado, cabelinho colado a cabeça e partido de lado, curto e bem penteado e o sapato preto, emborrachado, a conga branca ou azul marinho ou ainda o kichute, sonho do menino que gostava mais do campinho de futebol de rua que das salas de aula. Não saberia dizer em que consistem essas construções adjetivas, senão da força que engatilham essas memórias.

Percebo hoje que quando pensamos no aluno caxias, o sentido da colonialidade aparece, na medida em que não me

veio à lembrança a possibilidade de uma aluna caxias, a marca de gênero definia o bom desempenho e o bom comportamento escolar. Das alunas, dizia-se que eram caprichosas, que tinham letra bonita e cadernos bem encapados e bonitos; aos meninos cabiam a inquietação, a bagunça e a inteligência: ordens sacralizadas no discurso escolar. Dói-me perceber que não me vieram à lembrança os colegas negros: não vou dizer que o silêncio seja apenas meu, apagamento de uma memória seletiva, mas de todo um sistema educacional, que imprime a exclusão, uma outra marca da colonialidade que nos constitui.

Não sei se dei conta aqui de alinhar esses temas que nos foram propostos, os sentidos decoloniais, o discursivo e o cognitivo, mas percebo que, ao falar de sentidos decoloniais, esbarrei na colonialidade que nos constitui o tempo todo e que pensar a decolonialidade implica pensar essa memória que tenho de homem branco, que viveu uma infância e uma adolescência e mesmo uma juventude sob o silêncio de outras memórias.

Referências

FONTANILLE, Jacques. *Semiótica do Discurso*. Tradução: Jean Christus Portela. Discourse. São Paulo : Contexto, 2012.

HART, Christopher. Cognitive Linguistics and Critical Discourse Analysis

In E. Dabrowska and D. Divjak (eds.). *Handbook of Cognitive Linguistics*. Berlin/ Boston : Mouton De Gruyter, 2015.

MATURANA, Humberto R. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Organização, tradução e revisão técnica: Cristina Magro, Victor Paredes. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

MATURANA, Humberto, VARELA, Francisco. *De máquinas y seres vivos: autopoiesis, la organización de lo vivo*. Buenos Aires: Lumen, 2003.

NOË, Alva. *Action in perception*. Cambridge, Massachussetts: MIT Press, 2004.

VARELA, Francisco. *El fenómeno de la vida*. Caracas/Montevidéo/Santiago de Chile : Dolmen Ediciones, 2000.

QUEM É COMUNISTA NO BRASIL DO SÉCULO XXI? COGNIÇÃO E POLÍTICA

Aurelina Ariadne Domingues Almeida (UFBA)

1. Qual história vai ser contada? A introdução

No Brasil, hodiernamente, a unidade léxica *comunista* pode ser usada para fazer referência a pessoas que prezam pela dignidade da pessoa humana, pela observância da Constituição Federal e ainda pelo cumprimento de normas sociais, independente de compartilharem ideais do Comunismo, de modo que os seus usos atuais se afastam dos sentidos da terminologia que, socio-historicamente, lhe foram atribuídos. Por conseguinte, pessoas da esquerda e da direita podem ser chamadas de comunistas. E esse chamamento pode ser visto ora como elogio ora como xingamento, o que deixa patente a sua autoantonímia.

Em face dos seus diversos empregos, cabe-nos indagar sobre quem é comunista no Brasil do século XXI? Considerando essa questão, este capítulo apresenta reflexões sobre a conceptualização-categorização de *comunista*, com o objetivo de refletir sobre o seu uso, no discurso político e jornalístico-político, para buscar, com base científica, elementos que subsidiem entender como pessoas de ideologias-políticas diversas e até antagônicas podem ser inseridas na categoria COMUNISTA.

2. Como a história será contada? A abordagem teórica

A cognição é uma ação efetiva que torna possível ao ser vivo existir em certo meio, ao criar seu mundo nesse mesmo meio (Maturana; Varela, 2001). E, para a Linguística Cognitiva, o mundo interno-externo é elaborado e organizado, por meio das operações de conceptualização e de categorização. Essas operações viabilizam o conhecer e a manutenção da vida na e pela linguagem, em um ambiente (Almeida, 2020).

Significar é conceptualizar e, como pensa Almeida (2024, p. 269), “o significado das expressões languageiras compreende, além dos conteúdos conceptuais, a maneira como esse conteúdo é elaborado, isto é, inclui a perspectivação conceptual”. Assim, a materialidade léxica, como qualquer outra materialização da linguagem, implica uma perspectivação de alguém sobre algo ou sobre outrem ou ainda sobre si mesmo.

Ao realizarmos um enquadramento, categorizamos, isto é, reunimos grupos de entidades distintas como instâncias de uma espécie. No ato de categorizar, (re)organizamos o mundo que (re)criamos e fazemos isto, por meio da percepção de semelhanças e, também, de diferenças, em um processo de inclusão e de exclusão de elementos em uma dada categoria (Almeida, 2018). Isto é feito, através de enquadramentos cognitivos, nas nossas interações, quando negociamos, com outros conceptualizadores-categorizadores, na tensão indivíduo-coletivo, os mundos possíveis de serem (re)criados e (re)organizados, em um espaço-tempo, conforme a nossa biologia, as nossas crenças, os nossos valores e as nossas ideologias.

As categorias, por sua vez, ainda que possam ser normatizadas, não são definidas previamente, portanto, podem (re)criadas no discurso *online*, a partir do acionamento de *frames* convencionalizados ou não (Almeida, 2021). Assim, a categorização possui duas dimensões que se retroalimentam, uma *offline* – normatizada

– e outra *online* – emergente nas interações cotidianas. Ambas interagem no uso e podem sofrer variações e mudanças.

Já a metáfora e a metonímia são operações de perspectivação conceptual, ativadas no ato de conceptualizar-categorizar (Almeida, 2020). A primeira é uma operação de julgamento-comparação, associada à estratégia de enquadramento (Croft; Cruse, 2008), que viabiliza entender um domínio – área de conhecimento (Langacker, 1987) – em termos de outro (Lakoff; Johnson, 1980). Por sua vez, a segunda permite que entidades conceptualmente contíguas possam ser associadas e assim um conceito pode ser entendido em relação a outro, em um mesmo domínio (Barcelona, 2012).

Na conceptualização-categorização, são requeridos *frames* – estruturas mentais que tornam possível aos seres humanos entenderem, criarem (Lakoff, 2013 [2006]; 2016 [1996]) e organizarem a realidade. E essas estruturas são responsáveis pelos diversos enquadramentos possíveis. Ao serem evocados, imprimem um ponto de vista sobre algo ou alguém e a ativação de um *frame* inibe outros. Então, o *frame* compreende um sistema de conceitos relacionados e, para compreender um, é preciso entender toda a estrutura em que se enquadram (Fillmore, 2009 [1982]).

No discurso *online*, emergem metáforas e metonímias situadas. No caso das primeiras, ocorrem projeções locais e episódicas entre domínios distintos, com a mobilização de *frames online* (Vereza, 2013). As segundas, também, não são convencionais e surgem, do mesmo modo, no discurso *online*, com a ativação de *frames online* (Santos, 2023). Mas ocorrem em um mesmo domínio. Ambas podem ser deliberadas, por resultarem de perspectivas intencionais.

A conceptualização e a categorização estão intrinsecamente ligadas às emoções que, por sua vez, são programas complexos de ações, criados pela evolução humana e são, em geral, automáticos. A vivência das emoções está em inter-relação com a cognição, com as linguagens e as ações (Maturana, 2001). Na

conceptualização-categorização, a linguagem é criada nesse entrelaçar de emoção-cognição-pensamento-ação com as dimensões sociocultural-político-ideológicas em um tempo-espaço, deliberadamente ou não.

3. Com foi criada a história? O percurso metodológico

O estudo caracteriza-se pela abordagem qualitativa da ciência e orienta-se pelos seguintes passos: 1) Criação do *corpus*, através da busca por comunista, no *Google*, e organização registros selecionados em arquivo do Word; 2) Elaboração das categorias de análise, com base nesses registros; 3) Uso de itálico nos exemplos do fenômeno; 4) Indicação, em nota de rodapé, do endereço eletrônico e da data de acesso; 5) Conservação da ortografia, mesmo com desvio de norma; 6) Manutenção da pontuação e da acentuação, bem como dos espaçamentos atinentes à digitação e à formatação; 7) Sistematização e interpretação do *corpus* e 8) Apresentação dos resultados.

4. O clímax da história: Os resultados

Para refletirmos sobre quem se categoriza como comunista, selecionamos Flávio Dino. Em entrevista ao *Canal MyNews*¹, em 2019, ele respondeu à seguinte pergunta: “Oh, Governador, mas o senhor é comunista, o senhor se declara comunista e o que é ser um comunista no ano da graça de 2019”?

[...] *Eu sou comunista, graças a Deus*; acho que esta já é uma resposta pra ti. E é só (Meio incoerente²). De jeito nenhum, pelo contrário. Vai no livro do Ato dos Apóstolos, capítulo IV, versículo XXXII que tu

1 Disponível em: Ainda existe comunista no Brasil? Acesso em: 15 out. 2025.

2 Ao longo da transcrição são inseridas entre parênteses as interpelações feitas pelos seus interlocutores.

vai ver lá uma descrição (mas é um comunista de Iphone, em). Mas claro a tecnologia é essencial. Nós queremos que todos tenham tecnologia. [...] *E ser comunista é sobretudo isto: defender comunhão; partilha; defender justiça social.* São valores que devem ser sempre atualizados. Se a gente olhar que isso; esses princípios são fora de moda, significa que a sociedade fracassou; *nós acreditamos na solidariedade, na convivência, na partilha;* e claro que há projetos históricos, de um jeito, de outro, no capitalismo também, qualquer sistema econômico do mundo têm seus acertos, seus erros [...] Mas nós temos, como disse, uma perspectiva muito clara: *que a riqueza tem de ser partilhada, como a justiça, as oportunidades*".

Na sua fala, Dino faz alusão à existência de pontos positivos e negativos nos projetos históricos e afirma entender que, se princípios comunistas se tornarem *démodé*, isto significará que a sociedade terá falhado, pois o comunismo propicia um amparo social com divisão justa dos bens e das outras coisas necessárias ao bem-estar humano. Tal visão justificaria a sua adesão aos valores dessa vertente político-ideológica.

Apesar da existência sócio-histórica desse modelo cognitivo idealizado compartilhado por Dino, outros brasileiros também do campo progressista, e, da mesma forma, de vulto social não se categorizam assim. E para refletirmos sobre quem não se enxerga como comunista, selecionamos Leonardo Boff. Para pensarmos sobre essa questão, recorreremos ao seu texto publicado em 2013 e intitulado *Contra a imbecilidade do atual anticomunismo*³, no qual afirma:

[...] *Sofro ataques imbecis de que sou comunista e marxista, como se para um teólogo com 50 anos de atividade, fosse uma banalidade fazer esta acusação.*

3 Disponível em: <https://leonardoboff.org/2013/12/17/contra-a-imbecilidade-do-atual-anticomunismo/> Acesso em: 20 out. 2024.

[...] Marx nunca foi pai nem padrinho da Teologia da Libertação que ajudei a formular [...] Essa é a questão maior a ser pensada e sobre ela inaugurar práticas salvadoras e não distrair-se com discutir *um comunismo inexistente, morto e sepultado* [...] Distribuir o epíteto de comunista e marxista a torto e a direito, sem se dar conta do conteúdo ideológico e ofensivo que esta palavra implica só pode vir de uma cabeça imbecil [...] Aceito qualquer discussão mas não insultos (Boff, 2013, grifos meus).

Boff insere *comunista* nas categorias ofensa e insulto. Mas não oferece maiores pistas, para refletirmos sobre como ele entende o comunismo e os comunistas. Entretanto, em uma resposta dada a um internauta, ele assegura:

[...] Não estou defendendo o comunismo nem qualquer outro regime autoritário. Apenas sou contra aqueles que são tachados ainda hoje de comunisistas porque querem a mudança do tipo de relações sociais injustas que o modo de produção capitalista introduziu no mundo e que faz milhões de vítimas. Hoje ele não pode alegar que os comunistas matam. [...] Acho ridículo invocar hoje o perigo comunista quando o perigo é outro. E usa-se o termo como acusação e não como categoria analítica (Boff, 2013, grifos meus).

Na sua resposta, ele associa, de um lado, o comunismo a regimes autoritários e a mortes, ocorridas no passado. De outro, identifica que se atribuem ao termo comunista novos sentidos, de sorte que é usado, como pensa, para fazer referência a pessoas que pretendem mudanças nas relações sociais iníquas instauradas pelo modo de produção do capitalismo.

Vimos, então, que, mesmo Boff comungando ideais progressistas como Dino, ambos se enxergam distintamente. Como

isto é possível? Se confrontarmos o texto de um à fala do outro, veremos que *frames*, como PARTILHA e JUSTIÇA SOCIAL, do domínio COMUNISTA, são acionados por Dino. Mas a escrita de Boff mobiliza outros *frames* desse domínio, a exemplo de REGIME AUTORITÁRIO e de ASSASSINATO. Pelo que entendemos, essa mobilização diversa de *frames* resulta nessa diferença de compreensão conceitual.

O domínio COMUNISTA é, portanto, constituído por distintos *frames* que possibilitam tanto a avaliação positiva quanto negativa do conceito. Assim, *frames*, como IGUALDADE, JUSTIÇA e RESPEITO, são partes desse domínio como também o constituem outros, como MORTE, DITADURA e REPRESSÃO, além dos outros já citados antes. Isto acontece, porque, como evidenciado anteriormente, se trata de um conceito autoantonímico, portanto que carrega, em sua polissemia, sentidos contrários.

Para além de todos esses *frames* citados, outros periféricos na categoria foram, são e ainda serão requeridos, no discurso *online*, para que, metonimicamente, alguém que não compartilhe os ideais do comunismo possa, da mesma maneira, ser categorizado como comunista. É sobre essa possibilidade que, a seguir, serão feitas algumas reflexões.

Em maio de 2019, o Estado de Minas publica o texto *Saiba como Janaina Paschoal, Kim Kataguiri e outros nomes da direita viraram “comunistas”*⁴. Esse título traz nomes de pessoas desfavoráveis aos ideários do comunismo, mas vistos como comunistas. Além deles, outros políticos são postos, nessa categoria, em distintos momentos do governo do ex-presidente Bolsonaro⁵, como é possível verificar pela leitura desse texto:

4 Disponível em: *Saiba como Janaina Paschoal, Kim Kataguiri e outros nomes da direita viraram “comunistas”* - Política - Estado de Minas Acesso em: 25 out. 2024.

5 Disponível em: *Cidades brasileiras registram atos em apoio ao governo Bolsonaro* | Política | G1 Acesso em: 06 ago. 2025.

Atenção, a lista de comunistas do Brasil foi atualizada. O alerta, que vem se tornando uma espécie de bordão nas redes sociais para se referir aos alvos dos bolsonaristas, rompeu mais um limite nas últimas semanas e passou a atingir alguns dos principais nomes de políticos da direita, como a deputada estadual Janaina Paschoal (PSL-SP) e os deputados militantes do Movimento Brasil Livre (MBL) Kim Kataguirí (DEM) e Arthur do Val (DEM), conhecido como Mamãe Falei. O esforço que fizeram na campanha virtual que levou à eleição do presidente Jair Bolsonaro (PSL) não os livrou de serem bombardeados por discordarem da manifestação de ontem e, mais que isso, os colocaram ao lado de artistas e articulistas críticos da esquerda que já haviam sido jogados no barco dos “comunas” [...] “Chamar Janaina Paschoal, Kim, Arthur (Mamãe Falei) e general Mourão de comunistas é IGNORÂNCIA” [...] Janaina passou a ser rotulada depois de ter se recusado a engrossar o coro de chamamento às manifestações pró-Bolsonaro e questionar até a sanidade de um presidente da República que faz esse tipo de convocação [...] Na mesma linha, os líderes do MBL questionaram a pauta dos defensores do governo de ataque ao Congresso estimulada pelo próprio presidente Bolsonaro e acabaram se tornando “inimigos”. “Estão me chamando de comunista. Quem discorda do Bolsonaro é comunista”, relatou Kim Kataguirí [...] Arthur de Val também entrou na lista de “traidores” por dizer que a manifestação de apoio ao Executivo era um tiro no pé. [...] “Todo aquele que não professa o mesmo pensamento que você é inimigo, aí você aciona essa figura histórica, o comunismo vira o inimigo da vez” [...] Se a referência ao PT era distorcida [...] a inclusão dos nomes de direita na lista é ainda mais equivocada. “Estão chamando anticomunistas, como membros do MBL, de comunistas. Na greve dos caminhoneiros teve

gente que chamou o general Villas Bôas por esse termo, qualquer um que seja adversário vira comunista sem qualquer significado real. Virou palavrão” [...] Todo aquele que não professa o mesmo pensamento que você é o inimigo, aí você aciona essa figura histórica, o comunismo vira o inimigo da vez” [...].

Algumas expressões constantes desse texto evidenciam que há uma metáfora conceptual orientando o discurso jornalístico-político. Vejamos exemplos de suas expressões: 1) *alvos* dos bolsonaristas; 2) não os livrou de serem *bombardeados*; 3) a pauta dos *defensores* do governo de *ataque* ao Congresso; 4) e acabaram se tornando “*inimigos*”; 5) aquele que não professa o mesmo pensamento que você *é inimigo*; 6) o comunismo vira o *inimigo* da vez e 7) qualquer um que seja *adversário* vira comunista.

Os exemplos, antes arrolados, nos mostram que a metáfora conceptual POLÍTICA É GUERRA é acionada e pode ser mobilizada, para justificar como pessoas que não partilham ideologias comunistas podem ser vistas, na categorização *online*, como membros dessa categoria. Esses casos evidenciam ainda que essa metáfora conceptual implica outras metáforas, como: POLÍTICOS SÃO GUERREIROS e IDEOLOGIA POLÍTICA ADVERSÁRIA É INIMIGO DE GUERRA, logo, COMUNISMO É INIMIGO DE GUERRA e ADVERSÁRIO POLÍTICO É COMUNISTA. Assim sendo, essa rede de metáforas torna possível a categorização *online* em pauta.

Na experiência política, foram construídos modelos cognitivos idealizados de COMUNISTA, e esses modelos são acionados, em diferentes momentos da história do Brasil, como acontece, nos últimos tempos, e ocorreu, na década de 1960. Entre esses, há aquele modelo que foi forjado pela própria experiência histórica com o comunismo (ou melhor, com socialismo entendido em termos de comunismo) e com os comunistas, mas também há aqueles que foram, são e ainda serão criados pelo acionamento

de parte dos conhecimentos já normalizados e enraizados na memória social, mas sem que correspondam ao conhecimento socio-historicamente construído sobre esse sistema político-ideológico e seus agentes. Como isto ocorre?

Conhecimentos são recrutados, para que sejam criados outros modelos afastados das vivências comunistas, e esses novos modelos podem ser, inclusive, totalmente distintos daqueles já elaborados (“*Chamar Janaina Paschoal, Kim, Arthur (Mamãe Falei) e general Mourão de comunistas é IGNORÂNCIA*”; “[...] *Quem discorda do Bolsonaro é comunista*”; “[...] *Estão chamando anticomunistas, como membros do MBL, de comunistas [...]*”; “[...] *qualquer um que seja adversário vira comunista sem qualquer significado real [...]*” etc.).

E, no tocante, especificamente, à metáfora POLÍTICA É GUERRA, o acionamento do domínio-fonte GUERRA, para o entendimento do domínio-alvo POLÍTICA, também, implica seus *frames*, como EXÉRCITO, GENERAL, SOLDADO, LUTA e INIMIGO. Esses *frames* delimitam papéis semânticos. Assim, o líder político é entendido em termos do comandante da guerra, logo, *Bolsonaro é general*. Como o presidente é o general, quem está ao seu lado é seu aliado; quem está contra ele é seu inimigo. Se o presidente general é da extrema-direita e com ambições ditatoriais, seu inimigo é inicialmente a esquerda, e o seu inimigo maior é o comunismo. No entanto, para não correr riscos que ameacem a sua perspectiva ideológica-política-econômica e que atrapalhem os seus desejos autoritários, ele converte qualquer adversário em comunista. Afinal, nessa guerra, a vitória terá como espólio a implantação de uma visão de mundo, e isto tem consequências no modo de viver e, também, no de lucrar. Logo, ele não poderá fraquejar e permitir isto; precisa derrotar os oponentes, mesmo que sejam antigos aliados e próximos da sua visão ideológica, mas que não apoiam todos os seus planos. Logo, nesta luta, a direita, também, é sua inimiga e, inclusive, parte da extrema-direita.

No tempo presente, no Brasil, essa metáfora e seus desdobramentos estão sendo usados para, imaginativamente, promoverem, pelo medo, uma manipulação social, e isto se deve ao acionamento deliberado de *frames* no discurso *online*. A categoria COMUNISMO é formada, como já assinalado, por *frames* diversos, mas apenas aqueles avaliados negativamente e/ou aqueles periféricos na categoria são acionados no discurso *online* da extrema-direita, para, inicialmente, se referir, entre outros, a quem prega a dignidade da pessoa humana, como Boff, e, depois, para fazer referência aos próprios ex-aliados que se revelam críticos de Bolsonaro, como Janaína Paschoal, Kim Katagui e Arthur do Val, conforme o Estado de Minas demonstra.

Pela manipulação do medo da DESAPROPRIAÇÃO, FOME, MORTE, AUTORITARISMO, DITADURA, REPRESSÃO, PERSEGUIÇÃO, VIOLÊNCIA, RADICALISMO bem como do TOTALITARISMO, são esquecidos: RESPEITO, JUSTIÇA, IGUALDADE, DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, ACESSO AOS MEIOS DE PRODUÇÃO, AOS BENS DE CONSUMO, SOLIDARIEDADE; mesmo que esses últimos, também, sejam *frames* do domínio COMUNISMO e inter-relacionados a COMUNISTA e ainda que os primeiros sejam, da mesma maneira, *frames* de outros domínios, como SOCIALISMO e REGIMES DITATORIAIS.

Então, o medo do que nunca existiu, através da mobilização de ideologias, de crenças, de valores profundos atrelados à visão conservadora do pai estrito (Lakoff, 2016 [1996]), passa a controlar a imaginação social, e isto tem consequências importantes na orientação da forma de viver no Brasil, de ser brasileiro, enfim de pensar, falar(escrever) e de agir em português. Diante disto, cabe perguntar: Como é possível tantos comunistas?

De início, como aqui já observado, esses inimigos são aqueles posicionados à esquerda, no espectro político. Nem todo esquerdista, porém, é comunista, haja vista os distintos partidos de esquerda do Brasil. Logo, não é possível, a princípio, ter toda

a esquerda como inimiga, porque não há a possibilidade factual de “demonizar” toda a pauta desse grupo. Por consequência, recorre-se ao comunismo e, metonimicamente, aciona-se o conhecimento socialmente partilhado sobre a parcela comunista desse espectro político. Isto é feito, destacando o conhecimento partilhado socialmente sobre a implementação de regimes autoritários socialistas, em distintos espaços e tempos da história. Essa implementação é vista como uma experiência comunista, e, mesmo que o Brasil nunca tenha tido vivências dessa natureza, o comunismo e os comunistas passam a ser os principais inimigos do Brasil, na imaginação da população alinhada ideologicamente com a extrema-direita e, também, com parte da direita inclinada ao Bolsonarismo.

Daí, é possível recorrer à metáfora ADVERSÁRIO POLÍTICO É COMUNISTA já incrustada na cognição brasileira e, com isto, é possível reorganizar a categoria COMUNISTA, no discurso *online*, por meio das metáforas situadas e deliberadas, como *Janaína Paschoal é comunista; Kim Katagui é comunista; Arthur do Val é comunista*. E, conforme os embates no campo de batalha da política ficam mais recrudescidos, antigos aliados tornam-se novos inimigos, porque, no uso da linguagem, novas realidades são forjadas *online*, com base em metáforas já enraizadas na cognição social.

São, então, requeridos *frames* do domínio-fonte COMUNISTA, para entender o adversário político, mas esses não são *frames*, como ASSASSINO, DITADOR, VIOLENTO, RADICAL, antes acionados, mas outros, a exemplo de OPOSITOR DE IDEIAS POLÍTICAS. Esse último *frame* apenas periféricamente faz parte da categoria COMUNISTA socio-historicamente construída. No Brasil de agora, porém, para que novos inimigos políticos sejam criados, encobrem-se todos os outros *frames* e ressalta-se esse *frame* periférico e ainda são destacados outros, como PERIGOSO, para que agentes políticos da direita possam ser vistos como membros dessa categoria.

E não só, porque, no discurso *online*, metáforas situadas e deliberadas podem emergir de novas experiências políticas, isto, porque as categorias podem variar e, inclusive, mudar, ainda que a nossa biologia continue a mesma, ainda que tenhamos as mesmas metáforas conceptuais disponíveis, para compreendermos a política e os seus agentes. É assim que Bolsonaro, nas eleições de 2024, na fala de aliados do passado recente, deixa de ser o general presidente e passa a ser um soldado, mas não um soldado qualquer, e sim um soldado fraco e traidor, como explícito na seguinte notícia dada pelo Metrôpoles: “Marçal ataca Malafaia e diz que Bolsonaro “*se curvou ao comunismo*”⁶”.

A metáfora conceptual POLÍTICA É GUERRA ancora tanto conceptualizações convencionalizadas, como LÍDER POLÍTICO/ PRESIDENTE É GENERAL quanto conceptualizações metafóricas situadas e deliberadas, a exemplo de *Bolsonaro é soldado fraco/ traidor*. No caso em tela, ele é perspectivado por Marçal, de um modo diferente, de tal forma que é requerido os *frames* SOLDADO FRACO/TRAIDOR. E assim emerge um novo sentido para o ex-presidente, responsável por gerar uma desordem no conhecimento construído e convencionalmente atribuído a ele, que o liga convencionalmente à categoria POLÍTICO DE EXTREMA-DIREITA. Isto ocorre, pelo que entendemos, porque outros agentes políticos pleiteiam representar a parcela da população que se identifica com as ideologias e os valores da extrema-direita, isto é, com os *frames* profundos dos modelos culturais partilhados por esse grupo. E isto não passa despercebido aos eleitores-conceptualizadores-categorizadores do lado oposto.

Até aqui, Bolsonaro é visto como um soldado fraco/traidor. Mas ainda é possível ir além e inseri-lo na categoria COMUNISTA. Inicialmente, quando Marçal personifica o comunismo e tira o ex-presidente do lugar de comandante da guerra contra o comu-

6 Disponível em: Marçal ataca Malafaia e diz que Bolsonaro “se curvou ao comunismo” | Metrôpoles Acesso: 30 de out. 2024.

nismo, para entendê-lo em termos de um soldado fraco, como aquele que trai os valores conservadores da extrema-direita, ele está elaborando um novo ponto de vista sobre o ex-mandatário e assim gestando um novo líder, para essa guerra, no caso, o próprio Marçal. O meme, a seguir, evidencia essa tentativa de gerar um novo Bolsonaro:

Meme 1 – Marçal cria Bolsonaro Comunista⁷



Caso as metáforas situadas e deliberadas *Bolsonaro é soldado fraco* e *Bolsonaro é soldado traidor* se propaguem, e diferentes expressões metafóricas surjam delas, repetindo-as, recorrentemente, isto poderá moldar novas realidades, através de fissuras criadas nos *frames* profundos e poderá desencadear mudanças na guerra da política e, com isto, Bolsonaro poderá ceder espaço para o novo líder Marçal⁸.

Isto vai se tornando possível, porque a categorização vai além do modo *offline*, das categorias normalizadas e compartilhadas socialmente. Assim, o ato de categorizar algo ou alguém, também, se cria no discurso *online*. Se mudam as experiências,

7 Disponível em: https://www.reddit.com/r/brasil/comments/1fd4qqq/barrado_no_7_de_setembro_mar%C3%A7al_diz_que_bolsonaro/ Acesso em: 29 out. 2025.

8 Aqui, uma pausa para pensarmos como uma nova ordem social estava sendo paulatinamente criada. Outras experiências, porém, geraram novas conceptualizações-categorizações e hoje ambos se encontram inelegíveis. A (extrema)-direita está em “guerra”, para que possa conhecer seu próximo líder para 2026.

muda, da mesma forma, a configuração categorial. Casos de profunda desordem no conhecimento elaborado sobre Bolsonaro podem acontecer, se ocorrem mudanças na experiência social geo-historicamente situada e/ou se quem o categoriza for de outra ideologia política, mesmo que todos se encontrem diante das mesmas vivências e tendo a mesma biologia.

Foi assim que, em 2022, Bolsonaro foi a Rússia e prestou homenagem a soldados russos mortos na Segunda Guerra Mundial. O presidente à época colocou flores no monumento chamado de “Túmulo do Soldado Desconhecido”⁹. Ele seguiu o protocolo. Mas os internautas conceptualizadores-categorizadores de outro espectro político-ideológico, que partilham o modelo do pai protetor (Lakoff, 2016 [1996]), não o pouparam e criaram diferentes memes, bem como fizeram variadas postagens, nas redes sociais, para satirizarem o anticomunista, homenageando o túmulo de comunistas.

Trata-se de uma categorização local, episódica e deliberada que, provavelmente, desaparecerá, da mesma forma, como surgiu. Eis que, nesse caso, emergiu, no discurso *online*, a metáfora situada e deliberada *Bolsonaro é comunista*. E foi assim que um internauta-conceptualizador-categorizador afirmou: “kkkk chegamos não ironicamente no *bolsonaro comunista*” e outro assegurou: “Eu esperava muitas coisas depois de 2018, mas o *Bolsonaro Comunista* não estava na minha lista”¹⁰. Após ter visto o anticomunista ser posto, no discurso *online*, entre os comunistas, só nos resta seguir para o final do capítulo.

9 Disponível em: Bolsonaro na Rússia: entenda homenagem a soldados comunistas | Exame Acesso em: 21 out. 2024.

10 Todos os exemplos foram coletados do seguinte fórum: https://www.reddit.com/r/brasil/comments/1fd4qqq/barrado_no_7_de_setembro_mar%C3%A7al_diz_que_bolsonaro/ Acesso em: 29 out. 2025.

5. Como termina a história? As considerações finais

No campo das batalhas políticas, luta-se pelo modo de governar. Quem ganhar a guerra terá como espólio a instalação da sua visão política, como já observado. Se o general presidente, à época, vencesse, a perspectiva bolsonarista, ligada ao fortalecimento de pautas conservadoras, nos costumes, e neoliberais, na economia, teria avançado e ganhado mais terreno no Brasil. Então, buscava-se combater os inimigos que eram os adversários políticos e as suas ideologias; a princípio, a esquerda e o comunismo, mas depois qualquer político que criticasse pautas do então presidente. Isto era feito, a fim de evitar a perda de espaço político, abalos nos interesses econômicos, além do enfraquecimento da agenda dos costumes. Hoje, sabemos que a batalha foi perdida pelo bolsonarismo e que outras lutas estão sendo travadas agora e ainda que a guerra deve se acirrar em 2026.

A Linguística Cognitiva, como postulou Lakoff (2013[2006]), entende que os *frames* determinam temas, caracterizam problemas, definem causas, repartem culpas, restringem soluções e, assim, inibem preocupações pertinentes, bem como silenciam outros temas e causas relevantes. Isto nos ajuda a entender como a guerra política é travada pela cognição na e pela linguagem ao construirmos realidades, entrelaçando as distintas dimensões da vida; não apenas pelo entretecer do corpo e da mente, mas também das culturas urdidas pelas crenças, pelos valores e pelas ideologias e pelo que cultura política permite criar socialmente em um tempo-espço.

Também, é importante salientarmos o papel das emoções na criação de novas realidades, porque, se estamos em uma emoção, geramos na e pela linguagem uma realidade diversa de outras realidades emergentes de emoções diferentes. O modelo cognitivo idealizado de COMUNISTA é usado para manipular, através do

medo, uma parcela da população que, orientada pelo modelo do pai estrito, não consegue ativar os *frames* positivos desse modelo. Assim, com o acionamento apenas de *frames*, como ASSASSINO, REPRESSOR e DITADOR, busca-se evitar a qualquer preço a escalada deste inimigo, mesmo que ele seja apenas imaginário, sem existência material.

De Dino, o comunista, a Bolsonaro, o anticomunista, e, ainda, desses e de outros agentes políticos ao Bolsonaro comunista, vimos como a categorização está inter-relacionada à conceptualização metafórica. Se a metáfora é usada automática e inconscientemente, também pode ser utilizada para manipular a atenção e perspectivar *frames* não comumente acionados na conceptualização de adversários políticos e, com isto, criar realidades novas com recategorizações da política e dos seus atores.

Ainda podem emergir outras conceptualizações-categorizações criativas. Assim, por exemplo, Marçal, mais uma vez, personificou o comunismo. Mas, se, antes, isto ocorreu de forma genérica, agora, a personificação materializou um nome: Golias. E quem foi Golias? Um ser que, mesmo sendo gigante, foi derrotado por Davi, no caso, o próprio Marçal (“[...] *“O comunismo é o Golias, eu sou o Davi [...]*”¹¹). Ainda não temos a ideia exata da generalização que comunista poderá passar, como permite pensar o seguinte meme:

11 Disponível em: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/marcal-ataca-malafaia-e-diz-que-bolsonaro-se-curvou-ao-comunismo> Acesso em: 20 out. 2025.

Meme 2: Se rir, é comunista¹²



Parece haver ainda a possibilidade da sua maior esquematização. Contudo apenas o futuro e novos estudos poderão nos mostrar como esta história será urdida. Aguardemos por ambos.

Referências

ALMEIDA, A. Ariadne Domingues. A categorização à luz da Sociolinguística cognitiva: diferentes organizações e mundos possíveis. In: ATAÍDE, C.; SOUSA, V. (Org.). *Língua, texto e ensino: descrições e aplicações*. Recife: Pipa Comunicação, 2018, p. 271-286.

ALMEIDA, A. A. D. O que é caralho? É um palavrão? É uma parte do corpo humano? Estudo sociolinguístico-cognitivo sobre a variação categorial de um item léxico. *A Cor Das Letras*, Feira de Santana, 22, p. 147-170, set. 2021.

ALMEIDA, A. A. D. Cognição, pós-verdade e ensino de língua portuguesa: desafios no traçar de caminhos. *A Cor Das Letras*, Feira de Santana, n. 25, v. 1, 267-279, dez. de 2024.

ALMEIDA, A. A. D. A ciência no Twitter e a construção ecológica do significado: inimigos, entre defesa e ataque, entre vitória e derrota, quando podemos viver pela metáfora da guerra. *Signo*, Santa Cruz do Sul, n. 48, v. 91, p. 83-96, 2023.

¹² Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2414460268833535&set=a.1418499041763001&type=3&theater> Acesso em: 20 out. 2025.

ALMEIDA, A.A. D. Como posso te achar no Facebook? Você me acha como... questões sobre metonímia, modernidade líquida e emoção na antroponímia. *Linguística*. Montevideo, n. 36, v. 1, p. 81-100, 2020.

AULETE, C. *Aulete digital*, 2025. Disponível em: <http://aulete.uol.com.br/foda#ixzz2O1jhHwuO> Acesso: 22 out. de 2024.

BARCELONA, A. La metonimia conceptual. In: IBARRETXE-ANTUÑANO, I.; VALENZUELA, J. M. (Dirs.). *La Lingüística Cognitiva*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2012, p. 123-146.

CROFT, W.; CRUSE, A. *Lingüística cognitiva*. Trad. de Antonio Burraco. Madrid: Akal, 2008.

FILLMORE, C. J. Semântica de Frames. Tradução por Galeno Fae da Silva. *Cadernos de Tradução*. Porto Alegre, n.25, p. 25-53, jul-dez de 2009 [1982].

LAKOFF, G. *Política moral. Cómo piensan progresistas y conservadores*. Tradução por Miguel Marqués. Madrid: Capitán Swing, 2016 [1996].

LAKOFF, G. *Puntos de reflexión: Manual del progresista*. Tradução de Judith Wells. Barcelona: Península, 2013 [2006].

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors We Live By*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LANGACKER, R. W. *Foundations of Cognitive Grammar*, vol. I, Theoretical Prerequisites, Stanford/California: Stanford University Press, 1987.

MATURANA, H. R. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Tradução de Cristina Magro e Victor Paredes. Minas Gerais: Ed. UFMG, 2001.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. G. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. Trad. de H. Mariotti e L. Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2001 [1984].

SANTOS, L. O dos. *Lula em capas da revista Veja: um estudo semântico-cognitivo em perspectiva ecológica*. 2023. 235 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

VEREZA, S. C. “Metáfora é que nem...”: cognição e discurso na metáfora situada. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 38, n. 65, p. 2-21, jul./dez., 2013.

UMA ANÁLISE COGNITIVA/DISCURSIVA DAS METÁFORAS UTILIZADAS NA REPRESENTAÇÃO DO NEGACIONISMO

Natália Elvira Sperandio (UFSJ)

1. Introdução

Vislumbramos, desde a pandemia da COVID 19, um grande aumento de discursos que possuem como foco o negacionismo. Ou seja, com a polaridade política instaurada no contexto dessa pandemia, tivemos, e temos ainda hoje, uma profusão de textos (em diferentes gêneros textuais) que versavam sobre a negação, de uma parte da população, da doença, dos efeitos por ela causados e da sua vacina.

Com isso em mente, o presente capítulo possui como objetivo promover uma análise que verse sobre a forma pela qual esse negacionismo é representado/construído no discurso, de forma especial, no gênero charge. Para isso, elegemos como categoria analítica a metáfora, de forma específica, no conceito de nicho metafórico. Essa escolha teórica decorre do fato de nos atentarmos para as metáforas em uso. Ou seja, estamos interessados naquelas metáforas não cristalizadas, que são construídas na teia discursiva no processo de significação do discurso *on-line*. Fato que justifica a nossa escolha pelo gênero charge, pois esse configura-se, a nosso ver, como um corpus autêntico, o que diferencia nossa proposta dos trabalhos iniciais da Teoria da Metáfora Conceptual. Apesar de acreditarmos que essas metáforas em uso não podem ser pensadas

de forma isolada das metáforas conceptuais, sendo essas a base para a criação daquelas.

Para alcançarmos tal objetivo, tomaremos como base teórica os postulados de Lakoff e Johnson (1980), Forceville (2008, 2009), Sperandio (2020), Vereza (2010, 2012, 2013) e Charteris-Black (2004, 2005). Por meio de nossos estudos, observamos a forma pela qual os nichos metafóricos atuaram na organização da teia discursiva das charges analisadas, sendo esses nichos os responsáveis pela construção conceptual do termo negacionismo.

2. Um breve traçado dos estudos metafóricos: da tradição à perspectiva multimodal

Iniciaremos nossa discussão teórica sobre a metáfora tendo como base os postulados tradicionais. Nesse contexto, a metáfora fora reduzida ao trabalho poético, sendo vista como mero ornamento linguístico, utilizada como forma de embelezar textos.

Um conceito de metáfora muito utilizado para exemplificação de seu uso nesse momento é o de Aristóteles. Para o estudioso, a metáfora era concebida como “transportar para uma coisa o nome de outra, ou do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou da espécie de uma para a espécie de outra, ou por analogia” (Aristóteles, 1991, p. 273).

Porém, devemos fazer uma ressalva ao colocar no mesmo bojo os trabalhos de alguns estudiosos em retórica e a proposta aristotélica, pois Aristóteles não concebia a metáfora como uma questão apenas de linguagem. Como afirma Mahon (1999), para muitos estudiosos, Aristóteles subestimava o valor da metáfora ao considerá-la um ornamento da linguagem e ao afirmar que seu uso era restrito ao gênio. O que tornava comum atribuir ao trabalho de Aristóteles afirmações errôneas que consideram a metáfora um

desvio do discurso, ou seja, não fazendo parte do uso normal da linguagem, desprovida de valor cognitivo, de clareza e estando restrita aos gênios, como os poetas.

Nessa mesma perspectiva, temos Vereza (2012) que argumenta sobre o fato de a metáfora não ter sido considerada por Aristóteles como desvio, ou imprópria. Para a pesquisadora, a abordagem da metáfora como recurso linguístico não teve sua origem nos estudos aristotélicos, mas nas versões reducionistas de sua retórica.

Prosseguindo com os trabalhos metafóricos, podemos destacar a pesquisa de Reddy (1979), que, ao investigar o problema da comunicação na língua inglesa, reconheceu o papel da metáfora em nossa linguagem e pensamento. Para esse autor, o que é dito sobre a comunicação, nessa língua, é determinado em grande parte por sua própria estrutura semântica. Em sua análise a linguagem funciona como um canal, transferindo os pensamentos corporeamente de uma pessoa a outra.

Pesquisa que possui importante valor para os trabalhos que têm como foco a metáfora, pois, é com base nessa pesquisa, que Lakoff e Johnson lançaram em 1980 o livro *Metaphor we live by*, obra considerada a base para uma teoria cognitiva da metáfora. Os autores colocam como tese central a onipresença da metáfora em nossa linguagem e pensamento, o que torna o processo metafórico associado ao cotidiano das pessoas, a sua linguagem, ao pensamento e à ação.

Por meio de seus trabalhos, os pesquisadores propõem que a metáfora é uma forma de compreender e experienciar uma coisa em termos de outra. Para tal, haveria um mapeamento sistemático entre dois conceitos: o domínio-fonte, considerado fonte de inferências; e o domínio-alvo, o local em que essas inferências são aplicadas. Um exemplo seria a metáfora O AMOR É UMA VIAGEM em que somos capazes de compreendê-la por termos um

conhecimento organizado de forma sistemática sobre o domínio conceptual VIAGEM que é ativado e mapeado, de forma parcial, ao domínio conceptual AMOR.

Seguindo nessa linha de raciocínio, Kövecses (2002) defende que a metáfora conceitual é constituída por um conjunto de mapeamentos entre seus domínios fonte e alvo, sendo esse mapeamento parcial. Com isso, apenas uma parte do domínio-fonte é mapeado sobre o domínio-alvo, e apenas uma parte do alvo está envolvida no mapeamento do domínio-fonte. De acordo com o autor, teremos destacamento metafórico, no domínio-alvo, fazendo com que apenas alguns elementos desse domínio fiquem em foco; e a utilização metafórica no domínio-fonte, já que apenas alguns elementos serão mapeados ao domínio-alvo.

Imperativo destacarmos que, como nossa proposta de análise ultrapassa textos produzidos exclusivamente pelo modo verbal, necessitamos de uma proposta que tenha como foco também a análise de metáforas resultantes dos diferentes modos semióticos atuantes na construção dos denominados textos multimodais. Diante disso, traremos para a nossa discussão sobre metáfora as pesquisas propostas por Forceville (2008, 2009). De acordo com o autor, em sua conceptualização de metáfora, Lakoff e Johnson, mesmo evitando a utilização das palavras verbal e linguística, reivindicam a existência de metáforas detectáveis apenas no plano verbal. Para Forceville (2008), essa proposta pode nos encaminhar a dois caminhos perigosos: 1) ao círculo vicioso, levando-nos a um raciocínio circular, iniciando-se com a análise da linguagem que deduz algo sobre mente e corpo, os quais motivam diferentes aspectos da estrutura linguística e comportamento; e 2) ao perigo de não considerarmos as possíveis ocorrências de metáforas não verbais e multimodais.

Para a sua proposta, o autor coloca as definições de metáfora monomodal e multimodal. A primeira é definida por Forceville (2009) como tendo fonte e alvo constituídos exclusivamente por

um modo, sendo a metáfora monomodal prototípica a verbal. Por outro lado, as metáforas multimodais são consideradas pelo estudioso como aquelas que possuem fonte e alvo representados exclusivamente ou predominantemente por diferentes modos. De acordo com o pesquisador, torna-se necessária a qualificação **exclusivamente** ou **predominantemente**, pois as metáforas não verbais muitas das vezes possuem alvos e/ou fontes representados por mais de um modo simultaneamente. Com base nessas definições, devemos ter em mente que nessa proposta são concebidos como modos o signo pictórico, o signo escrito, o signo falado, os gestos, os sons, a música, o cheiro, o gosto e o toque.

Porém cumpre ressaltarmos que, como afirma Sperandio (2020), essa definição de metáfora multimodal deve ser repensada com o intuito de incluirmos a possibilidade de sobreposição dos diferentes signos linguísticos na construção e representação dos domínios fonte e alvo constitutivos de tal metáfora. Isso é, a metáfora multimodal deve ser vista como processo resultante das múltiplas semioses que são coinstanciadas nos gêneros multimodais. A nosso ver, essa posição vai ao encontro dos postulados presentes na proposta da Semiótica Social e do conceito de multimodalidade.

Nessa seção nos debruçamos em propostas que versam sobre as pesquisas metafóricas de cunho cognitivo, sendo necessário buscarmos auxílio em pesquisas que tragam a possibilidade de trabalho com esse tropo no âmbito do discurso. Questão que será debatida e apresentada na próxima seção.

3. As propostas do nicho metafórico e Análise Crítica da Metáfora

As buscas pela articulação entre os campos cognitivos e discursivos com o trabalho da metáfora são, relativamente, novas. Como apresentado acima, as pesquisas com a metáfora não são

recentes, entretanto, o que se observa são explicações direcionadas ao seu aspecto cognitivo, deixando de lado sua possibilidade de realização no plano do discurso, com pesquisas direcionadas às metáforas cristalizadas. Podemos citar como exemplos de propostas discursivas na abordagem desse tropo as pesquisas de Cameron e Deignan (2009), Cameron e Masley (2009) e Vereza (2012, 2013).

Como afirma Vereza (2017, p.139), há nessas propostas muitos aspectos destoantes

mas os elementos em comum, mais relevantes ao propósito deste trabalho, dizem respeito à inclusão, no objeto de estudo, de fatores específicos do contexto intra e extratextual que possam desempenhar algum papel na produção de sentidos por meio de linguagem metafórica, sempre considerando a sua articulação com os aspectos relativos a representações cognitivas mais estáveis, como frames (FILLMORE, 2006), Modelos Cognitivos Idealizados (LAKOFF, 1987) e, é claro, metáforas conceptuais.

Nesse contexto, optamos por nos filiar à proposta do nicho metafórico desenvolvida por Vereza (2007). Para a autora, o nicho metafórico tem como finalidade uma abordagem que versa sobre a análise da metáfora em uso. Para a autora, esse nicho pode ser definido como “um grupo de expressões metafóricas, inter-relacionadas, que podem ser vistas como desdobramentos cognitivos e discursivos de uma proposição metafórica superordenada normalmente presente (ou inferida) no próprio cotexto (Vereza, 2007, p. 496). Assim, o nicho metafórico nos remete a uma rede metafórica que é construída em uma unidade semântico-discursiva construída textualmente.

Para Vereza (2013), no nicho metafórico a unidade não se limitar a expressões metafóricas específicas encontradas em de-

terminados textos, orais ou escritos, mas sendo abordado teórica e analiticamente como um segmento de linguagem em uso que evidencia a estreita relação entre a linguagem e a cognição, sendo essa última tratada a partir tanto de seus aspectos episódicos (online), quanto daqueles mais estáveis (*off-line*).

Além da proposta de nicho metafórico acima exposta, acreditamos ser de suma importância, para a nossa pesquisa, trazermos para discussão a perspectiva de Charteris-Black (2005), já que nessa abordagem encontramos o viés da argumentação no trabalho com a metáfora. Para o pesquisador, temos a necessidade de um modelo discursivo para a metáfora, alegando que sua consideração deve ser feita a partir das dimensões semântica, cognitiva e pragmática. Assim, a análise da metáfora é feita tanto pelo viés cognitivo quanto pelo seu caráter ideológico e persuasivo.

Logo, Charteris-Black (2004) aborda a metáfora através de três dimensões discursivas: a persuasão, a emoção e a avaliação. A metáfora é vista como eficaz ao realizar o objetivo subjacente de persuadir o ouvinte/leitor por parte do falante/escritor devido seu potencial de nos emocionar. Para o autor, é por causa desse potencial que a metáfora é amplamente utilizada na linguagem persuasiva, com a ressalva de que seu efeito pode variar de acordo com a percepção linguística e pragmática do usuário. Por outro lado, seu papel avaliativo transfere ao ouvinte as avaliações, os pontos de vistas, sentimentos sobre as proposições ou entidades ditas pelo falante

Diante disso, Charteris-Black (2005) advoga sobre a necessidade de complementarmos os estudos propostos pela Semântica Cognitiva com os fatores pragmáticos, ou seja, atentarmos à forma pela qual a metáfora tem seu uso governado por um contexto de comunicação específico. Com isso, a dimensão cognitiva oculta uma dimensão da metáfora que é revelada pela Análise Crítica da Metáfora: a seleção da metáfora em um discurso específico é governada pelo objetivo retórico de persuasão. Para Charteris-

-Black (2005), devemos ficar atentos ao fato de uma mesma noção poder ser comunicada por uma metáfora diferente, ou a mesma metáfora ser empregada de diferentes formas, de acordo com uma perspectiva ideológica.

Em nossa próxima seção, faremos uma breve aplicação das teorias acima expostas.

4. Uma proposta analítica

Como colocado em nossa seção introdutória, esta pesquisa possui como finalidade promover uma investigação sobre a forma pela qual o negacionismo encontra-se representado nos discursos que circulam socialmente em nossa cultura. Para isso, tomaremos como objeto de análise quatro charges. Tal gênero foi eleito para o presente trabalho devido a sua função que é de promover uma crítica a fatos sociais e por se constituir como um texto autêntico.

Iniciamos nosso estudo com a charge 1. Nessa há a imagem de um indivíduo de costas, vestido com um terno e uma faixa que nos remete à faixa presidencial do Brasil (como as cores verde e amarelo que, metonimicamente, nos faz ativar esse conhecimento). Além disso, essa imagem nos permite conectar à situação apresentada com o ato de semear, com o indivíduo apresentado jogando alguns elementos ao solo, simulando a ação desempenhada, por exemplo, por um agricultor que lança ao solo sementes para que essas sejam cultivadas. No entanto, se olharmos atentamente a imagem em questão, verificaremos que não são sementes lançadas ao chão, mas sim ossos humanos. Através desses elementos, ativamos duas metáforas: PRESIDENTE É AGRICULTOR e ESQUELETOS SÃO SEMENTES. Metáforas que podem ser consideradas como monomodais, pois ambos os domínios são construídos pelo modo imagético.

Logo, toda a construção conceitual dessa charge resulta das metáforas apresentadas, que podem ser vistas como nichos metafóricos, no sentido de serem metáforas ativadas de forma on-line, no uso social da linguagem que se apresenta. Assim, diferente das metáforas conceituais analisadas por Lakoff e Johnson (1980), as metáforas PRESIDENTE É AGRICULTOR e ESQUELETOS SÃO SEMENTES não fazem parte de metáforas cristalizadas, mas são metáforas que emergem para este contexto específico e que se agrupam na construção da charge em análise. Por meio dessas metáforas compreendemos que o presidente representado (que é o Bolsonaro, com o seu negacionismo em relação à pandemia da COVID 19) está semeando mortes pelo caminho que passa. O que vai de encontro com um agricultor comum que semeia vida.

Charge 1.



Fonte: perfil do instagram @laertegenial

Na charge 2, observamos as imagens de alguns dinossauros e de um asteroide. Nesse exemplo, somos levados à construção de duas metáforas: COVID 19 É ASTEROIDE e SER HUMANO É DINOSSAURO.

Essas construções são possíveis por meio do signo imagético e verbal, constituindo, assim, uma metáfora multimodal. Nas imagens podemos observar que não seria um asteroide comum, mas sim a COVID 19, pois há traços que nos remetem ao vírus por ela responsável, como a imagem amarela com alguns tentáculos. Com isso, inferimos que, da mesma forma em que um asteroide invadiu a terra e exterminou os dinossauros, seríamos aniquilados por esse vírus. Interessante destacarmos que, mesmo com a imagem sendo vista pelos dinossauros (que passam a ter características humanas, como a fala, o que permite a ativação da metáfora SER HUMANO É DINOSSAURO) alguns não acreditam no poder fulminante desse vírus. O que se reforça pela fala “chega de mimimi”, que foi muito utilizada no contexto da pandemia por aqueles que negavam o poder fatal da COVID.

Mais uma vez nos deparamos com metáforas em uso, sendo a rede de significado da charge resultante dos nichos provenientes das metáforas apresentadas, nos conduzindo ao negacionismo que encontramos no período da COVID em nosso país.

Charge 2.



Na charge 3, observamos a presença de uma metáfora atuante em sua construção: VACINA É MÍSSEL, fortemente ligada à metáfora da GUERRA. Dessa forma, assim como os mísseis são lan-

çados contra os adversários em uma situação bélica, as vacinas são lançadas contra aqueles que negam a doença da COVID 19 (sendo essa situação um reflexo da atitude de alguns brasileiros, como as cores da camisa verde e amarela nos levam, metonimicamente, a inferir). O contexto da COVID 19 é ativado por meio das imagens dos vírus representados em verde e também da máscara, já que essa se tornou símbolo daquele momento, pois, para nós brasileiros, foi a primeira vez que passamos a fazer uso geral desse objeto.

Interessante como o verbal nos auxiliou nessa construção, já que com os inscritos “vacinas aprovadas” e “negacionista”, reforçamos a análise supracitada, nos permitindo, mais uma vez, compreender a forma pela qual esse negacionismo estava atuante no contexto da pandemia.

Charge 3.



Fonte: <https://tribunadaimpressalivre.com/o-futuro-do-brasil-em-tempos-de-negacionismo-e-de-abutres-agiotas/>

Por fim, debruçamo-nos no estudo da charge 4. Nessa podemos ativar duas metáforas: CIÊNCIA É PESSOA e GRUPO DO ZAP É PESSOA. Metáforas concebidas como multimodais, já que há sobreposição dos modos imagético e verbal na ativação dos domínios fonte e alvo.

Essas metáforas em uso nos levam a uma teia conceptual que nos permite compreender a polarização exposta. Ou seja, temos, de um lado, a ciência que enxerga a situação de forma abrangente, por outro lado, o grupo do zap que constrói sua representação por meio de apenas uma fresta. Por isso, para esse grupo a situação descrita seria de chuva, já que o buraco pelo qual a situação se constrói não o permite ver que não se trata desse fenômeno da natureza, mas sim de uma caixa de água vazando. Interessante que o fato em questão pode ser utilizado para compreendermos a relação vivenciada pela época da pandemia, em que tínhamos a ciência a todo momento desacreditada por pessoas sem nenhum tipo de conhecimento e que insistiam propagar informações falsas através de diferentes meios tecnológicos, sendo o WhatsApp um desses meios.

Outra questão interessante a ser colocada em pauta são as cores da vestimenta do sujeito que representa (metonimicamente) o grupo do Zap: uma camisa amarela e uma calça azul que nos remetem às cores do Brasil.

Charge 4.



Fonte: https://pt.linkedin.com/posts/alexssandro-galdino-28a98bb6_o-negacionismo-da-ci%C3%A2ncia-%C3%A9-nocivo-para-o-activity-6766376458484027392-JcyB

5. Uma breve conclusão

A partir das pequenas análises apresentadas, verificamos a forma pela qual as metáforas monomodais e multimodais supracitadas atuaram na construção da representação do termo negacionismo. O conceito de nicho metafórico nos possibilitou verificar a possibilidade do entrelaçamento entre o cognitivo e o discursivo, pois os nichos encontrados, em um discurso considerado autêntico, como a charge, conduziram a teia conceptual do termo negacionismo. Logo, ao representar a COVID 19 como um asteroide, uma metáfora não usual em nossa comunicação diária, como as metáforas propostas por Lakoff e Johnson (1980), somos conduzidos a uma interpretação de que, assim como aconteceu com os dinossauros, seremos exterminados por essa doença. Mas esse extermínio acontecerá devido à negação de alguns, fato reforçado pela expressão verbal “chega de mimimi”. Questão que se repetiu em todas as outras três charges eleitas para análise.

Com isso, podemos afirmar que os nichos metafóricos encontrados foram os responsáveis pela direção argumentativa dessas charges, indo ao encontro da proposta da Análise Crítica da Metáfora de Charteris-Black (2004, 2005). Isso é, as escolhas dos domínios fontes e alvos dessas metáforas devem ser questionadas. Tomemos o exemplo da Charge 1 em que o presidente é conceptualizado como agricultor. Devemos nos questionar o porquê da escolha do agricultor como domínio-fonte, já que, em um primeiro momento, o agricultor semeia para que a planta cresça, tenha vida. E o porquê da semente ter sido eleita como fonte e esqueletos humanos alvo. Questões que devem ser colocadas para discussão nas demais charges acima.

Referências

- ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Eudoro de Souza. São Paulo: Nova Cultura, 1991. p. 245-285.
- CAMERON, L. *Metaphor in educational discourse*. London: Continuum, 2009.
- CAMERON, L.; DEIGNAN, A. A emergência da metáfora no discurso. *Cadernos de tradução*. Porto Alegre: n.25, p. 143-167. 2009.
- CAMERON, L.; MASLEN. *Metaphor analysis: research practice in applied linguistics, social sciences and the humanities*. Londres: Equinox, 2009.
- CHARTERIS-BLACK, J. *Corpus approaches to critical metaphor analysis*. London: Palgrave MacMillan, 2004.
- CHARTERIS-BLACK, J. *Politicians and Rhetoric: the persuasive power of metaphor*. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2005.
- FORCEVILLE, C. Metaphor in Pictures and Multimodal Representations. In: GIBBS, R. (ed). *The Cambridge Handbook of Metaphor and thought*. Oxford: University Press, 2008, p. 462-482.
- FORCEVILLE, C. Non-verbal and multimodal metaphor in a cognitivist framework: Agendas for research. In: FORCEVILLE, C.; URIOS-APARISI, E. (Eds). *Applications of cognitive linguistics: Multimodal Metaphor*. New York: Mouton de Gruyter, 2009. p. 19-42.
- KÖVECSES, Z. *Metaphor: A Practical Introduction*. Oxford: University
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.
- MAHON, D. Getting your sources right: What Aristotle *didn't* say. In: CAMERON, L.; LOW, G. (Eds). *Researching and Applying Metaphor*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 69-80.
- REDDY, M. The conduit metaphor - A case of frame conflict in our language about language. In: ORTONY, A. (Ed.). *Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. p. 284-297.
- SPERANDIO, N. E. The role of multimodal metaphors in the creation of the fake News category: a proposal for analysis. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.28, p. 777-799, 2020.
- VEREZA, S. C. O lócus da metáfora: linguagem, pensamento e discurso. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Letras e cognição*, n. 41. Rio de Janeiro: Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, p. 199-212, 2010.

VEREZA, S. Trajetórias da Metáfora: retórica, pensamento e discurso. *In*: VEREZA, S. *Sob a ótica da metáfora: tempo, conhecimento e guerra*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, p. 25-63, 2012.

VEREZA, S. Entrelaçando frames: a construção do sentido metafórico na linguagem em uso. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 1, v. 55, p. 109-25, 2013.

VEREZA, S. “Metáfora é que nem...”: cognição e discurso na metáfora situada. *Signo*, v. 38, n. 65, p. 2-21. 2013.

VEREZA, S. O gesto da metáfora na referenciação: tecendo objetos de discurso pelo viés da linguagem figurada. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 59, n. 01, p. 135-155, jan./abr. 2017.

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS E ENSINO DE LÍNGUAS: NARRATIVAS DE AGENTES SOB UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

Hiago Higor de Lima (Doutorando PPGL/UFJF)
Laura Silveira Botelho (Docente – UFJF/PROMEL/UFSJ)
Denise Barros Weiss (PPGL – UFJF)

1. Introdução

Agentes dos Setores de Relações Internacionais (SRI) de diversas Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil compartilham suas crenças sobre o processo de internacionalização por meio de narrativas de vida. Essas narrativas destacam a importância do trabalho dos agentes para promover a transformação das universidades, com avanços tecnológicos e sociais. A internacionalização é entendida como uma maneira de enriquecer a formação acadêmica, promovendo intercâmbios culturais e parcerias internacionais.

A internacionalização nas IES ganhou destaque com programas como Ciências sem Fronteiras (CsF) e Idiomas sem Fronteiras (IsF), que ampliaram a mobilidade acadêmica e incentivaram o aprendizado de línguas, integrando o Brasil a redes acadêmicas globais. No entanto, desafios como desigualdade de oportunidades e problemas de sustentabilidade são mencionados pelos agentes nas suas narrativas.

Apesar de a internacionalização ser amplamente discutida a partir das perspectivas de professores e alunos, a voz dos agentes

de SRI, que organizam as ações de internacionalização, ainda é pouco explorada. Este estudo busca preencher essa lacuna, investigando como esses profissionais compreendem e narram o processo de internacionalização, além de como suas identidades são formadas por essas narrativas. A pesquisa envolveu nove agentes de SRI de diferentes regiões do Brasil, cujos depoimentos foram registrados com o devido consentimento dos participantes, sendo eles identificados por pseudônimos para garantir o anonimato.

Além da presente introdução, este trabalho está dividido em três seções: a) Internacionalização em Discurso e decolonialidade; b) Políticas Linguísticas; c) Metodologia, Contexto e Participantes; d) Análise e Discussão dos Resultados e, por fim, e) Considerações Finais.

2. Internacionalização em discurso e Decolonialidade

A internacionalização é um conceito que, embora tenha sido amplamente utilizado nas ciências políticas e nas relações governamentais, tem ganhado cada vez mais atenção em áreas como Linguística, Linguística Aplicada e Análise do Discurso. Segundo Miura (2006), a discussão sobre a relevância da internacionalização no ensino superior se intensificou a partir da década de 1980, impulsionada por fatores como a necessidade de atrair estudantes estrangeiros para aumentar as receitas das instituições, as demandas do mercado profissional e acadêmico, e o esforço para fortalecer a produção científica. Nesse sentido, a internacionalização nas instituições de ensino superior se configura como um dos desafios mais prementes do século XXI (Lourenço; Paiva, 2024).

No que se refere à internacionalização, os discursos produzidos ao longo da interação dos participantes desempenham um papel fundamental para compreender como esse processo é interpretado por esses sujeitos. Ou, para retomar a origem latina

do termo discurso, *discurrere* = seguir um caminho, entender qual é o caminho que a internacionalização segue, depreendido das interações dos agentes.

Mais especificamente em relação à internacionalização nas universidades, Pereira, Heinzle e Pinto (2017) e Brandalise e Heinzle (2023) abordam as relações entre internacionalização e educação superior, destacando as diferenças entre as expressões *da* e *na*. A internacionalização da educação superior refere-se ao fenômeno que afeta o campo acadêmico, enquanto a internacionalização na educação superior se refere às práticas de implementação desse processo nas instituições. A segunda abordagem é mais detalhada, pois explora como os agentes sociais no campo acadêmico lidam com a internacionalização (Pereira; Heinzle; Pinto, 2017; Brandalise; Heinzle, 2023).

Brandalise e Heinzle (2023) destacam que a internacionalização na educação superior trata das formas como experiências com contextos internacionais enriquecem a formação acadêmica, revelando potencialidades locais por meio de intercâmbios culturais. Essa perspectiva vai além de uma abordagem impositiva, gerando reflexões diversificadas na comunidade acadêmica. Da mesma forma, Knight (2004) já sugeria que a internacionalização não é um fim em si mesma. Com foco na universidade, a internacionalização deve ser vista como uma expansão de suas atividades, integrando a tríade ensino-extensão-pesquisa e contemplando tanto a internacionalização da educação superior quanto a internacionalização para a educação superior.

Knight (2020, p. 22) critica o uso excessivo do termo “internacionalização”, que, segundo ela, passou a ser empregado para designar “qualquer coisa internacional relacionada com a educação superior”. A autora ressalta a necessidade urgente de se estabelecer uma definição clara para o conceito. Ela propõe que, ao se definir internacionalização, é essencial distinguir entre “definição” e “descrição”, esclarecendo que “uma definição explica

o significado, enquanto a descrição busca explicar seus atributos” (Knight, 2020, p. 23). A autora defende que essa definição deve ser neutra, pois “oferece maior universalidade, permitindo uma pesquisa mais abrangente sobre o fenômeno, além de englobar um conjunto mais diversificado de razões, atores, políticas, atividades e resultados” (Knight, 2020, p. 24).

A internacionalização no ambiente acadêmico requer a adoção de diversas políticas, incluindo aquelas voltadas para o ensino e uso de línguas adicionais, além da valorização das línguas locais. Phillipson (2009) critica a hegemonia do inglês como língua franca nas universidades, defendendo uma abordagem plurilíngue e mais equitativa.

Nesse sentido, é relevante considerar que, conforme apontam autores do pensamento decolonial (Quijano, 2005; Macedo, 2020; Maldonado-Torres, 2018), parte significativa das práticas de internacionalização ainda se ancora em uma lógica hegemônica, marcada pela centralidade do Norte Global, pelo uso predominante da língua inglesa e pela valorização de padrões eurocêntricos de excelência acadêmica.

Nesse diapasão, Maldonado-Torres (2018) advoga que a decolonialidade, por ser uma luta viva no meio de visões e maneiras competitivas de experienciar o tempo, o espaço e outras coordenadas básicas de subjetividade e sociabilidade humana, precisa de uma abordagem diferente, enaltecendo, assim, a teoria decolonial, a qual, de acordo com o filósofo, permite “identificar e explicar os modos pelos quais sujeitos colonizados experienciam a colonização, ao mesmo tempo em que fornece ferramentas conceituais para avançar a descolonização” (Maldonado-Torres, 2018, p. 33).

Desse modo, a teoria decolonial propõe a cooperação solidária e horizontal, o fortalecimento de saberes e línguas locais e a construção de redes de conhecimento que respeitem a diversidade

epistemológica. Essa abordagem desloca o eixo da internacionalização de um modelo competitivo para um modelo colaborativo, sensível às necessidades e potencialidades contextuais.

3. Políticas linguísticas para internacionalização

As políticas linguísticas são um campo essencial dentro da Sociolinguística, pois envolvem decisões sobre como as línguas são tratadas e reguladas dentro da sociedade. De acordo com Calvet (2007), as políticas linguísticas se referem às grandes decisões feitas a nível legislativo sobre o uso das línguas em diversos contextos sociais. Além disso, o planejamento linguístico busca implementar essas decisões de maneira concreta, assegurando que as línguas sejam preservadas, desenvolvidas ou transformadas de acordo com as necessidades sociais.

Rajagopalan (2013) enfatiza que a política linguística não deve ser confundida com a linguística acadêmica, destacando que ela é mais sobre ações práticas voltadas para o uso de línguas em uma sociedade. A implementação dessas políticas não depende exclusivamente do Estado, já que elas podem ser formuladas também por iniciativas locais, como ocorre em muitas instituições de ensino superior. No contexto da internacionalização, as políticas linguísticas se tornam ainda mais relevantes, pois elas moldam a forma como as instituições lidam com a diversidade linguística e como promovem o aprendizado e a utilização de idiomas estrangeiros, essenciais para a mobilidade acadêmica e a colaboração internacional.

3.1 CsF e IsF: conceitos

Os programas Ciência sem Fronteiras (CsF) e Idiomas sem Fronteiras (IsF) são duas iniciativas do governo brasileiro que visam impulsionar a internacionalização do ensino superior no

país, sendo especialmente focadas em expandir as oportunidades de mobilidade acadêmica e aprimoramento da proficiência linguística. O Ciência sem Fronteiras, lançado em 2011, tinha como objetivo proporcionar bolsas de estudos para que estudantes brasileiros pudessem estudar em universidades de renome no exterior, principalmente nas áreas de ciências exatas, tecnologia, engenharia e matemática. O programa buscava não apenas promover a mobilidade acadêmica, mas também fortalecer as capacidades de pesquisa e inovação no Brasil, por meio do intercâmbio de conhecimento com instituições internacionais (Zicman, 2021).

Já o programa Idiomas sem Fronteiras, lançado em 2012, complementou o CsF ao focar na melhoria da proficiência linguística de estudantes e professores brasileiros. O IsF ofereceu cursos de idiomas, principalmente de inglês, francês, espanhol e outros, com o objetivo de preparar os participantes para programas de intercâmbio e para o fortalecimento da cooperação acadêmica global. Ambos os programas, apesar de suas diferenças, têm um papel crucial na internacionalização das IES brasileiras, pois ajudam a desenvolver competências acadêmicas e linguísticas que facilitam a integração do Brasil nas redes acadêmicas internacionais.

3.2 CsF e IsF: Relações com a Internacionalização nas IES

Os programas CsF e IsF desempenham papéis complementares e fundamentais no processo de internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. O Ciência sem Fronteiras, ao oferecer bolsas de estudos para estudantes brasileiros em instituições internacionais, proporcionou uma oportunidade única para que mais de 100 mil jovens ampliassem suas experiências acadêmicas e profissionais, colaborando com universidades e centros de pesquisa de alto nível em diversas partes do mundo. A experiência adquirida pelos estudantes no exterior não só fortaleceu a formação acadêmica, mas também

fomentou uma cultura de inovação, pesquisa e colaboração internacional, que são essenciais para o desenvolvimento do Brasil (Zicman, 2021).

Por outro lado, o Idiomas sem Fronteiras focou no desenvolvimento da competência linguística necessária para a internacionalização, garantindo que os alunos e docentes brasileiros estivessem melhor preparados para interagir em contextos acadêmicos internacionais. Ao oferecer cursos de idiomas e treinamento para professores de línguas, o IsF permitiu uma maior participação dos brasileiros em programas de intercâmbio acadêmico, como o próprio CsF, além de ampliar as possibilidades de colaboração científica entre universidades brasileiras e estrangeiras. Aprofundar as habilidades linguísticas dos estudantes não só facilita o acesso a oportunidades internacionais, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais integrada globalmente.

Apesar dos benefícios desses programas, também surgiram críticas e desafios. O CsF, por exemplo, enfrentou problemas de planejamento a longo prazo e desigualdade de acesso, com estudantes de regiões mais desenvolvidas do Brasil sendo mais beneficiados do que aqueles de regiões mais pobres. Além disso, a integração das experiências adquiridas pelos estudantes ao retornarem ao Brasil nem sempre foi bem coordenada, o que limitou o impacto do programa no contexto nacional. Por outro lado, o IsF, embora tenha melhorado a proficiência linguística, também enfrentou críticas quanto à qualidade e abrangência de seus cursos, além das dificuldades logísticas em algumas regiões, como a falta de infraestrutura e professores qualificados.

Apesar dessas dificuldades, ambos os programas contribuíram significativamente para a internacionalização das IES no Brasil, ampliando a participação do país em redes acadêmicas globais e promovendo uma maior colaboração internacional. Para maximizar o impacto desses programas, é necessário maior planejamento e uma estratégia mais estruturada, garantindo que

as oportunidades sejam equitativas e que as experiências adquiridas por meio da internacionalização sejam melhor integradas nas IES brasileiras.

4. Metodologia, contexto e participantes

Tendo por finalidade cumprir o objetivo de entender o processo de internacionalização nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras a partir da perspectiva dos agentes dos Setores de Relações Internacionais (SRI), a metodologia adotada nesta pesquisa é qualitativa-interpretativista, de cunho discursivo, tendo-se a compreensão de que a interação entre pesquisador e participante é essencial para a construção de significado e, portanto, a compreensão da realidade.

Para gerar os dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com agentes de SRIs de diferentes Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil. As entrevistas foram conduzidas tanto de forma presencial quanto on-line, com gravação em áudio, e depois transcritas. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CAAE 67432123.2.0000.5147) e os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Abrangeu voluntários de diferentes regiões do Brasil (Sul, Sudeste, Norte e Nordeste). Esse estudo visa não só ouvir os agentes de SRI, mas também analisar como a linguagem e a construção de suas identidades influenciam o processo de internacionalização nas universidades.

A maioria dos participantes da pesquisa ocupa cargos de chefia, como assessores, coordenadores e diretores dos Setores de Relações Internacionais (SRI), com a participação também de técnicos no cargo de secretaria. Alguns dos entrevistados são integrantes do corpo docente da Instituição de Ensino Superior (IES) e foram convidados pelo reitor a assumir funções de direção ou coordenação no SRI. Os demais participantes são servidores

técnicos de carreira, designados para atuar no SRI, sem serem concursados especificamente para esse cargo.

No total, nove servidores públicos de diferentes universidades brasileiras foram entrevistados. Para garantir a anonimidade e proteger a identidade dos participantes, seus nomes foram alterados conforme os critérios do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Os participantes foram: Aline (RS), Bruna (RS), Camille (MG), Carla (PR), Daniele (MG), Estevão (MG), Esther (PB), Fábio (MG) e Geovana (PI). Além disso, informações que poderiam identificar cada participante e sua respectiva instituição foram substituídas ou omitidas nas transcrições.

5. Análise e discussão dos dados

Nessa seção, discute-se sobre os programas CsF e IsF como programas que contribuem para a internacionalização, analisando-se os discursos produzidos pelos agentes em relação aos programas, na primeira análise, e os discursos concernentes à internacionalização do ensino superior, correlacionando-os ao ensino-aprendizagem de línguas, visto na segunda análise.

5.1 CsF e IsF: Programas para a internacionalização

O CsF apresenta-se, nas narrativas dos participantes, como mola propulsora para a internacionalização. Tanto Estevão quanto Fábio chegam comparar tal programa a um *carro-chefe*, termo que, de acordo com o Dicionário Oxford, em sentido figurado, significa “elemento que se destaca em um conjunto, obra ou empreendimento qualquer, por ser o principal, o mais significativo, o mais apreciado etc.” Estevão, na imagem 1, ressalta também um programa de internacionalização específico da universidade onde trabalha, o qual foi suprimido por fins de preservação da identidade do participante.

Contudo, apesar de ele citar esse programa, o destaque é para o CsF. Fábio, em 2, quem assume a direção do SRI em 2011, isto é, no início da execução do CsF nas universidades, também destaca o programa como algo para além da mobilidade acadêmica, já que *acabou isso puxando muita coisa atrás* (linhas 91-92), ou seja, desencadeando uma série de outras questões que não somente aquelas voltadas à mobilidade *in* e *out*.

Imagem 1: trecho dos registros de gravação de áudio

105.	Estevão	[Olha assim] eu vou falar institucionalmente no âmbito da UF o ISF ele veio sofrendo uma desidratação
106.		muito grande mas ele ainda existe aqui na universidade
107.		com bolsas da UF até com bolsas de Brasília para os
108.		professores era um programa muito mais amplo tinha
109.		muito mais acesso pros alunos é eu percebo que é em
110.		relação aos estudantes é (programa de intercâmbio da
111.		universidade) que é o nosso programa de intercâmbio de
112.		graduação é ainda é o carro-chefe aqui é o que dá
113.		visibilidade pra própria SRI é o que atrai estudantes
114.		

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Figura 2: trecho dos registros de gravação de áudio

86.	Fábio	Isso aí. O Ciências Sem Fronteiras estava começando
87.		naquela época. Então, foi o carro-chefe dessa época de
88.		internacionalização, que mudou muito em todas as
89.		universidades, porque aí chegou demanda muito forte.
90.		Apesar de ela ser muito puxada para isso, inicialmente
91.		para a mobilidade dos estudantes do Brasil, mas acabou
92.		isso puxando muita coisa atrás.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Ambos os trechos são respostas diretas à pergunta do entrevistador acerca dos programas de internacionalização da universidade. Estevão (linha 105) responde à pergunta sobre sua opinião (linhas 103-104), expressa pelo entrevistador pelo verbo achar, mas Estevão continua a transcorrer o enquadre de entrevista como um agente de internacionalização que responde como tal, *[Olha assim] eu vou te falar institucionalmente no âmbito da UF* (linhas 105-106). Desse modo, Estevão se projeta como alguém com respaldo para falar sobre a internacionalização, como agente do SRI, fato que aflora sua identidade como servidor.

O CsF é bem avaliado pelos participantes em suas narrativas. O olhar de Estevão sobre o programa é novamente revisitado aqui, na imagem 3, dado que o participante apresenta que o CsF não foi perfeito, tendo vícios, tornou-se fundamental por constituir um arcabouço para a internacionalização. De fato, diversas ações em direção à internacionalização foram criadas ou recriadas após o CsF.

Imagem 3: trecho dos registros de gravação de áudio

45.	Estevão	[olha] é impossível é não creditar isso
46.		ao grande incentivo que teve do governo federal pra
47.		internacionalização com o Ciência sem Fronteiras então
48.		o Ciência sem Fronteiras com todos os vícios que é ele
49.		possa ter tido o ele forçou não só a UF mas como várias
50.		outras universidades a criar dentro da sua estrutura
51.		administrativa um um arcabouço pra internacionalização
52.		então ele meio que assim forçou as instituições a se
53.		internacionalizarem então é a gente já tinha é alguma
54.		é alguma força na questão aí da mobilidade

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Uma das grandes transformações decorrentes do CsF, foi sua ampliação para o IsF, um programa mais abrangente e que proporcionava situações mais equânimes no que tange à aprendizagem de línguas e mobilidade acadêmica, programa por meio do qual se potencializaram a política linguística e o ensino de línguas para além do inglês. Estevão comenta acerca do IsF:

Imagem 4: trecho dos registros de gravação de áudio

65.		lá fora o que que tá dificultando a gente atrair alunos
66.		pra cá isso virou questão dentro da universidade antes
67.		do Ciência sem Fronteiras isso nem era um debate é
68.		era uma coisa muito artesanal muito <i>on the mend</i> que a
69.		gente fazia aqui é e depois também quando acabou o
70.		Ciência sem Fronteiras é a não só completando ainda
71.		eu acho importante falar isso, o próprio Idiomas sem
72.		Fronteiras ele veio do Ciência sem Fronteiras por que?
73.		uma das dificuldades que foi detectada é que os nossos
74.		estudantes é não tinham proficiência pra aproveitar o
75.		intercâmbio lá fora então foi um legado também e que
76.		colocou também a questão da política linguística na
77.		pauta também da internacionalização e depois que que

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Ao argumentar a precariedade no processo de internacionalização e mencionar que os agentes do SRI o faziam de modo artesanal, isto é, de modo menos célere e processual, Estevão protege a classe do servidor ao deixar entrever que o CsF gerou mudanças nesse quesito, as quais se repercutem ainda hoje por meio do IsF, que, de acordo com o participante, foi um legado do CsF, de sorte que ele é entendido como mola propulsora para a internacionalização, sobretudo a internacionalização em casa, consoante, por exemplo, a aprendizagem de línguas no Brasil.

A situação do IsF, dadas questões sócio-político-econômicas no Brasil, tem sofrido alterações, muitas das quais deixam o programa em iminência de ser extinto tal qual o CsF, algo que geraria a regressão da internacionalização. A inconsistência desses programas do governo afeta diretamente as IES e, logo, toda a comunidade acadêmica, que, cada vez mais, sofre com a falta de oportunidades, não só para a expansão da internacionalização, mas para a manutenção daquilo que, arduamente, fora conquistado nesse contexto. Daniele também comenta sobre o IsF nesse quesito:

Imagem 5: trecho dos registros de gravação de áudio

199.	Daniele	Tem, só com o idioma sem fronteiras agora que ele tá retornando, né, porque ficou um tempo ainda parado, porque o nosso diretor aqui, ele é um dos encabeçadores, né, não sei se você sabe.
200.		
201.		
202.		

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Daniele completa sua fala afirmando que o IsF, por ter ficado desativado por um tempo, mas apresenta, logo em seguida, e em defesa sua, a afirmação de que o pessoal do SRI sempre fica atento a possíveis mudanças, consoante visto na imagem 6:

Imagem 6: trecho dos registros de gravação de áudio

204.	Daniele	Então, ele tá à frente e teve um tempo aí que ficou,
205.		infelizmente, não sei se era questão, acho que é
206.		questão de recurso também, mas estamos sempre
207.		atentos aí a essa questão, né, reconhecemos que a
208.		língua é um fator muito importante, né, então
209.		estamos sempre estimulando os estudantes a
210.		realizarem, né, fazer as línguas, os certificados,
211.		porque é tudo exigido, todos os programas de
212.		mobilidade se exigem, né, então a língua aqui a
213.		gente reconhece que ela é um fator importantíssimo.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Daniele ressalta uma preocupação dos agentes de SRI, o estímulo à aprendizagem de línguas ofertadas pela IES, como o programa IsF. A participante utiliza o pronome a gente (eu + demais agentes de internacionalização) para se referir à importância por eles dada à aprendizagem de línguas. O processo de ensino-aprendizagem de línguas é amplamente discutido pelos participantes ao longo de suas narrativas, que, por tamanha recorrência, é analisado abaixo.

5.2 Internacionalização e(m) línguas: (dis) cursos

Consoante visto, a internacionalização carece de discussões mais profundas no âmago do contexto universitário. Via de regra, os desdobramentos dos processos internacionais das universidades para a internacionalização podem engendrar polêmicas, como afirma Fábio, na imagem 7.

Imagem 7 - trecho dos registros de gravação de áudio

565.	Fábio	Mas o programa em si, a parte científica, a gente tem
566.		ideia de que esses programas mais avançados de pós-
567.		graduação em algum momento a gente sabe que está
568.		aumentando cada vez mais a oferta em inglês, mas em algum
569.		momento e não é só isso, é chegar aqui e sequer exista
570.		disciplinas em português, que seja totalmente
571.		internacional, então qualquer pessoa que entrar aqui ela
572.		tem que apresentar a proficiência antes de entrar no
573.		programa e todas as disciplinas que ela for fazer serão
574.		em inglês, toda a avaliação vai ser em inglês, a discussão

Elaborado pelos autores (2024)

O discurso de Fábio permite analisar uma faceta da internacionalização, isto é, aquela que considera o fazer internacional nas universidades brasileiras como o uso total em língua inglesa. Chama a atenção o fato de que, para Fábio, o nível mais alto de internacionalização significa a obliteração total do ensino em língua portuguesa. Sua asserção vai de encontro à concepção de internacionalização narrada por Bruna e Esther na universidade onde elas trabalham, consoante visto, respectivamente, nas imagens 8 e 9:

Imagem 8: trecho dos registros de gravação de áudio

509.	Bruna	isso pra poder porque a gente sempre fala que o
510.		estudante internacional não vem pra cá porque a gente
511.		não dá disciplina em inglês, e eu mesmo eu não vejo
512.		isso como algo importante que a gente tenha que fazer
513.		eu acho que talvez seria muito mais interessante que
514.		a gente tenha sei lá um intensivo de uma semana de
515.		português de cultura brasileira, de sei lá que as
516.		pessoas possam vir e ter uma sensibilização ao que é
517.		uma cultura brasileira do que talvez ficar aqui um
518.		semestre fazendo uma disciplina em inglês eu até acho
519.		que a gente tem que aprender muito e depois eu vou

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Imagem 9: trecho dos registros de gravação de áudio

100.		pra ações mas pras línguas estrangeiras, a gente tá
101.		tentando trabalhar com esse plurilinguismo, sem
102.		hierarquização das línguas e um ponto importante
103.		também é a questão do português como língua estrangeira
104.		que a gente trabalha muito, temos o PEC-G que é aquele

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Bruna inicia sua fala anunciando uma crença comum no meio acadêmico, qual seja: a falta de interesse de estudantes internacionais em realizar intercâmbio no Brasil pela ausência de disciplinas ministradas em língua inglesa. As opiniões de Fábio e Bruna acerca do uso da língua inglesa no contexto acadêmico divergem totalmente, o que endossa a necessidade de se haver mais estudos sobre essa questão.

Bruna também menciona que não somente o português deve ser ensinado, mas a ele deve ser dado primazia tão logo o

estudante internacional se insira na universidade, por meio de *um intensivo de uma semana de português de cultura brasileira* (linhas 514-515). Em relação ao PLE, Bruna, Esther e Fábio compreendem a importância do investimento no ensino da língua.

Esther menciona o trabalho com o plurilinguismo e enfatiza que não há hierarquização das línguas por parte da instituição onde atua, uma vez que, segundo ela, o estudo de línguas deve ocorrer sem estabelecer discrepâncias. Sua narrativa, nesse sentido, aproxima-se do que já havia sido defendido por Bruna e, ao mesmo tempo, dialoga com a perspectiva decolonial, que propõe uma cooperação solidária e horizontal, valorizando saberes e línguas locais e promovendo redes de conhecimento pautadas na diversidade epistemológica. Tal deslocamento permite compreender a internacionalização não como um processo estritamente competitivo, mas como uma prática colaborativa, sensível às especificidades de cada contexto.

Assim, as diferentes facetas da internacionalização incidem de forma decisiva sobre o ensino-aprendizagem de línguas no espaço universitário, evidenciando que cada instituição, SRI e agente de internacionalização elabora sua própria visão sobre o tema, o que reforça a relevância dessa discussão.

Esther, ainda na figura acima, ressalta o trabalho que tem sido feito com relação ao português língua estrangeira. Parece contraditório a fala da participante ao mencionar que *não há hierarquização das línguas* (linha 102), mas *a gente trabalha muito com o português língua estrangeira* (linha 104), dado que, desse modo, apresenta-se primazia para o PLE. Mesmo Fábio, quem, ao contrário de Bruna e Esther, hierarquiza a língua inglesa, ressalta o investimento no ensino de PLE na universidade.

Imagem 10: trecho dos registros de gravação de áudio

554.	seis, a gente está caminhando para chegar em um momento
555.	em que é até um pouco assim polêmico isso e até meio
556.	assustador, a gente, lá na frente, ter como nível de
557.	internacionalização desses programas, a nossa ideia é que
558.	seja tal que, sequer exista atividades em língua
559.	portuguesa a ideia assim , a gente continua obviamente
560.	investindo no treinamento de português para estrangeiros,
561.	eles vêm aqui para o Brasil, a parte de aprender o idioma,
562.	usar no dia a dia isso aqui e a cultura toda que a gente
563.	oferece também

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

O ensino de PLE nas universidades se dá em decorrência do grande número de intercambistas e migrantes que chegam ao país a cada ano. De acordo com dados da Associação Brasileira de Agências de Intercâmbio, o número de intercambistas em 2022 foi de 455 mil pessoas¹. Esther aponta para tal processo, reiterando que o recrudescimento da língua ao redor do globo terrestre, afirmando a necessidade de que o PLE seja mais difundido:

Imagem 11: trecho dos registros de gravação de áudio

314.	Esther	Não eu acho que a gente tem como difundir mais o
315.		português língua estrangeira sabe Hiago? Eu trabalho
316.		eu também sou formada em português, mas eu trabalho
317.		pouco com o português língua estrangeira, eu trabalho
318.		com o português língua estrangeira mais como língua de
319.		acolhimento que eu tenho um projeto com migrantes,
320.		aqueles primeiros grupos que vieram da Venezuela aí a
321.		gente dá aula de português como língua de acolhimento
322.		aí a gente tem alguns trabalhos com isso, mas o
323.		português língua estrangeira está crescendo muito no
324.		mundo

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

A difusão do português pelo mundo é também projetada na narrativa de Bruna, quem deixa entrever a necessidade da compreensão do intercâmbio não somente como algo que atenderá ao intercambista de modo individual, mas também que ele poderá contribuir para a difusão da língua portuguesa também, tão logo retorne ao seu país.

1 Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2023/05/22/numero-de-brasileiros-que-fizeram-intercambio-aumentou-em-2022.ghtml>. Acesso em: 19 set. 2024.

Imagem 12: trecho dos registros de gravação de áudio

543.	A gente precisa ter essas provas a gente quer que
544.	esses estudantes venham pra cá e levem um pouco do
545.	Brasil pra fora da nossa instituição, mas a gente tem
546.	outros objetivos também que eu acho que é isso que tem
547.	que ser um desejo mas eu acho que o que é válido é que
548.	se consiga fazer assim um plano pensando de fato na
549.	nossa realidade, sabe, no que a gente dá conta e no
550.	que a gente pode fazer a partir da nossa estrutura,
551.	onde que a gente quer chegar, e daí o que a gente pode
552.	fazer né? com essas duas pontas a partir dessas razões e da estrutura que é possível, é isso.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Bruna apresenta um olhar objetivo para a internacionalização, no sentido de que é preciso que metas sejam estabelecidas, sendo essas projetadas a partir da realidade e estrutura da instituição. Assim, por meio de objetivos claros e bem delineados, observando-se as especificidades de cada IES no fazer internacional é que se pode obter um direcionamento para a internacionalização da educação superior, principalmente para o PLE – consoante discutido até agora -, uma educação mais justa e igualitária, porém centrada naquilo que realmente é possível de ser realizado tendo-se em vista a estrutura da IES, e não fruto de utopias e desejos teóricos cujas práticas se mostram incontinentes.

O ensino-aprendizagem de inglês e PLE apresenta excelente importância no discurso dos agentes de internacionalização. Esther, para além disso, afirma a necessidade de uma não hierarquização das línguas, sendo necessário o trabalho com outras, ainda que esquecidas pela sociedade.

Imagem 13: trecho dos registros de gravação de áudio

277.	eu acho que é o futuro mesmo é trabalhar juntos mas
278.	sem também pensar nessa interiorização da nossa da
279.	nossa internacionalização, trabalhar também com os de
280.	casa, com os de dentro, nesse sentido eu esqueci até
281.	de dizer nós também estamos trabalhando muito com as
282.	línguas indígenas que a gente não trabalhava aqui eu
283.	já ofertei dois minicursos de Tupi que a língua falada
284.	aqui era o Tupi, o Guaraní, mas que eu não era
285.	professora, o professor era o cacique hhhhhh (nome)
286.	mas pras pessoas terem assim uma consciência olha se
287.	não fosse a colonização essa era a língua que você ia
288.	falar, tá? Então pras pessoas se conscientizarem
289.	também dessas línguas originárias que a gente não pode
290.	perder não pode deixá-las morrer.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Esther argumenta a favor de línguas indígenas, consideradas de menor prestígio, em uma tentativa de resgate histórico e uma forma também de trabalhar, segundo se analisa aqui, a internacionalização em casa. No Brasil, antes de ser colonizado por Portugal, falavam-se línguas dos povos indígenas que ali habitavam, tais como as línguas Tupi e Guaraní mencionadas pela participante. Assim, ensinar essas línguas, como Esther afirma, é uma forma de valorização cultural e de conscientização. É, pois, uma questão de decolonialidade, na acepção de Maldonado-Torres (2018), por tal ensino representar uma luta viva em prol da valorização e preservação da cultura de povos minoritarizados frente à competitividade instaurada em tempos de globalização - em que línguas de maior prestígio são, cada vez mais, inculcadas na sociedade.

Já Aline traz a Libras para o bojo da questão, quando questiona em uma reunião de departamento se a Libras deveria ser atribuída como demanda do SRI, visto na imagem 14:

Imagem 14: trecho dos registros de gravação de áudio

165.	Aline	eu esqueci de mencionar, tem também a LIBRAS como
166.		língua adicional ali então tem essa questão de ser uma
167.		língua que não é estrangeira, uma língua brasileira e
168.		daí isso viria ou não pro SRI, então a gente ainda não
169.		conseguiu apagar esse incêndio, tem outros incêndios
170.		maiores pra serem apagados hhh a gente já começou uma
171.		conversa mas ainda não se encaminhou porque aí tem uma
172.		mudança de organograma etc. né? tem uma questão
173.		estrutural aí pra discutir pra bater o martelo e não
		chegamos ainda nessa discussão

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Semelhantemente à Esther, Aline trata a Libras como uma língua a ser valorizada no âmbito universitário, dado que o questionamento dela de contemplar essa língua nas atribuições do SRI demonstra interesse do agente em tratar a situação, embora, como ela mesmo afirma, dado às demandas intempestivas, isto é, os *incêndios maiores a serem apagados* (linha 169), faz com que o assunto não tenha sequer sido discutido. Aline, então, não somente compreende a importância da Libras no SRI como também destaca a necessidade de uma discussão sobre esse tema no âmbito universitário e sua inserção no SRI, uma vez que é uma *língua que não é estrangeira, uma língua brasileira* (linha 167).

6. Considerações finais

A partir das narrativas, emergem dificuldades enfrentadas pelos SRIs e também os avanços alcançados na internacionalização por meio de programas como CsF e o IsF. Tais programas, embora não isentos de críticas, desempenharam um papel crucial na promoção da mobilidade acadêmica e na melhoria da proficiência linguística de estudantes e profissionais, configurando-se como ferramentas essenciais para a inserção das IES brasileiras no cenário global.

Os entrevistados reiteram a necessidade de políticas públicas, sobretudo políticas linguísticas que favoreçam o processo

de ensino-aprendizagem de línguas. O ensino-aprendizagem de Português como Língua Estrangeira (PLE) também despontou como um elemento central para a consolidação da internacionalização, reforçando a necessidade de políticas linguísticas robustas que facilitem a integração de estrangeiros ao ambiente acadêmico brasileiro.

A internacionalização não se limita à expansão das fronteiras institucionais, mas se configura como um processo multifacetado que envolve a promoção de intercâmbios culturais e acadêmicos, a cooperação internacional e a valorização da diversidade. A tríade ensino, pesquisa e extensão, pilares fundamentais das IES, é fortalecida por meio dessas iniciativas, que impulsionam o desenvolvimento tecnológico, social e humano. Os agentes dos SRIs, em suas narrativas, desvelam as crenças e estratégias que permeiam suas práticas, revelando, por meio de suas experiências, as múltiplas faces da internacionalização e seu impacto nas dinâmicas institucionais.

Assim, ao reconhecer o papel estratégico dos agentes de internacionalização, é fundamental que suas práticas estejam alinhadas não apenas a metas institucionais e governamentais, mas também a um compromisso ético e político com a redução das assimetrias globais. Incorporar a perspectiva decolonial implica questionar hierarquias linguísticas, problematizar a centralidade do Norte Global e promover uma internacionalização que valorize saberes, línguas e práticas locais. Essa postura não exclui a cooperação com países do Norte, mas busca equilibrar prioridades, garantindo que a internacionalização seja também um espaço de produção de conhecimento situado, plural e inclusivo.

Referências

- BRANDALISE, G. C. M.; HEINZLE, M. R. S. Internacionalização da e na educação superior: conceitos e abordagens. *Revista Internacional de Educação Superior*, v. 9, e023024, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21723/riesup.v9i0.8670113>.
- KNIGHT, J. Internationalization remodeled: Definition, approaches, and rationales. *Journal of Studies in International Education*, v. 8, n. 1, p. 5-31, 2004.
- KNIGHT, J. Knowledge diplomacy: What are the key characteristics? *International Higher Education*, (100), p. 38-39, 2020. Disponível em: <https://ejournals.bc.edu/index.php/ihe/article/view/14243>. Acesso em: 27 fev. 2025.
- LOURENÇO, A. A.; PAIVA, M. O. Globalization of higher education: The internationalization from a multifactorial perspective. In: *Building resiliency in higher education: Globalization, digital skills, and student wellness*, IGI Global, p. 285-305, 2024. DOI: <https://doi.org/10.4018/979-8-3693-5483-4>. Acesso em: 27 fev. 2025.
- MACEDO, J. R. Decolonialidade e educação: entre discursos e práticas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 36, e227792, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698227792>. Acesso em 15 de agosto de 2025.
- MACEDO, M. S. A. N. Internacionalização do ensino superior: uma perspectiva decolonial. *Laplage em Revista*, v. 6, n. 1, p. 91-103, 2020.
- MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 27-54.
- MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n. 34, p. 287-324, 2008.
- MIURA, I. K. *O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo de três áreas de conhecimento*. 2006. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.
- PEREIRA, E. M. A.; HEINZLE, M. R. S.; PINTO, M. M. Internacionalização na educação superior e mobilidade estudantil: O vai e vem de jovens acadêmicos. *Revista Espaço Pedagógico*, v. 24, n. 1, p. 35-49, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5335/rep.v24i1.6990>
- PHILLIPSON, R. *Linguistic Imperialism Continued*. New York: Routledge, 2009.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.117-142. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf.

RAJAGOPALAN, K. Política linguística: do que é que se trata afinal? In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K. A.; TÍLIO, R.; ROCHA, C. H. *Política e Políticas Linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

ZICMAN, R. Internationalization of higher education in Brazil. In: *Internationalization of Higher Education in the Global South: Setting the Scene*. Springer, p. 1-20, 2021.

O CASAMENTO COMO PEDRA ANGULAR DA SOCIEDADE: A PERSISTÊNCIA DE DISCURSOS TRADICIONAIS SOBRE GÊNERO EM LIVRO DE 2024 E NOS ALMANAQUES DOS ANOS 1950

Lívia da Silva Leite
Natália Elvira Sperandio
Cláudio Márcio do Carmo

1. Introdução

O presente estudo investiga as metáforas presentes no livro *Desarrombe-se: um caminho para relacionamentos saudáveis*, de Jefferson F. dos Santos, de modo a analisar de que forma essas construções discursivas reforçam ou desafiam normas culturais sobre feminilidade e masculinidade. A pesquisa se fundamenta na Linguística Cognitiva e nas Teorias Críticas da Cultura.

A relevância deste estudo reside na crescente influência dos discursos de autoajuda e das redes sociais na formação das concepções sobre relacionamentos. Dessa forma, este artigo tem como objetivo principal analisar as metáforas conceituais utilizadas no livro, identificando como elas estruturam a visão sobre a feminilidade, masculinidade e o casamento.

Além disso, propõe-se uma comparação entre as metáforas de trechos do livro e aquelas presentes em almanaques femininos da década de 1950. Para alcançar esse objetivo, a pesquisa adota uma metodologia qualitativa e exploratória. Logo, percebe-se que

2. O discurso de influenciadores digitais como persuasivos na sociedade

As redes sociais possibilitaram a aparição dos influenciadores digitais. Esses influenciadores são pessoas comuns, porém que têm um alto poder persuasivo nas redes sociais. Assim, o objetivo dessa seção é argumentar sobre como os discursos dos influenciadores têm persuadido os internautas.

Como explicita Azevedo (2004, p. 51), os influenciadores moldam percepções sobre vários assuntos, inclusive relativos aos papéis dos gêneros nos relacionamentos amorosos. Nesse sentido, o livro analisado neste trabalho, *Desarrombe-se: um caminho para relacionamentos saudáveis*, foi feito em 2024 por um psicólogo, o que dá certa autoridade, mas narrado e amplamente divulgado por sua esposa, que é influenciadora digital.

Logo, esses discursos conservadores que estão de volta na sociedade e em voga, principalmente circulando nas redes sociais, como o Instagram, e que como exemplo foram sintetizados nos trechos do livro analisado neste trabalho, é possível fazer uma crítica da cultura em cima de tais padrões discursivos e suas ideologias subjacentes. Para tal, as teorias desse segmento teórico serão discutidas na próxima seção.

3. Teoria crítica da cultura e a reprodução de normas sociais nos discursos das redes sociais

A “indústria cultural” é um termo de Adorno e Horkheimer (1985). Eles argumentam que os produtos midiáticos padronizados produzem um conformismo passivo, limitando a autonomia crítica dos indivíduos, dessa maneira, a mercantilização da cultura transforma a arte e o entretenimento em meros veículos de reprodução ideológica. Assim, essa seção objetiva discutir as Teorias da Crítica da Cultura.

Isso fica evidente na era das redes sociais, em que influenciadores digitais, a narradora de trechos do livro citada acima, muitas vezes promovem ideologias conservadoras e de direita de forma camuflada. Por exemplo, o perfil da Luana Ferreira (@aloanaferreira), em suas postagens cotidianas. Nesse processo, as pessoas acabam absorvendo mensagens conservadoras sem perceber a tentativa de doutrinação.

Esse fenômeno é análogo ao que Foucault (1975) chamou de “poder disciplinar”, em que as formas de controle não precisam ser explícitas para serem eficazes. Em vez de uma dominação direta, há um processo de internalização de normas e valores que moldam o comportamento das pessoas de maneira indireta, mas muito persuasiva. Ademais, o livro foi estruturado com base em valores conservadores, os quais resgatam o que os famosos almanaques da década de 1950, que mostravam como as mulheres deviam se comportar já traziam. Porém hoje com uma nova roupagem, por meio de discursos mais velados.

De acordo com Giddens (2000), a estrutura é simultaneamente uma condição e um resultado da ação social, isto é, as ações desses influenciadores e a forma como moldam seus discursos são reflexos de uma estrutura social conservadora, mas também contribuem para a perpetuação dessa estrutura. Logo, o feminismo tem desconstruído normas antiquadas, já que oferecem novos espaços de autonomia e liberdade, todavia, o discurso conservador tem tentado resgatar e reforçar velhas estruturas de poder e controle, tendo a mídia digital como um campo fértil para sua disseminação em massa. Sendo assim, na seção seguinte, serão discutidas como as identidades de gênero têm sido construídas nos discursos conservadores.

4. A construção do papel feminino em contraste ao masculino nos discursos conservadores propagados nas mídias sociais

Nas mídias sociais, os movimentos conservadores têm defendido que a mulher deve agir de acordo com sua feminilidade, sendo assim, a construção do “feminino” será discutida nessa seção. Dessa forma, a mulher precisa fazer uma série de ações, isto é performar, para ser feminina, nesse âmbito é que surgiram os almanaques da década de 50, como guias para as atitudes femininas e agora em 2024 lança-se livro como esse, um “guia”, para como a mulher deve se portar para encontrar um casamento ideal. Isso corrobora Butler (2003), a qual defende que o gênero é se dá pela performance.

Beauvoir (1970), ao abandonar o determinismo biológico do gênero, apresenta uma nova perspectiva sobre o que significa ser mulher na sociedade. Para ela, a mulher não nasce mulher; ela *torna-se* mulher. Ou seja, ser mulher (ou homem) na sociedade não é uma característica inata ou algo dado pela natureza, mas sim, algo que é aprendido e moldado ao longo da vida, por meio da cultura e das interações sociais.

Assim sendo, “desconstruir não é negar ou descartar, mas pôr em questão e, talvez o mais importante, abrir um termo, como o sujeito, a uma reutilização ou redistribuição que anteriormente não foi autorizada” (Butler, 1992, p.15). Para tanto, é preciso desconstruir os padrões hegemônicos impostos pela ideologia conservadora sobre as normas de como se deve se portar a mulher “perfeita”, aquela identificada como a “para casar”.

Assim, para Butler (2003), o gênero está dentro de um escopo de normas de comportamentos sociais, de uma hegemonia que defende como a mulher deve performar em todos os âmbitos da sua vida. Assim, a massificação de conteúdos conservadores sobre como a mulher deve se portar, sendo disseminados repetidamente, vão reforçando as normas hegemônicas.

Porém, a autora também define que “[...] o gênero pode muito bem ser o aparelho pelo qual tais termos são desconstruídos e desnaturalizados.” (2004, p.41). Isso vai ao encontro do que defende Giddens (2000), já que, como ele enfatiza, a estrutura é dual, ela naturaliza certas coisas, mas o indivíduo tem a possibilidade, pela sua agência de mudá-la. Para isso, é preciso desnaturalizar esses discursos.

Além disso, Bourdieu (2003, p. 54) aponta que a violência simbólica, ou seja, a naturalização de relações de dominação, não é fruto apenas de uma falta de consciência ou de informação. Ela está enraizada nas próprias estruturas sociais, que moldam nossas percepções e práticas. Logo, Foucault (1975) entende que as normas sociais, como as de gênero, são mantidas por meio do poder. A resistência, então, acontece dentro do próprio campo do poder, desafiando-o a partir das suas próprias regras, quem sabe a começar pelos discursos. A seção a seguir se trata da metáfora, tropo que se analisado descreve discursos e ideologias subjacentes, os quais subvertem ou atestam a ideologia dominante.

5. Metáfora

A metáfora, tropo proposto a ser discutido nesta seção, era considerada apenas um recurso estilístico, na antiguidade, um artifício retórico destinado a embelezar discursos e textos, sendo vista como um desvio no uso das palavras. Para Aristóteles (1991, p. 273), a metáfora consistia em “transportar para uma coisa o nome de outra, ou do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou da espécie de uma para a espécie de outra, ou por analogia”.

Já depois da virada paradigmática que estava ocorrendo desde 1979, colocando em xeque a visão objetivista da metáfora, Lakoff e Johnson (1980) sustentaram que a metáfora não se limitava a um recurso linguístico, mas fazia parte do próprio pensa-

mento humano. Os pesquisadores destacaram que as metáforas não eram meramente expressões verbais, introduzindo assim o conceito de metáforas conceituais.

Assim, a metáfora funciona como um mapeamento entre dois domínios, denominados DOMÍNIO-ALVO e DOMÍNIO-FONTE, sempre representados em letras maiúsculas. O domínio-alvo refere-se ao conceito que se deseja representar, enquanto o domínio-fonte é algo mais concreto, cujas características são utilizadas para descrever o alvo.

Com base nisso, Lakoff e Johnson (1980) explicam que o processo metafórico ocorre quando algo é compreendido e experienciado a partir de outra referência. No entanto, nem todas as características dos domínios são mapeadas; segundo Kövecses (2002), esse mapeamento é parcial.

Além disso, Charteris-Black (2005) argumenta que a metáfora não possui apenas um aspecto cognitivo, mas também um caráter ideológico e persuasivo. Logo, seu uso pode ser ajustado para reforçar determinados valores, influenciar percepções ou sustentar certas posições, evidenciando a importância de reconhecer as dimensões ideológicas envolvidas. Na seção a seguir será discutida a metodologia.

6. Metodologia

A metodologia é qualitativa, de caráter exploratório e a análise combina a abordagem da Linguística Cognitiva com as Teorias Críticas da Cultura. A análise foi feita a partir das metáforas presentes no em alguns trechos do livro *Desarrombe-se: um caminho para relacionamentos saudáveis*, escrito pelo psicólogo Jefferson F. dos Santos, marido da influenciadora digital Luana F. dos Santos (@aloanaferreira) no ano de 2024.

Sendo assim, o livro foi analisado a partir das metáforas

conceptuais que o constituem. Logo, a análise dessas metáforas possibilita a compreensão das relações de poder e da ideologia por trás, analisando-as através da Crítica da Cultura, em seguida elas foram comparadas aos almanaques/revistas femininos(as) da década de 50.

7. Análise - identidade e performatividades

No título do livro *Desarrombe-se: um caminho para relacionamentos saudáveis. Um guia para a mulher inteligente*, já há metáforas, no que defende Lakoff e Johnson (1980) a primeira é ARROMBAR-SE É ARRUINAR-SE, pois na linguagem atual uma pessoa “arrombada” é arruinada, prejudicada. Um título bastante familiar é “O guia da boa esposa” publicado em maio de 1955, na revista *Housekeeping Monthly*. Nesse sentido, como explica Butler (2003), ser feminino não é algo pré-determinado e sim normas que foram colocadas com base na performatividade e muito repetidas para que se instauraram na sociedade. Com isso, esses guias visam a moldar os comportamentos femininos de acordo com o que o poder hegemônico aceita.

Então ele fala que essa mulher vai ficar tentando agradar para receber amor. Neste ponto o livro difere dos almanaques de “boa esposa”, pois aqui ele não concorda com a tentativa de agradar a todos, visto que “Esse tipo de mulher geralmente sofre pela sua passividade diante dos relacionamentos.” Porém, até nesse desagrado ele revela que isso é agradar o homem pelo trecho: “Se há uma coisa que um homem deseja, é se relacionar com uma mulher que tenha vida interior e o desagrade quando isso for necessário.”

Assim, o desagradar, é na verdade, fazer o desejo do homem, voltando ao que pregavam os almanaques de 1950 como em “A mulher deve fazer o marido descansar nas horas vagas, nada de incomodá-lo com serviços domésticos.” (*Jornal das Moças*,

1959). Ademais, em “Amar alguém não é fazer todas suas vontades, mas contrariá-lo e corrigi-lo indicando um melhor caminho”, as metáforas são: MULHER É GUIA e DECISÕES SÃO CAMINHOS, o que mostra como o feminino deve performar,

Há uma parte muito comum dos discursos conservadores em que MULHER É OBJETO FRÁGIL, ainda há a desculpa da mulher ser frágil e volátil pelos seus hormônios e tudo que envolve sua biologia, como trechos abaixo:

O estado emocional é a parte mais passageira e variável da nossa psiquê. Na mulher, ele varia ainda mais. Há dias em que você pode experimentar uma extrema alegria e satisfação de manhã e ir para uma angústia profunda à tarde. Se você estiver no período pré-menstrual, a situação agrava-se ainda mais, tudo se torna mais intenso e ganha uma gravidade enorme, mesmo o evento mais cotidiano. Desse modo, tanto pela psiquê feminina como pela variação hormonal e fisiológica da mulher é notável que as emoções afetem e a torne mais vulnerável aos seus estados atuais.

O trecho é de cunho machista, pois coloca a mulher como diferente do homem apenas por ser mulher, com argumentos irracionais, porém com um tom de informação verídica, já que cita termos da biologia e da psicologia, além de que o autor é psicólogo. Porém, tudo isso mascara a ideologia por trás, de que a mulher é inferior, é frágil, e vulnerável e a quem pode-se chamar de doida, como veremos a seguir.

Ainda, consoante à um discurso midiático da década de 50 “não se deve irritar o homem com ciúmes e dúvidas” (Jornal das Moças, 1957), o livro continua colocando a mulher como culpada pelas irritações do marido. Explicando como deve ser sua performance ideal, para que não haja desentendimentos:

[...] você já está irritada, fecha a cara, bufa e vai tirar satisfação com ele, perguntando: “quem é essa vagabunda?”. Isso já o deixa na defensiva, o ofende e ele te chama de doida; desencadeando uma série de conflitos entre vocês. Tudo isso até ele esclarecer que aquela mulher estava apenas pedindo informações para ir à tal lugar. [...] No caso acima, bastaria que você perguntasse de forma educada “quem é ela?” e a situação se resolveria sem desgastes.

O autor ainda continua com: “desse modo, ninguém aguenta ficar ao lado de uma bomba que está armada e prestes a explodir a qualquer momento.” o que subjaz da metáfora MULHER É BOMBA ARMADA, porque é como se, quando a mulher começasse a reclamar, ela fosse como uma bomba que explodisse e incomodasse o homem.

Isso vai ao encontro do que diz o “guia da boa esposa” (*Housekeeping Monthly*, 1955 *apud* Awebic, 2022), em: “Não o cumprimente com queixas e problemas”, depois “nunca reclame se ele chegar tarde, sair pra [sic] jantar ou outros locais de entretenimento sem você. Em vez disso, tente compreender o seu mundo de tensão e pressão dele, e a necessidade de estar em casa e relaxar” e ainda: “Não faça-lhe perguntas sobre suas ações ou que questionem sua integridade. Lembre-se, ele é o dono da casa e, como tal, irá sempre exercer sua vontade com imparcialidade e veracidade. Você não tem o direito de questioná-lo”, por fim: “se desconfiar da infidelidade do marido, a esposa deve redobrar seu carinho e provas de afeto. (*Revista Claudia*, 1962 *apud* Verso P. 2017). Tudo isso vai moldando a performatividade da mulher, de forma que ela aja como “bela, recatada e do lar”, além de passiva.

Além disso, o autor defende que um problema pe fantasiar o que o outro não é para caber dentro das expectativas do amante, diante isso ele explicita:

As mulheres são muito mais afetadas com isso devido ao seu mundo interior ser mais vulnerável à imaginação e aos sentimentos. Lembro de um atendimento em específico onde [sic] a paciente quando confrontada com as graves manipulações que o pretendente fazia disse-me: “mas ele é tão bonito”.

Nesse trecho, ele evidentemente retrata a mulher como vulnerável e inferior, como se fosse uma figura ingênua e apaixonada, seduzida unicamente pela aparência de um homem. Dessa forma, a identidade da mulher fica assim construída. Aqui se vê as metáforas MENTE É CONTÊINER, quando se fala do mundo interior, também percebe-se que pelo trecho a razão é superior a emoção, pois as mulheres são “mais afetadas” pela emoção. Ademais, COMPREENDER É VER, é uma metáfora implícita pois a paciente acredita conhecer o pretendente pela sua beleza física.

Ele continua falando sobre o papel ativo do homem, há aqui a metáfora: RELAÇÃO É MÚSICA

Entenda que o flerte dará as notas iniciais que serão tocadas nos próximos encontros e etapas da relação. O principal aqui é o homem marcar uma presença, conseguir criar uma conexão e conseguir te levar para sair, ou pelo menos seu número, para vocês manterem contato.

Ademais, o autor evidencia o papel passivo da mulher na relação pelos trechos e suas respectivas metáforas: em “as mulheres também podem flertar. Obviamente, o desejo pode partir de ambos os lados.” → DESEJO É UMA FORÇA FÍSICA, “entretanto, a mulher deve fazer investidas sutis e criar conexão de uma forma a marcar o homem. Essa permanece uma força passiva e atrativa, é capaz de fazer com que o outro haja como ela deseja.” → A MULHER É UMA FORÇA PASSIVA E ATRATIVA, “Ou seja, a

mulher cria a conexão, mas o outro é quem pede seu número e deseja manter-se conectado.” → A CONEXÃO ENTRE PESSOAS É UM OBJETO.

Além disso, explicita: “a força sutil da mulher são os gestos, olhares, a voz num pedido de ajuda, um elogio, a capacidade de articular e puxar assunto sem pretensão.” → A FORÇA SUTIL DA MULHER É UM CONJUNTO DE FERRAMENTAS Abordagens diretas do tipo: “anote aí meu número”, tornam os homens preguiçosos e tira-lhes a possibilidade da conquista. Estar com uma mulher, principalmente uma grande mulher, deve ser uma grande conquista.” → MULHER É PRÊMIO. “Além disso, comece tracionando a relação no início, mas depois não reclame de estar esgotada pela falta de ação do homem.” O RELACIONAMENTO É UM VEÍCULO QUE PRECISA DE IMPULSO (TRAÇÃO)

Ademais, agora começam reflexões semelhantes a isso: “o noivado longo é um perigo” (Revista Querida, 1953 *apud* Verso P. 2017), de uma revista da década de 50: “Se você está num namoro ruim, termine! Não compensa você lutar sozinha e se estressar por um indivíduo que com o mínimo de responsabilidade já não consegue investir na relação.” → RELACIONAMENTO RUIM É LUTA e RELAÇÃO É INVESTIMENTO. Assim, ele explicita: “comprometa-se com a ideia do casamento. Não vale a pena você ficar namorando ou se entregando para qualquer gato de esquina que passe, você só acumulará desilusões e traumas saindo com bundas! Foque nos seus ideais e objetivos.” → HOMEM É ANIMAL, no caso gato de esquina, ou seja, tem aos montes, DESILUSÕES SÃO OBJETOS, pois se acumula, TRAUMAS SÃO OBJETOS, HOMEM POR BUNDA, metonímia, no caso de homens que só querem relações sexuais.

Aqui, há um começo de algo que se parece com um empoderamento feminino, uma performance um pouco mais independente, porém, o objetivo do livro ainda é encontrar alguém como em: “Separe 15 minutos para descansar, assim você estará

revigorada quando ele chegar. Retoque a maquiagem, ponha uma fita no cabelo e pareça animada.” (Housekeeping Monthly, 1955 *apud* Awebic, 2022) e a esposa deve vestir-se depois de casada com a mesma elegância de solteira, pois é preciso lembrar-se de que a caça já foi feita, mas é preciso mantê-la bem presa.” (Jornal das Moças, 1955) → **HOMEM É CAÇA.**

Cuide de si, aprenda a comer melhor, treinar, vestir-se, maquiar-se, a mover-se. Adquira novas habilidades!

Também há um trecho, que se parece com estes das revistas antigas: Mesmo que um homem consiga divertir-se com sua namorada ou noiva, na verdade ele não irá gostar de ver que ela cedeu. (Revista Querida, 1954 *apud* Verso P. 2017). → **TER RELAÇÃO SEXUAL É DIVERTIR-SE e TER RELAÇÃO SEXUAL É CEDER.**

Eu entendo que você pode achá-lo bonito, mas espere que ele venha até você. No máximo, busque uma proximidade. Mas não se declare ao homem, nem seja vulgar, dizendo que deseja fazer isso ou aquilo com ele, chamando-o para sua casa, etc. Aquilo que você irá conseguir, é no máximo, uma noite com um sujeito.

O qual tem como metáfora subjacente: **UMA NOITE COM O HOMEM É TER RELAÇÃO SEXUAL.**

Assim, ele continua:

Ficar é um despropósito quando seu objetivo é uma relação séria.

E o trecho tem metáforas como: **PROPÓSITOS SÃO DESTINAÇÕES, FICAR É OBSTÁCULO**, Tudo isso se mostra como uma

ideologia conservadora, já que a mulher é incentivada a se recatar, já o homem não tem essa mesma obrigação.

Depois há um alerta:

Primeiro, minha querida, lembre-se de uma coisa: a partir do momento que você criou uma conexão com um homem e permitiu que ele mantivesse contato com você, é ele quem decide sobre o namoro e, principalmente, o casamento.

Esse evoca a metáfora: RELACIONAMENTO É CONEXÃO. Além disso, a mulher como aquela que gera, MCI, ela cria a conexão, seu papel em relacionamentos saudáveis, mas é o homem quem decide sobre o namoro e o casamento, a mulher não tem voz, é apenas passiva, esperando que o homem decida seu futuro. “O homem pode decidir não namorar, mas você não é obrigada a permanecer. Um homem quando sai com você nos primeiro dez minutos de conversa, ele já decidiu se você é uma mulher para se casar ou para uma noite.” A decisão da mulher pode ser não permanecer ali, apenas. Há também as categorias dicotômicas mulher para casar, identidade de alguém que é “bela, recatada e do lar” e a mulher para uma noite, ou seja, aquela que é para sexo, apenas.

Dessa forma, ele explicita: “nunca vá ficando com alguém por tempo indeterminado”, como na revista: “O noivado longo é um perigo” (Revista Querida, 1953 *apud* Verso P. 2017), depois: “Nunca transe num primeiro encontro. Calma! Falaremos disso mais à frente, tenha paciência.”, como em: “A mulher deve estar ciente de que dificilmente um homem pode perdoar uma mulher por não ter resistido às experiências pré-nupciais, mostrando que era perfeita e única, exatamente como ele a idealizara” (Revista Claudia, 1962 *apud* Verso P. 2017). E, “mesmo que um homem consiga divertir-se com sua namorada ou noiva, na verdade ele não irá gostar de ver que ela cedeu” (Revista Querida, 1954).

O autor também destaca outros temas polêmicos:

Sobre pagar a conta: espere para que ele pague a conta. Espere até o último momento, vá até o banheiro ajeitar-se e veja se ele resolveu tudo. Se ele te chamou para sair, ele quer te conquistar! Ou deveria, não!? [...] Ele sacrifica parte dele nesse ato, pois o dinheiro foi conseguido com algum esforço. Logo, ele se doa um pouco para estar com você. A generosidade faz parte do amor do homem.

Tal trecho evoca as metáforas: PAGAR CONTA É GENTILEZA, PAGAR CONTA É SACRIFÍCIO, DINHEIRO É ESFORÇO e GENEROSIDADE É AMOR e ilustra como o homem deve ser ativo na conquista e a mulher ativa, construindo normas para os papéis dos gêneros numa relação amorosa.

Depois o livro traz dados, sem nenhuma fonte:

Segundo dados, um homem que deseja casar demora, em média, um ano e meio desde o momento do conhecimento para fazer a proposta. A partir de um ano e oito meses, as chances dele propor, começam a cair. [...] Pois é sua vida que está em jogo, não a dele.

Depois ele fala que a vida da mulher é que “está em jogo”, a do homem não, porém isso só se dá pelo patriarcalismo, pois se ambos estão nas mesmas condições, porque um está “perdendo” e o outro não? Ele ainda aconselha:

Evite coabitar. Homens que te chamam para coabitar não te valorizam como mulher, são medrosos para assumir responsabilidades e amar. Ou você aposta tudo, ou não tem nada! Eles querem todos os encantos que uma mulher pode trazer ao lar, sem o compromisso real de proteção, amor e suporte, sem a entrega total.

O que evoca metáforas como: VIDA É UM JOGO DE APOSTAS e CASAR É ENTREGA TOTAL e mostra que não se deve morar junto antes de casar. Ele ainda cita a posição da mulher no namoro, novamente como passiva: e evidenciando que RELACIONAMENTO É UMA TROCA,

Depois, há um lampejo de empoderamento feminino, porém ancorado em ser uma boa namorada para o homem: Entenda que uma “‘boa namorada’ - como algumas de vocês desejam ser - começa por estar bem consigo e pode dizer: ‘eu me pertenço, eu confio em mim, eu sei quem sou,’” Aqui a identidade da mulher é construída com base em sua performance para com o homem. “De qualquer modo, caso você tenha encontrado um bom homem, não se preocupe. É normal ser amada. Repouse nesse amor que ele te oferece [...]” → AMOR É LUGAR.

Depois ele explicita: “há uma superinflação da questão sexual em nossos dias, em que tudo é sexualizado e vulgarizado.” → SEXO É ECONOMIA, então ele aconselha: “aquilo que te torna boa de cama não é o sexo com vários homens, mas o sexo com aquele que você deseja se entregar de verdade.” → SEXO É ENTREGA, também há a metonímia CAMA POR SEXO, PARTE PELO TODO. Ainda: “um homem forte e viril é um homem capaz de te arrebatar com o amor.” mostra que o homem para casar precisa ser forte e viril, pois só esse consegue arrebatar a mulher, uma fala bastante machista e ultrapassada. Sobre o se o antes do casamento ele explica, novamente tentando se ancorar na ciência para explicar a ideologia machista, já que só marca o gênero feminino:

Aliás, vocês mulheres, só tem a perder quando a questão é sexo casual. Primeiro, porque a mulher assume muito mais riscos: seja de um parceiro agressivo e abusador, doenças venéreas, gravidez indesejada e, emocionalmente falando, visto que mulheres após o ato sexual geram hormônio de apego. Enquanto um homem libera hormônio de ação, principalmente

adrenalina. Logo, é muito mais fácil a mulher se sentir usada e abandonada depois do coito.

As metáforas aqui são: SEXO É JOGO, MULHER É PERDEDORA e SEXO É RISCO, O autor continua alertando: “de qualquer modo, não é indo para cama que o homem permanecerá ao seu lado. Lembre-se que homens são levados a permanecer com a mulher pelo caráter e personalidade [...]”. → IR PARA A CAMA É RELAÇÃO SEXUAL.

Ademais, explica “Da experiência que tenho aquilo que posso dizer é: pense em sexo pré-marital somente se você pretende casar com aquele homem e, ele já deixou bem claro isso, bem como mostrou com atitudes genuínas e autênticas que você é a mulher da vida dele.” → COMPREENDER É VER, para resumir ele explica: “um homem não deve tocar seu corpo sem você ter tocado na alma dele”. CORPO É OBJETO e ALMA É OBJETO. “Caso contrário, a probabilidade dele te usar para obtenção de um prazer vazio é bem provável” → PRAZER É CONTÊINER, “Se ele já percebeu que para você tanto faz assumir um compromisso de casamento, ele não se esforçará para elevar o nível. Esteja atenta a isso!” → CASAR É ELEVAR NÍVEL. Todos esse trechos e metáforas mostram o papel de ambos os gêneros no relacionamento, segundo uma ideologia conservadora.

Ainda coloca a mulher novamente como aquela que idealiza: “geralmente as mulheres com seu olhar transformador se posicionam nesse tipo de relação como salvadoras do homem, sofrendo porque o namorado ou futuro marido “não é quem elas desejam”. → MULHER É SALVADORA, pois se coloca assim ao querer transformar um homem. “Sim, mas ele nunca foi. Você criou um ideal e projetou nesse homem. Você nem sabe se ele gostaria de ser isso daí que você pensou.”

Logo, a construção da identidade feminina e os ideais de comportamento nos relacionamentos muito se assemelha aos

almanaques femininos de 1955, em que a mulher é sempre passiva no relacionamento. Assim, a representação dos papéis feminino e masculino na dinâmica amorosa se dá pela mulher sendo passiva e o homem tendo atitudes ativas e decidindo inclusive sobre o futuro da mulher. Com isso, as estratégias propostas para alcançar um “relacionamento saudável” também seguem essa linha e permanecem as mesmas dos almanaques/revistas femininos da década de 50, na maioria dos trechos, às vezes com uma nova roupagem, porém, com o mesmo viés ideológico e a mesma ideia de performatividade e identidade, conforme Butler (2015), de antigamente.

6. Considerações finais

Este estudo analisou as metáforas de trechos presentes no livro *Desarrombe-se: um caminho para relacionamentos saudáveis*, de Jefferson F. dos Santos, observando como essas construções discursivas reforçam ou desafiam normas culturais sobre feminilidade e masculinidade.

A metodologia utilizada neste estudo foi qualitativa e de caráter exploratório, baseada na análise discursiva das metáforas presentes em trechos do livro em questão, a partir da Linguística Cognitiva e das Teorias Críticas da Cultura.

Identificou-se que o livro reproduz metáforas conceituais que resgatam valores tradicionais sobre casamento e papéis de gênero, mesmo sob uma roupagem contemporânea. Logo, a comparação com almanaques da década de 1950 revelou uma continuidade na maneira como as mulheres são instruídas a performar determinados comportamentos para garantir um relacionamento bem-sucedido.

Referências

- ARISTÓTELES. *Poética*. [Tradução de Eudoro de Souza]. São Paulo: Nova Cultura, 1991. p. 245-285.
- AWEBIC. *Guia de 1950 dá 18 dicas para mulheres serem “boas esposas”*. A última é um insulto! 16 set. 2022. Awebic: Histórias que Inspiram. Disponível em: <https://www.awebic.com.br/guia-boa-esposa-1950/>. Acesso em: 18 fev. 2025.
- AZEVEDO, F. A. *Agendamento da Política*. In: RUBIM, A. A. C. Comunicação e Política: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004.
- BEAUVOIR, S. de. *O Segundo Sexo: a experiência vivida*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BUTLER, J. *Sex and Gender in Simone de Beauvoir's Second Sex*. Yale French Studies, No. 1972. Yale University Press, 1986, p. 35-49.
- BUTLER, J. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 8a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CHARTERIS-BLACK, J. *Corpus approaches to critical metaphor analysis*. London: Palgrave MacMillan, 2004.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987. (Original publicado em 1975)
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.
- SANTOS, J. F. *Desarrombe-se: um caminho para relacionamentos saudáveis. Um guia para a mulher inteligente*. Narrado por: Luana F. dos Santos. [s.l.], 109 p., 2024.
- VERSO, P. *A mulher no mundo machista: Revistas femininas nos anos 50 e 60*. 3 jan. 2017. Revista Prosa Verso e Arte. Disponível em: https://www.revistaprosaversoearte.com/mulher-no-mundo-machista-as-revistas-femininas-nos-anos-50-e-60/#goog_rewarded. Acesso em: 18 fev. 2025.

DECOLONIZANDO A MEMÓRIA: A INFLUÊNCIA DA
PÓS-MEMÓRIA NA (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
HOMOSSEXUAL NEGRA NA OBRA *GUARDEI NO
ARMÁRIO* DE SAMUEL GOMES

Guilherme do Nascimento Cunha
Eliana da Conceição Tolentino

1. Introdução

A literatura frequentemente surge como um veículo para a expressão de identidades marginalizadas, funcionando como uma ferramenta de resistência e transformação social. Como referência principal para a nossa reflexão acerca da influência da pós-memória na (re)construção da identidade homossexual negra podemos destacar o livro autobiográfico *Guardei no Armário: trajetórias, vivências e a luta por respeito à diversidade racial, social, sexual e de gênero*, de Samuel Gomes.

A obra pode ser vista, de certo modo, como uma abordagem das relações humanas e da influência das memórias na construção da identidade. Para compreender a relevância desses conceitos na obra de Samuel Gomes, é fundamental explorarmos o que se entende por memória e pós-memória. A memória, em seu sentido mais amplo, refere-se ao conjunto de informações e experiências acumuladas ao longo do tempo, que moldam a percepção e a identidade de um indivíduo ou de um grupo. Já a pós-memória, um termo cunhado pela estudiosa Marianne Hirsch, diz respeito às memórias de eventos traumáticos que não foram vividos di-

retamente por uma pessoa, mas que, mesmo assim, influenciam em sua identidade e seu entendimento do mundo.

No contexto da identidade homossexual negra, a pós-memória desempenha um importante papel. A vivência de Samuel Gomes, conforme narrada em *Guardai no Armário*, está permeada pelas histórias de resistência e opressão vividas por gerações anteriores de negros e homossexuais. Essas histórias, embora não experimentadas pessoalmente por Gomes, são transmitidas através da cultura, da família e da comunidade, influenciando a maneira como ele se percebe e se posiciona no mundo. A obra de Gomes nos ajuda a compreender como a intersecção entre raça e orientação sexual pode ser vivida em um cenário marcado por preconceitos históricos e sociais. A partir de suas memórias pessoais e das memórias herdadas, o autor constrói uma narrativa que não apenas conta sua própria história, mas também ecoa as vozes de seus antepassados e contemporâneos.

Em termos metodológicos utilizaremos dos conceitos de identidade, gênero, pós-memória, memória, esquecimento, silenciamento e decolonização. Estes trabalhados por teóricos como Stuart Hall (1996), Judith Butler (2003), Marianne Hirsch (2008, 2012), Beatriz Sarlo (2005, 2007), Pierre Nora (1984), Jacques Le Goff (1992), Michael Pollak (1998), Paul Ricoeur (2000), Frantz Fanon (1961), Ngũgĩ wa (1986), Walter D. Mignolo (2017), Aníbal Quijano (2007, 2009), entre outros.

De maneira sucinta, este artigo tem como objetivo investigar como Gomes decoloniza a memória e reconstrói sua identidade através de sua narrativa, desafiando as estruturas coloniais e normativas que perpetuam a opressão. Ademais, pretendemos aprofundar a discussão sobre como a pós-memória contribui para a formação da identidade homossexual negra, utilizando a narrativa de Samuel Gomes como um exemplo paradigmático. Exploraremos as dinâmicas de transmissão de memórias, o impacto das histórias familiares e culturais, a maneira como essas memórias influenciam

a construção da identidade individual e coletiva, e a importância da decolonização da memória.

2. Pós-memória: enquadramento teórico e implicações

O conceito de pós-memória, elaborado por Marianne Hirsch, refere-se às experiências de gerações que sucedem aqueles diretamente afetados por eventos traumáticos, como, por exemplo, o Holocausto (Shoá). Segundo Hirsch (2008, p. 103), “a pós-memória descreve a relação que a ‘geração seguinte’ mantém com o poder pessoal, coletivo e cultural da memória de traumas que eles não vivenciaram diretamente”. Essa definição destaca a importância das lembranças transmitidas de maneira indireta, através de narrativas, imagens e comportamentos. Hirsch (2012, p. 5) argumenta que “a pós-memória caracteriza-se pela sua conexão com o passado, mas também pela distância temporal e espacial em relação aos eventos originais”. Nesse sentido, a pós-memória não é um simples recordar, mas uma (re)construção contínua e dinâmica da experiência traumática, mediada por múltiplas representações. Através da pós-memória, as gerações posteriores recriam uma relação íntima com o passado, mesmo sem terem vivido os eventos traumáticos de forma direta. Hirsch (2012) enfatiza que “as memórias traumáticas são transmitidas com uma intensidade emocional que desafia a lógica cronológica e geográfica” (Hirsch, 2012, p. 7). Portanto, a pós-memória envolve um processo de identificação e empatia, onde o trauma é vivenciado de forma vicária.

O conceito de pós-memória, amplamente discutido por Marianne Hirsch, também é abordado por Beatriz Sarlo em sua análise das memórias traumáticas e suas repercussões nas gerações subsequentes. Sarlo (2005) destaca que “a pós-memória se refere à forma como os descendentes de sobreviventes de eventos traumáticos, como ditaduras e genocídios, se relacionam com

essas experiências através de narrativas e imagens transmitidas a eles” (Sarlo, 2005, p. 35). Sarlo (2007) enfatiza que “a pós-memória não é uma memória direta, mas uma memória derivada, formada pela transmissão intergeracional de experiências traumáticas” (Sarlo, 2007, p. 41). Essa transmissão ocorre através de relatos orais, documentos históricos, e representações culturais que mantêm viva a lembrança dos eventos passados.

A autora também aponta que “a pós-memória é marcada por uma intensidade emocional que pode ser tão forte quanto a memória daqueles que vivenciaram diretamente os eventos” (Sarlo, 2005, p. 38). Essa intensidade é evidenciada na maneira como os descendentes se identificam com o sofrimento de seus antepassados e procuram dar sentido a essas experiências através de suas próprias perspectivas. Sarlo (2007, p. 44) observa que “a pós-memória envolve uma (re)construção ativa do passado, onde os descendentes não apenas lembram, mas também reinterpretam e ressignificam as experiências traumáticas”. Esse processo de (re)construção é fundamental para a preservação da memória coletiva e para a compreensão das implicações históricas e sociais dos traumas vividos pelas gerações anteriores.

O resgate dessa pós-memória se torna possível, principalmente, pela memória coletiva. A construção da memória coletiva é um processo dinâmico e contínuo, que envolve a reinterpretação de eventos históricos à luz das experiências contemporâneas. O conceito de pós-memória é especialmente relevante nesse contexto, pois se refere à forma como as gerações posteriores lidam com as memórias de eventos traumáticos vividos por seus predecessores. Isso se manifesta na literatura, nas artes e na educação, onde esses relatos são explorados para fomentar um entendimento maior da identidade nacional. A análise crítica dessas narrativas pode ajudar a dismantelar as narrativas dominantes que muitas vezes marginalizam experiências diversas. Assim, ao recuperar e compartilhar essas memórias, as sociedades podem promover

um sentido de pertencimento e unidade que respeita sua herança histórica e cultural. Além do mais, a memória coletiva serve como um alicerce para a identidade cultural, permitindo que grupos se reconheçam em suas histórias e tradições.

No entanto, como destaca Michael Pollak em seu texto “Memória, Esquecimento, Silêncio”, essa memória não é estática. Ela é moldada por processos de seleção e exclusão, onde o esquecimento e o silêncio desempenham papéis cruciais. O esquecimento, muitas vezes visto como um ato passivo, pode ser uma forma de resistência ou uma estratégia de sobrevivência. Pollak (1998) argumenta que certos eventos ou traumas podem ser esquecidos por uma sociedade, seja para evitar a dor associada a eles ou para permitir um novo começo. O silêncio, por sua vez, pode refletir não apenas a falta de discurso sobre um determinado assunto, mas também a opressão de vozes que não conseguem se fazer ouvir. Assim, o silêncio se torna um espaço onde as memórias podem ser enterradas, mas também um terreno fértil para a ressignificação e o redescobrimento. Pollak (1998) sugere que, ao refletir sobre a memória coletiva, é essencial considerar o que é lembrado e o que é deixado para trás. Essa dinâmica de lembrar e esquecer não apenas constrói a narrativa de um grupo, mas também influencia a forma como ele se relaciona com o presente e o futuro.

Segundo o estudioso,

Em sua análise da memória coletiva, Maurice Halbwachs enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Entre eles incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares da memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as

tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias. Na tradição metodológica durkheimiana, que consiste em tratar fatos sociais como coisas, torna-se possível tomar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais (Pollak, 1998, p. 3).

Esse tipo de memória é fundamental para a coesão social, pois permite que os membros de uma comunidade se identifiquem com um passado comum e compreendam seu lugar na história. Entretanto, Pollak (1998) também aponta que o esquecimento é uma parte inevitável e necessária do processo de construção da memória coletiva, “a essas razões políticas do silêncio acrescentam-se aquelas, pessoais, que consistem em querer poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais” (Pollak, 1998, p. 6). De acordo com o teórico, a seleção do que é lembrado e do que é esquecido é influenciada por fatores como o poder, a política e a cultura.

Dessa forma, o esquecimento não é apenas uma falha da memória, mas um ato deliberado que serve para moldar a identidade coletiva. A dualidade entre memória e esquecimento é ainda mais evidente quando se considera o silêncio como um elemento importante nesse processo. Pollak (1998, p. 8) ainda observa que o silêncio pode ser tanto um sinal de respeito e reverência quanto um meio de repressão e negação. “por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, ‘não ditos’. As fronteiras desses silêncios e ‘não ditos’ com o esquecimento definitivo e o repri-

mido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento.” Nesse contexto, o silêncio pode servir para proteger a memória de traumas dolorosos, mas também pode ser usado para suprimir narrativas que desafiem a versão dominante da história. Para Pollak (1998) a gestão da memória coletiva envolve um equilíbrio delicado entre lembrar e esquecer, onde o silêncio é a chave.

Em última análise, a memória coletiva, ao lado do esquecimento e do silêncio, desafia a compreensão linear da história, convidando todos a explorar as nuances do que significa ser parte de uma comunidade. Assim, a memória coletiva não é estática, mas está em constante negociação e (re)construção, refletindo as mudanças nas dinâmicas sociais e nas relações de poder.

3. Decolonização: conceitos e implicações

O conceito de decolonização refere-se ao processo de desmantelamento dos sistemas coloniais e à restauração da autonomia dos povos anteriormente submetidos ao domínio colonial. Esse conceito abrange não apenas a independência política, mas também a recuperação e valorização das culturas, identidades e epistemologias locais que foram suprimidas ou marginalizadas ao longo do período colonial. Durante o século XX, diversas nações africanas e asiáticas buscaram libertar-se do domínio europeu, um movimento que se intensificou após a Segunda Guerra Mundial. As consequências dessa luta foram devastadoras, com muitos países enfrentando desafios na construção de suas identidades nacionais e na consolidação de estruturas governamentais estáveis. Historicamente, a decolonização começou a ganhar força a partir do final da Segunda Guerra Mundial, quando muitas colônias na África, Ásia e Caribe começaram a lutar por sua independência. Movimentos de resistência e líderes anticoloniais, como Mahatma Gandhi na Índia, Kwame Nkrumah em Gana e Nelson Mandela na

África do Sul, desempenharam grandes papéis na mobilização popular e na negociação da soberania nacional.

A decolonização, como processo histórico e político, reflete as relações entre colonizadores e colonizados. Esse fenômeno não se limita apenas à transferência de poder, mas também envolve uma luta por identidade, cultura e autonomia. Nesse sentido, a decolonização se configura como uma forma de resistência diante das estruturas de poder estabelecidas. Essa resistência não se limita somente à rejeição das práticas coloniais, mas também envolve a busca por formas alternativas de conhecimento, identidade e existência, segundo Walsh, essa dinâmica persiste há mais de 500 anos. Assim, sua existência e (re)existência se manifestam paralelamente à afirmação e reafirmação das colonialidades, que se referem às marcas e legados do colonialismo que ainda persistem nas sociedades contemporâneas, evidenciam a necessidade de um olhar crítico sobre as relações de poder, cultura e conhecimento.

Teóricos como Walter Dignolo e Aníbal Quijano discutem a colonialidade do poder, que se refere às formas como as hierarquias raciais e econômicas estabelecidas durante o colonialismo continuam a influenciar as dinâmicas globais contemporâneas. Conforme Dignolo (2017, p. 8), a colonialidade:

[...] envolveu a “natureza” e os “recursos naturais” em um sistema complexo de cosmologia ocidental, estruturado teologicamente e secularmente. Também fabricou um sistema epistemológico que legitimava os seus usos da “natureza” para gerar quantidades maciças de “produtos” agrícolas, primeiro, e quantidades maciças de “recursos naturais” após a Revolução Industrial. O primeiro ainda foi o período da regeneração; com o segundo, entramos no período da reciclagem. A revolução industrial e tecnológica também possibilitou a industrialização de “produtos” agrícolas e a mercantilização do alimento e da vida.

A análise de Walsh (2006) sobre a colonialidade, assim como a de Mignolo (2017), destaca as relações entre natureza e sociedade, apresentando a colonialidade como uma força que não apenas impõe divisões, mas também busca reconfigurar essas distinções. A dicotomia entre natureza e sociedade, segundo a estudiosa, é uma construção que serve para legitimar práticas coloniais e a exploração dos recursos naturais, além de reforçar hierarquias sociais.

Ao abordar a ruptura entre humanos e sobrenaturais, Walsh (2006) sugere que essa separação não é apenas uma questão filosófica, mas uma estratégia colonial que deslegitima saberes e práticas de povos indígenas, africanos e outras culturas não ocidentais. A reconexão entre esses elementos pode ser vista como um primeiro passo para a desconstrução das narrativas coloniais e para a valorização de outras formas de conhecimento e existência. Essa dinâmica sugere que, enquanto as estruturas coloniais continuam a se manifestar em diversas esferas sociais, é essencial que as vozes e experiências marginalizadas encontrem espaço para serem reconhecidas e valorizadas. Assim, a luta pela decolonialidade implica em um processo de decolonização não apenas das instituições, mas também das mentalidades, promovendo um espaço onde diversas epistemologias e modos de vida possam coexistir e ser respeitados. Essa (re)existência é, portanto, uma forma de resistência que busca, além da libertação de estruturas opressivas, a construção de novas realidades mais justas e inclusivas.

Portanto, a decolonização é importante para a compreensão das dinâmicas contemporâneas de poder e resistência global, que são discutidas atualmente por grupos que se encontram à margem da sociedade. Sendo assim, ela vai além da política formal e da independência territorial, envolvendo, também, um processo de transformação cultural e epistemológica.

Como argumenta Frantz Fanon em *Os Condenados da Terra* (1961), a descolonização, conceito intimamente relacionado com

a decolonização, é “uma substituição total de uma espécie de ‘homens’ por outra espécie de ‘homens’ “ (Fanon, 1961, p. 35). Para Fanon, a verdadeira descolonização exige a rejeição dos valores e estruturas impostas pelo colonizador e a reapropriação da própria identidade e dignidade. Em termos culturais e epistemológicos, a decolonização implica em desafiar e desestabilizar as narrativas e conhecimentos eurocêntricos que dominaram as instituições educacionais, científicas e culturais. O pensador queniano Ngũgĩ wa Thiong’o, em seu livro *Descolonizar a Mente* (1986), assim como Fanon (1961), defende a importância de revitalizar as línguas e literaturas africanas como parte do processo de decolonização cultural. Ele argumenta que “a descolonização da mente é uma questão fundamental para a libertação dos povos colonizados” (Thiong’o, 1986, p. 88).

Além disso, a decolonização envolve a reestruturação das relações econômicas globais que perpetuam as desigualdades entre o Norte e o Sul Global. A decolonização, portanto, é um processo que abrange a autonomia política, a revitalização cultural e a transformação epistemológica. Ela requer uma abordagem crítica e reflexiva para dismantlar as estruturas coloniais remanescentes e promover a justiça e a equidade para os povos anteriormente colonizados.

4. A decolonização da memória

A memória é um conceito que possui diversas dimensões, desde a individual até a coletiva. Além de influenciar diretamente na formação da identidade e na compreensão histórica. Ela não se restringe apenas ao ato de reter informações, mas também envolve a capacidade de reconstruir e reinterpretar experiências passadas. No nível individual, a memória é a capacidade mental que permite a uma pessoa recordar experiências, informações e habilidades adquiridas ao longo da vida. Segundo Tulving (1972),

a memória pode ser dividida em memória episódica, que diz respeito às lembranças de eventos pessoais específicos, e memória semântica, que envolve o conhecimento geral sobre o mundo, incluindo fatos e conceitos. Já a memória coletiva, conforme discutido por autores como Maurice Halbwachs (1990), refere-se às lembranças compartilhadas por um grupo de pessoas, que ajudam a construir uma identidade comum. Halbwachs argumenta que a memória coletiva é moldada pelas interações sociais e pelas estruturas culturais, e que ela se manifesta em práticas, rituais e monumentos que simbolizam a história e os valores de um grupo.

A memória, seja individual ou coletiva, é intrinsecamente ligada ao processo de esquecimento. Como apontado por Paul Ricoeur (2010), a memória é seletiva, e o esquecimento é uma parte inevitável e necessária desse processo. Ricoeur sugere que o esquecimento pode ser tanto um ato deliberado quanto uma consequência natural da limitação da capacidade de retenção humana. Pierre Nora (1984), em sua obra *Entre Memória e História: A problemática dos lugares* introduz o conceito de “lugares de memória” (*lieux de mémoire*), que são espaços físicos ou simbólicos onde a memória coletiva é ancorada e preservada. Esses lugares incluem monumentos, museus, arquivos, e até práticas culturais que atuam como pontos de referência para a identidade coletiva de um grupo ou nação. Nora (1984, p. 7) afirma que “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, neste sentido, está em permanente evolução, sujeita à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações”. Essa definição destaca a natureza dinâmica e fluida da memória, que está constantemente sendo reconfigurada pelos grupos sociais que a mantêm viva.

Além disso, Nora (1984, p. 9) postula que “a memória instala a lembrança no sagrado; a história, no entanto, a liberta dela”. Para ele, enquanto a memória está ligada às emoções e à identidade dos grupos, a história busca uma análise crítica e

racional dos eventos passados, frequentemente desmitificando e contextualizando as narrativas memoriais. Nora (1984) também aborda a tensão entre memória e história, argumentando que “a memória é uma fenomenologia da presença, e a história, uma (re) construção sempre problemática e incompleta de algo que não existe mais” (Nora, 1984, p. 20). Essa distinção é importante para entender como a memória e a história se complementam, mas também como podem entrar em conflito, especialmente quando se trata de eventos traumáticos ou controversos.

Para mais, a memória está sujeita a manipulações e reconstruções, especialmente em contextos políticos e culturais. Como observa Jacques Le Goff (2003), a memória histórica é frequentemente reescrita para atender às necessidades e interesses das sociedades contemporâneas. Isso implica que a memória é um campo de disputa, onde diferentes narrativas competem pela legitimação e reconhecimento. A memória envolve processos de (re)construção, interpretação e, muitas vezes, esquecimento.

A decolonização da memória surge como uma ferramenta que busca desafiar e transformar as narrativas históricas e culturais dominantes, que foram moldadas pelo colonialismo. Esse conceito envolve a recuperação e valorização das memórias dos povos colonizados, muitas vezes suprimidas ou distorcidas durante o período colonial. Sabemos que, o colonialismo impôs narrativas históricas eurocêntricas que marginalizaram ou apagaram as vozes e experiências dos povos colonizados. A decolonização da memória exige a revisão dessas narrativas, incorporando perspectivas que foram silenciadas. Como argumenta Michel-Rolph Trouillot em *Silencing the Past* (1995), “a história é feita tanto pelo que é dito quanto pelo que é silenciado” (Trouillot, 1995, p. 26). A inclusão das vozes dos colonizados muda a perspectiva e disponibiliza uma compreensão mais completa e justa do passado.

Durante o colonialismo, muitas práticas culturais, línguas e tradições dos povos colonizados foram desvalorizadas ou proibi-

das. Repensar essas memórias envolve a recuperação e valorização dessas culturas locais. Monumentos, museus e outros espaços de memória construídos durante o período colonial frequentemente celebram figuras e eventos do ponto de vista do colonizador. O intuito, portanto, é restaurar esses espaços e refletir sobre as experiências e contribuições dos povos colonizados. Isso pode incluir a remoção de monumentos coloniais ou a criação de novos memoriais que honrem a resistência e a resiliência dos colonizados. Decolonizar a memória também é buscar justiça histórica e reparações, reconhecer e lembrar as injustiças e violências do colonialismo, um dos primeiros passos para a reconciliação e a (re)construção de um futuro mais equitativo. Além do mais, essa justiça não é apenas simbólica, podendo envolver medidas concretas, como reparações financeiras ou a restituição de artefatos culturais.

5. O papel da memória e da pós-memória na (re)construção da identidade negra homossexual

A decolonização, além das lutas políticas, também se entrelaça com as questões de memória e identidade. A experiência colonial deixou marcas inapagáveis nas sociedades afetadas, fazendo com que a recuperação da memória histórica se tornasse imprescindível para a formação da identidade nacional e para cada um dos cidadãos.

De acordo com Quijano (2009), o conceito de raça está ligado à colonialidade do poder, desempenhando um grande papel no processo de colonização. A perspectiva de Quijano (2009) sobre a raça como um elemento central da colonialidade enfatiza que a construção racial não é apenas uma questão de diferenças físicas ou culturais, mas sim, uma ferramenta utilizada para legitimar e perpetuar relações de dominação durante o processo colonizador. Ele argumenta que a ideia de raça foi criada e institucionalizada

como parte da lógica colonial, servindo para justificar a exploração e a subjugação de povos não europeus. Essa construção racial foi essencial para a formação de hierarquias sociais que estabeleceram a supremacia europeia e a desumanização de grupos considerados “inferiores”. Além disso, Quijano (2009) sugere que essa lógica racial se cruza com outras formas de opressão, como a classe social e o gênero, criando um sistema de dominação que continua a impactar as sociedades contemporâneas. A racialização das relações sociais é, por consequência, uma herança da colonialidade que ainda molda identidades e estruturas de poder no mundo atual.

A análise de Quijano (2009) provoca uma reflexão crítica sobre como a colonialidade persiste nas práticas sociais, políticas e econômicas, e como a luta contra essas estruturas de opressão deve considerar a decolonização da raça e da identidade. Em conformidade com Quijano (2009), os conceitos de raça, racialização e racismo não se limitam apenas à cor da pele, mas também se relacionam com fatores como capacidade mental, desenvolvimento cultural e histórico. Assim, as práticas que emergiram com a formação do padrão de poder capitalista representam um processo histórico. Nas palavras do sociólogo, “*raza e identidad racial fueron establecidas como instrumentos de clasificación social básica de la población.*” (Quijano, 2007). O teórico argumenta que a construção das identidades raciais e das noções de raça serviram para a classificação social, especialmente no contexto do capitalismo. Isso implica que as relações de poder e as hierarquias sociais foram construídas a partir dessas concepções, influenciando a maneira como diferentes grupos são percebidos e tratados na sociedade.

Contudo, a decolonização se torna uma luta não só pelo poder político, mas pela recuperação de narrativas que legitimam a diversidade cultural e histórica das nações. A memória coletiva, que muitas vezes é transmitida através de narrativas familiares e culturais, demonstra como as nações recém-independentes reconstróem suas histórias e visões de futuro.

Dentro desse contexto, a (re)construção da identidade homossexual negra é um tema importante a ser tratado. Esse processo envolve a recuperação e valorização das histórias, culturas e experiências de pessoas negras LGBTQIA+ que foram marginalizadas e silenciadas tanto pelas estruturas coloniais quanto pelas narrativas dominantes da comunidade que frequentemente privilegiam as experiências de pessoas brancas. Stuart Hall (1996) argumenta que a identidade é um processo dinâmico e em constante construção, influenciado por múltiplos fatores sociais, culturais e históricos.

Além da (re)construção da identidade, esses indivíduos também passam por um processo de (re)construção do sexo e gênero. Para Butler (2003, p. 25):

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo.

A proposta de Butler (2003) fundamenta-se na crença de que corpo e mente são inseparáveis, em contraste com a abordagem tradicional da filosofia ocidental. Para Butler, o corpo não possui uma natureza intrínseca; ele é moldado ao longo do desenvolvimento infantil, influenciado pelos mecanismos sociais de poder que direcionam a criança a se identificar como “mulher” ou “homem”. No caso de indivíduos que ocupam posições interseccionais de marginalização, como Gomes, a (re)construção identitária envolve a resistência à diversas formas de opressão. Gomes utiliza sua narrativa para (re)construir sua identidade como um homem negro e homossexual, desafiando as normas de gênero impostas pela sociedade.

Além de tudo, a homossexualidade negra enfrenta uma dupla marginalização: uma pela “cor da pele” e outra pela orientação sexual. A experiência de pessoas negras LGBTQIA+ são silenciadas até mesmo dentro da própria comunidade, este grupo enfrenta discriminação racial e homofóbica, além de sofrer com a falta de representação e reconhecimento de suas identidades. Desse modo, a recuperação histórica, é uma das maneiras de regatar as memórias que foram apagadas, revelando as contribuições de pessoas negras LGBTQIA+ ao longo da história, que foram suprimidas ou distorcidas, seja na literatura, no cinema ou na arte. Na contemporaneidade, escritores e artistas como Audre Lorde e Marlon Riggs trazem à luz as experiências desses indivíduos. Além das organizações como a *Black Lives Matter*, que têm sido fundamentais para destacar e combater a violência e discriminação.

6. Considerações finais

Guardei no Armário é um relato autobiográfico, um testemunho, que combina memórias pessoais com reflexões sociais e políticas. Gomes descreve suas experiências de racismo, homofobia e exclusão social, ao mesmo tempo em que celebra sua resiliência. A narrativa em si é um ato de resistência, desafiando as narrativas hegemônicas que tentam silenciar ou marginalizar as vozes negras e LGBTQIA+. Gomes não apenas narra suas próprias experiências, mas também se conecta com a memória coletiva de outros indivíduos e comunidades marginalizadas. Ele destaca a importância da solidariedade e da comunidade na luta contra a opressão. A identidade interseccional de Gomes, como negro e homossexual é central para a narrativa, demonstrando como essas várias identidades se entrelaçam e influenciam sua experiência de vida. Ele desconstrói estereótipos e preconceitos, apresentando uma outra visão da realidade brasileira. Ao fazer isso, Samuel Gomes desafia os leitores a confrontar seus pró-

prios preconceitos e a refletir sobre as estruturas de poder que perpetuam a opressão.

Portanto, a decolonização da memória envolve a crítica e a desconstrução das narrativas hegemônicas que foram impostas durante os períodos coloniais e que continuam a perpetuar opressões e estigmatizações. Essas narrativas muitas vezes excluem ou distorcem as vivências de pessoas negras e LGBTQIA+, apagando suas contribuições para a história. Para a identidade negra homossexual, a decolonização da memória permite que essas identidades sejam reconhecidas, afastando-se de estereótipos e preconceitos. Isso envolve a valorização das histórias, culturas e resistências que foram marginalizadas ou apagadas com o passar do tempo.

A (re)construção da identidade negra homossexual passa pelo reconhecimento e pela valorização das diversas formas de ser e existir. É um processo que envolve a autoaceitação, possibilitando que indivíduos construam suas próprias identidades, livres de imposições externas. Esse processo é facilitado pela criação de espaços seguros e pela visibilidade de referências positivas na sociedade. A visibilidade de figuras negras e LGBTQIA+ em posições de destaque, seja na mídia, na academia ou em outras áreas, oferece modelos e inspirações para as gerações futuras.

Em síntese, a decolonização da memória e a (re)construção da identidade negra homossexual, mediadas pela pós-memória permitem que histórias e identidades marginalizadas sejam reconhecidas e respeitadas. Sendo assim, as gerações futuras cresceram com uma base sólida de resistência e sensação de pertencimento. A memória, a pós-memória e a (re)construção identitária contribuirão para um futuro onde todas identidades sejam no mínimo respeitadas e, talvez, possam ser plenamente celebradas no futuro.

Referências

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.
- GOMES, Samuel. *Guardei no Armário: trajetórias, vivências e a luta por respeito à diversidade racial, social, sexual e de gênero*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. "Who needs 'identity'?" In: HALL, Stuart; DU GAY, Paul (eds.). *Questions of Cultural Identity*. London: SAGE Publications, 1996.
- HIRSCH, Marianne. The Generation of Postmemory. *Poetics Today*, v. 29, n. 1, p. 103-128, 2008.
- HIRSCH, Marianne. *The Generation of Postmemory: writing and visual culture after the Holocaust*. New York: Columbia University Press, 2012.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- MIGNOLO, Walter. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Trad. Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2017. p. 8.
- NGÛGĨ, Thiong'o wa. *Descolonizar a mente: a política da língua na literatura africana*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1986.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. In: *Projeto História*, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1984. v. 10, p. 7-28.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, 1998. p.3-15.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (orgs.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 93-126.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do sul*, 2009. p. 73-118.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005.

SARLO, Beatriz. *La máquina cultural: maestras, traductores y vanguardistas*. Buenos Aires: Ediciones Ariel, 2007.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: power and the production of history*. Boston: Beacon Press, 1995.

TULVING, Endel. Episodic and semantic memory. In: TULVING, Endel; DONALDSON, Wayne (eds.). *Organization of Memory*. New York: Academic Press, 1972. p. 381-403.

WALSH, Catherine E.; MIGNOLO, Walter; LINERA, Álvaro García. *Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento*. Ediciones del Signo, 2000.

ARTE CONTEMPORÂNEA EM PROCESSO DE DECOLONIZAÇÃO?

Kátia Hallak Lombardi

*[...] Saindo das cabanas da vergonha da história
Eu me levanto
De um passado enraizado na dor
Eu me levanto
Sou um oceano negro, vasto e pulsante,
Crescendo e jorrando eu carrego a maré.
Abandonando as noites de terror e medo
Eu me levanto [...]
Maya Angelou*

1. Introdução

Nos últimos anos, observa-se uma transformação significativa no sistema da arte, marcada pelo fortalecimento de poéticas decoloniais. Artistas afrodescendentes, indígenas e LGBTQIA+ têm conquistado maior visibilidade, trazendo à cena suas próprias experiências e modos de expressão. No contexto da arte contemporânea brasileira, percebe-se um crescimento expressivo dessas produções decoloniais, que apontam para a possibilidade de determinadas coletividades serem compreendidas a partir de como se percebem e percebem o mundo. Trata-se, portanto, de um esforço em aproximar universos distintos por meio da arte. Esta reflexão busca compreender em que medida tais práticas têm

sido capazes de provocar rupturas institucionais, instaurar novas formas de visibilidade e instituir valores sociais.

Nos anos 1980, a teórica indiana Gayatri Spivak fez a célebre pergunta: “Pode o subalterno falar?” (Spivak, 2010). Ao problematizar o lugar de enunciação dos sujeitos historicamente silenciados, a autora aponta para os riscos de apagamentos e substituição de vozes. Essa indagação continua a ressoar no campo da arte contemporânea, especialmente diante do crescimento de artistas e pesquisadores comprometidos com práticas e saberes decoloniais. Surgem, assim, novas questões: até que ponto esse movimento é capaz de transformar as estruturas do sistema artístico, produzir efeitos concretos e instituir modos particulares de enunciação? Em que medida a arte pode criar, ressignificar e instaurar valores sociais?

Com o objetivo de explorar essas questões, este capítulo apresenta obras de cinco artistas que participaram da 35.^a Bienal de São Paulo, intitulada *Coreografias do Impossível*. As produções de Nontsikelelo Mutiti (1982-), Rosana Paulino (1967-), MAHKU (2013-), Luana Vitra (1995-) e Ventura Profana (1993-) materializam a força da arte decolonial ao evidenciarem narrativas e memórias historicamente marginalizadas. Essas obras são destacadas aqui com o intuito de compreender de que modo tais poéticas instauram novas formas de visibilidade e constituem espaços de produção de saberes.

2. Pós-colonialismo e decolonização

O termo *pós-colonialismo* refere-se, em primeiro lugar, ao “tempo histórico posterior aos processos de descolonização do chamado ‘terceiro mundo’, a partir da metade do século XX”, de acordo com Ballestrin (2013, p. 90). Ele remete a situações de diversas opressões definidas a partir de fronteiras de gênero, classe, étnicas, raciais ou geopolíticas, sendo assumido sob diferentes

perspectivas e articulando-se à ideia de libertação, independência e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e pelo neocolonialismo. Ainda que, de modo insuficiente, o argumento pós-colonial, em toda a sua amplitude histórica, temporal e geográfica, evidencia a diferença colonial e atua em defesa dos colonizados. Além de designar uma condição histórica, o termo passou também a caracterizar um campo teórico, que ganhou força nos anos 1980, sobretudo em universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra, vinculado a estudos literários e culturais (Ballestrin, 2013).

Nos anos 1970, no sul da Ásia, o *Grupo de Estudos Subalternos* (*Subaltern Studies*) contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento do pós-colonialismo. O termo *subalterno*, tomado de empréstimo do pensamento de Antonio Gramsci, foi retomado por esse grupo para designar sujeitos e coletividades desagregadas, historicamente silenciadas e com pouca representatividade política. Nesse contexto, Spivak formulou uma crítica incisiva à pretensão de que intelectuais falem em nome dos oprimidos. De acordo com Almeida (2010, p. 12), para Spivak, “nenhum ato de resistência pode ocorrer em nome do subalterno sem que esse ato seja imbricado no discurso hegemônico”, o que implica reconhecer os limites da representação, gerando debates e controvérsias sobre a possibilidade de enunciação do subalterno.

Inspirados principalmente pelo *Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos*, intelectuais latino-americanos e americanistas fundaram, em 1992, o *Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos*, que, apesar das divergências internas, deu origem ao *Grupo Modernidade/Colonialidade*, cujo objetivo central era descolonizar a epistemologia e o cânone ocidentais, tendo Walter Mignolo como um de seus fundadores. Segundo Brulon (2020, p. 6):

O projeto conhecido como M/C (Modernidade/ Colonialidade), oriundo da virada para o século XXI,

é composto por um conjunto de pesquisas interdisciplinares de acadêmicos da América Latina que apontam para a colonialidade na configuração dos Sistemas-Mundo Modernos, segundo definido por Immanuel Wallerstein. Compõem esse grupo de autores ditos “decoloniais” nomes como os de Walter Mignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano, María Lugones, Edgardo Lander, Catherine Walsh, Arturo Escobar, Fernando Coronil, entre outros.

Neste contexto, a pedagoga e pesquisadora norte-americana radicada no Equador, Catherine Walsh, propôs a utilização da expressão *decolonização* em lugar de *descolonização*. Em A “*virada decolonial* na arte contemporânea brasileira: até onde mudamos?” (2022), Alessandra Mello Simões Paiva explica que, para Walsh, enquanto os termos *pós-colonial* e *descolonial* denunciam as assimetrias de poder resultantes do projeto colonial, a abordagem decolonial considera a colonização como um processo permanente, marcado por rupturas e continuidades, oferecendo uma perspectiva analítica capaz de problematizar os legados coloniais no presente (Paiva, 2022, p. 32).

3. A virada decolonial nas artes brasileiras

Ballestrin (2013) observa que o termo *giro decolonial* foi cunhado por Nelson Maldonado-Torres em 2005. Esse giro propõe uma resistência teórica e política à lógica da modernidade/colonialidade, defendendo que a crítica decolonial não deve se limitar a traduzir as teses pós-coloniais elaboradas a partir do contexto britânico, mas deve emergir da experiência histórica latino-americana. Segundo Ballestrin (2013, p. 106), “o pensamento decolonial é uma elaboração posterior àquilo que em outro lugar Mignolo chamou de “pensamento fronteiriço”. Trata-se de um pensamento que parte da subalternidade colonial: reconhece o pensamento

moderno, mas se recusa a subordinar-se a ele – mesmo quando este se apresenta como progressista. Esse movimento constitui um reposicionamento epistêmico e político, que recupera vozes e espaços historicamente negados.

No campo das artes e da museologia, esse reposicionamento se manifesta em práticas que deslocam os cânones eurocêntricos, reconfiguram narrativas e buscam ampliar a participação de sujeitos historicamente excluídos. Segundo Paiva (2022), uma virada decolonial está em curso no Brasil, visível nas transformações de museus, galerias e no próprio mercado de arte. Ainda que diretores e curadores sigam majoritariamente oriundos das elites brancas, nota-se um crescente esforço de incluir narrativas, artistas e públicos historicamente marginalizados.

A emergência de uma arte contemporânea decolonial no Brasil, segundo Paiva (2022), começou a se consolidar no final do século XX e se manifesta por dois fatores principais: (a) o surgimento significativo de artistas afrodescendentes, indígenas e LGBTQIA+ que exploram temáticas decoloniais; e (b) o crescimento expressivo de iniciativas com recorte decolonial em espaços de representatividade, como exposições, premiações, debates, publicações e residências artísticas, evidenciando uma transformação estrutural com repercussão global.

Entre os marcos importantes das transformações na arte brasileira destacam-se: *A Mão Afro-Brasileira* (Museu de Arte Moderna de São Paulo, 1998), curadoria de Emanuel Araújo, reunindo artistas de origem negra ou mestiça, como Aleijadinho e Antônio Bandeira; *Brasil+500 – Mostra do Redescobrimento* (2000), que ressaltou a contribuição da arte afrodescendente na construção da história da arte brasileira; e a criação do *Museu Afro Brasil* (2004), também idealizado por Araújo. Nos anos seguintes, destacam-se ainda a exposição *Histórias Mestiças* (2014), curadoria de Adriano Pedrosa e Lilia Schwarcz, no Instituto Tomie Ohtake; *Territórios Afrodescendentes* (2015), na Pinacoteca de São Paulo,

sob curadoria de Tadeu Chiarelli; *Diálogos Ausentes* (2016), no Itaú Cultural, com curadoria de Rosana Paulino e Diane Lima; *Histórias Afro-Atlânticas* (2018), no MASP, organizada por Adriano Pedrosa, Ayrson Heráclito, Hélio Menezes, Lília Schwarcz e Tomás Toledo; e *Abdias Nascimento: um artista Panamefricano* (2022), também no MASP, curadoria de Amanda Carneiro e Tomás Toledo. Essas iniciativas evidenciam a progressiva valorização e visibilidade da produção artística decolonial no país.

Nos últimos anos, praticamente todas as grandes instituições de artes visuais do Brasil têm promovido mostras individuais, exposições coletivas, debates e outras ações com recorte decolonial¹. Além disso, curadores(as) negros(as) e indígenas têm assumido papéis centrais na organização dessas exposições.

No âmbito do pensamento museológico, Brulon (2020) acrescenta que o movimento da *Nova Museologia*, surgido nos anos 1980, contribuiu para práticas participativas e comunitárias, abrindo caminho para que indígenas e afrodescendentes ocupem o museu não apenas como objeto de exposição, mas como sujeitos ativos na produção de conhecimento. Esse deslocamento representa, mais do que um gesto de inclusão, um enfrentamento da ferida colonial, reposicionando o papel das instituições de memória no século XXI e questionando os modos hegemônicos de narrar a história. Um exemplo é o *projeto de requalificação do*

1 Paiva (2022, p. 40) destaca diversas instituições que têm se sobressaído no fomento à arte contemporânea decolonial, entre elas o Instituto Itaú Cultural, o SESC, o SESI, o MASP, a Pinacoteca, o Instituto Moreira Salles, o Centro Cultural Banco do Brasil, o Museu de Arte Moderna de São Paulo, o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, além da Bienal Internacional de São Paulo e da Bienal do Mercosul, entre muitas outras. Observa-se, ainda, a emergência de uma nova geração de artistas negros(as), indígenas e LGBTQIA+ no circuito artístico brasileiro. Entre eles, destacam-se André Vargas (Galeria Vermelho), Arjan Martins (A Gentil Carioca) e Jaime Lauriano (Nara Roesler). Artistas indígenas, como Denilson Baniwa, Jaider Esbell e Daiara Tukano, produzem obras que evidenciam cosmo-percepções indígenas. Artistas afrodescendentes, como Ayrson Heráclito, Aline Motta e Paulo Nazareth, abordam temáticas afro-diaspóricas e denunciam o racismo estrutural. Já artistas transgêneros, como Ventura Profana, Jota Mombaça e Castiel Vitorino Brasileiro, atuam na intersecção entre raça, gênero e classe.

Museu Nacional/UFRJ que, após o incêndio de 2018, incorporou consultas a comunidades indígenas e afrodescendentes na reconstrução de acervos e na formulação de novas narrativas expositivas, configurando um museu mais plural e participativo.

4. A 35.^a Bienal de São Paulo

A 35.^a Bienal de São Paulo, intitulada *Coreografias do Impossível* (2023), representou um marco na história das exposições de arte no Brasil ao adotar uma curadoria horizontal e diversa, sem a presença de um curador-chefe. A equipe curatorial contou com a os baianos Diane Lima (curadora, escritora e pesquisadora em História da Arte) e Hélio Menezes (curador, antropólogo e pesquisador), com a portuguesa Grada Kilomba (artista multidisciplinar, escritora, doutora em Psicologia Social e Estudos Culturais), e com o espanhol Manuel Borja-Villel (curador, pesquisador, historiador da arte), refletindo uma abertura institucional para a pluralidade de vozes e saberes. Essa configuração possibilitou a inclusão de artistas indígenas, afrodescendentes e de outras comunidades historicamente silenciadas, deslocando o foco curatorial para temáticas como colonialismo, violência de Estado e cosmopolíticas não ocidentais, evidenciando práticas curatoriais decoloniais e colaborativas. De acordo com a pesquisadora Rosane Pavam (2023), entre os artistas da 35.^a Bienal de São Paulo, “mais de 50% são negros e 12,4%, indígenas. As mulheres formam 47%, 2,5% delas, mulheres trans.”

Como o título sugere, a exposição constitui um convite às imaginações radicais e àquilo que se configura nos limites das im/possibilidades. A equipe curatorial buscou construir redes que, na contramão dos modelos tradicionais, tivessem como princípio a escuta, as políticas de redistribuição e o cuidado com pessoas, espaços e territórios — elementos que, por si mesmos, constituem as próprias *coreografias do impossível* que habitam os

limites institucionais. Para fins deste texto, foram destacados os artistas a) Nontsikelelo Mutiti, b) Rosana Paulino, c) MAHKU, d) Luana Vitra e e) Ventura Profana, cujas obras ilustram as estratégias decoloniais e os deslocamentos curatoriais presentes na 35^a Bienal de São Paulo².

a) Nontsikelelo Mutiti

A artista visual e educadora Nontsikelelo Mutiti (1982-), nascida no Zimbábue, foi convidada não apenas para desenvolver a identidade visual da 35^a Bienal de São Paulo, mas também participou como artista convidada, apresentando obras no espaço expositivo. Atualmente diretora do programa de pós-graduação em design gráfico na *Yale School of Art* (New Haven, CT, EUA), Mutiti concebeu um trabalho de caráter processual, no qual elementos gráficos se transformam e se adensam ao longo das diferentes fases do projeto.

Entre os motivos centrais de sua proposta estão as tranças, compreendidas não apenas como ornamento, mas como forma de escrita visual, carregada de sentidos políticos, estéticos e subjetivos ligados à experiência negra na diáspora africana. Para Mutiti, o padrão de trançado constitui uma técnica e uma linguagem, simultaneamente vinculada à beleza e à resistência cultural. Desde a década de 1970, conforme observa Luciana Brito (2023):

A trama de tranças que ornamenta os oris de pessoas negras, sobretudo mulheres, além de estar diretamente ligada ao desejo de manifestar beleza, desde a década de 1970 também está ligada ao desejo de afirmação da ancestralidade africana. O corpo como instrumento político, que deixa

2 Para acessar as obras e informações completas sobre os artistas mencionados neste capítulo, consulte o catálogo e os materiais digitais disponíveis no site oficial da 35.^a Bienal de São Paulo – Coreografias do Impossível: <https://35.bienal.org.br/>

mensagens por onde passa, foi habilidosamente utilizado como ferramenta de demonstração da beleza e da conexão com o continente africano, seja nas ruas do Brasil, dos Estados Unidos, Inglaterra, França, Colômbia, Cuba, assim como em todo o continente africano.

No processo de criação da identidade visual, Mutiti explorou o repertório visual das lojas de cosméticos voltadas ao público negro, identificando padrões recorrentes que articulam desejos de beleza, memória e pertencimento. Esses elementos foram incorporados à comunicação visual da bienal, conferindo-lhe densidade conceitual e ampliando sua potência discursiva ao relacionar estética e ancestralidade. Assim, a proposta gráfica da artista ultrapassa o campo do design, funcionando como gesto de inscrição de narrativas negras no espaço institucional e reafirmando o compromisso curatorial da 35.^a Bienal de São Paulo com poéticas decoloniais.

b) Rosana Paulino

A paulistana Rosana Paulino (1967-) é artista visual, pesquisadora e educadora, doutora em Artes Visuais pela Universidade de São Paulo e com especialização em gravura pelo London Print Studio. Sua trajetória artística é atravessada por um movimento contínuo de contestação, no qual confronta violências históricas e desconstrói estereótipos que recobrem o corpo feminino negro. Em sua produção, o corpo é concebido como lugar de memória e espaço de elaboração crítica, capaz de produzir pensamento, abrigar questões históricas e tensionar as certezas da colonialidade que estruturam a sociedade brasileira.

A obra de Paulino articula questões sociais, étnicas e de gênero, com ênfase na experiência das mulheres negras e nas

múltiplas formas de violência sofridas por essa população em decorrência do racismo estrutural e do legado da escravidão.

Sua obra inaugural, *Parede da Memória* (1994–2015), é composta por cerca de 1500 pequenos patuás – objetos tradicionalmente utilizados como amuletos de proteção em religiões de matriz africana – que contêm onze retratos de família, repetidos e multiplicados ao longo da instalação. O trabalho, ao mesmo tempo intimista e político, constitui uma investigação identitária na qual Paulino revisita sua própria ancestralidade para refletir sobre os modos como a história invisibilizou corpos negros. As fotografias, retiradas do contexto privado e reconfiguradas artisticamente, convertem-se em uma denúncia poética e contundente do apagamento histórico: os sujeitos negros, historicamente, não foram reconhecidos como indivíduos, mas como um coletivo anônimo e indistinto.

Na série *Mulheres-Mangue* (2022–2023), Paulino cria novos arquétipos femininos, revelando a conexão das mulheres negras com a natureza. Os corpos, de enormes dimensões – alguns ultrapassando dois metros de altura –, se fundem a plantas e animais, cultivando raízes, galhos e formas orgânicas que remetem à vitalidade do mangue. As figuras convivem com caranguejos, peixes e aves, compondo uma iconografia que simboliza um corpo que se impõe como presença ancestral e resistente. Produzidas com grafite, tinta acrílica e pigmentos naturais, essas figuras são compreendidas por Paulino como ancestrais das *Jatobás* (2019) – uma série de mulheres-árvores –, ambas arraigadas ao solo e intimamente conectadas à natureza.

Por meio de desenhos, bordados, gravuras, colagens e esculturas, Paulino constrói uma poética de insurgência, que reinscreve histórias silenciadas e valoriza saberes ancestrais, promovendo um deslocamento no campo da representação das mulheres negras no Brasil.

c) Mahku

O *Movimento dos Artistas Huni Kuin* (MAHKU) é sediado entre o município de Jordão e a aldeia Chico Curumim, na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão (Acre, Brasil). O coletivo – formado por Ibã Huni Kuin, Bane Huni Kuin, Maná Huni Kuin, Acelino Tuin e Kássia Borges – atua de maneira colaborativa na criação e difusão de poéticas visuais. De acordo com o curador Renato Menezes (2023), desde 2013, ano de sua fundação por Isaías Sales (Ibã), Txaná dos cânticos Huni Meka, e seus filhos Acelino, Bane e Maná, o movimento vem consolidando uma iconografia singular no contexto da arte contemporânea brasileira. Essa produção se distingue por soluções formais que permitem rápida identificação, articulando figuras humanas e não humanas em uma trama gráfica complexa. As obras, com áreas de cores intensas que intensificam o efeito visual, remetem às pinturas corporais Huni Kuin.

Menezes (2023) observa que a pintura do MAHKU recusa os paradigmas da arte ocidental, renunciando à mimesis, à perspectiva, às regras de proporção e às técnicas canônicas, para comprometer-se exclusivamente com as forças da miração e de experiências induzidas pela ingestão de ayahuasca nos rituais de *nixi pae*. Em muitas composições, as obras apresentam também traduções visuais de narrativas míticas e histórias ancestrais, cantadas nos rituais, nas quais os entes da natureza têm presença ativa e se relacionam de modo contínuo, dissolvendo fronteiras entre humano e não humano.

Esses procedimentos resultam, segundo Menezes (2023), em uma combinação de formas e cores que desloca a questão do movimento em pintura do campo da mera ilustração para o da experiência interior, o que Ibã denomina “arte espiritual”. Trata-se de uma tentativa de traduzir plasticamente os diferentes ritmos narrativos dos cânticos e de dar forma visual às histórias que constituem o repertório mítico Huni Kuin.

Outro elemento recorrente na iconografia do MAHKU é a moldura que circunscreve a cena, acompanhando o formato do suporte e criando um espaço de autonomia para a narrativa visual. No interior desse perímetro, como enfatiza Menezes (2023), não há hierarquias entre os entes representados e a dicotomia entre abstração e figuração perde sentido. A pintura do MAHKU é capaz de reconectar o observador com sua ancestralidade, transformando esse encontro em uma experiência espiritual.

d) Luana Vitra

A pesquisa artística de Luana Vitra (1995-) tem como eixo central a transmissão de histórias orais. Mineira de origem, a artista cresceu em um ambiente permeado por relatos familiares que rememoram celebrações, saberes e tecnologias afro-diaspóricas, bem como as marcas persistentes do passado escravista da região de Ouro Preto.

A instalação *Pulmão da mina*, comissionada para a 35.^a Bienal de São Paulo, estabelece um diálogo crítico com o legado de séculos de economias extrativistas, ainda hoje responsáveis pela degradação dos ecossistemas locais. Vitra evoca narrativas de pessoas escravizadas que conduziam canários para dentro das minas de ouro; o canto contínuo e o metabolismo acelerado dessas aves funcionavam como dispositivos de alerta: o silêncio repentino sinalizava a presença de gases tóxicos, permitindo que os mineiros escapassem de intoxicações letais. Nesse contexto, a sobrevivência humana dependia do sacrifício animal, o que evidencia a lógica de exploração que atravessou o regime escravista, afetando simultaneamente vidas humanas e não humanas.

A obra é composta por uma série de *flechas-patuás*, concebidas para “desbloquear caminhos”. Conforme observa o curador Thiago de Paula Souza (2023), “feitas de ferro, material paradigmático e de uso recorrente em seus trabalhos, elas atuam

como condutores, apontando para lugares de prosperidade onde a ‘possibilidade prevalece’”. O conjunto é complementado por cuias de cobre, pássaros banhados em prata e cobre – metais de elevada condutividade – e por pó de anil, tradicionalmente associado a rituais de limpeza e proteção espiritual, reforçando a dimensão simbólica e ritualística da obra.

e) Ventura Profana

Ventura Profana (1993-), nascida em Salvador, desenvolve uma prática artística multifacetada, atuando como profeta, cantora, pastora e artista visual. Sua produção abrange músicas, videoclipes, colagens digitais, instalações e fotografias, por meio das quais constrói visualidades e performances que instauram novos imaginários sobre religião e fé. Conforme observa a curadora Maria Luiza Meneses (2023), nesses imaginários, as existências dissidentes de gênero e sexualidade – como as travestilidades – são reconhecidas como guardiãs da vida, das florestas, dos manguezais e da sacralidade dos ecossistemas.

Na Bienal, Profana apresentou a performance *How deep is the ocean?* [*Quão profundo é o oceano?*], em que evidencia corporalidades dissidentes como ponto de tensão entre tradições religiosas rígidas e perspectivas emancipatórias. Para Meneses (2023), ao substituir a palavra “Senhor” por “travesti”, a artista desloca o centro do pensamento teológico tradicional, operando simultaneamente uma crítica aos dogmas neopentecostais, à lógica patriarcal e à militarização da vida social. “No limite, sua produção artística amplia a percepção de que, ao fundar um mundo no qual a vida travesti é possível, todas as vidas serão possíveis, imersas em poder e glória” (Meneses, 2023).

No entanto, Ventura Profana não propõe uma negação da religiosidade em si, mas a reconfiguração de seus marcos interpretativos, de modo a permitir o acolhimento de múltiplas formas

de existência nos espaços de culto, nas famílias e nas estruturas sociais. Sua produção em colagem digital, publicada na revista *ZUM #18*, amplia esse gesto crítico ao abordar temas contemporâneos como a manipulação de imagens pela política, os debates sobre gênero e raça e as tensões sociais intensificadas no contexto brasileiro durante a pandemia.

5. Considerações finais - Até onde mudamos?

As reflexões apresentadas ao longo deste capítulo evidenciam que as poéticas decoloniais vêm tensionando e transformando o sistema da arte. Ao ocupar espaços de destaque, como a Bienal de São Paulo, essas produções questionam parâmetros estéticos, epistemológicos e curatoriais historicamente ancorados no eurocentrismo, instaurando modos próprios de enunciação e trazendo para o centro narrativas antes marginalizadas. Dessa forma, promovem uma redistribuição do sensível e impõem às instituições a necessidade de reavaliar programações, curadorias e políticas de aquisição de obras.

O movimento decolonial na arte brasileira evidencia avanços significativos na desconstrução de narrativas hegemônicas e na valorização de saberes historicamente subalternizados, sinalizando que a narrativa da arte ocidental já não pode ocupar posição central. As obras aqui discutidas não apenas ocupam o espaço institucional, mas o tensionam, deslocando a lógica tradicional de legitimação e circulação da produção artística.

Quando engajada com questões sociais e políticas, a arte torna-se um território de contestação e transformação, no qual artista, obra e instituição se reinventam continuamente. Ainda assim, persistem estruturas excludentes nos museus e nas políticas culturais, o que revela que a decolonização institucional encontra-se em estágio inicial. Por isso, torna-se urgente a formulação de políticas culturais mais incisivas, capazes de assegurar a incor-

poração dessas produções aos acervos e fomentar a formação de públicos críticos e diversos.

As poéticas decoloniais, ao pressionarem o sistema artístico, abrem caminho para mudanças estruturais nas instituições, tornando-as potencialmente mais democráticas. Assim, elas têm papel fundamental na promoção de ações reparatórias frente ao apagamento histórico de experiências e memórias imposto pela matriz colonial. Ao criar condições para que saberes inscritos nos corpos, nas experiências, nas memórias e nas subjetividades de povos subalternizados sejam reconhecidos e legitimados, essas poéticas reafirmam a potência transformadora da arte e apontam para a construção de um campo artístico mais plural e inclusivo.

Referências

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Prefácio – Apresentando Spivak. In: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ANGELOU, Maya. *Poesia Completa/Maya Angelou*. Tradução Lubi Prates. Bauru: Astral Cultural, 2020.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2025.

BRITO, Luciana. 35.^a Bienal de São Paulo. *Coreografias do impossível*. Disponível em: <https://35.bienal.org.br/participante/nontsikelelo-mutiti/>. Acesso em: 12 set. 2025.

BRULON, Bruno. *Descolonizar o pensamento museológico*: reintegrando a matéria para repensar os museus. Anais do Museu Paulista, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/155323>. Acesso em: 10 set. 2025.

MENESES, Maria Luiza. 35.^a Bienal de São Paulo. *Coreografias do impossível*. Disponível em: <https://35.bienal.org.br/participante/ventura-profana/>. Acesso em: 12 set. 2025.

MENEZES, Renato. 35.^a Bienal de São Paulo. *Coreografias do impossível*. Disponível em: <https://35.bienal.org.br/participante/mahku/>. Acesso em: 12 set. 2025.

MIGNOLO, Walter. *Historias locales/diseños globales*. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal, 2003.

NASCIMENTO, Abdias. Arte afro-brasileira: um espírito libertador. In: CARNEIRO, Amanda; PEDROSA, Adriano (org.). *Abdias Nascimento: um artista panameficano*. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 2022.

OLIVEIRA, Alecsandra Matias. A ‘Onda Negra’: arte visual afro-brasileira, legitimação e circulação. *Jornal da USP*, 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/a-onda-negra-arte-visual-afro-brasileira-legitimacao-e-circulacao/>. Acesso em: 11 set. 2025.

PAIVA, Alessandra Mello Simões. A “Virada Decolonial” na arte contemporânea brasileira: até onde mudamos? *Revista VIS*, v. 21, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistavis/article/view/43694> . Acesso em: 11 set. 2025.

PAVAM, Rosane. A bienal histórica. Disponível em: <https://rosanepavam.com/2023/09/30/a-bienal-historica/> . Acesso em: 11 set. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SOUZA, Thiago de Paula. 35.^a Bienal de São Paulo. *Coreografias do impossível*. Disponível em: <https://35.bienal.org.br/participante/luana-vitra/> . Acesso em: 12 set. 2025.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

35.^a Bienal de São Paulo. *Coreografias do impossível*. Disponível em: <https://35.bienal.org.br/> . Acesso em: 10 set. 2025.

A MANIFESTAÇÃO DO MACHISMO PRESENTE NOS ENUNCIADOS DO PERSONAGEM HOMEM NA OBRA *UM COPO DE CÓLERA* (1992), DE RADUAN NASSAR

Rian da Silva
José Antônio Oliveira de Resende

1. Considerações iniciais

A nossa sociedade se estruturou por meio de pilares marcados pelo racismo, sexismo, preconceito e pelo machismo. Muitas pesquisas buscam, principalmente por meio da linguagem, colocar em evidência esses aspectos sociais, pois, somente por meio de uma revisão de suas formas de existência e (re)produção, pode-se chegar ao que chamamos de um movimento *decolonial*. Sendo assim, estudar o machismo por vias discursivas e linguísticas pode oferecer modos de compreender como essa problemática social funciona e se reproduz na sociedade.

Em se tratando de análises literárias, identificar os diferentes discursos que atravessam os personagens e se evidenciam em seus ditos também é fundamental, principalmente no que tange à construção de gestos interpretativos (Orlandi, 2015, p. 26). Na novela *Um copo de cólera*, de Raduan Nassar (1992), por exemplo, entre os muitos discursos que perpassam os personagens, o discurso machista é evidente em se tratando do personagem homem, o qual se dirige à personagem mulher de uma forma pejorativa, inferiorizante e autoritária. Sendo assim, identificar as evidências

desse discurso é um passo importante para estudar os gestos de interpretação possibilitados pela obra.

Logo, temos como objetivo principal investigar o discurso do personagem homem da obra *Um copo de cólera*, de Raduan Nassar (1992), como forma de propor um caminho de leitura que considere os aspectos crítico-discursivos, a fim de compreender como o machismo se manifesta nos/pelos enunciados desse sujeito. Para tal propósito, nosso trabalho está organizado da seguinte forma: na primeira seção, apresentaremos alguns pontos da Análise do Discurso de vertente francesa, arcabouço teórico que nos ajudará a lidar com os caminhos de leitura da obra de Nassar (1992); em seguida, na primeira subseção, discutiremos sobre o machismo e sua vertente discursiva; posteriormente, abordaremos a tipologia discursiva ofertada por Orlandi (2023, p. 183-184); na seção 2, por sua vez, apresentaremos nosso dispositivo metodológico e, por fim, analisaremos, na seção 3, as sequências discursivas que compõem nosso *corpus*, finalizando com algumas considerações em relação à investigação.

2. A construção de um dispositivo teórico

Investigar a manifestação do discurso machista nos enunciados proferidos pelo personagem homem, na obra de Nassar (1992), apresenta-se como um gesto de interpretação (Orlandi, 2015, p.26) que tende a contribuir para uma possível leitura da obra. Sendo assim, como forma de lidar com os aspectos significativos da novela *Um copo de cólera* (1992), escolhemos a Análise do Discurso Francesa (de agora em diante, ADF), especificamente a que teve Pêcheux como expoente, pois, conforme elucidada Orlandi (2015, p. 24), essa vertente teórica tem como foco os objetos simbólicos e as projeções de sentidos advindas deles. Ainda com a autora, é necessário, rumo à construção de um dispositivo analítico, formado pelos gestos interpretativos do analista, elaborarmos

o dispositivo teórico. Este, por sua vez, apresenta os princípios da teoria elaborado por Pêcheux.

2.1 Postulados da Análise do Discurso pècheutiana

Formada pela confluência de diferentes áreas, como o Marxismo, a Linguística e a Psicanálise (Brandão, 2004, p. 38; Orlandi, 2015, p. 17-18), a ADF é o resultado de uma série de mudanças ocorrida nos estudos linguísticos até então. Saindo de uma abordagem imanente, em que se interessavam os aspectos intrínsecos da língua, a linguística começou a se preocupar com o nível extralinguístico, visto, também, como constitutivo dos processos de significação.

A ADF, formulada por Michel Pêcheux a partir da década de 1960, surgiu da necessidade de ultrapassar os limites de uma abordagem restrita ao nível linguístico e de oferecer às ciências humanas um dispositivo capaz de atribuir a elas um caráter científico (Henry, 1969, p. 13), momento em que o teórico está influenciado pelo ideal de ciência. Diante dessa proposta, conforme relata Henry (1969, p. 26), Pêcheux (2014a [1969]), ao buscar compreender como os sujeitos se posicionavam em uma estrutura social sem que uma ordem lhes foi dada, chega à noção de discurso, conceito esse que desloca o olhar da língua como mero instrumento de transmissão de informações. Por discurso, Pêcheux (2014a [1969], p. 81) estava se referindo/se refere ao “efeito de sentidos” produzido entre sujeitos situados histórica e ideologicamente em uma sociedade. Dessa forma, entende-se que a língua, ao ser mobilizada socialmente, não apenas comunica, mas significa.

É importante dar foco à observação que o teórico faz: os sujeitos, na ADF, não dizem respeito a pessoas, no mundo empírico, mas sim a posições sociais assumidas na estrutura social, uma vez que, interpelados pela(s) ideologia(s), os indivíduos adquirem suas subjetividades (Althusser, 1970, p. 94). Somado a

isso, Pêcheux (2014a [1969], p. 177) pontua que os sujeitos sofrem efeitos dos esquecimentos, os quais são responsáveis pela ilusão de que os indivíduos são “senhores” da linguagem, podendo controlar os sentidos, quando, na verdade, as pessoas são ditas pelas ideologias. Esse postulado corrobora a nossa pesquisa, na qual gostaríamos de deixar claro que não se trata de atribuir o predicado “machista” ao narrador-personagem de Nassar, pois, à luz da ADF, compreendemos que os discursos estão espalhados socialmente e se “afloram” nas práticas sociais quando são realizadas por sujeitos interpelados pelas suas posições na estrutura social. Dessa forma, o objetivo da pesquisa é destacar influências – ou melhor, manifestações – do discurso machista nos enunciados do narrador-personagem.

Analisar o discurso implica, pois, considerar não só a materialidade linguística, mas também as condições de produção, isto é, os contextos históricos e ideológicos que possibilitaram tal discurso (Orlandi, 2015, p. 28). É justamente a partir dessas condições que se evidencia a exterioridade constitutiva da linguagem, pois o sentido não se fecha na estrutura linguística, mas se constrói na relação com o contexto em que o enunciado emerge.

Por meio da noção de ideologia de Althusser (1970, p. 93), Pêcheux (2014b [1975], p. 132) formulou o seu conceito de formações ideológicas (FI), as quais dizem respeito aos formatos como a ideologia se encontra diluída na sociedade e nos aparelhos ideológicos. Assim, FI dizem respeito às diferentes posições de classe que se encontram em constante disputa na sociedade e se configuram como o espaço no qual circulam sentidos, marcados por confrontos, alianças e relações de dominação.

É nesse quadro que se insere o conceito de formação discursiva (FD). Essas, por sua vez, encontram-se no interior das FI e definem o que o sujeito, interpelado pela posição social e ideológica em que se encontra, pode ou não pode dizer (Pêcheux, 2014 b [1975], p. 147), estabelecendo, assim, as fronteiras de significação

disponíveis ao sujeito. Por isso, à luz da ADF, podemos dizer que é possível identificar certas regularidades linguísticas em enunciados advindos de determinada FD, já que elas são “regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações” (Orlandi, 2015, p. 41). Nessa perspectiva, o sentido das palavras não é dado de antemão, mas se constrói no interior das FD que as possibilitaram.

A ADF, dessa forma, oferece-nos pilares teóricos que nos permitem pensar nas possíveis significações do objeto simbólico que é a novela de Nassar (1992). Além disso, também podemos pensar nos efeitos de sentidos estabelecidos entre os personagens da histórica (o homem e a mulher) e, partindo da materialidade linguística, analisar as evidências do discurso machista. Para isso, cabe-nos fazer uma breve explanação sobre esse conceito.

2.2 O machismo (também) como discurso

Diante dos propósitos dessa pesquisa, um questionamento surgiu: o que estamos compreendendo como “discurso machista”? Neste trabalho, recorreremos a Lemes (2017; 2019), a qual tem se debruçado sobre esse tipo de discurso, principalmente no que tange à discursivização das mulheres em gêneros publicitários. A começar, já destacamos, por meio das investigações da pesquisadora, uma evidência desse discurso: o discurso machista toma a mulher como objeto – como referente –, a qual é discursivizada de formas específicas, como inferiorizadas, sexualizadas ou estereotipadas. Isso se deve pelo fato de que, como materialização do machismo, esse discurso evidencia as relações pautadas na soberania do homem em detrimento do sexo feminino (Lemes, 2019, p. 270).

Somado a isso, percebemos, também, que esse tipo de discurso não se limita a manifestações isoladas, mas está diretamente vinculado às relações que se estabelecem em uma sociedade patriarcal (Lemes, 2019, p. 270). Nessa perspectiva, ainda com

Lemes (2019, p. 270), o machismo constitui-se de técnicas, como uma espécie de governamentalidade (Foucault, 2008, p. 258), por meio da qual homens conduzem suas condutas e as dos outros em seus entornos, que visam a promover a manutenção de uma certa soberania do masculino em detrimento do feminino.

Diante disso, acreditamos que esse fenômeno (machismo) se reproduz em práticas sociais e discursivas, sendo a linguagem um caminho para poder investigar tais processos. Isso se deve pelo fato de que, ao se materializar linguisticamente, o machismo resulta em aspectos discursivos particulares, os quais se tornam regulares, configurando uma FD. Para Martins (2021, p. 63), antes de falar em machismo, devemos abordar o patriarcado, uma vez que este se configura como uma FI, a qual se divide em diferentes FDs, como FD machista e a FD feminista. Outro indício de que o machismo também é uma prática discursiva encontra-se na pesquisa de Martins (2021), na qual ela observa que o machismo pode ser reproduzido até por mulheres, o que enfatiza a nossa perspectiva de que os discursos estão espalhados socialmente.

Com base no que vem sendo exposto acima, concluímos que: 1) o machismo está diluído na sociedade, orientando relações, práticas e condutas dos sujeitos e 2) enquanto prática, o machismo se materializa linguisticamente, apresentando regularidades enunciativas, as quais nos comprovam a existência do que podemos chamar de FD machista.

Aliado a esse segundo ponto, estávamos em busca, nessa pesquisa, de uma abordagem em relação a esse discurso que considerasse a relação entre os enunciados – marcados por indícios da FD machista – e as circunstância em que eles foram produzidos (ou seja, as CDs, fundamentais para os processos de significação), ainda que não pretendêsemos associar o discurso machista apenas a sujeitos homens. Por isso, chegamos à tipologia discursiva proposta por Orlandi (2023).

2.3 Os tipos de discurso segundo Orlandi (2023)

Orlandi (2023, 180) oferece aos estudos da ADF uma importante contribuição: a formulação de uma tipologia própria. A proposta da autora não se pauta em classificações tradicionais, ligadas a instituições ou a aspectos meramente formais da linguagem, mas busca articular os discursos às condições concretas de produção. Sua preocupação era, portanto, construir critérios que revelassem os modos de funcionamento do discurso e a relação que os sujeitos estabelecem entre si e com o objeto de que falam.

Dessa forma, a autora define dois critérios principais para sustentar essa tipologia. O primeiro é a interação, que envolve o modo como os interlocutores se posicionam entre si no processo comunicativo. Nesse ponto, a noção de reversibilidade é central, pois indica a possibilidade de troca de papéis entre quem fala e quem escuta (Orlandi, 2023, p. 183). Quanto maior for a reversibilidade, mais dinâmico é o diálogo e mais simétrica tende a ser a interlocução. O segundo critério é a polissemia, entendida por Orlandi (2023, p. 183) como a relação dos participantes com o referente do seu discurso. Esse objeto pode permanecer aberto, sendo exposto e partilhado; pode estar em disputa, quando os interlocutores procuram controlá-lo; ou pode ser ocultado pelo dizer, quando o falante detém sobre ele um domínio exclusivo.

A partir desses parâmetros, a autora identifica três tipos discursivos. O primeiro é o discurso lúdico, no qual há grande reversibilidade e ampla abertura polissêmica. Trata-se de um discurso marcado pela leveza da troca, em que as funções poética e fática da linguagem se destacam. O segundo é o discurso polêmico, caracterizado por uma reversibilidade condicionada e por uma polissemia controlada. Aqui, o objeto do discurso está presente, mas é alvo de disputa, o que faz com que a verdade seja constantemente negociada e confrontada pelos interlocutores. Por fim, o discurso autoritário apresenta baixa reversibilidade e prati-

camente nenhuma abertura à polissemia: o objeto do discurso se mantém encoberto, e apenas um agente centraliza a enunciação, estabelecendo uma verdade única e incontestável.

Por meio dos tipos de discursos ofertados por Orlandi (2023, p. 183-184), elaboramos a hipótese de que o discurso machista tem, em sua constituição, predominantemente, a presença do discurso autoritário e suas características. É com essa proposição que partimos para as análises.

3. Metodologia

Conforme aponta Paiva (2019, p. 13), a pesquisa qualitativa admite múltiplos materiais de análise, o que a torna adequada para o estudo de fenômenos sociais. Diante disso, optamos por esse tipo de abordagem, pois nosso interesse é compreender os efeitos de sentido produzidos pelo (des)uso da pontuação em determinadas sequências discursivas (SDs) e observar como tais marcas contribuem para a constituição de gestos de interpretação (Orlandi, 2015, p. 26) na obra de Nassar (1992).

O nosso *corpus* de análise é formado pelas unidades temáticas, ou seja, as sequências discursivas (SDs) (Pêcheux, 2014a, p. 256) advindas da novela de Nassar (1992). A escolha dessas SDs teve como parâmetro abarcar diferentes momentos do enredo, evidenciando, dessa forma, a influência do discurso machista no sujeito personagem homem em momentos diversos da história.

No que diz respeito ao percurso metodológico, cumprimos as etapas de análise conforme elencadas por Orlandi (2015, p. 76): começaremos na superfície discursiva, buscando analisar a materialidade linguística, observando fenômenos lexicais para, assim, avançarmos em direção ao objeto discursivo. Nesse momento, identificaremos as relações entre os enunciados e a(s) FD que os possibilitaram. Por fim, como forma de avançar, ainda que parcial-

mente, o processo discursivo, em que texto e efeitos de sentido são explorados, utilizaremos os critérios propostos pela pesquisadora (a reversibilidade e a polissemia) para investigar as configurações dos tipos de discurso presentes e suas relações com o discurso machista. Todo percurso analítico se dá pela alternância entre descrição e interpretação, conforme explicita Pêcheux (2015 [1983], p. 54). Acreditamos, dessa forma, que esse meio é um dos possíveis caminhos para explorar algumas dimensões significativas que envolvem *Um copo de cólera* (1992) e suas possibilidades de sentido.

4. Análise dos dados

Nesta seção, apresentaremos as análises de algumas SDs que compõem o nosso *corpus*. As primeiras delas advém do primeiro momento da história, em que o narrador-personagem-homem chega em sua casa e se encontra com a personagem mulher, que o espera. Os dois são envolvidos em um sentimento de tesão e libido, em que o homem sempre se coloca como o conhecedor daquela mulher, que, sexualmente, é animalizada, diante do verbo “domar” utilizado por ele, como pode ser observado em seguida:

SD1:

“Por uns momentos lá no quarto nós parecíamos dois estranhos que seriam observados por alguém, e este alguém éramos sempre eu e ela, **cabendo aos dois ficar de olho no que eu ia fazendo, e não no que ela ia fazendo...**” (Nassar, 1992, p. 12, grifo nosso)

SD2:

“[...] me vi também às voltas com certas práticas, fosse quando eu em transe, e já soberbamente soerguido da sela do seu ventre, **atendia precoce a um dos seus (dos meus) caprichos mais insólitos**, atirando em jatos súbitos e violentos o visgo leitoso que lhe aderira à pele do rosto e à pele dos seios...” (Nassar, 1992, p. 15, grifo nosso).

Nas duas SDs apresentadas, que compõem o momento erótico do enredo, nós, leitores, temos acesso a tudo que ocorre pela perspectiva do homem, que é o narrador personagem. Durante as narrações que compõem essas sequências, alguns trechos, os quais grifamos, demonstram a centralidade ocupada pelo narrador, o qual se coloca como centro do prazer, revelando-se uma evidência do discurso machista. Até esse momento, não há reversibilidade, uma vez que tem em cena somente as narrações do personagem homem.

Após a noite de prazer protagonizada pelos dois personagens, no café da manhã do outro dia, o amor e o desejo dão lugar ao sentimento de cólera devido a um acontecimento um tanto inusitado: formigas saúvas perfuraram a cerca do jardim da residência do narrador-homem. Indignado com aquela situação, ele acaba descontando tal fúria nos funcionários, os quais são responsabilizados. A mulher, todavia, dispensa tal comportamento e chama a atenção do homem, motivo pelo qual começa uma briga. A próxima SD foi retirada do momento em que ela decide ir embora:

SD3:

“[...] ela ainda não tinha entrado no carro, eu a conhecia bem, ela não fazia o gênero de quem fala e entra, ela pelo contrário era daquelas que só dão uma alfinetada na expectativa sôfrega de levar uma boa porretada.” (Nassar, 1992, p. 39, grifo nosso).

Por meio de uma primeira leitura, a fala do narrador aparenta ser apenas um comentário sobre o temperamento da mulher que ele já conhecia. Porém, tal enunciado dialoga, parafrasticamente, com outros ditos, como “mulher é histérica”, “mulher gosta de caçar confusão com o(s) homem(ns)”, entre outros. Identificamos, dessa forma, uma outra evidência do discurso machista, considerando que, segundo Lemes (2019, p. 271), a mulher se torna um referente, sendo discursivizada nesse tipo de discurso.

A briga entre o homem e a mulher demonstra a reversibilidade estudada por Orlandi (2023, p. 183). Ou seja, na discussão entre homem e mulher alternam-se os papéis de locutor e interlocutor. A polissemia é disputada pelos personagens, que buscam controlar o sentido em relação ao objeto da discussão; no caso, eles próprios, uma vez que, na sequência de xingamentos, um busca caracterizar – de modo pejorativo – o outro. Um exemplo pode ser visto nas duas próximas SD:

SD4:

“[...] ‘que tanto você insiste em me ensinar, hem **jornalisticinha** de merda? que tanto você insiste em me ensinar se **o pouco que você aprendeu da vida foi comigo, comigo**’” (Nassar, 1992, p. 44, grifo nosso).

SD5:

“nunca te passou pela cabeça, hem intelecta de merda? nunca te passou pela cabeça que tudo que você diz, e tudo que você vomita, é tudo coisa que você dizia você fazia, que você só trepava como donzela, **que sem minha alavanca você não é porra nenhuma...**” (Nassar, 1992, p. 47-48).

Para além dos julgamentos proferidos um em relação ao outro, como é o caso do diminutivo empregado na SD4 em relação à profissão da mulher – que denota inferioridade intelectual –, ganha evidência a manifestação do machismo nos enunciados do personagem homem. Na SD 4, por exemplo, ele reafirma a sua soberania, sustentada pelo lugar social que ele ocupa, de modo que “vaza”, no seu discurso, a crença de ser o responsável pelo “pouco” que ela sabe. O mesmo ocorre na SD5, na qual o personagem homem coloca a mulher num lugar dependência em relação a ele.

Mais uma vez, identificamos que a reversibilidade ocorre na dinâmica de briga entre os dois personagens e a polissemia encontra momentos de conservação. Porém, ao considerarmos a

estrutura completa da obra, um fenômeno nos chamou a atenção: o homem narra a grande parte da história, sendo a mulher narradora personagem somente no último capítulo do livro. Assim, acreditamos que o discurso autoritário está em maior evidência em decorrência de que, ainda que exista reversibilidade entre os dois personagens em alguns momentos (como nos de discussão), o homem escolhe as perspectivas da história e sobre o que vai contar; ou seja, ele tenta manter a polissemia controlada.

5. Considerações finais

Por meio das análises empreendidas, observamos que, pelo fato de o personagem homem ser o narrador, conseguimos acessar o lugar social do qual ele fala. Por meio desse fato, identificamos, nos enunciados dele, evidências do discurso machista, como o fato de a mulher (a personagem feminina da história) ser tratada como objeto do discurso e, muitas vezes, inferiorizada, como ocorre nas SD4 e 5.

Foi possível identificar, também, que, enquanto um sujeito histórico-ideológico, o homem é dito pelo discurso polêmico, uma vez que, ao discutir, ele e a mulher disputam o sentido; ou seja, há reversibilidade entre os interlocutores. Além disso, o personagem também é dito pelo discurso autoritário; isso porque, mesmo que exista um diálogo entre o homem e a mulher (ou seja, há reversibilidade), ele é o narrador, ou seja, ele escolhe as perspectivas em que a história é contada e, inclusive, relata-nos o que a mulher enuncia. Assim, ele é o responsável pela construção e gestão do(s) sentido(s) da história.

Os resultados demonstram, por fim, que os enunciados advindos do personagem homem são produtos dos discursos polêmico e o autoritário. Por meio deles, surgem representações sobre a mulher, com a qual o narrador-personagem discute, e sobre ele próprio, contribuindo para a constituição do que estamos chamando de discurso machista.

Referências

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Trad. J. J. Moura Ramos. Lisboa: Presença, Martins Fontes, 1970.
- BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*: curso dado no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania S. Mariani et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- LEMES, F. *Ainda o machismo*: um estudo discursivo sobre a mulher em campanhas publicitárias. 2017. 108 f. Dissertação (Mestre em Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/21246>. Acesso em: 09 set. 2025.
- LEMES, F. Corpo performático: uma análise discursiva sobre a mulher no contexto publicitário machista. *Revista do SELL*, Uberaba, v.8, n. 2, p. 261-278, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaelectronica/index.php/sell/article/view/4013>. Acesso em: 9 set. 2025.
- MARTINS, Talita Ribeiro. *Análise de discursos machistas reproduzidos por mulheres no Facebook*. 2021. 106 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Faculdade de Artes, Letras e Comunicação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4316>. Acesso em: 9 set. 2025.
- MUSSALIM, F. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística*: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001.
- NASSAR, Raduan. *Um copo de cólera*. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso*: princípios e procedimentos. 12 ed. Campinas: Pontes Editores, 2015. 98 p.
- ORLANDI, E. P. Tipologia de discursos e regras conversacionais. 2023. In: ORLANDI, E.P. *A linguagem e seu funcionamento*: as formas do discurso. 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2023.

PAIVA, V. L. M. e. *Manual de pesquisa em estudos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2019.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a [1969].

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014b [1975].

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Puccinalli Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2015.

AS PROFLANAÇÕES DE MIA COUTO:
POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS DE SUBLIMAÇÃO
EM *TERRA SONÂMBULA*

Cristiano Otaviano (UFSJ)
Mike Tavares da Costa (UFSJ)

1. Introdução

O livro *Terra Sonâmbula*, de Mia Couto, lançado em 1992, é considerado um marco na literatura africana e moçambicana. A obra narra a guerra civil no pós-independência de Moçambique, que durou dez anos, deixando feridas por todo o país, além de uma população desolada e devastada, compelida ao êxodo forçado dentro de uma nação que sangra.

O texto se inicia com a história de Muidinga e Tuahir, personagens que, tentando escapar à barbárie reinante por conta da guerra civil, acabam por encontrar – ao lado de um cadáver – uma série de cadernos. Neles, são contadas a vida e as perspectivas do jovem Kindzu, outro fugitivo em meio à guerra. A partir de então, ao mesmo tempo em que continuam a luta por sobreviver, Muidiga e Tuahir mergulham na leitura dos cadernos de Kindzu, onde encontram informes sobre outras e outras histórias.

A técnica de incluir narrativas dentro de outras narrativas – definida como *mise en abyme* e apontada por Marilane Carsola (2021) como uma característica do texto de Couto – permite a introdução de outras personagens, outras vivências, outras espe-

ranças e outras dores. Como ocorre no momento em que Kindzu conta sobre a sofrida proximidade entre Virgínia e Farida. Enquanto a primeira vive com saudades de Portugal, a segunda a consola escrevendo cartas falsas, fingindo ser algum parente saudoso. Ao mesmo tempo, Virgínia desenha sobre fotografias as imagens de hipotéticos familiares, para fingir que alguém a visitara. Mais histórias dentro de histórias.

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise dessa obra de Mia Couto, concentrando-se nos seguintes aspectos: (a) a utilização da técnica do *mise en abyme* como forma de penetrar a tragédia da guerra e ao mesmo tempo sublimá-la, em paralelo com o pensamento de Ítalo Calvino sobre leveza; (b) a apropriação das histórias de terceiros por Muidinga e Tuahir e, depois, por Virgínia e Farida, em paralelo com as reflexões de Giorgio Agamben sobre profanação e de Walter Benjamin sobre o flâneur. Levanta-se a hipótese de que as personagens profanam para defender restos de sanidade, produzindo uma pseudo-leveza diante da tragédia, um pseudo-flanar. Querem proflorar.

Antes dessas reflexões, no entanto, vale apontar alguns aspectos da obra.

2. Fantasmas no machimbombo

Sonâmbulo remete àquele que deambula, que se movimenta em estado de sono, sem consciência de si e que, ao acordar, de nada se lembra. Em *Terra Sonâmbula*, quem deambula é o país, que vive uma guerra sem fim e sem princípios. Os personagens da narrativa de Mia Couto estão todos em uma viagem para não se sabe onde, em uma eterna diáspora dentro do próprio território. Um perambular marcado pela dor:

Outro elemento que merece destaque nas obras de Mia Couto é o da conflitualidade contemporânea de

Moçambique. A forte presença da conflitualidade em diversos livros revela uma postura ativa de construção de memórias perante a caixa de fantasmas que a violência da guerra e a frágil paz representam. Em especial, em *Terra Sonâmbula*, seu primeiro romance, publicado em 1992, oferece um testemunho sobre a guerra civil que assolou Moçambique após os dez anos de uma densa guerra colonial-libertação (Lamas; Bueno, 2021, p.115).

Dividido em onze capítulos e onze cadernos, o livro se desenvolve a partir de duas narrativas principais. A primeira trata de Muidinga e Tuahir, a criança e o velho, respectivamente, e a segunda são os escritos de Kindzu – jovem que morava com a família, e que, após perder o pai, abandona a casa e parte em busca de novos espaços de esperança e pertencimento. O fio que une as duas narrativas descritas é um machimbombo, termo do português moçambicano que designa ônibus. O veículo incendiado fora encontrado por Tuahir e Muidinga, quando caminhavam sem rumo por uma estrada vazia e nele decidiram se abrigar para se protegerem dos bandos que atacavam as redondezas.

Muidinga e Tuahir param agora frente a um autocarro queimado. Discutem, discordando-se. O jovem lança o saco no chão, acordando poeira. O velho ralha:

- Estou-lhe a dizer, miúdo: vamos instalar casa aqui mesmo.

- Mas aqui? Num machimbombo (autocarro) todo incendiado?

- Você não sabe nada, miúdo. O que já está queimado não volta a arder.

Muidinga não ganha convencimento. Olha a planície, tudo parece desmaiado. Naquele território, tão despidido de brilho, ter razão é algo que já não dá vontade. Por isso ele não insiste (Couto, 1992, p. 2).

A escrita de Couto nessa primeira parte é esmiuçada e apela para os sentidos do leitor, ao dar ênfase a detalhes como o fato de o automóvel ainda estar quente, o que é evidência de que chegaram pouco tempo após o fogo consumir o veículo. Tuahir e Muidinga encontram corpos por toda parte e do lado de um desses corpos, dentro de uma mala, os cadernos de Kindzu, vítima do ataque.

Saem a enterrar os cadáveres. Não vão longe. Abrem uma única campa para poupar esforço. No caminho do regresso encontram mais um corpo. Jazia junto à berma, virado de costas. Não estava queimado. Tinha sido morto a tiro. A camisa estava empapada em sangue, nem se notava a original cor. Junto dele estava uma mala, fechada, intacta. Tuahir sacode o morto com o pé. Revista-lhe os bolsos, em vão: alguém já os tinha vazado.

- Eh pá, este gajo não cheira. Atacaram o machimbombo há pouco tempo (Couto, 2007, p. 3).

A partir desse encontro, a primeira camada da história passa a se misturar com uma segunda: intercalam-se as desventuras de Muidinga e Tuahir e as memórias de Kindzu, com seus cadernos, que se tornam o motor da narrativa de Couto. À lentidão e temor que marcam o passar dos dias no machimbombo destruído, soma-se o ritmo da narrativa presente nos cadernos, onde as fases se sucedem com maior velocidade.

Tanto na primeira narrativa de Muidinga e Tuahir quanto na de Kindzu, percebe-se que os personagens estão em uma viagem ininterrupta, sem destino, uma fuga constante – num movimento diaspórico de guerra. Os cadernos de Kindzu se tornam, pois, um porto seguro para alimentar o vazio das vidas de Muidinga e Tuahir, que encontram ali a possibilidade de se reinventar e recriar suas realidades. A viagem dos personagens pelas estradas e pelas memórias da guerra também é a viagem do leitor.

Por cima da página, Muidinga espreita o velho. Ele está de olhos fechados, parece dormido. Fim ao cabo, tenho estado a ler apenas para minhas orelhas, pensa Muidinga. Também há já três noites que vou lendo, é natural o cansaço do velho, condescende Muidinga. Os cadernos de Kindzu se tinham tornado o único acontecer naquele abrigo. Procurar lenha, cozinhar as reservas da mala, carretar água: em tudo o rapaz se apressava (Couto, 2007, p.18).

Junto a esses dois eixos, surge uma terceira história, contada a partir do quarto caderno de Kindzu. Nela, a jovem Farida é a narradora viajante que surge como uma metáfora da própria colonização de Moçambique, tendo sido criada pelo português Romão Pinto e sua esposa Virgínia. “Teria odiado aquela casa não fosse a velha a ter tratado como uma mãe, fazendo nascer a outra raça que agora nela existia” (Couto, 2007, p. 42).

A relação entre Romão e Farida é paternalista e ao mesmo tempo exploratória, culminando em uma violência sexual que resulta no nascimento de um menino de nome Gaspar. Ainda que seja de evidente interesse debater tal relação, o presente trabalho voltar-se-á para Virgínia, figura dominada pelo esposo e que “vivia vagarosa como uma lágrima” (Couto, 2007, p.42).

Romão é um marido possessivo e violento e proíbe Virgínia de ler, cantar e ouvir rádio. Isso agrava a situação em que ela vive, pois sente saudades de Portugal e anseia retornar, sendo este seu único sonho: “Está proibida! O marido lhe gritava as interdições” (Couto, 2007, p. 42).

Virginita, assim chamada pelos conhecidos, busca refúgio em cartas escritas por Farida, simulando ser de algum parente saudoso. As duas passam horas debaixo de uma mangueira, combinando as cartas e contando histórias. A narradora Farida menciona que Virgínia desenhava supostos familiares em fotografias

para se convencer de que alguém de longe estivera ali por ela. A fotografia e as cartas escondidas, então, passam a ser refúgio para enfrentar as proibições impostas pelo marido Romão. Tanto quanto Muidinga e Tuhair, elas recorrem a viagens imaginárias como estratégias de adaptação em meio a contextos de brutalidade.

3. Sonhos dentro de sonhos

A experiência da leitura de *Terra sonâmbula* é a de se defrontar com histórias que se abrem para outras histórias. A partir de Tuahir e Muidinga, apresentados em primeiro plano – nessa obra, é temerário definir qualquer personagem como principal – descobrimos Kindzu, ele mesmo uma porta para outros universos. Isso resulta em narrativas dentro de outras narrativas, o que Carsola (2021) chama de *mise en abyme*.

Utilizado primeiramente por André Gide, escritor francês, no âmbito da heráldica, para se referir à reprodução da imagem de um brasão dentro do próprio brasão, o termo *mise en abyme* foi tomado, em seguida, para nomear a ideia de duplicação de uma imagem, ou objeto, como ocorre, por exemplo, com as bonecas russas, as matrioscas. Outra conhecida referência é o (...) quadro *As meninas*, de Diego Velázquez, artista espanhol: a pintura, de 1656, revela um pintor no momento de seu trabalho, ou seja, contém uma imagem duplicada de si mesma (Carsola, 2021, p. 164-165).

Ainda de acordo com Carsola (2021, p. 165), “a expressão *mise en abyme* passou a ser empregada, posteriormente, no campo das artes plásticas e dos estudos literários para designar uma narrativa encaixada”. É assim que os personagens de *Terra Sonâmbula* apresentam uma Moçambique menina, em busca de

sua própria identidade, nesse espelhamento de narrativas que se aprofundam de um núcleo a outro.

Já de acordo com Silva (2014, p.10), “a luta para afirmar as diferentes identidades tem causas e consequências materiais: neste exemplo isso é visível no conflito entre os grupos em guerra na turbulência e na desgraça social e econômica que a guerra traz”. Mia Couto consegue criar profundidade em seus personagens, mesmo quando estes não estão no primeiro plano. Assim, explora tensões entre culturas diferentes de uma Moçambique nunca imaginada para quem só a reconhece pelo mapa, banhada pelo oceano Índico.

Terra Sonâmbula apresenta um texto denso, poético e por vezes indigesto, ao expor feridas abertas pela colonização e seus processos de libertação. O romance, esse duelo de ficção e realidade, é um testemunho, pois, de acordo com Lamas e Bueno (2021, p.124) “abre espaço, como já referido, para o retrato das vozes individuais daqueles que viram ou experimentaram tais momentos de violência na pele”.

4. A Górgona através do espelho

A técnica do *mise en abyme*, ainda que tenha sido assim nomeada recentemente, é empregada na literatura há milênios. Tanto que surge em clássicos da Antiguidade. Há exemplos em culturas diversas. Na *Odisseia* (2002), é possível observá-la na cena em que Ulisses é reconhecido por Euricleia, quando esta se põe a lavar os pés de um suposto forasteiro e percebe uma cicatriz. Através da marca, ela identifica o patrão desaparecido, que se machucara num acidente de caça, décadas antes. A ação inicial é abandonada, dando lugar à narrativa do acidente. Só depois Homero irá retomar o momento da lavagem dos pés, revelando o desfecho da descoberta de Euricleia (Auerbach, 1998).

O mesmo ocorre em *As mil e uma noites* (2015). Aqui, no entanto, trata-se de processo bem mais radical, na medida em que toda a obra é estruturada por meio da inserção de outras narrativas, entremeadas à principal. Xerazade conta histórias para ativar a curiosidade do rei Xariar, adiando assim o momento em que ele materializará a pretensão de assassiná-la. É a semelhante tábua de salvação que Tuahir e Muidinga se agarram, quando encontram os cadernos de Kindzu. Em ambos os casos, a presença de outros relatos ocorre durante toda a obra. Em ambos os casos, as narrativas dão alguma leveza em meio a ambientes envenenados pela morte. É essa leveza – muito diversa da alienação ou da fuga – que Ítalo Calvino (1990, p. 13) defende em *Seis propostas para o próximo milênio*:

Cada vez que o reino do humano me parece condenado ao peso, digo para mim mesmo que à maneira de Perseu eu devia voar para outro espaço. Não se trata absolutamente de fuga para o sonho ou o irracional. Quero dizer que preciso mudar de ponto de observação, que preciso considerar o mundo sob uma outra ótica, outra lógica, outros meios de conhecimento e controle. As imagens de leveza que busco não devem, em contato com a realidade presente e futura, dissolver-se como sonhos...

Não é por acaso que Calvino cita Perseu. Para o escritor italiano, o semideus representa a materialização da capacidade da leveza – com suas “sandálias aladas” – para enfrentar o reino do peso e da morte. Algo que encontra seu ápice nas estratégias utilizadas pelo herói mitológico para decepar a cabeça da Górgona. Perseu nunca encara a Medusa diretamente – o que significaria seu fim, pois seria petrificado – mas através do escudo. É assim que consegue vencê-la: “É sempre na recusa da visão direta que reside a força de Perseu, mas não na recusa da

realidade do mundo de monstros entre os quais estava destinado a viver” (Ibidem, p. 11).

Em meio à terrível situação que viviam, Tuahir e Muidinga encontram nos cadernos de Kindzu seu escudo de Perseu. Qual a arma com que o semideus se defende, esses cadernos não refletem quimeras, mas uma realidade tão petrificante e mortal quanto a que enfrentavam. Eram vítimas de tragédias lendo sobre outras tragédias. Mas, ainda assim, esse reflexo era capaz de fazê-los resistir, um pouco mais, na canoa das próprias desventuras:

— Muidinga, me diga uma coisa. Tudo aquilo que você leu nesses cadernos, tudo aquilo está escrito?

— Não entendo.

— Estou perguntar se você não aumentou algumas verdades ali naqueles cadernos.

— Mas, tio, é capaz pensar uma coisa dessas?

— Deixe. Agora me comece a ler.

As ondas vão subindo a duna e rodeiam a canoa. A voz do miúdo quase não se escuta, abafada pelo requebrar das vagas. Tuahir está deitado, olhando a água a chegar. Agora, já o barquinho balouça. Aos poucos se vai tornando leve como mulher ao sabor de carícia e se solta do colo da terra, já livre, navegável. Começa então a viagem de Tuahir para um mar cheio de infinitas fantasias. Nas ondas estão escritas mil histórias, dessas de embalar as crianças do inteiro mundo (Couto, 2007, p. 116).

Nesse momento, Muidinga já buscava fazer de uma canoa as próprias sandálias aladas. Algo que parecia chegar tarde para Tuahir, que ali chegara profundamente debilitado. O que nos permite uma constatação: o olhar indireto do escudo não basta para que a leveza se complete, é necessário algo que nos faça pairar sobre a gravidade da tragédia que estamos a vislumbrar.

5. Fotografia e memória – a profanação

Fisicamente, há um fenômeno que faz uma substância, nas condições adequadas, afrouxar as amarras da dura prisão gravitacional dos sólidos e, num salto, abraçar a fluida natureza dos gases: a sublimação. Por outro lado, o termo também se identifica com a capacidade de “pairar” sobre uma situação – comumente, brutal – da qual não conseguimos fugir. É uma estratégia de compensação, de sobrevivência psíquica, enquanto um caminho não surge, uma porta não se abre.

Isso ocorre, evidentemente, no fato estruturador do romance, quando Tuahir e Muidinga encontram os cadernos e buscam, com sua leitura, preencher o passar das horas em seu abrigo improvisado. Também podemos identificá-la nas ocasiões em que Virgínia desenha figuras na imagem fotográfica. Kindzu diz que ela desenha para preencher os vazios de sua memória, carregada de ausências e saudades.

Sobre velhas fotografias, com um lápis, a velha portuguesa desenhava outras imagens. Às vezes, recortava-as com uma tesourinha e colava as figuras de umas fotos nas outras. Era como se movesse o passado dentro do presente:

- Olha vê? Este é meu tio. Foi quando ele veio cá visitar-nos.

Um tal parente jamais estivera em África. Mas Farida nem ousava desmentir. As fotos recompostas traziam novas verdades a uma vida feita de mentiras (Couto, 2007, p. 42).

Ao mesmo tempo, o ato de interferir na imagem e recriar realidades paralelas na fotografia impressa faz lembrar um conceito desenvolvido por Giorgio Agamben: profanação. Para o filósofo italiano (2007, p. 58), profanar é devolver ao uso comum algo que

fora deslocado para a esfera do sagrado. Considerando a relação de sacralização constituída em torno das fotografias, amplamente indicada por Barthes (1984), quando Virgínia desenha nas imagens, ela desfaz de certo modo sua aura, derrubando o halo que existe no ato fotográfico.

Além disso, ao usar como tela o mesmo papel fotográfico para desenhar, Virgínia acaba por reativar o dispositivo da fotografia, secularizando sua velha função de contar histórias. Como bem formula Agamben (2007, p. 67), “Profanar não significa simplesmente abolir e cancelar as separações, mas aprender a fazer delas um uso novo, a brincar com elas”.

Todavia, é necessário refletir sobre o fato de Virgínia fazer mais dar novo uso, meramente brincar com as fotografias. Qual os cristãos que esculpiram Maria sobre as imagens de Atena, na Grécia, profanando um sagrado para criar outro, Virgínia criava um viver que, diante da brutalidade reinante, deveria ter sido real. Nesse contexto, ganham sentido as palavras de Arlindo Machado (1984, p. 35) quando diz que “se o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, a imagem humana refletida pela fotografia não conterà o mistério divino que materializa esse laço invisível? Ajoelhemo-nos por via das dúvidas”.

Ainda conforme Machado (1984, p. 76), “toda fotografia seja qual for o referente, é sempre um recorte do visível”. Sendo assim, esse recorte trabalha com limitações que são espaços de exclusão. A câmera que registra o real mostra apenas o que cabe na objetiva, sob o campo de interesse do fotógrafo, comumente oculto, por detrás do aparelho fotográfico.

Uma fotografia sempre se encontra no extremo desse gesto; ela diz: isso é isso, é tal! Mas não diz nada mais; uma foto não pode ser transformada (dita) filosoficamente, ela está inteiramente lastreada com a contingência de que ela é o envoltório transparente

e leve. Mostre suas fotos a alguém: essa pessoa logo mostrará as dela: “Olhe, este é meu irmão; aqui sou eu criança”; etc.; a Fotografia é sempre apenas um canto alternado de “Olhem, “Olhe”, “Eis aqui” (Barthes, 1984, p.14).

É contra tais limitações que se eleva o ato de Virgínia. Seu impulso é o de dar alguma sublimidade a um contexto que a sufoca. Faz isso por ela mesma e por quem lhe traz alguma leveza naquele inferno em que vive. Noutro trecho, quando Kindzu narra o retorno de Farida à casa em que crescera, com Romão Pinto e Virgínia, nota-se:

Na parede úmida estava ainda uma fotografia sua, em moldura de madeira. Aquela era sua única imagem. Por isso, lhe ocorreu levar a foto consigo. Quando a retirava viu que, no papel amarelecido, ela já não estava sozinha. Em redor do rosto dela estavam desenhadas figurinhas várias, tantas que pareciam mover-se e trocarem de posição. Sorriu, decidida a devolver a moldura à parede. Aquela era obra de Virgínia, pondo vida em seu retrato (Couto, 2007, p.44).

Percebe-se aqui outra possibilidade de uso dada à imagem. Ao reinventar figuras no entorno de Farida, Virgínia (também chamada de Virgínia ou Virginita) consola a solidão da filha adotiva, que no seu caminhar seguia só. *Terra Sonâmbula* é o romance dos viajantes errantes que caminham solitários na estrada mortal da guerra. As tragédias humanas são metáforas da colonização.

Ao recortar ou desenhar nas imagens fotográficas, Virgínia dá novas possibilidades de uso ao material fotografado, propondo, a partir disso, alterar ou recriar sua própria história. Desse modo, a personagem coloca na materialidade do registro fotográfico as memórias que ela gostaria que fossem verdadeiras. A presença de

alguém que nunca esteve ali seria verídica se estivesse no papel com o todo fotografado. Se há uma transferência de subjetividade do autor para o espectador ao se tratar do objeto fotográfico, pode-se também inferir que existam múltiplas transferências de subjetividade. Enquanto houver imagem como mensagem, haverá decodificação e essa relação será sucessiva e constante.

Nessa linha, Machado (1984) afirma que há uma transferência de subjetividade do fotógrafo para aquele que lança o olhar sobre a imagem fotográfica. Ao observar a narrativa de Kindzu sobre a fotografia, nota-se que há, então, uma dupla transferência de subjetividade: a de quem fotografa e a de quem narra. E, ainda, a de quem interfere na fotografia, tal qual a ideia da narrativa *mise em abyme*. Se as fotografias de Virgínia contam uma história, os desenhos dela na própria fotografia estabelecem outra narrativa. Outra tentativa de forjar leveza em meio à barbárie. Na esperança de que essa leveza seja mais do que aquela produzida por alguém que ajuda a segurar as alças de um caixão.

6. Do flunar ao proflunar

Cada guerra tem a sua própria natureza. A depender do local e época em que ocorre(u), surgem peculiaridades. No entanto, guerra é guerra, diz o lugar-comum. Cheia de misérias e de gente esperando alguma leveza. Assim, não é de estranhar o que narra Laurindo Lalo Leal Filho, em *A melhor TV do mundo* (1997). No livro, o pesquisador relata a transformação da rádio BBC durante a Segunda Guerra Mundial, nos anos em que Londres foi continuamente bombardeada pelos alemães. Inicialmente, a programação era quase exclusivamente tomada pelos relatos do conflito. Diante do estresse profundo da população, decidiu-se pela inserção de uma programação diversificada, incluindo humor, música, ficção... Funcionou: qual Virgínia, os londrinos queriam mais que as fúnebres memórias que adornavam o próprio ambiente.

Perceber tais semelhanças nos ajuda a compreender que, a despeito das múltiplas diferenças e sem pretender negligenciá-las, são enriquecedores os paralelos entre conceitos e tipos que se fazem presentes em diferentes contextos. Virgínia e os londrinos da última grande guerra. Os personagens de *Terra Sonâmbula* e o *flâneur*.

A *flânerie* tem suas origens nas transformações das sociedades modernas, em especial, na expansão das cidades, com seus processos de modernização, citados principalmente por Baudelaire, em suas poesias, onde um narrador vagueia pela cidade observando e descrevendo com curiosidade os lugares, paisagens e multidões.

A rua se torna moradia para o *flâneur* que, entre as fachadas dos prédios, sente-se em casa tanto quanto o burguês entre suas quatro paredes. Para ele, os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são um adorno de parede tão bom ou melhor que a pintura a óleo no salão do burguês; muros são a escrivaninha onde apóia o bloco de apontamentos; bancas de jornais são suas bibliotecas, e os terraços dos cafés, as sacadas de onde, após o trabalho, observa o ambiente (Benjamin, 1989, p. 35).

Por outro lado, é evidente que qualquer ato semelhante ao flunar em *Terra Sonâmbula* não é o vaguear pelas ruas em estado de espírito liberto que acompanha o desenvolvimento urbano. Os personagens do romance de Mia Couto, deambulando pelo país assolado pela guerra, tecem suas narrativas a partir das ruínas de uma nação recém independente, que busca entre os traumas constituir sua própria identidade. É o espetáculo da morte que chama a atenção dos viajantes errantes pelo país.

Logo, numa primeira observação, mais que do *flâneur*, Kindzu – em busca dos guerreiros naparamas e seus encontros

com seres do real e do fantástico – se aproxima das andanças de Dom Quixote, pois a guerra para ele também é o novo mundo que o força a sair. Portanto a viagem é também a loucura, como bem demonstra McLuhan (1972). Mas há sanidade na guerra?

Todavia, quando Couto descreve os vínculos familiares de Kindzu (a mãe inerte, o pai sempre embriagado e o irmão que perde sua humanidade ao se transmutar em animal, virando uma galinha) fica evidente a necessidade que o personagem sente de fugir de tudo aquilo que o aflige. A fuga é a resposta desesperada para a própria tomada de consciência de si mesmo. Assim como ele, traçam rotas solitárias outros personagens como Farida, Muidinga e Tuahir e o caso em particular de Virgínia. Considerando como um elemento fundamental do flunar o vaguear, de certa forma, em *Terra Sonâmbula*, todos os personagens trazem aspectos do flunar. Mas trata-se de uma vivência restrita, como afirma Kindzu, ao falar de seu cotidiano, antes mesmo da guerra: “eu passeava com o medo na rua, dormia com o medo em casa. Quem vive no medo precisa um mundo pequeno, um mundo que pode controlar” (Couto, 2007, p. 62).

Esta passagem deixa evidentes duas coisas. Primeiro, que igualar a experiência do *flâneur* à desses sonâmbulos de guerra seria o mesmo que igualar o cruzeiro turístico aos navios que carregavam pessoas escravizadas. Segundo e sem desconsiderar a abissal diferença, em ambos os casos, há viajantes expostos ao mar.

Nas ações de Tuahir e Muidinga, na jornada de Kindzu, nas fotografias que Virgínia altera, há um elemento comum: a profanação de objetos e narrativas na busca por defender e ampliar o “mundo pequeno”. Por criar um mundo em que se possa flunar. Profanar para ter o direito de flunar. Profunar.

7. Considerações finais

Quando Baudelaire propôs o tema da *flânerie* o conceito ficou atrelado por muito tempo ao processo de modernização europeu. Logo o uso do termo voltado para a realidade de países colonizados como Moçambique requer um esforço de aproximação que exige, primeiramente, o reconhecimento das diferenças sociais que fundamentam as relações entre o colonizador e o colonizado. O *flâneur* contemporâneo é o sujeito fragmentado que busca se estruturar enquanto indivíduo pertencente a um determinado grupo e o resultado de sua longa viagem é a tessitura de uma grande colcha de retalhos chamada de memória coletiva. (Hall, 2013)

Dentro das transformações que a sociedade moçambicana passa no romance de Mia Couto, é possível pensar a *flânerie* como um constante vaguear pelas memórias individuais de cada personagem e compreender que aquela cultura que surge do conflito estabelece novos caminhos para a formação da memória cultural. Todos são representações extremas da sensação de estar sob a coerção de forças muito maiores que as próprias e, no entanto, buscar caminhos, defender a própria identidade, a própria humanidade.

Na incerteza do porvir que cerca o horizonte moçambicano em Terra Sonâmbula. Virgínia deseja voltar para Portugal. Na impossibilidade de realizar o desejo, fugiu para seus próprios pensamentos. Recriou seu mundo por meio de cartas e fotografias. Na incerteza sobre o futuro aqui no Brasil, milhões de pessoas escravizadas desejavam voltar para a África. Na impossibilidade de realizar esse desejo, produziram sincretismo. Fizeram aderir, sobre as imagens da religiosidade reinante, as faces da própria. Profanaram num ato de fé.

Séculos antes, o mesmo ocorrera com o nascente cristianismo. Mimetizou as próprias práticas religiosas às romanas, numa

tentativa de sobreviver às perseguições do império. A parte que sobreviveu, está aí até hoje. A que não sobreviveu, entrou cantando no Coliseu, à espera dos leões. Mesmo na dor. Eles, os escravizados que fizeram suas festas em frente às vergonhosas senzalas, as personagens de *Terra Sonâmbula*, as multidões que buscam reafirmar a própria humanidade, escapando ao lugar coisificante que lhes é oferecido... Todos profanaram e profanam para ter o direito a alguma leveza, a algum flamar.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. 4. ed. Tradução de George Bernard Sperber. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BARTHES, Roland. *A Câmera Clara: nota sobre a fotografia*. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Tradução de José Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista. 1. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras escolhidas; v.3).
- CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*. Tradução: Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARSOLA, Marilane de Almeida Silva. Narrativas mise en abyme: memória e escrita do trauma em *Terra sonâmbula*, de Mia Couto, e *Meio sol amarelo*, de Chimamanda Ngozi Adichie. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 52, n.1, mar./jun. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/58547?locale=en>. Acesso: 26 dez. 2023.
- COUTO, Mia. *Terra sonâmbula*. São Paulo: Companhia das Letras, 1. ed., 21. reimpr. 2007.
- GALLAND, Antoine (org.). *As mil e uma noites*. Tradução: Alberto Diniz. São Paulo: HarperCollins Brasil, 2015.
- HOMERO. *Odisseia*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Nova Cultural, 2002.
- LAMAS, Isabella; BUENO, Natália. Moçambique e “uma guerra que parece não ter fim” em *Terra Sonâmbula*. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 52, n. 1, mar./jun., 2021, p. 109–138. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/61231/165871>. Acesso: 26 dez. 2023.

MACHADO, Arlindo. *A ilusão especular: introdução à fotografia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MCLUHAN, Marshall. *A galáxia de Gutenberg; a formação do homem tipográfico*. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo, Editora Nacional, Editora da USP, 1972.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs. *Memória coletiva e experiência*. Psicologia USP, São Paulo, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES

Antônio Luiz Assunção - licenciado em Letras pela atual UFSJ, mestre e doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais, onde também desenvolveu pesquisa em nível pós-doutoral. Atualmente é professor associado IV da Universidade Federal de São João del-Rei. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8585558439601111>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4672-8710>.

E-mail: assuncao@ufs.edu.br.

Aurelina Ariadne Domingues Almeida - doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com estágios pós-doutorais em Linguística, na UNEB (PNPD-CAPES) e na UFRN. É professora associada IV do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (ILUFBA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3595025364584601>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9641-2530>.

E-mail: ada.domingues@gmail.com

Cláudio Márcio do Carmo - licenciado em Letras pela atual UFSJ, mestre em Linguística e doutor em Linguística Aplicada, pela Universidade Federal de Minas Gerais, com estágios pós-doutorais na Universidade de São Paulo e na Universidade da Geórgia. É professor titular de Linguística e Língua Portuguesa na Universidade Federal de São João del-Rei e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3999334958306911>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0677-8302>.

E-mail: claudius@ufs.edu.br.

Cristiano Otaviano - bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mestre em Semiologia/Ciência da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutor em Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora, com estágios pós-doutorais na Universidade Federal de Juiz de Fora. É professor associado da Universidade Federal de São João del-Rei. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6022732973502208>.

E-mail: cristianojornalismo@ufsj.edu.br.

Denise Barros Weiss - graduada em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mestre em Lingüística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutora em Letras pela Universidade Federal Fluminense. É professora associada da Universidade Federal de Juiz de Fora. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1638503613467825>.

E-mail: denise.weiss@ufjf.br

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães - graduado em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino de Uberaba, mestre e doutor em Letras pela Universidade de São Paulo. É professor titular da Universidade Estadual de Campinas e professor visitante da Unemat. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8015275228271541>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7066-2814>.

E-mail: eduardo@unicamp.br

Eliana da Conceição Tolentino - graduada em Letras pela atual Universidade Federal de São João del-Rei, mestre em Literatura Brasileira e doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal de Minas Gerais, com estágio pós-doutoral na Universidade de São Paulo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8363424059620972>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6464-9640>.

E-mail: elianat@ufsj.edu.br.

Guilherme do Nascimento Cunha - graduado em Letras - Língua Portuguesa e suas Literaturas e mestrando em Letras: Teoria Literária e Crítica da Cultura pela Universidade Federal de São João del-Rei. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6529761093173362>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-8174-7054>.

E-mail: guinas20@outlook.com

Hiago Higor de Lima - graduado em Letras pela Universidade Federal de São João del-Rei, especialista em Ensino e Tecnologias Educacionais pelo Instituto Federal de Minas Gerais e em Educação em Direitos Humanos pela Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, mestre em Letras pela Universidade Federal de São João del-Rei e doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0536263832415637>.

E-mail: hiagohigor7@gmail.com

Ivan Vasconcelos Figueiredo - bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa, mestre em Letras pela Universidade Federal de São João del-Rei e doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais, com estágio pós-doutoral no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. É professor Associado da Universidade Federal de São João del-Rei. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4530141800120346>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7448-033X>.

E-mail: ivanvasconcelos@ufsj.edu.br

José Antônio Oliveira de Resende - licenciado em Letras pela atual Universidade Federal de São João del-Rei, mestre e doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. É professor adjunto da Universidade Federal de São João del-Rei. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1851674978622767>.

E-mail: jresende@ufsj.edu.br

Kátia Hallak Lombardi - fotógrafa, graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, mestre e doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, com estágios pós-doutorais na Universidade Federal de Minas Gerais e na Università degli Studi di Milano. É professora associada da Universidade Federal de São João del-Rei. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7505016883606337>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8293-8494>. E-mail: katialombardi@ufsj.edu.br.

Laura Silveira Botelho - graduada em Letras e bacharelado em Linguística pela Universidade de São Paulo, mestra e doutora em Linguística pela Universidade Federal de Juiz de Fora, com estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É professora adjunta da Universidade Federal de Juiz de Fora. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8723594801152544>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0234-706X>. E-mail: laurasilveira.botelho@ufjf.br.

Lívia da Silva Leite - graduada em Letras - Língua Portuguesa e suas Literaturas e mestrando em Letras: Teoria Literária e Crítica da Cultura pela Universidade Federal de São João del-Rei. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6820769076293447>. E-mail: livia28leite@hotmail.com.

Mike Tavares da Costa - bacharel em Comunicação Social – Jornalismo e mestrando em Letras: Teoria Literária e Crítica da Cultura pela Universidade Federal de São João del-Rei. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6981522183171776>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-8164-6497>. E-mail: tavares.mike94@gmail.com.

Nádia Dolores Fernandes Biavati - graduada em Letras pela atual Universidade Federal de São João del-Rei, mestre e doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais, com estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais. É professora adjunta da Universidade Federal de São João del-Rei. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6981522183171776>.

br/5547900574671723. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3119-793X>.
E-mail: nadiabiavati@ufsj.edu.br.

Natália Elvira Sperandio - graduada e mestra em Letras pela Universidade Federal de São João del-Rei e doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais, com estágio pós-doutoral pela Universidade Federal de São João del-Rei. É professora adjunta da Universidade Federal de São João del-Rei. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6374366643959346>.
E-mail: nataliasperandio@ufsj.edu.br.

Nayhara J. A. Pereira Thiers Vieira - graduada em Letras pela Universidade Federal de Ouro Preto, mestre em Letras pela Universidade Federal de São João del-Rei e doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4348252594907738>.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2756-5944>.
E-mail: nayhara.vieirag@unifal-m.edu.br

Rian da Silva - licenciado em Letras - Língua Portuguesa e suas Literaturas e mestrando em Letras: Teoria Literária e Crítica da Cultura pela Universidade Federal de São João del-Rei. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9689712941528232>. E-mail: riansilva00000@gmail.com

